

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE A REDAÇÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA POR George Gurgel
de Oliveira E APROVADA PELA
COMISSÃO JULGADORA EM 29 / 08 / 95.
[Assinatura]
ORIENTADOR

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA**

A TRAJETÓRIA DA PETROBRÁS. DESAFIOS ATUAIS E O FUTURO.

**Autor: George Gurgel de Oliveira
Orientador - Prof. Dr. Sinclair Mallet -Guy Guerra**

08/95

7728076

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA	UNICAMP
V.	Ex
T. MDO BC	31072
PROC.	281/97
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	15/07/97
N.º CPD	

CM-00099323-7

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

014t

Oliveira, George Gurgel de
A trajetória da Petrobras: desafios atuais e o futuro /
George Gurgel de Oliveira. — Campinas, SP: [s.n.], 1995.

Orientador: Sinclair Mallet Guy Guerra.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Engenharia Mecânica.

1. Política energética. 2. Indústria petrolífera. 3.
Estado. 4. Desenvolvimento econômico. I. Guerra,
Sinclair Mallet Guy. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Engenharia Mecânica. III. Título.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
DEPARTAMENTO DE ENERGIA**

TESE DE DOUTORADO

**A TRAJETÓRIA DA PETROBRÁS.
DESAFIOS ATUAIS E O FUTURO.**

Autor: George Gurgel de Oliveira

Orientador: Prof. Doutor Sinclair Mallet Guy Guerra

Curso: Térmicas e Fluidos

Unidade: Faculdade de Engenharia Mecânica.

Trabalho apresentado à Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos.

Campinas, agosto de 1995

São Paulo - Brasil

Dedicatória:

Dedico o presente trabalho aos meus pais e irmãos, sempre tão solidários e generosos comigo e a Aninha que partiu tão cedo, deixando imensa saudade.

“Se não formos capazes de imaginar como evoluirá a disponibilidade de recursos da Terra nos próximos dez mil anos, será inútil esperar que a espécie possa sobreviver por mais alguns séculos. Nada, até hoje, indica que o homem possa ser capaz de controlar uma economia que parece conduzi-lo a uma vitória total sobre a natureza.”

André Leroi-Gourhan, em “ Les Racines du Monde ”, Paris, 1982.

*“Tudo o que já foi, é o começo do que vai vir,
toda hora a gente está num cômputo”*

João Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA MECÂNICA
DEPARTAMENTO DE ENERGIA

TESE DE DOUTORADO

TÍTULO DA TESE: "A TRAJETÓRIA DA PETROBRÁS. DESAFIOS
ATUAIS E O FUTURO"

AUTOR: GEORGE GURGEL DE OLIVEIRA
ORIENTADOR : PROF. DR. SINCLAIR MALLET-GUY GUERRA

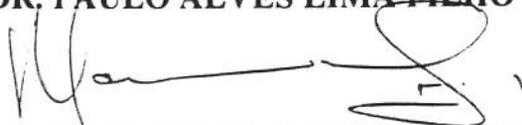
APROVADO POR



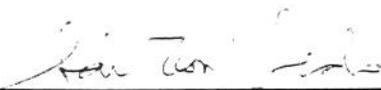
PROF. DR. SINCLAIR MALLET-GUY GUERRA - PRESIDENTE



PROF. DR. PAULO ALVES LIMA FILHO



PROF. DR. RICARDO ALBUQUERQUE MARANHÃO



PROF. DR. ANDRÉ TOSI FURTADO



PROF. DR. ARSENIO OSWALDO SEVÁ FILHO

CAMPINAS, 09 DE AGOSTO DE 1995

Sumário

<i>Capítulo 1 Introdução</i>	14
Capítulo 2 Estado e Desenvolvimento Capitalista	20
2.1 Antecedentes	22
2.2 A formação do Estado Nacional	22
2.3 A emergência do Estado Capitalista	23
2.4 O Liberalismo e o Marxismo	23
2.5 O Sistema Econômico Capitalista	27
2.6 As Formas de Capitalismo	28
2.6.1 O capitalismo de Concorência	29
2.6.2 O capitalismo de monopólio	32
2.7 As Formas de Propriedade Capitalista	38
2.7.1 O Setor Produtivo Estatal	41
2.8 O Neoliberalismo e a Atualidade do Estado	42
2.8.1 A Ofensiva Neoliberal	42
2.8.2 Os Resultados da Política Neoliberal	46
2.8.3 Permanece a Importância do Estado	47
2.9 A Indústria de Petróleo e o Estado	50
<i>Capítulo 3 O Desenvolvimento da Indústria Mundial de Petróleo</i>	53
3.1 Contexto histórico	53
3.2 A periodização e o desenvolvimento	57
3.3 A história até 1859	59
3.4 A constituição (1859 - 1911)	60
3.5 Comportamento do mercado e as novas demandas	62
3.6 O monopólio da STANDARD OIL e o Sherman Act	65
3.7 A ROYAL DUTCH-SHELL e a BP	66
3.8 A busca do Mercado Mundial	68
3.9 A ofensiva do CARTEL (1928 - 1950)	71
3.10 A IMP após a II Guerra Mundial	73
3.11 A fundação da OPEP (1960)	74
3.12 O período entre 1970 e 1973	75
3.13 As transformações da IMP após 1973	77
3.14 A IMP após a segunda “crise energética” (1979)	80
3.15 As transformações recentes da IMP	83

Capítulo 4 O Processo de Formação e Consolidação da PETROBRAS	103
4.1 A Industrialização Brasileira e a Participação do Estado	103
4.2 A Formação do SPE	104
4.3 A Indústria de Petróleo no Brasil a partir da PETROBRAS	109
4.3.1 A Volta de Vargas ao Poder (1951-1954) e a criação da PETROBRAS	109
4.4 A PETROBRAS nos anos 50 e Início da Década de Sessenta	115
4.4.1 O Planejamento Governamental Favorece o Processo de Consolidação da PETROBRAS	116
4.5 O Golpe Militar: Período de Autoritarismo e Arbítrio (1964-1985)	118
4.6 O Brasil e as “Crises Energéticas” de 1973 e 1979	121
4.7 Entre as “Crises Energéticas” (1973-1979)	123
4.8 O Avanço para o Mar: novas perspectivas nas áreas de exploração e produção	127
4.9 O Ano de 1979, a Segunda “Crise Energética”	129
4.10 A PETROBRAS após a Segunda “Crise Energética”⁹¹	130
4.11 A Formação e a Consolidação da PETROBRAS: Uma Estratégia Vitoriosa	132

Capítulo 5 A Gestão Empresarial e o Planejamento Estratégico da PETROBRAS.	140
5.10 Sistema PETROBRAS hoje	
5.1.1 A Gestão Empresarial	140
5.1.2 A Administração Estratégica	142
5.1.3 A Gestão Organizacional	143
5.2 Planejando e Administrando em Crise Permanente: uma nova realidade	143
5.3 Mudanças na Estratégia Empresarial: saída para o enfrentamento da crise	144
5.3.1 A Revisão do PESP (1992–2001)	144
5.4 A Gestão do Planejamento Via Contrato de Gestão (CG)	146
5.4.1 A Situação Brasileira e da PETROBRAS	148
5.5 Planejamento e Política Energética no Brasil	151
5.5.1 Os Cenários de Demanda de Petróleo e GN	151
5.6 As Relações Políticas, Econômicas e Sociais	154
5.6.1 A PETROBRAS, Os Trabalhadores	158
5.7 Nova Política, Nova Matriz Energética	159
5.7.1 Energia para Promover o Desenvolvimento Econômico e Social	161
Capítulo 6 Considerações Finais	176

Bibliografia

Anexo

Resumo

OLIVEIRA, George Gurgel de, *A Trajetória da PETROBRAS. Desafios Atuais e o Futuro*, Campinas, Faculdade De Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, 1995, 188 p. Tese de doutorado.

O trabalho analisa a trajetória da PETROBRAS, dando ênfase ao período mais recente, posterior a "crise energética de 1973" até a atualidade, procurando identificar os elementos que levaram a um vitorioso desempenho da empresa durante os seus 40 anos de existência, tornando-a verticalmente integrada, conglomerada, competitiva e internacionalizada.

Procurou-se fazer uma abordagem multidisciplinar da PETROBRAS, buscando relacionar as causas e os efeitos que envolvem a problemática da indústria brasileira de petróleo, os interesses em jogo e o papel dos diferentes atores envolvidos.

Aborda, a discussão atual em torno do monopólio estatal de petróleo no Brasil como uma questão política, para atingir objetivos econômicos no processo de reestruturação da economia capitalista mundial, no qual o Brasil se integra de maneira dependente, com suas peculiaridades.

Procura traçar uma estratégia de preservação da PETROBRAS frente as mudanças que poderão ocorrer no cenário de curto prazo.

Palavras Chave

PETROBRAS, Indústria Mundial de Petróleo, Estado, Desenvolvimento, Política energética.

Siglas Utilizadas

AIE	-Agência Internacional de Energia
BM	-Banco Mundial
BP	-British Petroleum
CCE	-Comitê de Coordenação das Empresas Estatais (Brasil, 1991)
CFP	-Compagnie Française des Pétroles
CG	-Contrato de Gestão (Brasil, 1992)
CNP	-Conselho Nacional de Petróleo
EC	-Estado Capitalista
EM	-Estado Mínimo
EN	-Estado Nacional
FMI	-Fundo Monetário Internacional
IMP	-Indústria Mundial de Petróleo
MEb	-Matriz Energética brasileira
MM	-Mercado Mundial
OCDE	-Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OPEP	-Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PASP	-Plano de Ação do Setor Petróleo (Brasil, 1988)
PDG	-Programa de Dispendios Globais (PETROBRAS)
PESP	-Plano Estratégico do Sistema PETROBRAS (1992)
PGE	-Programa de Gestão das Empresas Estatais (Brasil, 1991)
PND	-Plano Nacional de Desestatização (Brasil, 1990)
PPI	-Programa Plurianual de Investimentos do SP (1992)
RI	-Revolução Industrial
SC	-Sociedade Capitalista
SE	-Sistema Energético
SEb	-Sistema Energético brasileiro
SEC	-Sistema Econômico Capitalista
SP	-Sistema PETROBRAS
SPE	-Setor Produtivo Estatal

Capítulo 1

Introdução

A problemática energética, particularmente a que envolve a indústria petrolífera, reflete interesses variados de caráter público e privado, respalda estratégias diferenciadas de desenvolvimento tanto nos países desenvolvidos, grupo seletivo onde está concentrado o maior consumo de petróleo, quanto os subdesenvolvidos, nos quais vive a maioria absoluta da humanidade, com níveis de consumos relativamente baixo de energia.

O processo de formação da moderna indústria de petróleo inicia-se com a descoberta em escala comercial de petróleo na Pensilvânia(1859) pelo Coronel Drake, e consolida-se como indústria mundial nas primeiras décadas do século XX. Após a segunda guerra mundial o petróleo já aparecia como combustível de maneira destacada na matriz energética contemporânea e também como matéria prima industrial.

As transformações políticas, técnicas e econômicas ocorridas mundialmente desde então e seus reflexos na indústria de petróleo, o seu caráter oligopolizado e as guerras "declaradas" e "não declaradas" pelo grande negócio do petróleo, são por demais conhecidas, sendo parte integrante da história das relações políticas, econômicas e sociais do século XX, do cotidiano atual da humanidade.

Nesse contexto, o Estado foi e continua sendo um instrumento de regulação e intervenção no processo de formação e desenvolvimento da indústria de petróleo, sendo os Estados Unidos e a Inglaterra, respectivamente, exemplos clássicos dessas situações.

A década de setenta foi um período de grandes transformações na indústria petrolífera mundial. As "crises energéticas" de 1973 e 1979 são consequências das modificações que vinham ocorrendo desde a década de sessenta, a partir da mudança de comportamento dos principais atores envolvidos, particularmente pelo

posicionamento dos países produtores da OPEP¹, do oligopólio² e dos países da OCDE.³

A partir de então configura-se uma nova situação para a indústria mundial de petróleo, o aumento significativo do preço do barril a partir de 1 de janeiro de 1974 (US\$11,65) impactaria a economia mundial, países importadores como o Brasil não consideraram devidamente essa nova realidade, aumentando significativamente na década de setenta os dispêndios com a importação de petróleo.

No final da década de setenta iniciou-se um processo de reestruturação do mercado petrolífero. Os países produtores da OPEP começavam a perder a hegemonia, enquanto que os da Europa aumentavam sua participação no mercado mundial. Começava o processo de "balkanização" da oferta.

No ano de 1986, com a queda dos preços, estabeleceu-se uma situação favorável para os países importadores de petróleo e a demanda voltou a crescer no mercado mundial.

No final da década de oitenta processam-se mudanças significativas na produção mundial de petróleo. A queda da produção americana, os acidentes no mar do norte e na ex-União Soviética desaceleram a produção, sinalizando para uma alta de preços no mercado. O conflito no golfo pérsico acentua esta tendência de alta. Em 1990 o petróleo era cotado em até US\$40 o barril.

A situação pós conflito do golfo pérsico (guerra Irã-Iraque), onde a paz foi mais uma vez conseguida pela força das armas, agora com a hegemonia americana, é de "normalidade". O preço volta aos níveis de 18-20 dólares o barril. Esta conjuntura permanece inalterada. O cenário atual não deve ser projetado como de futuro e a tendência é de aumento do preço do barril de petróleo, considerando sua natureza estratégica, importância como matéria prima industrial, energético e principalmente por ser um recurso natural finito que deve ser valorizado.

¹ Organização dos Países Exportadores de Petróleo, fundada a 14 de setembro de 1960, em Bagdad. O grupo inicial era composto pelo Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. O Katar participou como observador. Atualmente a OPEP é composta por 13 países.

² referência ao grupo limitado de empresas que dominam historicamente a indústria mundial de petróleo.

³ organização que reúne os 24 principais países capitalistas do mundo (Estados Unidos, Canadá, Japão e países europeus).

objetivos e hipóteses

Considerando o contexto internacional da indústria de petróleo e como a PETROBRAS com ele se relaciona, serão perseguidos objetivos e levantadas hipóteses a serem desenvolvidas neste trabalho.

objetivo número 1

A análise de desempenho da indústria de petróleo no Brasil, exercida através do monopólio estatal pela PETROBRAS, como empresa responsável em "assegurar o abastecimento do mercado nacional de óleo, gás natural e derivados, através das atividades definidas na Constituição e na lei 2.004, de forma rentável e aos menores custos para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do país".

Serão avaliadas principalmente as políticas implementadas pela empresa a partir das "crises energéticas" de 1973 e 1979 e na década de oitenta, como também a sua estratégia atual de planejamento empresarial para enfrentar os desafios colocados à PETROBRAS no ambiente internacional e nacional.

A discussão do desempenho da PETROBRAS insere-se em uma avaliação mais ampla do papel do Estado, particularmente do Setor Produtivo Estatal, no contexto do desenvolvimento capitalista, e as especificidades desse processo no Brasil, particularmente na construção, manutenção e ampliação de sua infra-estrutura energética para atender a um modelo de desenvolvimento baseado nos bens de consumo duráveis e no transporte rodoviário. Ainda, também, a inserção da PETROBRAS como conglomerado, atuando integrada verticalmente no mercado internacional.

objetivo número 2

A partir desse diagnóstico o trabalho pretende analisar as condicionantes políticas, econômicas e sociais que nortearam a trajetória da PETROBRAS, os desafios atuais a serem enfrentados e no futuro próximo.

Colocar a necessidade da redefinição de uma estratégia empresarial para a PETROBRAS, para a implementação de uma política petroleira que esteja em consonância com a política energética nacional, integrada regionalmente, atendendo as necessidades de um modelo de desenvolvimento democrático para o Brasil, social e ambientalmente defensável.

hipóteses consideradas

1. A participação do Estado como agente de desenvolvimento econômico, direta, via formação do Setor Produtivo Estatal ou indiretamente (via regulação) é uma característica do desenvolvimento do capitalismo durante o século XX, principalmente a partir da Grande Depressão da economia americana em 1929.
2. A possibilidade da trajetória da PETROBRAS, consolidada verticalmente como empresa que atendeu às diretrizes do monopólio estatal da União e ainda tornou-se competitiva internacionalmente no cenário da indústria petroleira, só foi possível ser desenvolvida pela razão da mesma ser estatal e integrada a um Projeto de Desenvolvimento Nacional.
3. A permanência da PETROBRAS, como executora do monopólio estatal da União na área de petróleo, não pode ser considerada um impeditivo para o desenvolvimento da economia brasileira. A PETROBRAS historicamente e atualmente coloca-se como indutora do processo de industrialização do país, particularmente nos segmentos mais dinâmicos e competitivos dessa indústria. As razões que justificam a quebra do monopólio estatal de petróleo devem ser consideradas de natureza política, (naturalmente para atingir objetivos econômicos), por que a PETROBRAS acumulou nesses 40 anos de existência e por que representa atualmente.
4. A possibilidade da quebra do monopólio estatal, factível de ser realizada no processo de reforma constitucional desencadeado pelo atual governo, pode constituir-se em um elemento de vulnerabilidade ou não da PETROBRAS. Isto dependerá das relações que se venham a ter entre a empresa e o Estado (que deverá continuar como detentor do monopólio) a partir de então.

A participação política dos diversos atores envolvidos (Estado, iniciativa privada, a própria empresa, a sociedade civil em geral, particularmente os trabalhadores) é que vai definir o espaço da PETROBRAS nesse novo cenário.

Assim, a partir de uma análise inicial do papel do Estado (como regulador e interventor) no desenvolvimento da economia capitalista, do processo de formação, desenvolvimento das indústrias mundial e brasileira de petróleo, dos objetivos e hipóteses mencionados, procura-se desenvolver o trabalho atendendo esse marco de referência.

A Metodologia

Escolheu-se a abordagem multidisciplinar para analisar o objeto de pesquisa, a PETROBRAS, através da sua trajetória e dos desafios colocados atualmente para a afirmação do futuro da mesma.

A abordagem multidisciplinar, sempre enriquecedora para o objeto tratado, traz consigo, por sua própria natureza, uma fragilidade pela amplitude do enfoque. Por conseguinte, apesar da cautela e do rigor da análise que orientou todo o trabalho, deve-se admitir que os resultados chegados pelo autor, comporta o contraditório e a polêmica necessários, inerentes à problemática em questão. Essa situação é compreendida de maneira positiva e reflexiva para as futuras incursões do autor neste universo.

As etapas desenvolvidas foram aquelas normalmente sequenciadas em um trabalho desta natureza:

pesquisa bibliográfica - para a coleta de dados utilizados no trabalho, consultou-se amplamente fontes secundárias, a saber: ampla literatura disponível de autores nacionais e internacionais (particularmente americana, francesa, inglesa), publicações e relatórios de empresas ligadas a indústria de petróleo, principalmente os da PETROBRAS, de instituições públicas e privadas, movimento sindical e associações profissionais, assim como revistas, jornais e outras publicações técnicas especializadas.

Complementar à pesquisa bibliográfica, foram também realizadas visitas técnicas às Instituições governamentais, a PETROBRAS, AEPET, SINDIPETROS e outras relacionadas à problemática petrolífera brasileira durante o período inicial e nas

etapas posteriores de análise, sistematização, elaboração e reelaboração dos dados e no processo de redação da tese. Registre-se ainda às visitas realizadas na Fundación Bariloche (Argentina) e Université du Laval (Canada)

A Apresentação

O trabalho estrutura-se através de uma introdução (capítulo 1) e mais uma sequência de cinco capítulos que colocam, desenvolvem e fazem conclusões sobre a problemática em questão.

As tabelas e figuras são organizadas, quando ocorrem, no final de cada capítulo. As listagens das mesmas e das siglas mencionadas no texto, estão apresentadas, com as respectivas numerações de páginas, no início do trabalho, após o sumário. Optou-se que as citações realizadas no decorrer do texto são referenciadas em pé de página, na própria página. As referências bibliográficas estão citadas, por ordem alfabética, no final do trabalho. Usou-se, finalmente, o expediente de ANEXOS, para aqueles materiais que embora relevantes, tornariam o texto maior e prolixo.

CAPÍTULO 2

ESTADO E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

Em toda a sua trajetória, em qualquer das situações, tanto como empresa estatal ou privada (como nos Estados Unidos), a Indústria Mundial de Petróleo tem na organização política e econômica do Estado um forte aliado para atingir os seus objetivos empresariais..

Por essa razão, nesse capítulo inicial do trabalho , procura-se entender a importância e a natureza do Estado no processo de desenvolvimento capitalista, o porque do seu caráter regulador e interventor nos processos econômicos e seus reflexos nas esferas políticas e sociais de uma determinada sociedade. Observa que esta importância permanece e na atualidade, apesar das reformas em curso que buscam uma redefinição do papel do Estado no processo de transformação (como tentativa de superação da crise estrutural) da economia capitalista mundial.

Nesse contexto, analisa-se a natureza do Estado Capitalista, seu processo de Formação e Desenvolvimento. Traça um perfil das duas principais correntes ideológicas, que desde o século XIX até a atualidade, teorizam, influenciam e discutem questões inerentes ao desenvolvimento econômico Capitalista, procurando a hegemonia política do Estado e da Sociedade Civil, a saber: a teoria liberal e a marxiana.

Procura-se compreender, particularmente, a natureza do setor produtivo estatal capitalista e sua importância no processo de desenvolvimento global dessa economia.

Coloca-se como pressuposto teórico do capítulo III e IV deste trabalho, que tratam respectivamente do desenvolvimento e atualidade das indústrias mundial e brasileira de petróleo. No caso específico brasileiro, o papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico, particularmente do setor produtivo estatal , tem no monopólio da indústria de petróleo , exercido há 40 anos pela PETROBRÁS, o seu exemplo mais significativo.

2.1 Antecedentes

2.2 A formação do Estado Nacional

A solução para a superação dos entraves da organização política municipal, herdada do feudalismo e que já não atendia aos interesses emergentes do capitalismo, foi a criação de uma nova organização política - o Estado Nacional (doravante EN). Esse processo se dá num ambiente geral de crise do feudalismo nos séculos XIV e XV com lutas sociais que se estenderam por toda a Europa entre a nobreza, o campesinato, o clero, a realeza, a burguesia nascente e os artesãos.

A formação dos Estados Nacionais fortalece a burguesia mercantil proporcionando-lhe uma maior força política, econômica e militar. Externamente a centralização dos recursos na mão do Rei (não mais nas alfândegas locais) possibilitou a expansão do sistema colonial e conseqüentemente da acumulação capitalista. Internamente, a submissão dos barões diretamente ao poder absoluto do rei, propiciou a formação do Mercado Nacional.

A expansão ultramarina para a América, África e Ásia revigora o capital comercial, criando-se os fluxos comerciais intercontinentais, base para o Mercado Mundial (doravante MM). Esse processo é parte integrante de um outro mais geral, o de acumulação de capital comercial, que proporcionou a ampliação da produção mercantil, base para o avanço do capitalismo na Europa.

O MM que ia se estabelecendo entre a Europa e as Colônias Ultramarinas alavancou a produção mercantil europeia. Destaque-se que os novos produtos vindos das coloniais estimularam o intercâmbio comercial na própria Europa, ainda o papel do ouro e da prata trazidos da América, assim como o comércio das especiarias vindas do oriente, foram fundamentais na superação da crise monetária no mercado europeu, oriunda da crise econômica mais geral do processo de desintegração do feudalismo.

Assim, a formação do EN, centralizador do poder político absolutista e unificador do território, proporcionou o desenvolvimento e a expansão mundial do capitalismo mercantil. Contudo, esta situação não era suficiente para a consolidação do capitalismo por toda a Europa. Foi na Inglaterra, com a introdução da máquina ferramenta no processo produtivo, onde se possibilitou a passagem da produção

artesanal para a mecânica, característica do modo de produção capitalista, base da RI⁴.

2.3 A Emergência do Estado Capitalista

As transformações operadas pela RI exigem um novo reordenamento econômico, político e social da emergente Sociedade Capitalista (doravante SC) que se substancia e se expressa no seu maior nível de organização - o Estado Capitalista (doravante EC). Novas classes sociais entram em cena - a burguesia e o proletariado.

O EC é uma nova forma de organização social, política e econômica, que se distingue das outras que se desenvolveram historicamente, desde a sociedade antiga até o feudalismo. A transformação do Estado Feudal em EC com a separação do Estado da Igreja, na Europa, no século XVI. O Estado ganha autonomia, passando a ter um caráter absoluto e soberano. Constrói-se centralizado e unitário. O poder político é legitimado pelo povo e a nação.⁵

2.4 O Liberalismo e o Marxismo

A teoria liberal e a marxiana diferem radicalmente quanto a concepção e a natureza do Estado, sua organização e funcionamento no contexto social, econômico e político da SC.

A teoria liberal não advoga a transformação da SC, quer manter o status quo capitalista, conservar sua ordem econômica, política e social. A marxiana, ao contrário, é pela transformação da ordem capitalista, almeja uma formação social mais avançada - a comunista, que teria no socialismo sua primeira etapa de desenvolvimento.

⁴ Sobre a Revolução Industrial, ver ainda o comentário do capítulo 3 deste trabalho.

⁵ Os conceitos de povo e nação desenvolvem-se historicamente: -o de povo aqui deve ser compreendido como uma visão política nacional, identificada com o Estado, sujeito da política. Esta compreensão está identificada com os processos de transformação econômica-social a partir do século XIX, concomitante com a formação dos partidos políticos populares: - o de nação é a compreensão dada a partir da Revolução Francesa que se estende até aos nossos dias. Normalmente é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais que formam uma base para organizar-se sob a forma de Estado Nacional.

Assim, essas duas teorias se colocaram e se colocam de maneira distinta em relação às questões referentes ao EC, particularmente ao seu processo de desenvolvimento econômico, objeto de preocupação do presente capítulo.

Essas visões diferenciadas do processo de formação, funcionamento e desenvolvimento do EC continuam contemporâneas. A seguir colocam-se as principais questões problematizadas por estas teorias e seus principais desdobramentos nas diversas formas das experiências de desenvolvimento econômico capitalista até a atualidade.

A teoria liberal

As Revoluções burguesas ocorridas na Inglaterra e na França nos séculos XVII e XVIII abrem caminho para a sociedade dos produtores, a sociedade dos homens econômicos⁶

Extingue-se os direitos e privilégios feudais dos estatutos corporativos, dos monopólios mercantilistas. A sociedade liberta-se dos vínculos jurídicos da antiga ordem: a propriedade, o trabalho, a produção e o comércio.

Na nova ordem liberal, a economia está sujeita a uma ordem natural em que a ordem jurídica privada é expressão. A economia está livre de uma ordem política e de uma ordem jurídico-administrativa

O EC é definido pelo liberalismo clássico como Estado de Direito, cujo poder é regido e limitado pelas leis e principalmente porque assegura aos indivíduos certos direitos naturais invioláveis (como um dos principais, o de propriedade privada). Os direitos naturais são anteriores às próprias leis e a própria sociedade.

A concepção clássica liberal do EC é que ele não interfere na economia.- a esfera econômica de ação dos indivíduos deve se preservar livre e, como tal, excluída do poder do Estado, tornando-se assim um Estado Mínimo (doravante EM).Essa idéia já

⁶ quando as leis revolucionárias de 2-17 de março de 1791 proclamam em França a liberdade de comércio e indústria, não se quer apenas destruir a antiga ordem jurídico-econômica feudal, mas sim qualquer ordem jurídico-econômica anterior.- a partir de MOREIRA, V., 1987. A Ordem Jurídica do Capitalismo, 4a edição Caminho, Lisboa, cap.2.

aparecia no conceito de SC de Locke. O Estado liberal clássico tem o poder de polícia, da justiça e da defesa.⁷

A ideologia liberal apresentava-se como uma unidade no plano econômico, jurídico e filosófico. O *laissez-faire*, o *laissez-contracter* e o *laissez-aller* eram expressões de uma sociedade idealizada, naturalmente ordenada e eternamente equilibrada.

No entanto, a realidade capitalista desenvolveu-se de outra maneira. A ordem jurídica da sociedade civil que florescia era a ordem jurídica burguesa, correspondente ao modelo da Sociedade burguesa, que pressupunha a identificação da Sociedade econômica burguesa com toda a Nação⁹. A propriedade individual livre é a base da criação de uma nova ordem jurídica, de proprietários e de homens livres apenas para venderem sua força de trabalho.

A teoria marxista

A elaboração teórica marxiana, na qual se inclui a preocupação com a questão do Estado, concretamente o EC, constitui-se uma interpretação global do modo de produção capitalista, como processo histórico, contraditório, específico. Marx aponta para a necessidade de superação desta sociedade, identificando na sua estrutura global uma contradição insuperável entre o capital e o trabalho que a levará ao declínio.

Segundo Marx¹⁰ a consciência humana, as formas jurídicas e do Estado são determinadas pelas relações estabelecidas entre os homens e a produção material. No capitalismo essas relações são antagônicas e inconciliáveis entre aqueles que trabalham (assalariados) e os que detêm o capital (os capitalistas)

A natureza classista do Estado distingue o pensamento marxiano de todas as outras teorias a respeito do EC.

⁷ BOBBIO, N. et BOVERO, M., 1986. Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna. SP, Brasiliense.

⁸ destaque-se no entanto, a regulamentação pelo Estado dos estabelecimentos perigosos ou insalubres, a taxação de certos produtos agrícolas, da criação de associações de proprietários, instituição dos monopólios estatais do tabaco, da pólvora, da moeda, da imprensa nacional.
op.cit.(6).

⁹ WIEACKER, op.cit. (6).

¹⁰ op.cit., capítulo I (4), a problemática da gênese do capitalismo é tratada por Marx nos "capítulos históricos" do Capital.

A natureza classista do Estado distingue o pensamento marxiano de todas as outras teorias a respeito do EC.

A partir dessa concepção geral, Marx analisa a SC em dois amplos contextos: o de funcionamento do modo de produção capitalista e o da gênese das formas desse regime de produção.

De acordo com a teoria marxiana, a gênese e o desenvolvimento da SC acontece num processo progressivo de divisão social do trabalho, de expansão e unificação de mercados, e de transformação da organização da produção

Os elementos básicos do Modo de Produção Capitalista são o e trabalho assalariado e o capital monetário, que podem se transformar em capital produtivo.

O processo de constituição da SC se completa com o surgimento da produção mecanizada, organizada a partir de novas bases técnicas, para a produção pela grande indústria, que garante a generalização do trabalho assalariado e a hegemonia (auto-determinação) do capital.

A forma desenvolvimento do EC corresponde a uma política e as relações de produção em um determinado contexto histórico. ¹¹ O EC em Marx é uma organização separada da sociedade, que exerce uma função repressiva para assegurar a unidade e organizar a hegemonia burguesa sobre toda a sociedade.

Essa concepção “restrita”¹² de Estado em Marx evoluiu para uma concepção mais “ampla”, a partir da análise dos acontecimentos políticos acontecidos na Europa no final do século XIX¹³

¹¹ “ A forma econômica específica na qual trabalho não pago se extorque dos produtores imediatos exige a relação de dominação e sujeição tal como nasce diretamente da própria produção e, em retorno, age sobre ela de maneira determinante. Ai se fundamenta toda a estrutura da comunidade econômica - oriunda das próprias relações de produção - e, por conseguinte, da estrutura política que lhe é própria. É sempre na relação direta entre os proprietários dos meios de produção e os produtores imediatos (a forma dessa relação sempre corresponde naturalmente a dado nível de desenvolvimento dos métodos de trabalho e da produtividade social do trabalho) que encontramos o recôndito segredo, a base oculta da construção social toda e, por isso, da forma política das relações de soberania e dependência, em suma, da forma específica do Estado numa época “.

O Capital. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, livro 3, vol.6 ,pag. 907

¹² a concepção do conceito “restrito” e “amplo” de Estado será compreendida doravante como aquela utilizada por COUTINHO, C.N:

“restrito”- é aquela que, “consciente ou inconscientemente, concentre-se no exame de apenas uma ou de relativamente poucas determinações da esfera político-estatal.”

e será “ampla” -“quanto maior for o número de determinações do fenômeno estatal por ela mediatizados/sintetizados na construção do conceito de Estado”.

Essas mudanças foram também analisadas, principalmente, por Engels no final da sua vida ¹⁴

2.5 O Sistema Econômico Capitalista

As concepções de Marx e Weber:

O Sistema Econômico Capitalista (doravante SEC) é um conjunto de elementos pessoais (produtores, não produtores etc.) e de processos (produção, distribuição etc.).

As concepções atuais que fundamentam as definições de um SEC, estão baseadas em Marx e Weber. De acordo com a teoria marxiana o que caracteriza o SEC é o

O Estado "ampliado" têm em Gramsci o seu principal teórico. O estudo do desenvolvimento capitalista numa época posterior a Marx, Engels, Lênin, possibilitou a superação dialética da visão "restrita" do Estado comida naqueles autores. Posterior a Gramsci outros teóricos marxistas deram novas contribuições sobre essa concepção "ampla" de Estado. Destaque-se principalmente os trabalhos ainda do próprio Togliatti, posteriormente do Giuseppe Vacca, do Poulantzas e a dos marxistas alemães da escola da derivação".

ainda segundo COUTINHO:

" A esfera política "restrita" que era própria dos Estados oligárquicos, tanto autoritários como liberais, cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública "ampliada", caracterizada pelo crescente protagonismo de amplas organizações de massa. É a percepção dessa socialização da política que permite a Gramsci elaborar uma teoria marxista ampliada do Estado. Mas cabe lembrar que se trata de uma ampliação dialética: os novos elementos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo fundamental da teoria "restrita" de Marx, Engels e Lenin (ou seja, o caráter de classe e o momento repressivo de todo poder de Estado), mas o repõem e transfiguram ao desenvolvê-lo através do acréscimo de novas determinações."

COUTINHO, C.N., 1994. *Marxismo e Política. A dualidade de poderes e outros ensaios.* Cortez Editora, São Paulo, pags. 52 e 53..

¹³ desde o Manifesto Comunista que esta visão "restrita" de Estado é presente na obra de Marx. Contudo, quando analisa a história francesa no período de 1848-1852, nas obras " O 18 de Brumário " e " Lutas Sociais na França" ele vê o EC, fundamentalmente como o Estado da ordem social, de defesa do interesse político geral ou de uma parte da burguesia - o que implica em aceitar o conceito de hegemonia disputado no interior da classe burguesa.

¹⁴ as mudanças ocorridas no capitalismo europeu no final do século, tanto na esfera da economia(surgimento dos monopólios) quanto na estrutura política do próprio EC foram percebidas por Engels no final da sua vida. Em 1895, na Introdução que escreveu para a reedição de "As Lutas de Classe na França", formula um novo conceito de Estado:

" O Império Alemão, como todos os pequenos Estados e, em geral, todos os Estados modernos, é um produto de um pacto; primeiramente, de um pacto dos príncipes entre si e, depois, dos príncipes com o povo. Se uma das partes quebra o pacto, todo ele é nulo e outra parte está desobrigada".

a citação de Engels é feita a partir da referência(8), página 27.

seu modo de produção, já em Weber é pelo tipo de coordenação da atividade econômica¹⁵

A teoria marxiana dos modos de produção caracteriza o SEC pelas “relações de produção” - aquelas estabelecidas, por um lado, entre os produtores e, por outro lado, os meios e instrumentos de produção e os produtos.

Na teoria weberiana, que define o SEC pelo tipo de coordenação da atividade econômica, a estrutura econômica atua de acordo com os planos dos vários sujeitos econômicos: toda ação econômica é pré ordenada.

Esse planejamento pode ser realizado por cada sujeito econômico (sistema de economia de tráfico) ou pode ser exterior, centralizado por terceiro(sistema de direção central, a partir do Estado). Nesse sistema econômico, a coordenação da economia é feita pelo mercado.

Assim, segundo a teoria marxiana é o modo de produção que determina o tipo de coordenação da economia. No entanto, segundo a concepção weberiana é o tipo de coordenação econômica que determina o tipo de propriedade dos meios de produção.

As formas expressas neste dois tipos de coordenação não são estáticas. A partir deles pode-se constituir uma multiplicidade de formas econômicas.

Elas dependem, naturalmente, dos objetivos de cada projeto social de desenvolvimento, das suas prioridades a serem perseguidos e dos estágios de desenvolvimento da economia. Principalmente, de uma decisão política a ser tomada pelos governantes.

A análise marxiana na sua globalidade corresponde, a realidade de funcionamento do SEC. Como já foi colocado anteriormente, é a produção que determina as relações econômicas - sem a produção não existe distribuição, nem consumo. Por consequência, as relações de produção condicionam a existência do econômico, e determina o tipo de coordenação de uma economia, e, não o inverso.

¹⁵ a teoria weberiana foi sistematizada por Walter Eucken nas suas obras: Questões Fundamentais da Economia Política(1947) e Fundamentos de Política Econômica(1956)
op.cit.(8)

2.6 As Formas de Capitalismo

A SC se mantém, apesar das mudanças nas formas econômicas de desenvolvimento capitalista. A modificação da forma econômica implica apenas, transformação dos fatores que compõem este sistema. Podem conviver, inclusive, formas e sistemas econômicos distintos. A questão que se coloca é a da hegemonia, deste ou daquele sistema ou forma econômica de desenvolvimento.

O capitalismo na sua evolução histórica pode ser dividido em duas formas econômicas principais - o capitalismo de concorrência e o capitalismo de monopólio. A seguir, avaliam-se esses distintos processos de desenvolvimento.

2.6.1 O capitalismo de concorrência (ou de livre mercado, ou do “Estado Mínimo”)

A economia política clássica (Adam Smith, David Ricardo e Stuart Mill)¹⁶ elaborou um modelo econômico que correspondia às necessidades do nascente capitalismo manufatureiro do século XVIII, que enfrentava ainda heranças do regime feudal e as restrições à liberdade de mercado no continente europeu.

Os pré-supostos básicos deste modelo são:

- a liberdade de empresa e de concorrência, colocando a individual e a iniciativa privada como valores principais desta nova ordem.
- a atividade política subordina-se à economia.
- a atividade econômica é autônoma.

O crescimento da economia e o desenvolvimento da sociedade estão condicionados à existência da empresa privada, a autodeterminação e a defesa do interesse individual que buscam vantagens e motivações.

Esse livre desenvolvimento, por parte de todos e de cada um dos membros da sociedade é o que resulta na melhoria do conjunto.¹⁷ Na teoria smithiana, esse

¹⁶ economistas ingleses do século XVIII.

¹⁷ “ É somente por amor do lucro que qualquer pessoa emprega um capital numa atividade (industry) “ SMITH, A. A Riqueza das Nações.
mencionado de acordo com a referência (4) desse capítulo

comportamento individual que leva ao bem estar público não é intencional, realiza-se através da ação de uma “mão invisível”

Por outro lado, a concorrência num mercado aberto e sem restrições, garante o menor custo social possível e impede ou permite regular as eventuais distorções da economia.

Portanto, Iniciativa Privada e Concorrência são os princípios básicos do modelo de economia clássica liberal.

O Estado neste contexto está fora da ordem econômica. Deve limitar-se.

*“De acordo com o sistema da liberdade natural o soberano tem somente três funções a desempenhar: em primeiro lugar, proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; em segundo lugar, proteger, tanto quanto possível, cada um dos membros da sociedade da injustiça ou da opressão de qualquer outro membro, isto é, estabelecer uma rigorosa administração da justiça; e, em terceiro lugar, criar e manter certos serviços públicos e certas instituições públicas, que jamais sejam susceptíveis de interessarem qualquer indivíduo, ou um pequeno número de indivíduos, na sua criação e manutenção”*¹⁸

As limitações do modelo

Apesar da importância do pensamento econômico liberal clássico para a compreensão da economia capitalista do século XIX, esse não correspondia a realidade do desenvolvimento capitalista daquela época.

Os pre-supostos da concorrência perfeita são: número indefinido de participantes no mercado (sem influência sobre a oferta e a demanda, atuando como agente de maximização da utilidade nas trocas), fungibilidade das mercadorias, plena transparência do mercado e capacidade de resposta imediata dos fatores de produção às demandas do mercado. Somente nestas condições é que o mercado funcionaria como regulador (a “mão invisível”) do processo econômico.

A realidade econômica funcionava de outra maneira. Neste período “liberal” do capitalismo o Estado já funcionava como agente interventor na economia.

¹⁸ op.cit.(6)

Exemplos desta intervenção são as políticas protecionistas e de abertura de fontes territoriais de matéria primas praticadas pelo Estado no desenvolvimento das economias dos países europeus e dos Estados Unidos no século XIX. Ainda, e, concomitantemente, era o agente que criava as condições para o funcionamento “normal” da economia - como repressor dos trabalhadores, na proibição da constituição de sindicatos e da greve, etc.¹⁹

A separação do Estado das atividades econômicas, portanto, não se concretizava na prática. A separação pretendida e alcançada pela ideologia liberal do século XIX foi a da Sociedade burguesa do Estado monárquico absolutista.²⁰

Assim, o modelo liberal não refletia a realidade da economia capitalista. Na verdade funcionou, inicialmente, como instrumento político-ideológico que confrontou a ordem institucional feudal (que precisava ser substituída) e posteriormente contra a própria ordem mercantil (que afirmava o desequilíbrio natural da economia, e, portanto a necessidade de intervenção exterior).

A teoria liberal funcionou como ideologia do EC, utilizada pela burguesia para construir sua hegemonia política na SC.

A democracia liberal não se concretizava na esfera da política e nem da economia, e por consequência também não se realizava no social.

Os *droit de l'homme* proclamados na Revolução Francesa, como direitos universais da cidadania, não foram efetivados universalmente na nova ordem capitalista. A maioria da população, os trabalhadores em particular, era excluída do direito de votar e de ser votada, e o parlamento que teoricamente defendia o direito de Toda a Sociedade, na verdade era a representação exclusiva dos proprietários.

Até os meados do século XIX, o desenvolvimento capitalista nos regimes liberais se realiza com um forte grau de excludência. Proibia-se a formação de Associações de trabalhadores e os Partidos existentes na concepção atual surgiram posteriormente²¹

¹⁹ “um dos primeiros serviços (prestados pelo Estado), provavelmente o mais importante, foi o de conter a força operária, mantendo para os trabalhadores, se necessário com o concurso do exército, a proibição de toda a forma de ação coletiva”
MEYNAUD, J. op.cit(6) pag.43

²⁰ naturalmente este processo não foi linear. Na Alemanha e na Rússia, por exemplo, o Estado durante todo o século XIX manteve o seu caráter imperial, aristocrático e militar, sem a hegemonia política da burguesia.

Então, os trabalhadores lutavam pelas conquistas universais proclamadas pela Revolução Francesa e que continuam atuais, no final do século XX. As lutas e as conquistas econômicas, sociais e políticas alcançadas no capitalismo, fazem parte da história dos movimentos sociais, particularmente daqueles sob a hegemonia dos trabalhadores.

Naturalmente, as mudanças ocorridas influenciaram o comportamento da sociedade e do EC, havendo uma maior socialização da política, com benefícios para toda a sociedade.

Essa trajetória do desenvolvimento capitalista que caminha pelo século XIX e já atravessa o século XX cria novas interações entre o Estado e a sociedade, trazendo um maior grau de complexidade entre os diversos atores sociais envolvidos, criando-se uma rede heterogênea de instituições classistas e policlassistas na sociedade civil²², que cada vez mais são determinantes nessas relações, em um contexto internacional interdependente (e de exclusão).

Um importante meio para compreender o funcionamento da sociedade e do EC é uma análise de como a política econômica é formulada, implementada e viabilizada nas diversas etapas do seu processo de desenvolvimento.

A seguir analisam-se as situações que determinam e condicionam a economia capitalista, enfatizando-se o papel do Estado como agente econômico.

²¹ o primeiro partido organizado com prática política fora do Parlamento, para Toda a Sociedade, com uma visão classista (defendendo os interesses dos trabalhadores), é o Partido Social Democrata Alemão, fundado somente na segunda metade do século XIX.

²² aqui é o conceito elaborado por Gramsci: "*Podem-se por enquanto fixar dois grandes planos superestruturais, o que se pode chamar de Sociedade civil, ou seja, do conjunto de organismos vulgarmente denominados privados, e o da Sociedade política ou Estado, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a Sociedade, e ao domínio direto de comando que se expressa no Estado ou no Governo jurídico.*" Assim, diferente de Marx, a Sociedade civil para Gramsci não é "todo o complexo das relações materiais, nas todo o complexo das relações ideológicas-culturais - op.cit.(12)

2.6.2 O Capitalismo de Monopólio

Aumenta a participação do Estado na economia:

De acordo com VOGORITA et alli ²³ pode-se , esquematicamente, distinguir os seguintes estádios da evolução geral dos níveis de participação do Estado na economia:

-fase do “ intervencionismo ”- inicialmente, através de medidas acidentais, pontuais, respondendo a circunstâncias particulares e demandas imediatas, em setores restritos da economia,

-fase do “ dirigismo ”- já existe uma ação sistemática sobre os processos econômicos, visando objetivos político-econômicos predeterminados, orientados por uma concepção geral econômica, e

-fase da planificação - a ação econômica atinge maior intensidade e extensão implementada por instrumentos e segundo objetivos contidos num plano geral, , e caráter nacional, temporariamente determinado.

A fase do “intervencionismo” sempre existiu, mesmo no mais puro liberalismo, podendo destacá-lo no final do século XIX. Antes da primeira guerra mundial (1914-1918) inicia-se a fase do “dirigismo “ que consolida-se com a grande depressão da economia americana (1929-1931) e estende-se até a segunda guerra mundial (1939-1945). Finalmente, a terceira fase, da planificação, têm a sua origem com a experiência econômica soviética (portanto, originalmente, fora do contexto capitalista) em 1924, através da Nova Política Econômica.

Essas distintas fases de evolução do capitalismo estiveram e estão presentes nos diferentes processos de desenvolvimento econômico dos países capitalistas.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, por exemplo, passou por todas estas fases (como será analisado no próximo capítulo) destacando-se a terceira fase, a de maior intervenção do Estado na economia. A intervenção do Estado brasileiro na

²³ VOGORITA, SHEUNER, BETTELHEIM, op.cit.(8)

economia, através de seu SPE, criou as condições objetivas para o processo de industrialização do país.

No final do século XIX amplos setores da economia capitalista são dominados por grandes empresas em situação de monopólio ou quase monopólio²⁴ Caem por terra os dois princípios da teoria econômica liberal: o de que nenhum produtor ou consumidor influenciaria o mercado a partir da oferta e da demanda e o de que cada produtor, ou em geral qualquer participante no mercado, deveria apresentar-se nesse individualmente.

A “mão invisível” do mercado materializa-se através das grandes corporações que a partir de então serão determinantes no funcionamento da economia capitalista.

A grande empresa é resultado da lógica de acumulação e da concentração do capital, das mudanças técnicas operadas no processo de desenvolvimento da Sociedade capitalista.

As características principais desta nova forma econômica, a do “capitalismo de monopólio”²⁵ são: o capital da empresa é a junção de vários capitais individuais, a empresa vincula-se ao capital bancário e aquelas com atividades afins, articulam-se em associações de produção ou em acordos de partilha de mercado.

A empresa monopolística substitui a concorrência e a competição. O capital financeiro passa a dominar o eminentemente industrial.

No mundo do trabalho, também operam-se mudanças. No período que vai do início da década de noventa do século passado até o término da primeira guerra mundial (1914-18), os trabalhadores aparecem como força social coletiva, organizada e consciente de suas necessidades.

²⁴ na economia capitalista, existe monopólio quando uma empresa produz, vende, ou compra um bem em quantidade suficientemente elevada que possa condicionar seu preço no mercado.

²⁵ a expressão “capitalismo de monopólio”, é usada pela teoria marxista do princípio do século que analisou primeiramente a mudança estrutural da economia capitalista. Hoje, já é absorvida pela literatura econômica a distinção entre “capitalismo de concorrência” e “capitalismo de monopólio”.

Ver as obras de Hilferding (1910), Rosa Luxemburgo (1913), Bukárine (1915), Lênin, Kautsky (1916) e também, posteriormente, Poulantzas, Baran e Sweezy, entre outros.

Primeiramente com as lutas econômicas reivindicativas, posteriormente nas lutas políticas, com o surgimento do movimento anarquista e a organização dos partidos operários marxistas, questionadores da ordem social vigente.

Esses processos contraditórios influenciam o reordenamento econômico e social da SC. O mercado perde em parte sua função de dirigente do processo econômico, sendo agora influenciado pelo comportamento dos monopólios.

No plano social, o conflito entre capital e trabalho toma outra dimensão com o fortalecimento da organização dos trabalhadores. A “questão social” torna-se uma preocupação de Estado e da sociedade, colocando em cheque a própria ordem capitalista.

A primeira guerra mundial é o símbolo de ruptura com a antiga ordem liberal econômica. Segundo VIGORITA²⁶:

“A Primeira Guerra Mundial quebra a tradição do liberalismo econômico, acelerando violentamente a ação dos fatores desagregadores deste. Efetivamente, a guerra:

a) dilata desmesuradamente as exigências de armamento e de aprovisionamento, evidenciando a necessidade de controle integral e coercitivo da vida econômica;

b) por isso mesmo constitui uma experiência concreta de total disciplina pública da economia, modelo e justificação de futuras medidas autoritárias de política econômica, e ao mesmo tempo cria hábitos e métodos de direção dificilmente obstaculáveis;

c) provoca excessos dimensionais e errada distribuição na industrialização com predisposição para a ruína, por falta de capitais e de mercado, e conseqüente “salvamento” estatal para evitar crises;

d) fraciona o mercado internacional pelo suprimento de novos Estados e de um novo nacionalismo econômico a favor dos USA e em prejuízo da Europa: com o que abre a via à intensificação do protecionismo recíproco;

²⁶ citado por MOREIRA, V. op.cit.(61), pag.49

eprovoca o desenvolvimento numérico e o despertar da consciência de classe das massas operárias, cujo peso político e força organizativa aumenta, colocando-as em posição de condicionar a tradicional supremacia das antigas classes dirigentes e de exigir a revisão, no sentido social, do intervencionismo”.

A fase de maior intervenção do Estado, comportou e comporta uma ampla discussão teórica sobre a natureza e as características da nova forma econômica do EC.

Adiante esta necessidade de intervenção é analisada a partir de diferentes referenciais teóricos: o marxiano - com a concepção de “capitalismo monopolista de estado” e o keynesiano, que se coloca na defesa do capitalismo e na necessidade de atualização do pensamento liberal²⁷.

Essas concepções teóricas surgem para explicar as mudanças ocorridas no capitalismo já a partir do final do século XIX, e, principalmente, depois da grande depressão da economia americana de 1929, que repercutiu em toda a economia mundial.

O Capitalismo Monopolista de Estado

O Capitalismo Monopolista de Estado (CME) é uma nova etapa na evolução do modo de produção capitalista.

De acordo com COUTINHO²⁸:

“...o Estado do CME orienta-se tendencialmente para a defesa dos interesses globais da reprodução capitalista, o que, em nosso tempo, significa objetivamente a reprodução do capital como capital monopolista; e, para isso, tem de criar um corpo executivo numeroso e relativamente autônomo, que se legitima em nome da

²⁷ essas duas visões teóricas “matrizes” elaborada pelos marxistas e a liberal (!) elaborada por Keynes naturalmente, não esgotam a problemática sobre a intervenção do Estado na economia, contudo para caracterizar a natureza intervencionista do Estado capitalista, objetivo deste capítulo, atende às expectativas.

²⁸ COUTINHO, C.N. O Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil: Algumas Implicações Políticas, pag.99. In: Democracia Como Valor Universal. Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. São Paulo, 1980. O autor considera válido o conceito também para o Brasil, considerando as características e especificidades brasileiras. Polemiza e se contrapõe, por exemplo, a noção de “burguesia de Estado” teorizada por Fernando Henrique Cardoso (Autoritarismo e Democratização, Rio de Janeiro, 1975)

Sobre CME, ver Paul Bocarra, Études sur le Capitalisme Monopoliste d'État, sa Crise e son Issue, Paris, 1974 pp.16-69.

²⁸ citado por MOREIRA, V. op cit.(6)pag.49

“racionalidade técnica”(expressa na programação econômica parcial) e se situa tendencialmente acima das “paixões” imediatas dos capitalistas singulares...”

A incapacidade do SC em responder as crises econômicas do capitalismo, cada vez mais agudas, de resolver os conflitos sociais, radicalizados, muitas vezes até ao ponto de ruptura da ordem estabelecida, e de atender às novas demandas colocadas pelo progresso técnico levou a necessidade de maior participação do Estado no processo econômico capitalista.

O aumento da composição orgânica do capital (via aumento da produtividade) leva à concentração/centralização do capital, levando, inexoravelmente, à formação dos monopólios.

A economia monopolizada acentua as contradições do capitalismo em geral (realização da mais valia, estabilização da taxa de lucro, etc.), criando antagonismos estruturais entre o capital monopolista e os capitais singulares.

Os antagonismos entre esses capitais, leva a necessidade de ampliar a intervenção do Estado nos processos de reprodução de capital, em uma tentativa de superar essas contradições. O Estado agora, de maneira mais explícita, deve “tutelar” os interesses do capital em seu conjunto, criando contratendências à lei da queda da taxa de lucro.

Essa nova forma econômica de desenvolvimento do capitalismo no século XX, vai exigir cada vez mais a intervenção do Estado na economia..

O Kevnesianismo

A teoria do economista liberal, Lord Keynes²⁹, orientará a intervenção do Estado, criando mecanismos de intervenção para a superação da primeira grande crise do capitalismo no século XX, a grande depressão da economia americana, em 1929. Esta teoria, mesmo em crise, continua influenciando a formulação das políticas econômica do capitalismo até a atualidade.

²⁹ A Teoria Geral do emprego, juro e moeda é a obra clássica do pensamento econômico de J.M.Keynes.que supera definitivamente a interpretação da política econômica liberal.

Segundo Keynes, a iniciativa individual só é capaz de proporcionar a expansão econômica e o progresso social se organizada pelo Estado. O processo de acumulação capitalista para Keynes passa por períodos de desenvolvimento e declínio, possibilitando períodos ora de prosperidade, ora de crise, em um movimento cíclico. O processo de acumulação sai de uma situação de depressão para uma fase de crescimento e retorna à situação original. A questão é buscar uma posição de equilíbrio desse sistema. Este desafio só pode ser realizado pelo Estado.

Nesse contexto, a intervenção do EC possibilita um elevado nível de acumulação, evitando o desemprego. A intervenção pode ser via os chamados gastos improdutivos (construção de obras suntuosas, indústria armamentista etc.) ou através de novas fronteiras produtivas, onde a iniciativa privada não arrisca o seu capital.

O Estado Keynesiano não substitui a iniciativa privada, é complementar. Situa-se como necessário para a solução das crises do desenvolvimento capitalista - mantém o fluxo da acumulação, da renda, e do emprego pela regulamentação da taxa de juros e pela "socialização" do investimento.

Finalmente, o EC Keynesiano é intervencionista, mais independente da sociedade e do capital: é racional e intervém diretamente na acumulação por força das leis que regem a economia capitalista, onde existem funções técnicas individuais e funções técnicas estatais.

Portanto, o Estado na concepção de Keynes é capaz de organizar e reformar o capitalismo convivendo com a propriedade privada e a livre iniciativa, é complementar e necessário ao desenvolvimento da SC.

Assim, comparando-se as teorias acima analisadas, verifica-se que tanto os marxistas, quanto os keynesianos, apontam a necessidade de intervenção do Estado na economia, naturalmente para alcançar objetivos econômicos e sociais diferentes. Os níveis de intervenção do Estado variam em extensão e intensidade e realizam-se sob variadas formas e situações, a depender de cada sociedade concretamente.

2.7 As Formas de Propriedade Capitalista

A análise da experiência histórica de desenvolvimento do Capitalismo, desde os seus primórdios liberais até a atualidade, como já foi analisado anteriormente, demonstra que o Estado sempre colocou-se como um instrumento importante na organização da economia.

A intervenção do EC na economia foi se desenvolvendo historicamente para responder as necessidades de consolidação e desenvolvimento da economia capitalista e suas demandas político-sociais, como também para responder às crises cíclicas geradas por esse sistema. Pode-se dimensionar essa importância, através das diferentes formas de propriedade existentes na sociedade capitalista, que se reflete em um maior ou menor nível de intervenção do Estado nos processos econômicos.

O funcionamento do SEC está baseado em normas fundamentais para seu desenvolvimento, que se expressam institucionalmente, entre outras, no modo de produção, de distribuição do poder econômico e do produto social.

A existência do SEC pressupõe duas condições materiais: proprietários e existência dos meios de produção e os homens "livres", assalariados, vendedores de sua força de trabalho aos proprietários. Entre esses dois grupos, estabelece-se a relação social, fundamental deste sistema, de acordo com aquelas relações materiais recíprocas - uma de apropriação e a outra de não apropriação.

Originalmente, no modelo econômico liberal, o conceito predominante era o de propriedade individual, baseado na livre iniciativa e no mercado concorrencial. As Sociedades por Ações, existentes desde a antiguidade na Fenícia e desenvolvidas pelos comerciantes italianos e alemães a partir do século XV, tornam-se o principal tipo de propriedade no capitalismo contemporâneo - a Propriedade Social por Ações(S/A).

O desenvolvimento das S/A no capitalismo consolidou a figura do empresário, separado do dono do capital (no liberalismo econômico, normalmente era a mesma pessoa), diferenciando as respectivas funções no processo empresarial.

O Estado também participa como proprietário de diversas formas, inclusive, exercendo o monopólio de atividades econômicas, consideradas importantes para a sociedade.

Finalmente, pode-se enumerar uma terceira forma de propriedade no capitalismo: é aquela em que as empresas pertencem a um Coletivo de Trabalhadores, existente já na república de Weimar (Alemanha), na Espanhola, e, bastante difundida nos períodos de crise econômica do capitalismo, com exemplos recentes deste tipo de propriedade, também, no Brasil.

As transformações jurídicas das formas de propriedade no desenvolvimento da SC, institucionalizaram as mudanças econômicas ocorridas na sociedade.

Ressalte-se, no entanto, apesar destas mudanças processadas nas forma de Propriedade Capitalista, que esta em si não se altera (mesmo se tratando de empresas estatais) - conserva sua característica principal de instituição capitalista, conservadora da ordem econômica e social vigente.

Forma de Propriedade & Desempenho Empresarial

Sobre o desempenho empresarial, é importante destacar , que este não se relaciona com a natureza da propriedade ou do capital (privado ou estatal), mais sim com a maneira de como é administrada a empresa e sua eficiência técnica no desenvolvimento das suas atividades fins.

Em geral, os parametros a serem considerados na avaliação de desempenho em uma empresa capitalista são:

técnico e administrativo: devem ser avaliados de acordo com os objetivos empresariais.

a eficiência técnica: é determinada pelo(s) processo(s) tecnológico(s) empregado(s) de acordo com as disponibilidades de desenvolvimento de C&T (exogeno e endógeno) e as possibilidades de criação e adaptação tecnológica da própria empresa ou de terceiros que possam estar a serviço da mesma,

a eficiência administrativa: condiciona a técnica aos resultados esperados pela empresa, seus acionistas e a sociedade em geral.

A eficiência técnica e administrativa são condicionadas por variáveis internas e externas à empresa. Fatores internos importantes são a qualidade e a motivação dos recursos humanos disponíveis, assim como as condições materiais de trabalho.

Externamente são relevantes para a avaliação do desempenho o grau de autonomia da empresa para atingir os seus objetivo(s) empresarial(is)

Portanto, a polêmica atual travada em torno da eficiência ou não de uma empresa em razão da natureza da sua propriedade (o que é estatal é ruim, o que é privado é bom e moderno, etc.) e uma falsa polêmica

A maior ou menor participação do Estado na economia e por consequência a definição das áreas de atuação dos setores produtivos estatal e privado, vai depender dos objetivos colocados pelo próprio Estado para si (e toda a sociedade) no processo de

desenvolvimento econômico, em um determinado contexto histórico-geográfico, cultural e sócio-político, de acordo com o seu nível de desenvolvimento científico e tecnológico e sua inserção na economia mundial.

No caso brasileiro, deve-se redefinir no processo de discussão em curso qual a estratégia de desenvolvimento para o país, que tipo de modelo de desenvolvimento a sociedade brasileira quer perseguir e então, a partir desses pré-supostos, implementar e reforma do Estado brasileiro, necessária para atingir a esses objetivos .

2.7.1 O Setor Produtivo Estatal

O Estado capitalista, como já foi analisado, a partir da grande depressão americana de 1929, passa a ser intervencionista, superando a sua forma abstencionista (característica do liberalismo econômico) quando é chamado a atuar diretamente no processo econômico com a finalidade de incentivar ou reorientar determinadas atividades, com objetivos de política econômica e social, além do coercitivo.

A intervenção direta do Estado no processo de desenvolvimento econômico acentuou-se a partir dessa época e ampliou-se no período posterior a segunda guerra mundial, jogando um papel importante no desenvolvimento e na reconstrução das economias capitalistas dos Estados europeus, Japão e América Latina, até a década de setenta

O ambiente econômico, político e social de desenvolvimento do capitalismo no século XX evidencia a incapacidade da economia capitalista de regular a si mesma, de resolver seus conflitos e os da sociedade. O Estado capitalista contemporâneo aparece, de maneira direta ou indireta, como agente econômico, institucionalizando novas formas de ação, procurando minimizar os efeitos das crises inerentes ao capitalismo e os seus desdobramentos econômicos e sociais.

A Intervenção do Estado agora vai além da formulação e regulamentação da política econômica, toma forma direta, de propriedade empresarial, criando bases para a formação do que se convencionou a chamar Setor Produtivo Estatal (doravante SPE).

O surgimento do SPE opera uma mudança substantiva na forma de propriedade e de acumulação: o lucro da empresa passa a ser um meio e não o objetivo final, como na iniciativa privada. O SPE opera como ente estatal (com objetivos políticos e econômicos) e empresarial (atendendo às expectativas de determinados setores produtivos, específicos da economia).

Desde os seus primórdios até a atualidade o SPE, nas suas diferentes matizes (européia, americana, japonesa e latino-americana), tem sido um dos elementos dinamizadores, fundamentais, no desenvolvimento capitalista, criando condições para o funcionamento geral da economia, particularmente da iniciativa privada. Atualmente a intervenção estatal nos países de economias capitalistas desenvolvidas orienta-se, preferencialmente, para as áreas de inovações tecnológicas, no contexto de reestruturação da economia capitalista mundial.

O SPE é materializado no processo de intervenção na economia, através de empresa(s) que exerce(m) determinada(s) atividade(s) produtivas.³⁰ A indústria de petróleo é exemplo destacado de atividade do SPE, como será analisado ainda neste capítulo, e, principalmente nos capítulos 3 e 4 deste trabalho.

³⁰ esta explicitação é necessária porque o conceito de SPE é colocado de maneira ambígua, levando a compreensão de que o mesmo corresponde ao universo de TODAS entidades do Setor Público, não especificando a natureza particular, dessa área produtiva do Estado.

Aqui o conceito considerado é econômico e não jurídico, que é sempre mais abrangente.

sobre esta discussão teórica e o SPE brasileiro, ver o relatório do projeto:

Financiamento da Economia e Sistema Financeiro no Brasil, vol. I e II, UNICAMP/IESP, SP, dezembro de 1987 no cap.III será feita uma análise geral do processo de formação do SPE brasileiro, dando ênfase ao desenvolvimento da indústria petrolífera.

2.8 O Neoliberalismo e a Atualidade do Estado.

2.8.1 A Ofensiva Neoliberal

O neoliberalismo como doutrina surgiu após a segunda guerra mundial. Foi uma reação política, então teórica, contra o Estado do bem-estar na Europa e a política do New Deal americana.

O seu principal mentor teórico é o austríaco Friderich Hayek, que aparece, ainda em 1944, com o texto "O Caminho da Servidão", que será a referência inicial para o movimento

Posteriormente, em 1947, Hayek convocou uma reunião para organizar uma Sociedade que passaria a ser referência neoliberal a partir daquela época. Fundou a Sociedade de Mont Pèlerin³¹ cujo objetivo, na prática, era combater o Keynesianismo reinante. Segundo eles o Estado do bem-estar, destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, garantidores da prosperidade geral.

Segundo ANDERSON, a doutrina neoliberal tinha o seguinte objetivo político:

"Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1954 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria. A mensagem de Hayek é drástica: "Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão - uma servidão moderna".³²

No entanto, a realidade política e econômica do pós guerra era adversa ao discurso neoliberal. A economia capitalista desenvolvia-se plenamente, ancorada em uma forte intervenção do Estado, proporcionando conquistas sociais importantes aos trabalhadores e a sociedade em geral, tanto na Europa como nos Estados Unidos, na figura do Estado do bem-estar, como na política do New Deal americana.

³¹ participaram dessa reunião, entre outros, Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michel Polanyi, Salvador de Mariaga. a Fundação passa a ter reuniões de dois em dois anos

³² Perry Anderson, Balanço do Neoliberalismo. In: Pós-Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Ed. Paz e Terra/UNESP/1995/p.9

Outras regiões e países tiveram também, a partir daquela época, o Estado como propulsor do desenvolvimento econômico, criando um vigoroso processo de desenvolvimento industrial: a Ásia, de maneira destacada o Japão e a América Latina, particularmente o Brasil.

a crise dos anos setenta abre caminhos para o neoliberalismo

No início dos anos setenta, o modelo econômico do pós guerra dá sinais de esgotamento. A economia capitalista desenvolvida caiu numa longa e profunda recessão. As altas taxas de inflação e as baixas taxas de crescimento econômico, combinaram explosivamente para formatar um processo de crise que atingiu por tabela as economias periféricas dependentes, como a brasileira.

A situação agora começa a ser propícia ao discurso neoliberal. O receituário colocado era de estabilidade monetária, pressuposto necessário ao funcionamento da economia, que deveria ser alcançado a qualquer custo, com uma disciplina orçamentária férrea.

A centralidade das preocupações econômicas passa a ser de ordem orçamentária, o Estado do bem-estar deve ser destruído para se atingir esse objetivo. Agora o Estado tem que ser forte para garantir o controle orçamentário e a coerção frente ao poder dos sindicatos e das organizações da sociedade civil em geral, reivindicadores e garantidores das conquistas sociais do Estado do bem-estar.

No final da década de setenta, finalmente, a doutrina neoliberal chega ao poder e sua política econômica pode ser aplicada em vários países. Na Inglaterra Margaret Thatcher ganha as eleições em 1979. Nos Estados Unidos Reagan chega a presidência em 1980. Em 1982 com a vitória de Kohl e a derrota de Helmut Schimdt na Alemanha.

Na década de oitenta o neoliberalismo continua a avançar na Europa, Austrália, Nova Zelândia e América Latina (as experiências aqui datam da década de setenta, desde a ditadura de Pinochet no Chile, avançam pela Bolívia, Argentina, México).

O desaparecimento da União Soviética e a conseqüente derrocada do "socialismo real" no leste europeu abriram perspectivas para o avanço do neoliberalismo também nesses países.

O neoliberalismo continua na ordem do dia. Coloca-se como perspectiva a nível mundial, apresentando-se como alternativa político-ideológica para a sobrevivência do capitalismo mundial.

No Brasil a ofensiva neoliberal se inicia no Governo Sarney, sofre um revés com o impeachment do Collor e influencia atualmente a política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Até agora(junho de 1995), a política econômica do atual governo está voltada para o equilíbrio do déficit público e do balanço de pagamentos. Naturalmente necessários para a estabilidade da economia , porém insuficientes para uma estratégia econômica de retomada do desenvolvimento a médio e longo prazos, que contemple as questões sociais a serem enfrentadas para atender às expectativas da maioria da sociedade brasileira. Os setores produtivo e social têm pago um preço alto por essa política, aprofunda-se a crise nas áreas de saúde e educação públicas e o aumento do desemprego é expressivo no país, particularmente no estado de São Paulo, inclusive nos setores mais dinâmicos da economia.

As reformas em andamento, que tratam de setores essenciais da economia brasileira (inclusive na área energética), importantes em qualquer processo de retomada do desenvolvimento econômico em bases socialmente defensáveis, são a expressão mais completa da inexistência de um projeto nacional, democrático, voltado para a maioria da Sociedade. O oportunismo político de conjuntura , como é da tradição das elites brasileiras, condiciona o processo de reformas do atual governo.

Por outro lado, a oposição não consegue propor para toda a sociedade, um projeto alternativo e por consequência não influencia na dimensão desejada (e possível pelo que representa) o processo de reformas em curso.

A estratégia neoliberal e diferenciada:

A estratégia neoliberal para enfrentar as crises econômica e social do capitalismo contemporâneo não é uniforme.

Nacionalmente, nos países desenvolvidos, os neoliberais chegam ao poder e operam transformações para responder os desafios colocados pela crise econômica desencadeada a partir dos anos setenta, buscando o “Estado Mínimo”

(principalmente na Inglaterra e Alemanha). Essa política confronta-se com as do Estado do bem-estar (saúde, educação, auxílio desemprego), desenvolvidas nessas sociedades a partir da segunda guerra mundial. Internacionalmente, a ação neoliberal dos países capitalistas desenvolvidos busca objetivos econômicos definidos, apontada para os chamados países em desenvolvimento. Essa política é orientada para determinados países ou região (a América Latina, por exemplo), sendo implementada por instituições internacionais (BM e FMI).

28.2 Os Resultados da Política Neoliberal

A aplicação da política econômica neoliberal nas últimas duas décadas, como resposta à crise da economia capitalista dos anos 70, trouxe transformações de alto custo econômico e social (deteriorização dos sistemas de saúde, educação, aumento do desemprego), inclusive nos países capitalistas desenvolvidos. O quadro de crise estrutural da economia capitalista mundial permanece.

A política econômica neoliberal aplicada desde o início dos anos setenta, busca a estabilidade monetária e a retomada de crescimento da taxa de acumulação de capital.

A estabilidade monetária e o crescimento econômico foram, quando conseguidos, sempre com um preço social elevado, inclusive nos países desenvolvidos (atualmente são 38 milhões de desempregados, apenas nos países da OCDE).

Apesar do crescimento econômico, a retomada de crescimento da taxa de acumulação, um dos objetivos dessa política, não foi alcançada. A inversão de capital nos setores produtivos das economias desenvolvidas nos anos 80, caiu em relação aos níveis dos anos 70 (quando já estavam a desejar).

Nos países capitalistas desenvolvidos as taxas de inversão tiveram um incremento anual de 5,5% nos anos 60, de 3,6% nos anos setenta e apenas 2,9% nos anos 80³³

Essa situação levou a desindustrialização de muitos setores da economia. A recuperação dos lucros não levou conseqüentemente a retomada dos investimentos nos setores produtivos. A desregulamentação financeira, pedra angular da política

³³ op.cit.(29)

econômica liberal, abriu espaço para uma inversão especulativa sem precedentes, pela dimensão mundial, na história do capitalismo

Assim, durante a década de 80 acontece a globalização dos mercados de câmbio internacionais, especulativo, que se contrapõe ao mercado mundial de mercadorias.

A partir de 1991 as economias capitalistas desenvolvidas enfrentam de novo um período de profunda recessão. Agora a política econômica liberal já não consegue a tão proclamada estabilidade monetária. A dívida pública começa a tomar proporções alarmantes, principalmente na Inglaterra e nos Estados Unidos.

2.8.3 Globalização X Estado

O Estado Nacional desenvolveu-se e continua a desenvolver-se de acordo com as necessidades do capitalismo, que vão se transformando historicamente para atender aos objetivos de natureza política, econômica e social desse sistema.

Apesar da importância cada vez maior das instituições internacionais, da globalização dos mercados financeiros, dos processos de integração econômica e política mais amplos, via regiões geográficas afins, o EC continua a jogar um papel importante no cenário nacional e internacional, continuando como organização de referência para as relações políticas, econômicas e sociais.

O EC para atingir os novos desafios da crise estrutural capitalista continua a intervir com os instrumentos clássicos de política econômica (fiscal e monetária), adaptados a nova realidade mundial e regional do sistema.

Proíbe e condiciona atividades, fixa preços, permanece produtor, administrador e planejador da economia.

O EC contemporâneo continua a ter um papel de grande importância para a superação (ou tentativa de) das crises e/ou no desenvolvimento da economia. Absorve uma parte significativa do produto nacional e, em muitas áreas é o seu principal consumidor e produtor.

O livre mercado e a não intervenção do Estado na economia propostos pelos neoliberais, incorporados nos discursos políticos das lideranças governamentais e

empresariais dos países capitalistas desenvolvidos (e seus seguidores da periferia) e nas instituições internacionais hegemônicas por estes (Banco Mundial e FMI), objetiva apropriar-se do patrimônio e das rendas propiciadas pelas empresas do SPE, via processo de privatização, como tentativa de superação da crise estrutural da economia capitalista mundial e seus desdobramentos regionais. A (res)destruturação dos SPEs é um processo em curso, no caso particular da América Latina, desde a década de setenta.

Apesar da ofensiva neoliberal, o funcionamento da economia capitalista ainda está condicionada a uma forte influência do Estado.

A imagem tão difundida, por exemplo, de que o Estado norte-americano não intervém na economia, está distante da realidade histórica e atual daquele país.

Segundo CHOMSKY³⁴:

“Durante quarenta anos a política industrial dos Estados Unidos se baseou no sistema do Pentágono, com o seu estímulo sistemático à indústria high-tech e o mercado garantido pelos Estados Unidos para escorar decisões da direção. Quando se precisava de um estímulo econômico podia-se rapidamente urdir a ameaça a nossa existência: a guerra da Coreia em 1950, a “defasagem dos mísseis” de Kennedy, a eminente conquista do mundo pela União Soviética e a “janela de vulnerabilidade” do período final do governo Carter e início da gestão de Reagan”...

... “A intervenção maciça do Estado na economia propiciou aos Estados Unidos uma confortável liderança em setores avançados da tecnologia”.

Ainda, segundo o mesmo autor, observando as razões da crise da economia americana e a reorientação da intervenção do Estado naquele país, nos últimos anos:

... “A abrupta desintegração da União Soviética” minou o expediente instituído para manter a economia depois da Segunda Guerra Mundial, comenta Luis Uchitelle, correspondente econômico do Times, e “as principais companhias militares como a General Electric, estão em dificuldade, assim como a indústria high-tech em geral.

Foram-se os velhos pretextos, e já não é tão simples saldar as virtudes do capitalismo de mercado livre, ao mesmo tempo em que se mama nas tetas do governo. É preciso encontrar novos métodos...

³⁴ CHOMSKY, Noam. 1993. Year 501-The Conquest Continues. Trad. Maria Cristina Guimarães. SCRITTA Editora. novembro de 1993. ps164.165.

...a liderança tecnológica está se deslocando para outras áreas, sobretudo biotecnologia. Como outros setores competitivos da economia, as indústrias farmacêutica e de saúde e a agrobusiness sempre foram beneficiadas com um subsídio organizado pelo Estado para a pesquisa, desenvolvimento e marketing”.

Conclusivamente, CHOMSKY observa, indicando a reorientação do papel do Estado na economia americana nos últimos anos:

“ ... Nos primeiros anos do pós-guerra, a pesquisa ajudou a disparar a criação de empresas de eletrônica e computadores. Hoje as empresas de biotecnologia estão brotando em torno das mesmas instituições de pesquisa (estatais!), por mecanismos muito semelhantes”...

Assim, a concepção neoliberal de que o Estado não intervém na economia e o mercado é o agente de resolução das crises inerentes ao SEC não corresponde também a realidade atual do desenvolvimento econômico capitalista.

Apesar das reformas operadas a partir do final da década de setenta, nas principais economias capitalistas da Europa e dos Estados Unidos, com o objetivo de redução do papel do Estado na economia, esse continua a jogar um papel importante no desenvolvimento da economia daqueles países. Ressalte-se, no entanto, que no plano da nacional, o EC já não comanda como antes a economia e seus processos produtivos.

A globalização cada vez maior do processo de produção de mercadorias e dos mercados financeiros vulnerabiliza as economias nacionais, que vão perdendo sua autonomia, afetando as condições de produção e de trabalho de cada país (principalmente os da periferia do sistema), cada vez mais vulneráveis ao contexto internacional.

Assim, nesta situação de crise e de busca de novos caminhos da economia capitalista mundial, o desenvolvimento econômico, político e social continua e continuará condicionado (pelo menos em um horizonte próximo) às políticas de Estado.

Naturalmente, não há e nem haverá um caminho único que será seguido por todos nesse processo de transição. A complexidade, a heterogeneidade econômica, política e social das sociedades organizadas no espaço do Estado Nação, sinaliza que o papel

das formas atuais de organização (do Estado por exemplo) será desempenhado em função dos objetivos a serem perseguidos por esta ou aquela hegemonia política no processo de desenvolvimento a ser almejado, tanto no espaço nacional, quanto internacionalmente.

Esta análise vale para os chamados países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Apesar da ofensiva neoliberal, os movimentos sociais organizados e a sociedade civil em geral na Europa e nos Estados Unidos resistem e defendem as conquistas do Estado do bem estar, historicamente enraizadas nessas sociedades. A resistência à política neoliberal é maior no Japão e na Ásia Oriental, no Canadá, na Áustria e nos países escandinavos.

O Estado coloca-se ainda como essencial, instrumento necessário para a superação (ou tentativa de) dos problemas enfrentados pela sociedade desses países, podendo-se destacar os seguintes: desemprego estrutural, medidas protecionistas, investimentos em C&T, em áreas estratégicas para o desenvolvimento da economia e como agente para minimizar os problemas de saúde e educação, cuja qualidade vem deteriorando nos últimos anos.

Também nos países em desenvolvimento, a presença do Estado continua sendo condição “sine qua non” para a implementação de políticas necessárias ao desenvolvimento da economia, independente da superação ou manutenção da atual ordem social nesses países.

2.9 A Indústria de Petróleo e o Estado³⁵

As relações entre o Estado e empresas petroleiras sempre foram muito estreitas e vantajosas mutuamente.

Desde os primórdios da indústria de petróleo essas relações estavam colocadas na necessidade de controlar as reservas petrolíferas na sua origem, o que passou a orientar as políticas dos principais países capitalistas (Estados Unidos, Inglaterra, França) no golfo pérsico, na ásia e na américa latina. Também, a experiência socialista, iniciada com a revolução russa de 1917, teve no Estado o agente principal no processo de formação e desenvolvimento desta indústria.

³⁵ essa relação será mais detalhada no capítulo 3 e particularmente, no caso brasileiro, no capítulo 4 deste trabalho

Nos Estados Unidos, a atividade monopolística da STANDARD OIL e suas consequências, levou a Suprema Corte americana em 1911 a aplicação da lei antitruste (lei Sherman), na tentativa de regulamentar e minimizar o poder absoluto do monopólio, em detrimento do conjunto dos setores produtivos da economia americana relacionados com a indústria petroleira (colocava-se o problema da divisão da renda petroleira, de que maneira e em que proporção por esses setores da economia).

A partir de 1911 fica explicitada a política americana em relação ao petróleo, tanto internamente, com a lei Sherman, quanto externamente, com o início da atividade conjunta do governo federal e da STANDARD OIL no golfo pérsico.

O comportamento da Inglaterra foi distinto. Optou por uma intervenção direta do Estado. A marinha britânica, sob a liderança do liberal Winston Churchill, decidiu substituir o carvão pelo diesel nos navios da esquadra inglesa. Colocava-se a necessidade de criação de uma empresa estatal para assegurar esse suprimento de maneira soberana, o que foi feito com a criação da BRITISH PETROLEUM em 1914.

Desde o início do século XX, o golfo pérsico foi o palco privilegiado das disputas dos principais países capitalistas (inicialmente entre os alemães, os russos, os ingleses e os americanos e depois da primeira guerra mundial com os franceses e a exclusão dos alemães) pelo acesso às reservas de petróleo daquela região, a partir de iniciativas dos governos e companhias desses países.

Segundo DEBEIR³⁶ :

“...A cooperação entre os Estados e as companhias petrolíferas não mais cessou de se reforçar, até o ponto em que estas tornaram-se verdadeiramente a ponta de lança das intervenções imperialistas daqueles. Em 1944, Sir Frank Tribe, secretário de Estado do Ministério (britânico) dos Combustíveis e da Energia, prestava contas de uma operação no Oriente Médio, conduzida sob o patrocínio do governo, nos seguintes termos: “Com uma única e pouco importante exceção, a tarefa foi totalmente confiada a uma companhia petrolífera, que desempenhou o papel de agente do Ministério dos Combustíveis e da Energia. Esta companhia tinha, evidentemente, toda a experiência nos assuntos locais que seria desejável “...

³⁶ DEBEIR, Jean-Claude et alii, Uma história da Energia, trad. Sérgio Brito. Editora UNB, 1993

Assim, a ingerência do Estado no plano nacional e a defesa dos seus interesses e das suas companhias petrolíferas em outros países é uma característica do desenvolvimento da indústria de petróleo durante todo o século XX, na luta pelo acesso às reservas e ao mercado mundial.

Foi determinante a influência do Estado no processo de formação e desenvolvimento das indústrias mundial e brasileira de petróleo, quer seja como instrumento de regulação (exemplo clássico da indústria americana), quer seja como participante direto, via Setor Produtivo Estatal (nos países desenvolvidos da Europa, nos países da OPEP e na América Latina (onde o exemplo brasileiro é um dos mais significativos)).

A seguir, no capítulo 3, será feita uma análise mais detalhada, do desenvolvimento e atualidade da Indústria Mundial de Petróleo, procurando destacar o papel do Estado nesse processo.

Capítulo 3

O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA MUNDIAL DE PETRÓLEO

Este capítulo trata da trajetória da Indústria Mundial de Petróleo (doravante IMP), seu processo de formação e desenvolvimento modernos. A periodização escolhida é em função dos grandes marcos de desenvolvimento econômico e tecnológico dessa Indústria, destacando o período mais recente, que culminou com a fundação da OPEP na década de sessenta e das transformações posteriores às “crises” energéticas (1973 e 1979).

Coloca-se este capítulo como necessário para a compreensão do processo de formação e desenvolvimento da Indústria de Petróleo no Brasil. Esta deve ser compreendida como parte integrante do desenvolvimento da IMP, consideradas as especificidades e características brasileiras.

3.1 Contexto histórico

A humanidade em sua evolução atravessou um longo período histórico, cuja característica era considerar a energia barata em relação aos insumos no processo produtivo e em atividades humanas.

A energia metabolizada pelo próprio homem, foi a primeira forma utilizada na sua relação versus modificação com/do seu meio natural. Posteriormente, o homem começou a apropriar-se da energia solar metabolizada pelos vegetais, conseguindo adiante a captação da eólica e hidráulica.

A incorporação da ciência e da tecnologia, característica do processo de consolidação da *Revolução Industrial* (doravante *RI*)³⁸ possibilitou um impulso sem precedentes à produção de bens materiais, com modificações substantivas nas relações políticas, econômicas e sociais, ampliando radicalmente a escala de intervenção do homem no meio ambiente.

O surgimento e a consolidação da *maquina a vapor*³⁹ e posteriormente o avanço das ciências como base para o *progresso tecnico*⁴⁰ possibilitaram a utilização do carvão mineral, da hidreletricidade e subalternamente a lenha (já escassa e distante dos centros industriais na Inglaterra).

³⁸ Marx conceitua a Revolução Industrial como aquela operada na Europa no século XVIII com a introdução da máquina ferramenta no processo produtivo e que teve como consequência a passagem da produção manufatureira para a mecânica no modo de produção capitalista.

ver também. HOBBSAWM.E.J. 1986. Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo. Rio de Janeiro. ed. Forense-Universitaria. 4a edição brasileira e ainda DOBB. Studies on the Development of Capitalism. MANTOUX. The Industrial Revolution in the 18th Century. trad. de Sonia Rangel. ed. HUCITEC/UNESP. SP.

³⁹ a máquina a vapor foi patenteada por Ramsay na Inglaterra, em 1630. Smeaton e Watt aperfeiçoaram e melhoraram o rendimento da mesma, possibilitando uma economia de energia e novas utilizações, em outros processos produtivos, além da mineração. Watt em 1769, aumentou o rendimento da bomba de Newcomen em 50%

As primeiras máquinas a vapor são usadas na Inglaterra, na mineração. A partir de 1785 passam a acionar as fiações de algodão, os foles e os moinhos. Em 1870, as máquinas a vapor efetuam na Inglaterra um trabalho que antes exigia a força de trabalho de 40 milhões de homens

Ao obter sua patente em 1784, James Watt descreve a máquina a vapor como um motor universal para a grande indústria.

Marx, observou que esse caráter universal anunciado por Watt revolucionou a maneira e a escala da produção, abrindo caminhos para a utilização da máquina a vapor, alguns dos quais só foram introduzidas no século mais tarde

Watt compreendeu todas as vantagens econômicas que poderia tirar da sua máquina a vapor, considerando a renda energética proporcionada pela economia de carvão em relação a máquina de Newcomen. Já percebia claramente a importância do componente tecnológico, como um dos aspectos essenciais da renda energética.

Foi o desenvolvimento da grande indústria capitalista que colocou a necessidade de aperfeiçoamento da máquina a vapor.

a partir de RIOUX, Jean Pierre. 1975. A Revolução Industrial: 1780-1880. tradução BULGARELLI, Waldirio. São Paulo, ed. Pioneira, 1975

e também. HESSEN, Boris. 1985. Las Raíces Socioeconómicas de la Mecánica de Newton. Havana, ed. Academia de Ciencias de Cuba.

e ainda referência (36)

⁴⁰ inicialmente, a revolução técnica da revolução industrial provém da experiência prática e das pesquisas de artesãos convertidos em técnicos. O quadro muda radicalmente a partir de 1840-50, quando as conquistas das

As novas relações políticas, econômicas e sociais têm no mercado e na mão de obra assalariada a essência da nova formação - o capitalismo ⁴¹

O desenvolvimento do Capitalismo no século XIX tem a sua base energética o carvão mineral, que possibilitou a expansão da produção de mercadorias, baseada nas transformações técnicas operadas a partir da RI em uma escala sem precedentes na história da humanidade.

O desenvolvimento econômico capitalista buscava o MM. Esse mercado expandia-se para a Ásia, África e América Latina - é o começo da internacionalização da economia capitalista. No Brasil, essas relações também avançam, iniciando o processo de integração da economia brasileira ao sistema capitalista mundial.

Nesse período, as lutas políticas e sociais se intensificam na Europa, em função das contradições econômicas, políticas e sociais geradas pelo desenvolvimento do capitalismo..

ciências são incorporadas às novas tecnologias. Então, as descobertas fundamentais da física como a conservação de energia, a análise espectral, a termodinâmica, os fenômenos vibratórios, o dínamo, têm aplicações concretas.

A eletricidade se expande para a iluminação urbana ou doméstica, desde 1870.

O dínamo de Gramme, em 1869 permite antever o motor elétrico. O telégrafo elétrico substitui o de Chappe. Nasce a química moderna. O estudo do cloro por Berthollet em 1772, permitiria criar em 1777, a primeira usina produtora de água de Javel. A descoberta por Leblanc da soda industrial (1791), deu origem a grandes empresas como a Saint-Gobain em 1806 ou Kuhmann em 1825. A classificação periódica é feita por Mendeliev e Saint-Claire. Deville isola o alumínio em 1854. Berthelot descobre a ligação entre a química mineral e a química orgânica, através da primeira síntese, a do acetileno, em 1863. Em 1860, Bayer e Wesküt instalaram uma usina para produzir a tintura de anilina que tinham acabado de descobrir. Os adubos químicos, a dinamite, a farmácia industrial, as baquelites são descobertas por volta de 1860-70.

idem, referências (34) e (35).

⁴¹ a análise clássica para compreender a emergente sociedade capitalista e a sua consolidação com a revolução industrial, é feita no século XIX principalmente por Karl Marx (1818-1883) e Frederick Engels (1820-1895), pensadores e revolucionários alemães.

Eles analisaram a essência e a lógica do desenvolvimento e da acumulação capitalista. Identificaram as contradições internas, inconciliáveis, entre o capital e o trabalho, desta sociedade. Apontaram a necessidade histórica de superação do capitalismo pelo socialismo. Nesta nova sociedade os trabalhadores seriam os seus próprios governantes. O capital é a obra clássica do pensamento de Marx, onde a participação de Engels foi de grande importância.

Ver também, referências (34) e (35)

No início do século XX, essas contradições se exacerbam. A nova divisão do MM não é assimilada pacificamente pelas potências dos países centrais. A primeira guerra mundial (1914-1918) e a saída para equacionar estes conflitos.

Por outro lado a vitória da revolução russa (1917) abre uma outra perspectiva histórica fora da lógica da propriedade privada e da acumulação capitalista, marcando profundamente a história política, econômica e social do século XX.

Nesse contexto desenvolviam-se os Sistemas Energéticos⁴² (doravante SEs), procurando atender a demanda de energia, cada vez maior. O mercado energético ampliava-se, tanto no âmbito nacional quanto internacional, acompanhando o processo de expansão da economia capitalista. Além da produção, colocava-se o problema da distribuição, questão fundamental para o desenvolvimento das outras formas de energia.

Segundo DEBEIR⁴³:

“...a maior parte das sociedades produtoras de gás, de eletricidade ou de petróleo foram, ao mesmo tempo, empresas de transporte de energia. Constituíram-se assim vastas redes centralizadas de distribuição, cuja extensão espacial tendeu não somente a tornar difusa, na escala mundial, a oferta de energia, mas também inverter a relação “oferta demanda” que caracterizava os inícios da industrialização”.

Nesse contexto social, econômico e político, surge no final do século XIX e início do século XX a Indústria Mundial de Petróleo, que terá os Estados Unidos como pólo centralizador e dinamizador da sua primeira etapa de desenvolvimento, torna-se exemplo clássico de empresa *com forte concentração e verticalização ao longo de seu fluxo produtivo*⁴⁴, destacando-se posteriormente como principal atividade econômica do século XX em termos de faturamento e lucro.

⁴² a compreensão aqui incorpora as características ecológicas e tecnológicas das linhas energéticas (evolução das fontes, dos conversores e de seus rendimentos) e, ainda, as estruturas sociais de apropriação e de gestão destas fontes e deste conversores.

de acordo com DEBEIR, Jean-Claude et alli. 1994. Les servitudes de la puissance: une histoire de l'énergie, trad. Sérgio Salvo Brito. Eunb.

⁴³ op.cit.(5),cap.VI,pag.169.

⁴⁴ “ esta tendência de todas as fases da indústria do petróleo estarem estreitamente ligadas uma com as outras conduz ao que se chama integração que, junto ao fenômeno da concentração em poucas grandes empresas, dá a formidável feição da indústria do petróleo. Há outras indústrias que são altamente concentradas, até mais do

3.2 A periodização e o desenvolvimento

A periodização da história da IMP é feita em função dos grandes marcos de desenvolvimento desta. A realizada por GIRAUD et LA TOUR⁴⁴ é utilizada com referência no presente trabalho.

Os referidos autores resumem a história da indústria petroleira em sete grandes etapas (sept grand épisodes) a saber:

"-Les temps héroïques, pendant lesquels le pétrole ne trouve pas d'usage spécifique. Cette période s'étend de l'Antiquité au forage du colonel Drake à Titusville.

-La constitution de l'industrie pétrolière avec la création des Majors américains et de la Shell. Cette période se poursuit jusqu'en 1910 environ.

-Les prises de position au Moyen-Orient, qui ont lieu sur la même période et qui sont largement déterminées par le jeu diplomatique.

-L'organisation de l'industrie pétrolière, mise sur pied à Achnacarry en 1928 et qui dépassera à peine la Seconde Guerre mondiale.

-La remise en cause de l'ordre établi et le basculement de l'industrie des États-Unis vers le Moyen-Orient, immédiatement après la guerre de 1939-1945.

-Le combat en retraite des Majors de 1959 à 1970.

- La prise du pouvoir par les États producteurs à partir de 1970".

ou o trabalho com o aço, normalmente, não chegam à indústria de equipamentos, elas não constroem automóveis nem vendem ao consumidor final, e pouca, se houver alguma, indústria de cimento é construtora civil. No petróleo, no entanto, encontra-se a mesma companhia produzindo e refinando-o e vendendo ao motorista sob sua própria marca comercial, mantendo o controle operacional e sua completa identidade ao longo de toda a linha de negócio".

FRANKEL, P.H., 1966, in "Mattei Oil and Power Politics". New York, Frederic A. Praeger.

⁴⁴ GIRAUD, André e BOY LA TOUR, 1986. Xavier. Géopolitique du Pétrole et du Gaz, Éditions Technic, Paris.

A partir desse marco referencial, traça-se uma panorâmica dos principais acontecimentos que demarcaram a trajetória dessa indústria, chegando até a década de setenta, quando aconteceram importantes transformações nas relações entre os principais países produtores (OPEP) e consumidores (OCDE), culminando com as “crises energéticas” de 1973 e 1979. Posteriormente, no final do capítulo, analisam-se as mudanças ocorridas nos anos oitentas e início dos noventas.

3.3 A História até 1859

Sabe-se que o petróleo é conhecido e utilizado desde os primórdios da humanidade.

Na Mesopotâmia vazamentos já eram mencionados 3 mil anos antes de Cristo. Existem referências históricas de utilização do petróleo no Império Bizantino, no Islã, na China, na Índia e possivelmente no continente americano.

O uso do petróleo, exceto para fins medicinais e mágicos, declinou nas eras grega e romana.

No século I, o petróleo era destilado em Alexandria. Os alquimistas desenvolviam processos de destilação, evaporando frações leves e condensando vapores. Posteriormente, no séculos VI e VII os derivados (frações leves) foram bastante utilizados para fins militares em Bizâncio (o "fogo grego"- mistura de derivados de petróleo e cal virgem).

A cidade de Damasco no século XI possuía uma desenvolvida indústria de destilação, com equipamentos feitos de pedra, cerâmica e chumbo, que craqueavam e condensavam petróleo.

Adiante, no século XIII, Marco Grego registrou uma fórmula para "queimar os exércitos" (espécie de fogo líquido, precursor do napalm e dos modernos lança-chamas). Marco Polo em 1272 informava a utilização de petróleo nas lâmpadas de Baku, no Cáspio. Colombo, na sua terceira viagem a América, utilizou asfalto de Trindade para calafetar seus barcos.

No século XVI George Agricola publicou seu livro "RE METALLICA" que sistematizava os métodos até então conhecidos de produção de óleo e betumes a partir de xistos betuminosos. No final desse século, Andreas Libavius faz a primeira classificação moderna dos betumes. Em 1694, Martin regulamenta através de patente um método para obter betumes, fervendo em água areias betuminosas.

Destaque-se ainda como acontecimentos importantes, anteriores ao desenvolvimento da indústria moderna de petróleo, o surgimento da perfuração por percussão no século XVIII, principalmente na França, com perfurações de poços até 600 metros para atender a demanda de água de Paris.⁴⁵ Também em outros países, nesse mesmo

período, se perfurou mecanicamente para atender as necessidades regionais de petróleo(Canadá, Romênia e Rússia).

A França, no início do século XIX, já explorava jazimentos de asfalto em Seyssel, para a construção de estradas. A Birmania (atual Myanma, país asiático) já em 1700 possuía uma importante indústria de petróleo (segundo o embaixador britânico da época eram 500 poços abertos, servindo 7 milhões de consumidores).

Ainda, a produção de cera parafínica em 1830, pelo químico alemão Reichenbach, a partir do alcatrão de linhito, e posteriormente do petróleo e de xisto betuminoso, assim como a fabricação de velas parafínicas em 1860, por Wilson.

A partir da segunda metade do século XIX intensificou-se a procura de petróleo para substituição do óleo de baleia e o óleo de carvão como iluminante, considerados caros para distribuição generalizada nos centros urbanos.O petróleo colocou-se como alternativa por sua superioridade técnica e econômica.

3.4 A `Constituição (1859-1911)

O marco de criação da moderna indústria de petróleo é a descoberta de petróleo pelo "Coronel" E.J.Drake em Titusville, na Pensilvânia, Estados Unidos, em 1859⁴⁶, com a utilização sistemática de equipamentos mecânicos.

O petróleo coloca-se como alternativa ao óleo de carvão e de baleia, começando a ser utilizado em grande escala, destinado principalmente para a iluminação, nos Estados Unidos e Europa. Então, inicia-se o processo de formação da moderna indústria petrolífera, impulsionadora de revoluções tecnológicas e produtivas que moldaram a sociedade contemporânea, inicialmente tendo os Estados Unidos como principal palco e ator deste processo.

A etapa inicial da indústria era de grande instabilidade, não havendo possibilidades de controle da produção. No ano de 1859, o barril de petróleo⁴⁷ chegou a US\$20, no ano de 1862 o preço estava abaixo de 50 cents do dólar.

⁴⁵ os chineses já na dinastia de CHOU(1122 a 256 a C) haviam desenvolvido o método de perfuração mecânica para buscar água e sal.Contudo, foram os japoneses quem primeiro perfuraram mecanicamente um poço em busca de petróleo.

⁴⁶ Drake trabalhava para a "The Seneca Oil Company", o petróleo foi extraído de um poço artesiano de 69 metros de profundidade.como muitos pioneiros da indústria petrolífera, morreu na pobreza.

A primeira década da indústria petroléira caracterizou-se por uma ativa concorrência, regularidade de investimentos com nível de risco elevado, uma grande flutuação de preços e tendência à superprodução ⁴⁸

A STANDARD OIL.

John Davison Rockefeller foi a personalidade mais importante da formação e do desenvolvimento da indústria de petróleo e de toda a indústria moderna americana.

Rockefeller percebeu, desde o início, a importância do transporte (como também acontecia para as outras fontes de energia usadas anteriormente) como fator decisivo para a expansão da indústria petroléira. Utilizou contra a concorrência as “tarifas especiais” concedidas aos grandes clientes, criando uma relação de dependência entre os produtores e refinadores independentes e as suas empresas (na verdade, um acordo secreto entre Rockefeller e as companhias ferroviárias, prejudicando os concorrentes).

Em 1865, Rockefeller amplia seus negócios na área de refino. Comprou do seu sócio por US\$72,5 mil a maior das trinta refinarias de Cleveland. Em 1866 organizou uma empresa em Nova York para administrar o comércio de petróleo da Costa Atlântica e a exportação de querosene dos Estados Unidos .

Nesse período, preocupou-se com a qualidade e o controle de custos na indústria petroléira. Trouxe o suprimento e a distribuição para dentro da organização, visando se precaver da instabilidade do mercado e melhoria da competitividade do produto. Eram os primeiros passos para a integração da indústria petroléira.

Em 1867, juntou-se a Rockefeller, o empresário Henry Flagler ⁴⁹ , cuja influência na criação da Standard Oil foi muito grande. Ele otimizou a área de transporte de fundamental importância na consolidação futura da empresa.

⁴⁷ o barril equivale a 159 litros

⁴⁸ GIRAUD et LA TOUR, op.cit. (42)

⁴⁹ a importância do Henry Flagler na criação da Standard Oil é reconhecida pelo próprio Rockefeller. Experiente empresário, apesar de jovem, apostava no grande potencial do desenvolvimento da economia americana pós-guerra civil e vislumbrava a importância do petróleo neste contexto. A agilidade administrativa, a racionalidade e a necessidade de tornar a empresa integrada no seu amplo fluxo, teve Flagler um dos seus principais defensores (naturalmente usando de todos os meios para alcançar estes objetivos).

No final da década de 1860, a oferta abundante de petróleo levou os preços a despencar. A indústria petrolífera entra na sua primeira grande crise. A capacidade de refino era três vezes maior que as necessidades do mercado.

Nesse contexto foi fundada a Standard Oil Company, no ano de 1870, com capital inicial de US\$1 milhão. O nome foi escolhido para indicar:

"qualidade, padrão do produto, no qual o cliente pudesse confiar".

A necessidade de capitalização transformou a empresa em uma sociedade por ações, Rockefeller ficou com um quarto das ações da nova companhia.

A empresa criada já atuava, desde o início, de maneira integrada, desde a produção, transporte (inclusive, via oleodutos), até o refino e a distribuição.

A partir de 1870, com a entrada em cena da Standard Oil Company, modificou-se a situação do mercado petrolífero nos EUA. Era o começo do monopólio na indústria petrolífera, a partir da iniciativa privada, cujo processo de consolidação arruinou uma legião de pequenos e médios produtores nos Estados Unidos.

3.5 Comportamento do Mercado e as Novas Demandas

Na década de 1880, o grupo Rockefeller controlava 80% do mercado e do refino de petróleo nos Estados Unidos. A Standard Oil projetava-se também nos mercados internacionais. A metade da produção americana de querosene já era exportada.

Nesse período, os irmãos Nobel e Rothschild criaram empresas de petróleo em Baku⁵⁰ e o petróleo russo começava a competir com o americano. Iniciava-se a luta pelo

de acordo com YERGUIN, Daniel. 1992. Trad. Leila M. Di Natale et alii, ed. Scritta. São Paulo.

⁵⁰ o petróleo já era conhecido no ducado independente de Baku desde a antiguidade. No início do século XIX foi anexado ao império russo. Nesta época já existia uma incipiente indústria, bastante primitiva, de petróleo. Em 1829 havia 82 poços cavados manualmente. O atraso tecnológico, a distância da região e a administração centralizada e corrupta do Czar dificultam o desenvolvimento da indústria de petróleo naquela região. Esta realidade começa a mudar a partir do início da década de 1870, quando o governo russo abre a exploração do petróleo para a iniciativa privada.

Immanuel Nobel, inventor sueco, emigrou para a Rússia em 1837. Montou negócios na área militar (atendia ao exército russo), seus filhos (Ludwig, Roberte, Alfredo inventor da dinamite) continuaram seus negócios. Em 1873, os Nobel entraram no negócio petróleo com a compra de uma pequena refinaria em Baku. Ludwig destacou-se como um grande empreendedor na indústria petrolífera. Absorveu a experiência americana, usou a ciência, a inovação e o planejamento para obter eficiência e lucro e em poucos anos passou a ser conhecido como o "Rei do Petróleo" de Baku.

MM. A Standard Oil que em 1888 dominava 78% deste mercado, já em 1891 tem este percentual diminuído de 71%, perdendo espaço para o petróleo russo.

A STANDARD OIL transformou-se na primeira empresa capitalista monopolista, de estrutura integrada verticalmente, controlando todas as fases do fluxo petrolífero, desde a exploração até a venda de derivados ao consumidor final.

Foi pioneira de importantes transformações no desenvolvimento da IMP, desde a exploração até o refino, influenciando em geral o comportamento da própria indústria americana, demonstrando desde o início o poder de alavancagem da indústria de petróleo para com outros segmentos industriais.

No fim da década de 1890 e na primeira década do século XX o mercado petrolífero sofreria importantes alterações. A produção americana ampliava-se além dos domínios da STANDARD OIL. A concorrência pelo mercado já começava a acontecer também nos Estados Unidos. Em 1901 foram descobertos grandes campos petrolíferos no Texas pela Gulf Oil e Texaco.

Também nesse período, os irmãos Nobel e o grupo Rothschild criaram empresas de petróleo em Baku e o petróleo russo começava a entrar no mercado mundial.

A invenção da lâmpada por Thomas Alva Edison ⁵¹ perturbou conjuntamente a indústria petrolífera, que tinha na iluminação o seu grande mercado. A eletricidade oferecia uma luz qualitativamente superior e não requeria grande atenção para o uso pelo consumidor.

A expansão do petróleo russo para o Ocidente se dá com a participação do grupo Rothschild. Através de empréstimos assegurou a conclusão de uma ferrovia que partia de Baku e chegaria até Batum, um porto do mar Negro. A conclusão da ferrovia em 1883, abria as portas do petróleo russo para o Ocidente. Em 1886, os Rothschild formaram a Companhia de Petróleo do mar Cáspio e do mar Negro, construindo em Batum as instalações de armazenamento e os meios de distribuição. Os Nobel também expandiram suas atividades para o mercado ocidental. Esta disputa pelo MM com os americanos, a partir do petróleo russo, só terminou com a vitória da revolução russa de 1917.
op.cit.(46)

⁵¹ inventor americano do século XIX, responsável pela invenção do mimeógrafo, do teletipo, do fonógrafo, das baterias armazenáveis e do cinematógrafo. Desenvolveu em 1879 o bulbo de luz incandescente, resistente ao calor e preocupou-se com sua aplicação imediata. Conseguiu preço competitivo com o gás urbano (2,25 dólares por 30,48 metros cúbicos). Em 1882, em Nova Iorque, na região de Manhattan, que por acaso incluía Wall Street, foi acionada a primeira usina geradora, inovação tecnológica que revolucionaria o mundo.

op.cit.(46)

Em 1885, 250 mil lâmpadas estavam em use nos Estados Unidos. Em 1902, dezoito milhões. Por sua vez, a indústria de gás natural deslocava o seu mercado para aquecimento e cocção de alimentos. O mercado de querosene se restringia , cada vez mais, a zona rural.

A Europa também seguiu o mesmo caminho. Em 1882, uma região de Londres instalou o seu primeiro sistema elétrico. Berlim implementou rapidamente e com eficácia o seu sistema de eletrificação. A indústria de petróleo perdia a hegemonia no mercado de iluminação.

Entretanto, na Europa e nos Estados Unidos , no final do século XIX, o óleo e o gás natural era consumido nas termoeletricas e consolidava-se no mercado o grupo gerador a diesel. Aparecia uma nova utilização que revolucionaria o mercado petrolífero : o automóvel⁵². Os veículos de passageiros começavam a ser providos de força pelo motor de combustão interna, que utilizava a gasolina como combustível.

Nos Estados Unidos essa nova indústria veio firmar-se definitivamente, influenciando sobremaneira o comportamento sócio-cultural do século XX. A opção pelo automóvel passou a significar status e muitas vezes a única possibilidade de deslocamento nos centros urbanos .

Assim, além da gasolina, ampliava-se expressivamente o mercado para o óleo combustível - utilizado nas caldeiras industriais (competindo com o carvão mineral e nos trens e navios, deslocando o carvão mineral e a lenha).⁵³

No período anterior à primeira guerra mundial (1914-1918), os países desenvolvidos da Europa e os Estados Unidos já tinham consciência da importância estratégica que o petróleo desempenharia na economia mundial, na indústria, inclusive militar e como combustível nos transportes.

⁵² inicialmente conhecido como " carruagem sem cavalo ", era provido de força pelo mecanismo de combustão interna, que utilizava para a propulsão uma explosão canalizada de gasolina. Desenvolvido na Europa, mais foi nos Estados Unidos que se difundiu industrialmente, tendo como pioneiro Henry Ford. Em 1900 eram oito mil, já em 1912 somavam 902 mil na América.

op.cit.(46)

⁵³ em 1910, a Armada Real Britânica iniciou a reconversão de carvão mineral para petróleo. Em 1911, quando Winston Churchill era ministro da marinha, a Inglaterra lançou um plano trienal de expansão e modernização da Esquadra. Churchill percebeu a importância estratégica da indústria petrolífera para Inglaterra e foi um defensor da intervenção do Estado no setor. Após intensa discussão no Parlamento e na Opinião Pública, apesar do lobby da SHELL, foi criada a empresa estatal inglesa British Petroleum (1914)

Naquela época, já disputavam o direito a exploração e as reservas no Oriente Médio, região que começava a aparecer como grande produtora mundial de petróleo.

3.6 O Monopólio da STANDAR OIL e o Sherman Act

Na década de 1880, os concorrentes da Standard Oil começaram pressionar os governos estaduais e federal para que fossem tomadas medidas enérgicas contra o Trust⁵⁴ exercido por esta empresa no mercado petrolífero.

Em 1890, no governo republicano de Benjamin Harrison, o congresso americano aprova a lei anti-Trust do senador republicano John Sherman, o Sherman Act, que declarava:

" é ilegal todo contrato, combinação em forma de truste ou em outra forma, ou conspiração que limita a livre atividade ou o livre comércio entre os Estados ou com nações estrangeiras. Toda pessoa que monopolize , ou intente monopolizar , ou se associe ou conspire com qualquer outra pessoa ou pessoas para monopolizar qualquer parte de atividade ou o comércio entre os diversos Estados, ou com nações estrangeiras, será considerada culpada de um delito".

O infrator da lei Sherman seria passível de multa de cinco mil dólares e pena de punição de até um ano. Os métodos empresariais da Standard Oil eram criticados pelos pequenos e médios empresários, pela opinião pública em geral, particularmente pela imprensa americana.

A importância da lei Sherman se colocava no plano dos princípios e como jurisprudência condenatória de toda violação à liberdade de comércio. Na prática, todavia, não funcionou para a Standard Oil, como será verificado adiante, apesar da condenação da Suprema Corte de Ohio, que considerou ilegal a empresa em 1892.

⁵⁴ grupo de empresas sob a mesma direção econômica, financeira e administrativa, com tendência à expansão, ao domínio, à absorção de empresas menores que conflitam com seus interesses no mercado. As atividades empresariais são integradas, desde a obtenção de matéria prima até a venda do produto. Inicialmente com áreas definidas (petróleo, aço, eletricidade, metais, produtos óticos, et.), podem expandir-se para outras áreas não relacionadas com a atividade principal do grupo

A partir desta condenação, mudou-se a estratégia empresarial da Standard Oil. O grupo era formado na época por oitenta companhias. Destas, vinte adquiriram as ações das demais. Estas ações foram divididas entre as tomadoras de certificado de fideicomisso (certificado de garantia).

A Standard Oil Company of New Jersey, em razão das condições políticas oferecidas pelo estado de New Jersey, de acordo com a orientação do próprio Rockefeller, trocou as suas ações pelos certificados das vinte companhias, passando a ser o centro de decisões do grupo Rockefeller.

Em 1907, no governo Theodore Roosevelt, a Standard Oil era a empresa com o maior número de acusações nos tribunais americanos. Em 1909, no governo William Taft, a Standard Oil foi acusada, mais uma vez pela justiça americana, de cercear a livre iniciativa.

Em 15 de maio de 1911, a mais alta Corte dos Estados Unidos sentenciava o desmembramento da Standard Oil em sociedades "juridicamente independentes". Então, a empresa dividiu-se em 34 outras, dando origem inclusive a Exxon (ex Standard Oil of New Jersey), Socal (ex Standard Oil of Califórnia) e Móbil (ex Standard Oil of New York), que formariam no futuro clube exclusivo das "sete irmãs"⁵⁵.

3.7 A ROYAL DUTCH-SHELL e a BRITISH PETROLEUM

Em 1907 é oficializada a criação da Royal Dutch-Shell. A empresa é criada para se contrapor a Standard Oil na disputa do mercado europeu e asiático.

A ROYAL DUTCH Company e a SHELL Transport and Trading Company⁵⁶ associam-se depois de um longo processo de pressão, negociação e desconfianças

⁵⁵ designação consagrada por Enrico Mattei, pioneiro da indústria petroléira italiana, alusão irônica aos vínculos entre as sete maiores empresas na área de petróleo do mundo. Trata-se das atuais empresas norte-americanas Exxon, Mobil, Gulf, Chevron (Socal), da britânica British Petroleum e da anglo-holandesa Shell. A partir de março de 1984, a Socal adquiriu a maior parte da Gulf por 13.200 milhões de dólares, considerada a maior transação comercial da história do capitalismo.

PIACENTINI, Pablo, 1984. El Mundo del Petróleo, ed. tricontinental, Lisboa.

⁵⁶ a Royal Dutch, inicialmente chamada de Companhia Real Holandesa para Exploração das Fontes de Petróleo das Índias Holandesas, foi fundada pelo holandês August Kessler em 1890, com capital inicial de 1 milhão e 300 mil florins

mútuas, com a participação ativa da Standard Oil, que tentou inclusive a compra da Royal Dutch, sem sucesso . O grupo Rothschild participava também do empreendimento.

As propriedades da ROYAL DUTCH e da SHELL foram transferidas para a Batafse Petroleum e a Anglo-Saxon Petroleum Company. A primeira era responsável pela produção e refino e a segunda se dedicava ao transporte e distribuição.

A fusão dos interesses da ROYAL DUTCH e da SHELL baseava-se nas características complementares das duas sociedades visando o mercado asiático de iluminação. A SHELL atuava mais na área de produção e a ROYAL DUTCH, dominava a área de transportes.

Em 1909 a Inglaterra cria a BRITISH PETROLEUM Co - BP(Anglo Persian) para explorar o petróleo iraniano.

Então, o ministro da marinha Winston Churchill, percebeu a importância e o caráter estratégico do petróleo, começou a reconversão da Armada Real de carvão para petróleo, através de um plano trienal de expansão e modernização da marinha inglesa.

Esse processo foi bastante conflituoso. A SHELL que se colocava como fornecedora natural perdeu espaço para a recém criada BP. A Marinha inglesa através da nova companhia conseguiu todo o petróleo de que necessitou a um preço inferior ao vigente no mercado e o Estado inglês entrava firme no negócio petróleo, flexibilizando a política econômica liberal do governo da sua majestade.

A intervenção de Churchil nesse processo foi decisória. O estadista liberal fez contundente discurso no parlamento inglês analisando a situação energética mundial da época, acusando os monopólios da STANDARD e da SHELL de querer controlar a produção de petróleo, o transporte e a distribuição para “controlar a produção e o preço de mercado e a necessidade da Inglaterra de ter a sua própria indústria e a consequente intervenção do Estado nesse contexto”.

A Shell Transport and Trading Company teve sua origem em 1830, dedicando-se exclusivamente ao comércio de bijouteria. Posteriormente, Marcos Samuei firmou contrato com o grupo francês Rothschild , a fim de transportar o petróleo russo para o Extremo Oriente. Em 1890, a Shell adquiriu concessões petrolíferas no Borneu, iniciando daí a disputa com a Royal Dutch e a Standard Oil.

A partir da criação da ROYAL DUTCH SHELL e da BRITISH PETROLEUM, iniciava-se uma nova etapa na IMP e a disputa do mercado torna-se uma questão central para a acumulação de capital desta indústria. A concorrência feroz poderia virar um acordo pela negociação de novas áreas, mas ainda existiam as possibilidades de fusão, compra, suborno etc.

3.8 A Busca do Mercado Mundial

a formação do cartel

Essa época corresponde ao período de 1911 a 1928, quando a IMP busca novos mercados. Culmina com os acordos da Linha Vermelha e o “AS IS Principals ”(Os sete princípios), que referendam a divisão do MM da indústria de petróleo entre as “setes irmãs..

No início do século, antes mesmo da primeira guerra mundial (1914-1918), como já foi observado, os governantes dos países da Europa e dos Estados Unidos , assim como os empresários da indústria petroleira, já começavam a perceber a importância do petróleo nas atividades econômicas, sociais e políticas do século que começava, assim como do potencial das reservas da região do golfo pérsico.

Durante a primeira guerra mundial, os Estados Unidos foram responsáveis por 80% do abastecimento de petróleo para os aliados. Este fato explicitava a vulnerabilidade em relação ao petróleo das potências europeias e a necessidade destas de contar com suas próprias reservas e ter as suas próprias empresas para se contraporem a hegemonia americana..

Após a primeira guerra mundial muda o cenário político no Oriente Médio. A Alemanha vencida, perde espaço privilegiado na região. A Inglaterra amplia e luta pela hegemonia política no golfo pérsico, inclusive por ser rota estratégica no caminho para a Índia (que fazia parte na época do império britânico). Os Estados Unidos e a França também participaram ativamente nesse processo.

Na conferência de San Remo, em 1920, realizada para oficializar a divisão do antigo império otomano (território correspondente a atual Turquia, Síria e a península arábica, com exceção do Kuwait) entre os vencedores da primeira guerra mundial, os ingleses concordaram em ceder aos franceses a quota que os alemães tinham na

Turkish Petroleum Company⁵⁷ Então, os franceses criaram a Compagnie Française des Pétroles (doravante CFP) em 1924, considerada a "oitava irmã".

O acordo de San Remo não contemplou os Estados Unidos. Eles não tinham declarado guerra aos turcos, por essa razão não tinham o "direito" de participar da divisão da antiga região otomana. Entretanto o governo e as empresas americanas de petróleo desenvolveram uma campanha furiosa para também participarem dessa divisão, acusando a Inglaterra de fomentar um monopólio na região⁵⁸.

Estava em jogo a luta pelo acesso, por parte das potências vencedoras da primeira guerra mundial, ao potencial petrolífero e por conseguinte a influência geopolítica no Oriente Médio.

Após uma década de luta diplomática e empresarial acirradas, a Inglaterra cedeu a pressão dos Estados Unidos. Então, foi assinado o Acordo da Linha Vermelha⁵⁹.

A partir de então, no Oriente Médio o petróleo seria de apenas um grupo de empresas britânicas, francesas e norte-americanas, que naturalmente, quando fosse necessário, atenderiam aos interesses dos seus respectivos governos.⁶⁰

⁵⁷ a Irak Petroleum Company (IPC), herdeira da Turkish Petroleum Company (TPC) ficou repartida da seguinte maneira: 23,75% Anglo Persian (atual BP), 23,75% Shell, 23,75% CFP, 11,875% Standar Oil of New Jersey (atual Exxon), 11,875% Mobil Oil e 5% para Gulbenkian (armênio, personagem que jogou papel importante na indústria de petróleo do Oriente Médio, desde o início até os anos 50. Acumulou fortuna considerável. Era respeitado e temido pelo cartel pelo seu conhecimento e pela sua intransigência sobre as questões que envolviam petróleo e poder no Oriente Médio. A partir desta negociação que originou a IPC, ficou conhecido como o "Senhor 5%".

op.cit.(52)

⁵⁸ o governo americano, juntamente as indústrias de petróleo desenvolveram uma campanha agressiva contra este acordo, exigindo "Porta Aberta", como ficou conhecida a tese, defendida pelos interesses americanos na região. Segundo Washington:

.. "o odioso e iníquo direito da divisão bélica, contrapunha o ideal da igualdade de oportunidades comerciais para todos os homens livres da terra"

Então, o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Lord Curzon, replicou que o único monopólio que ele conhecia era o norte-americano, estendendo sobre 82% da produção mundial, enquanto o petróleo Anglo-Persian equivalia apenas a 4,5% do total.

op.cit.(52)

⁵⁹ em julho de 1928, na cidade belga de Ostende, foi celebrado o Acordo da Linha Vermelha. Foi assim chamado pela maneira que chegou-se ao acordo. Gulbenkian, que participava da reunião, pegou um lápis vermelho e traçou no mapa, como ele compreendia, as fronteiras do antigo império otomano.

op.cit.(52)

O acordo declarava que doravante as empresas participantes apenas operariam através de consórcio no território limitado pela Linha Vermelha e que seus membros apenas poderiam produzir petróleo em proporção às suas cotas e aumentá-las somente em relação ao incremento da demanda ou em prejuízo de terceiros.

O Acordo da Linha Vermelha foi importante para assegurar as reservas necessárias à expansão mundial das grandes empresas de petróleo, como também o atendimento dos mercados internos da Inglaterra, França e principalmente dos Estados Unidos (apesar da expansão da produção americana no período, o consumo crescia vertiginosamente).

Assegurado o acesso às reservas, o próximo passo seria a divisão do mercado, em consonância com a nova realidade da geopolítica mundial.

A produção do golfo pérsico, acrescida da Venezuela e do México tranquilizava as economias dos países desenvolvidos e o fantasma de aumento do preço do petróleo afastava-se do horizonte.

Acrescente-se a essa conjuntura favorável uma série de grandes descobertas nos Estados Unidos (Texas Oriental, Louisiana e Califórnia). A tendência agora era de baixa para o preço do barril de petróleo.

Nesse contexto, ainda no ano de 1928, as grandes empresas, particularmente a EXXON e a SHELL, optaram pela negociação, como a melhor saída para a divisão do mercado mundial.

Assim, três meses depois do Acordo da Linha Vermelha, em setembro de 1928, os representantes do negócio petróleo (Exxon, BP, Shell, Gulf, entre outros) reuniram-se na Escócia, no castelo de Achnacharry, para acordarem sobre a divisão do mercado mundial diante da nova situação da IMP.

⁶⁰ participavam da Irak Petroleum Company com uma quota de 23,75, a BP, a Shell, a CFP e a Near Development Corporation. Também Guibenkian com os seus 5%! A Near East era o consórcio das empresas norte americanas no qual participavam a Exxon e a Mobil com 25% cada uma, a Panamerican Petroleum and Import, a Gulf e a Atlantic com 16,6% cada uma. Nunca uma porta foi fechada tão hermeticamente, comentou o sarcástico Gulbenkian.

O pacto que completava o Acordo da Linha Vermelha foi denominado "AS IS" (os 7 princípios)⁶¹. As empresas concordaram em manter suas posições no mercado e em manipular a oferta de petróleo bruto, a fim de fixar preços com maior margem de lucro. Os contratos apenas poderiam expandir-se em proporção com o incremento da demanda.

Nesse pacto, foi introduzido um critério arbitrário para a fixação de preço. O sistema ficou conhecido como Gulf plus. Adotar-se-ia como base o valor do barril de petróleo bruto norte-americano, nos portos do golfo do México, acrescido do custo do frete que o país comprador deveria ter pago se tivesse importado o barril do golfo do México (independente da origem do petróleo! Este artifício ficou conhecido como o "frete fantasma")

3.9 A Ofensiva do CARTEL (1928-1950)

O Acordo da Linha Vermelha e o "AS-IS" oficializaram o CARTEL da IPM. Naturalmente, as companhias formadoras do CARTEL nunca o admitiram como tal. Funcionavam em segredo. Principalmente em Londres e Nova Iorque, mas também em outros países onde os interesses das companhias exigiam.

Apesar das desconfianças e denúncias, o CARTEL funcionou em segredo até o início dos anos 50, quando uma Comissão Investigadora Federal dos Estados Unidos (a Federal Trade Commission) denunciou a prática de CARTEL na indústria petrolífera, denunciando a trajetória das empresas na década de 30 e 40⁶²

Nos anos cinquenta, finalmente, vieram a público, de maneira incontestável, as atividades já tantas vezes denunciadas do CARTEL da IPM. As revelações nos Estados Unidos da Federal Trade Commission causaram grande impacto nos meios governamentais, empresariais e na opinião pública mundial, particularmente nos países europeus.

⁶¹ o "As-Is" instituiu oficialmente o cartel mundial da indústria de petróleo (organização de empresas em que cada qual mantém sua administração própria, mas obriga a obedecer a certas normas que a todas impõem, sobretudo quanto a preços, mercados e condições de vendas), foi assinado em 17 de setembro em Achnacarry, na Escócia.

MANGABEIRA, Francisco. 1964. Imperialismo. Petróleo. Petrobrás. Zahar edit., Rio de Janeiro.

⁶² no relatório da Federal Trade Commission, publicado em 22 de agosto de 1952, sobre o International Petroleum Cartel (onde esse foi denunciado), observa-se que desde o fim da primeira guerra mundial... "o governo americano travou uma batalha diplomática para assegurar o direito das companhias americanas a participar na exploração de riquezas do Oriente Médio". Com a Segunda Guerra Mundial, o State Department adotou a política de amparar, ainda mais decisiva e sistematicamente, a ação dos trustes americanos de petróleo no exterior... referência citada (53)

Esse processo de avaliação e denúncia do funcionamento do CARTEL, alertou os países exportadores e importadores de petróleo não pertencentes ao grupo, funcionando como forte indutor para a formação de companhias nacionais, inicialmente na Europa e na América Latina e, posteriormente, na Região do Golfo Pérsico.

Saliente-se que as principais descobertas, como já foi observado, nas décadas de 30 e 40 já ocorrem no Oriente Médio e a região torna-se o principal alvo de interesse da IMP.

Nessa época, o CARTEL petroleiro obteve grandes margens de lucros, em detrimento das receitas dos países produtores. Esses viviam ainda o processo de libertação colonial, e a situação econômica e social era bastante difícil.

a situação da América Latina

Por sua vez a América Latina vivia um processo de desenvolvimento capitalista relativamente mais adiantado, em relação aos países do Oriente médio. O modelo industrial de matriz europeia/norte americana, orientava o desenvolvimento da economia latino-americana. Esse modelo tinha e continua tendo como uma de suas principais referências energéticas o petróleo. O processo de criação da indústria de petróleo latino americana data dessa época, e se desenvolve com forte influência do Estado contrapondo-se a lógica do oligopólio da IMP.

A YPF, empresa estatal de petróleo argentina, foi fundada em 1922 e a GAS DEL ESTADO, em 1942. A ANCAP, no Uruguai em 1931, a PETROPERU em 1934 e a YPFB na Bolívia em 1936 foram criadas como empresas estatais.

No México, o presidente Lázaro Cardenas nacionalizou a indústria petroleira, criando a PEMEX em 1938. Na Venezuela, mesmo sem nacionalização, o Estado realizou reformas na legislação fiscal mais avançadas do que as realizadas pelo "posted price"⁶³.

⁶³ inicialmente, foi o preço que os Estados Unidos acordou com os sauditas, literalmente "preço imposto". Esta estratégia além de "beneficiar" os sauditas, favoreciam também as empresas americanas (o que era repassado para a Arábia Saudita, era descontado com o governo americano nos impostos da ARAMCO). Este "truque de ouro", quando foi descoberto pelos árabes causou grande revolta. Posteriormente, este acordo foi estendido beneficiando o Iraque e finalmente a todos os países árabes. Substituiu, em melhores condições para os países produtores, o "Gulf Plus".

A nacionalização do petróleo do México em 1939 é um marco importante na indústria de petróleo mundial. O cartel já não controlava de maneira absoluta os preços mundiais de petróleo. A oferta era bem maior que a demanda e a concorrência dos independentes começava a influenciar o mercado mundial.

O exemplo mexicano é importante e influência o desenvolvimento da indústria de petróleo na América Latina. A Venezuela, em 1948 e o Brasil em 1954, consideradas as peculiaridades nacionais, são reflexos desse processo mexicano. Assim, o Estado, cada vez mais, coloca-se com um instrumento importante no desenvolvimento da IMP⁶⁴.

3.10 A IMP após a Segunda Guerra Mundial

No período posterior a segunda guerra mundial, os ganhos obtidos pelo CARTEL petrolífero aumentaram significativamente. O desenvolvimento da economia capitalista mundial, particularmente da americana e a reconstrução da Europa e do Japão (plano Marshall) tiveram como consequência um aumento expressivo na demanda e a produção petrolífera cresceu significativamente, principalmente na Arábia Saudita.

Em 1947, de acordo com a (Federal Trade Commission EUA), as "sete irmãs" dominavam 65% das reservas, 88% da produção, 77% da capacidade de refino, 66% das frotas mundiais petrolíferas e todos os oleodutos importantes fora dos Estados Unidos e da ex-União Soviética.

Essa situação coloca a necessidade de uma maior atuação dos países produtores e consumidores por uma maior participação nos resultados da produção de petróleo. Verifica-se a expansão de empresas privadas "independentes", e também de empresas estatais, incentivadas pelos seus respectivos governos.

No período entre 1946 e 1960, as companhias obtiveram, só no Oriente Médio, receitas totais de US\$24.800 milhões, distribuídos da seguinte forma:

*custos operacionais - US\$ 4.800 milhões

⁶⁴ O processo de formação e a situação da IMP, por continente, até o ano de 1983, está resumido na tabela 3.1

- *pgto aos governos locais - US\$ 9.400 milhões
- *investimentos - US\$ 1.300 milhões
- *lucros transf. p/ matrizes - US\$12.800 milhões

Em estudo realizado posteriormente pela OPEP (a partir de consultoria americana), comprovou-se que durante o quinquênio 1956-1960, as companhias concessionárias instaladas no golfo pérsico aumentaram os seus lucros a uma média superior a 60% e o CARTEL petroleiro controlava 70% da produção mundial de petróleo.

3.11 A Organização dos Países Produtores: a fundação da OPEP(1960)

a pré-história da "crise energética" de 1973

O ano de 1960, ano de fundação da OPEP, representa um marco importante na história da IMP. Era a primeira vez que um grupo de países subdesenvolvidos, decidia coletivamente defender os preços de uma matéria prima, estratégica como o petróleo, em uma organização criada especificamente com esta finalidade.

Nessa época, a situação do mercado era de oferta abundante. O CARTEL convivia no mercado com a concorrência das empresas independentes e estatais e o petróleo soviético já era comercializado fora do leste europeu.

A situação global era desfavorável aos países produtores e as reduções de preços de fevereiro de 1959 e principalmente a de agosto de 1960, de maneira unilateral por parte do oligopólio, foi a gota d'água para a fundação da OPEP.

A 14 de setembro de 1960, em Bagdad, numa "conferência especial", foi criada a OPEP, que tinha como finalidade, de acordo com seus estatutos:

" consultar regularmente os países membros para estabelecer uma política comum", e com respeito aos preços unificar o sistema fiscal para controlar a produção de petróleo "

A partir de 1962 , a OPEP implanta gradativamente o " sistema OPEP " e consegue já algumas vantagens para os países produtores (royalties de 12% e impostos sobre o lucro bruto de 55%).

A década de 60, apesar das contradições internas da OPEP, pode ser considerada preparatória para as mudanças que ocorreriam em Teerã no ano de 1973. Mudanças políticas significativas tinham acontecido no mundo árabe, a consciência nacionalista havia se firmado, a compreensão da importância do petróleo como recurso finito e por esta razão a necessidade de sua valorização era unanimidade na OPEP.

3.12 O período entre 1970 e 1973

A partir da segunda guerra mundial o petróleo destaca-se, cada vez mais, na matriz energética mundial. Até o fim da década de 1960, os países produtores da OPEP pouco influenciavam no volume a ser produzido (consequentemente a ser exportado) e nos preços do barril, taxa de lucro, etc.). A organização oligopolística da indústria, particularmente do mercado, representada pelas grandes companhias dos principais países consumidores, determinavam as relações políticas e econômicas, permanentemente conflituosas (muitas vezes resolvidas via golpe militar, intervenção armada no golfo pérsico, etc.) com os países produtores da OPEP.

Nesse período, a baixa dos preços do petróleo em relação aos das outras fontes de energia, particularmente o carvão, abriu espaço para a sua utilização nos processos econômicos, principalmente nos sistemas de transporte, produção de calor e de força motriz na indústria, na petroquímica, produção de eletricidade, aquecimento domiciliar, etc. A petrodependência é uma evidência, estimulada e controlada pelo Cartel.

Em 1973 o petróleo já representava quase a metade da energia primária consumida no mundo. O Cartel em 1970 controlava 70% da produção dos países ocidentais.

Anteriormente à declaração de Teerã (outubro de 1973), alguns episódios já evidenciavam que a OPEP se organizava para pressionar o oligopólio petrolífero, exigindo uma atualização do valor até então pago pelo barril de petróleo aos países produtores.

O aumento cada vez maior da demanda de petróleo, principalmente dos países industrializados, com destaque para os Estados Unidos, coloca a necessidade de valorização do petróleo por parte dos países da OPEP.

No período entre 1970-73, a produção conjunta da OPEP aumentou de 23,4 para 30,0 milhões de barris diários e representava 54% da produção mundial, que em 1973 era de 55,8 milhões de barris /dia

A expectativa de demanda era superior a produção e uma das razões do aumento continuado da demanda era o preço historicamente baixo do petróleo, imposto pelo oligopólio.

Os países da OCDE entre os anos de 1970-73 tiveram um aumento do PIB de 3,6 a 6,1 e a demanda de petróleo era crescente, particularmente nos Estados Unidos, no período o consumo passa de 3 à 6 milhões bbl/dia.

A inflação acumulada pela desvalorização do dólar americano, principalmente a partir de 15 de agosto de 1971 (quando o governo Nixon abandonou a convertibilidade fixa do dólar em relação ao ouro), agravou ainda mais a situação financeira dos países da OPEP.

Era prática comum entre as companhias de petróleo comprar petróleo bruto da OPEP com dólares americanos e receber moedas mais valorizadas quando vendiam petróleo e derivados a Europa e ao Japão.

Nesse contexto desfavorável aos países produtores, foram feitas algumas negociações com o oligopólio. Em janeiro de 1972, em Genebra, o oligopólio e os países da OPEP acordaram um aumento de preço em 8,4%. Em dezembro de 1972, aconteceu uma nova desvalorização do dólar e, em junho de 1973 estabeleceu-se outro reajuste de 12% no preço do barril de petróleo.

Posteriormente, a OPEP convocou os principais representantes da IMP para uma reunião a 8 de outubro, em Viena, com a finalidade de rever os pactos pré-existentes e definir "aumentos substanciais" no preço do barril de petróleo, conforme a convocatória da reunião.

A crise política desencadeada com a guerra árabe-israelense deflagrada em 6 de outubro de 1973, trouxe mais um elemento para a tomada de posição dos países produtores. Radicalizou-se o processo de negociação que acontecia em Viena. A proposta de aumento de 15% do preço do barril de petróleo, encaminhada pelas

companhias de petróleo , não foi aceita pela OPEP, que reivindicava 30%. O impasse não foi solucionado.

Após a reunião de Viena, os países da OPEP reuniram-se isoladamente no Kuwait, no dia 16 de outubro daquele ano e proclamaram que o preço do barril de petróleo aumentaria 70%(de 3 para 5 dólares).

Esse acontecimento marcou uma nova relação entre entre os principais atores da IMP. A cotação do barril de petróleo começa a ser feita a partir da OPEP.

O conflito acentua-se em função da guerra árabe-israelense. Os meses de outubro, novembro e dezembro são conturbados. O mercado de petróleo sofre flutuações. O barril nos Estados Unidos chega até a 27 dólares (quase 6 vezes o preço oficial da OPEP).

Esses fatores acima mencionados, evidenciam que a OPEP muito antes da " crise energética " de outubro 1973, já pressionava a favor de uma política de preços favorável aos países produtores.

A 2 de dezembro de 1973, em Teerã, ao terminar a conferência da OPEP, o preço de referência anunciado era de US\$11,65 por barril. Esse preço vigoraria a partir de 1 de janeiro de 1974.

3.13 As Transformações da IMP após a "Crise Energética" de 1973

As "sete irmãs" e os países desenvolvidos da OCDE, principais consumidores mundiais de petróleo, reorientaram as suas estratégias para trabalhar com a nova conjuntura petrolífera do mercado mundial.

Evidenciava-se que a dependência exclusiva aos países produtores da OPEP não poderia ser a única alternativa da indústria de petróleo.

Os investimentos em áreas fora da OPEP, já na década de sessenta, demonstravam claramente que o oligopólio e os países desenvolvidos, principalmente os EUA e a Inglaterra, se preparavam para as mudanças ocorridas a partir da "crise energética" de 1973.

A partir dos anos 60 começaram investimentos significativos em pesquisa e exploração de petróleo fora da área da OPEP.

A EXXON em 1964 investiu US\$ 700 milhões em um programa de pesquisas que resultou na descoberta de importantes provinciais na Austrália, Canadá, Alasca e o mar do Norte. Também a British Petroleum desenvolveu programas de pesquisas no mar do Norte e no Alasca ao longo dos anos 60.

As descobertas da BP no Alasca possibilitaram a sua entrada na indústria petrolífera americana, através da transferência das descobertas do Alasca para Standard Oil Of Ohio - Sohio, recebendo como pagamento ações da companhia americana.

Essa nova estratégia do oligopólio petrolífero necessitava de grandes investimentos em pesquisa e exploração, particularmente em águas profundas. A reorientação da indústria petrolífera possibilitou a diminuição da dependência em relação à OPEP, para atendimento da demanda mundial de petróleo.

Anteriormente, até o início dos anos 50 a indústria petrolífera autofinanciava-se. No final dos anos 60 buscavam no mercado financeiro 20% do total de seus investimentos. A busca de investimentos no mercado financeiro, a partir de então, afirma-se como uma tendência importante na IMP.

Em 1971, as rendas líquidas das trinta principais companhias petrolíferas do mundo totalizavam US\$ 7,3 bilhões, uma das mais baixas dos últimos anos ⁶⁵.

Ainda segundo a mesma análise, as companhias petrolíferas aplicaram em 1971 US\$ 20,8 bilhões sob a forma de investimento, dividendos, amortizações de dívidas e adicionais de capital.

A conclusão do referido relatório era de que a indústria petroleira mundial necessitaria a partir de então de grandes investimentos, o que exigiria uma política de preço alto para o petróleo.

Também, é elucidativa a orientação da política petroleira americana nesse período. A "Mensagem sobre a Energia", do governo Nixon, de 13 de abril de 1973, aprova o aumento dos preços do petróleo americano para incentivar os investimentos da indústria petroleira dentro dos Estados Unidos e reafirmar a autonomia energética americana.

⁶⁵ a partir da Financial Analysis of Group of Petroleum Companies, 1971, do Chase Manhattan Bank

Ainda, nesse mesmo período, o comentário de J. Atkins, conselheiro do Departamento de Estado dos EUA, para assuntos energéticos, também é esclarecedor:

“...Se os preços do Golfo sobem dois dólares(...), penso que isto seria muito bom para a indústria americana(...) e se nós podemos arranjar-nos com isto melhor que os europeus e os japoneses, tudo bem, é porque temos mais sorte que eles”⁶⁶.

Assim, independente da atitude da OPEP no processo que culminou com a “crise energética” de outubro de 73, o preço do petróleo aumentou em função dos interesses econômicos e políticos do oligopólio e dos países da OCDE, que continuavam a influenciar a política de preço no mercado mundial.

A estratégia traçada era de atrair capitais para a indústria petroleira, assegurando os investimentos necessários à expansão da produção petrolífera em novas áreas, fora da geografia da OPEP.

No ano de 1973, da “crise energética”, as dezessete principais companhias petrolíferas dos EUA, cresceram seus lucros em 54% comparado a 1972! As “cinco irmãs” americanas tiveram as seguintes taxas de crescimento ⁶⁷:

Gulf	79%
Exxon	59%
Socal	54%
Mobil	47%
Texaco	45%

Ainda, segundo a referida publicação, no ano de 1973, o Tesouro americano, calculou uma taxa de rentabilidade de 15% para o conjunto da indústria petrolífera americana, superior a adotada ao longo das décadas de cinquenta e sessenta pela Exxon, que era de 12%. Esse procedimento possibilitava a fluência de capital para os novos investimentos demandados pela indústria petrolífera.

A criação da Agência Internacional de Energia

⁶⁶ op.cit(39),cap.VI,pag.212

⁶⁷ de acordo com a Petroleum Economist, março de 1974.

No âmbito dos países da OCDE, a estratégia adotada após a “crise energética” de 1973 foi diferenciada.

A iniciativa americana de criar a Agência Internacional de Energia (AIE), em novembro de 1974, com sede em Paris, tinha como objetivo fundamental unir os países da OCDE contra OPEP. Na prática essa política não se concretizou.

A França negou-se a aderir à AIE e outros países desenvolvidos condicionaram sua participação a uma mudança de objetivos da Agência. Na verdade cada país tentava resolver seus problemas de demanda petrolífera à sua maneira. As relações bilaterais continuavam e o mercado adaptava-se rapidamente à nova situação.

Os novos preços de mercado viabilizavam outras áreas de produção de petróleo, fora da OPEP, principalmente no mar do Norte e no Alasca. O petróleo continuava como principal fonte energética mundial, frustrando a expectativa de viabilização das novas fontes de energia.

Fundamentalmente, embora em algumas questões tenha havido conflito de interesses inter-países desenvolvidos, particularmente entre EUA e países produtores/consumidores da Europa e também com o Japão, a política dos países da OCDE coincidia com a do oligopólio da IMP.

Assim, a “crise energética” de 1973 foi tolerada e incentivada por os países capitalistas desenvolvidos. Ela trouxe novas possibilidades para o desenvolvimento da economia capitalista mundial. As instituições financeiras nacionais e internacionais já não tinham condições de sanear a economia mundial com a emissão sem limites de dólares (“euro-dólares”) no mercado mundial. A alta dos preços do petróleo foi a saída encontrada para a resolução conjuntural deste problema. A renda petrolífera veio socorrer o lucro (tendencialmente em baixa), obtido por um aumento de preços e de imposições fiscais provocadas pela alta dos preços do petróleo.

3.14 A IMP e a Segunda “Crise Energética”(1979)

No período 1975-1978 a taxa de rentabilidade das “sete irmãs” voltou ao nível anterior a 1973.

Análise realizada pelo Chase Manhattan Bank, no ano de 1980, reflete a situação do mercado mundial no período.

O relatório comenta o desempenho de trinta companhias petrolíferas (26 americanas inclusive as “cinco irmãs”, mais a Shell, a BP, a CFP, e a belga Petrofina). Os dados referentes a rendimentos, lucros líquidos e taxa de rentabilidade da mencionada análise são mencionados a seguir.

-Rendimentos - o rendimento bruto do grupo subiu a US\$ 590,5 bilhões (crescimento de quase 30% em relação a 79). A parte proveniente da venda de petróleo bruto e derivados foi de US\$ 498,4 bilhões. O rendimento não operacional (juros, dividendos e outros) representou US\$ 12,3 bilhões, elevando o rendimento final do grupo a US\$ 602,8 bilhões em 1980.

-Lucros líquidos- Totalizaram US\$ 35,2 bilhões, um crescimento de 11,8% em relação a 1979.

-Taxa de rentabilidade- Como os investimentos tinham crescido, em 1980, em ritmo superior ao dos lucros líquidos, a taxa de rentabilidade dos grupos desceu para 22,4% (a de 1979 foi de 24%)

Este era o cenário internacional da indústria petrolífera na década de 70.

A análise factual demonstra que o interesse pelo aumento nominal dos preços do petróleo nas “crises” de 1973 e 1979 não é somente dos países produtores da OPEP e sim também dos outros atores (OCDE e o oligopólio) que decidiram historicamente e continuam influenciando sobre os preços do petróleo no mercado mundial, apesar de uma maior participação da OPEP nessa política.

Em 1979 iniciava-se um processo de Restruturação do Mercado da IMP. O consumo mundial de petróleo evoluiu à taxa de 1,8% ao ano, crescimento bem inferior ao do período que anteceder a primeira “Crise energética” de 1973 , e atingiu a soma de 64 milhões de BPD em 1979.

A participação do petróleo e do gás natural no consumo mundial de energia primária foi de 63% em 1979.

Os países produtores da OPEP começavam a perder a hegemonia no mercado mundial, em contrapartida aumentava a influência dos países produtores da Europa. Começa o processo de “balkanização” da oferta.

Essa estrutura de mercado mais complexa do que aquela dos anos setenta continua por toda a década de oitenta e na atualidade.

A análise do desenvolvimento histórico da IMP permite salientar características inerentes a trajetória desta indústria, a saber:

- tendencialmente (apesar do processo político que levou a desverticalização das empresas do oligopólio ocorrida na década de setenta, a partir da nacionalização das empresas dos países árabes), é uma atividade empresarial que tende à integração no seu amplo fluxo produtivo e de serviços, em consequência dos altos investimentos necessários à implantação e desenvolvimento da indústria petroleira e o desbalanceamento dos resultados econômicos (a renda petroleira) advindos das atividades “Upstream” (exploração, avaliação, desenvolvimento e produção) e “Downstream”(refino, transporte , distribuição , comércio de petróleo bruto/derivados e a petroquímica) , favorável à essas últimas atividades.

-é uma industria que se desenvolveu e se desenvolve com forte influência do Estado,

-é uma indústria internacionalizada e tendencialmente mantém sua centralidade no negócio petróleo,

-é uma indústria mundialmente oligopolizada,

-é uma indústria de capital intensivo com alto retorno (renda petroleira),

-tendencialmente, a partir da década de sessenta, têm buscado uma parte dos seus investimentos no mercado financeiro internacional,

-é uma indústria de multiprodutos para multimercados,

-é uma indústria de alto impacto ambiental, e

-é uma industria que enfrentou e continua enfrentando desafios/limitações tecnológicos durante o seu desenvolvimento histórico. Atualmente os principais estão voltados para a exploração/produção em “of shore” e os de defesa do meio ambiente (necessários pelos impactos provocados por todo o fluxo da indústria petroleira, com desdobramentos além da própria região industrial).

3.15 As Transformações Recentes

Historicamente a indústria mundial de petróleo formou um oligopólio, as chamadas “sete irmãs”: 5 empresas norte-americanas (EXXON, CHEVRON, MOBIL, GUL e TEXACO, hoje apenas quatro em função da compra da GULF pela CHEVRON (na década de oitenta), uma inglesa/holandesa (SHELL) e a estatal inglesa BRITISH PETROLEUM).

Essas empresas, juntamente com as empresas ELF, ENI, ARCO, OCIDENTAL, TOTAL, PETROFINA foram criadas com o objetivo de produzir petróleo no exterior e abastecer seus países, formavam o cenário mundial da indústria petroleira até início dos anos setenta.

As mudanças ocorridas a partir da década de sessenta e setenta, a fundação da OPEP, a nacionalização da indústria nos países produtores do Oriente Médio, da África e da Ásia e as “crises energéticas” de 1973 e 1979 (que inauguram a era do petróleo relativamente caro) , a criação da Agência Internacional de Energia, por iniciativa americana e o aparecimento do petróleo “of shore” no mar do norte e em outras regiões do planeta , inclusive, na bacia de campos no Brasil (o chamado “petróleo tecnológico”) e a reestruturação do mercado, configurou uma nova situação mundial, mais complexa, da indústria petroleira⁶⁹.

as reservas, a produção e o consumo

Atualmente o petróleo e o gás natural correspondem a 52% do consumo mundial de energia. Os países da OCDE continuarão com o maior consumo energético.

Os países industrializados consomem 75% de toda a energia mundial.

Somente o chamado Grupo dos 7 (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Inglaterra e Canadá) consomem cerca de 31 milhões de barris de petróleo dia (50% da demanda mundial).

A demanda de derivados de petróleo e gás natural é maior nos chamados países desenvolvidos nos quais o consumo por habitante varia de 11 a 23 barris/ano. No Brasil esse consumo é apenas de 3,4 barris/ano. Esses mesmos países continuam a concentrar a demanda e são grandes importadores mundial de energia.

As economias capitalistas desenvolvidas (o G-7), excluindo o Canadá e o Reino Unido, dependem de importação de petróleo. As dependências maiores são do Japão 99%, da Alemanha 96%, a Itália e a França 94% e dos Estados Unidos 60%.

Por outro lado a distribuição da reservas de petróleo no mundo é concentrada, nos chamados países em desenvolvimento, particularmente no Golfo Pérsico, distantes dos grandes centros consumidores. Esses países possuem a maior parte das reservas provadas (quase 90% do total) ficando para aqueles de maior consumo apenas 5% das reservas mundiais.

⁶⁹ a evolução da participação do Estado nas diferentes atividades da IMP e no mercado internacional nas décadas de sessenta e setenta , ver as tabelas 3.2, 3.3 e 3.4 no final deste capítulo.

Na década de oitenta as "majors" orientaram suas atividades de exploração para "of shore", fora da OPEP. Houve considerável aumento das reservas e da produção mundiais, superior ao do consumo neste mesmo período. Contudo, os países da OPEP aumentaram também suas reservas e continuam com a hegemonia das reservas e da produção mundiais de petróleo.

Destaque-se nesse contexto, o aumento da produção de petróleo nos países chamados em desenvolvimento, não pertencentes a OPEP. Na década de oitenta o incremento da produção fora da OPEP foi de mais de 70%, aumentando a participação daqueles países de apenas 6% da produção mundial em 1970, para 16% em 1990.

Para os países da OPEP o processo foi inverso. Em 1970 a participação no mercado mundial era de 50% e foi declinante durante toda a década de oitenta (em 1980 a participação era de 45% e em 1985 não mais de 30%). No final dos anos oitenta já era ascendente, estabilizando-se no patamar de 37% da produção mundial.

Apesar das mudanças ocorridas e a diversificação dos atores no cenário da indústria mundial de petróleo, o mercado continua oligopolizado. Assim, o petróleo continua um bem estratégico, mais ainda para aqueles países que como o Brasil, dependem da sua importação.

Quanto as políticas de preços, elas são realizadas em um patamar que assegure a viabilização da exploração do petróleo nos Estados Unidos e no Mar do Norte por exemplo e ao mesmo tempo inviabilize as fontes alternativas de energia, procurando assegurar ainda a renda petroleira necessária aos interesses dos países produtores.

Atualmente a política é de estabilização do preço e variação da produção em função da demanda. Pode-se também, na conveniência dos oligopólios, estabilizar a produção e variar o preço.

Os preços devem se manter estável no horizonte próximo. Contudo sempre é bom lembrar, que essa situação é de "uma estabilidade permanentemente instável", conflituosa e problemática.

A política petroleira pode ser resolvida manu militare, como é da sua tradição, agora com o agravante da hegemonia americana. Por si só uma razão forte de considerar o petróleo um bem ainda mais estratégico.

A importância do desenvolvimento tecnológico na IMP

A história da indústria petroleira está demarcada por períodos de transformações tecnológicas que trazem uma nova qualidade ao desenvolvimento dessa indústria.

A partir da década de setenta, as majors reorientam seus esforços na área de C&T para recompor seu quadro de reservas, abalado pela perda de concessões para os países da OPEP.

As inovações tecnológicas são voltadas para a exploração petrolífera no Mar do Norte e outras regiões (nos EUA e Brasil por exemplo), assim como para as áreas de refino, transporte e distribuição e as questões relacionadas ao meio ambiente..

O progresso tecnológico orienta-se para o desenvolvimento de técnicas em of-shore, de recuperação terciária (via processos térmicos, injeção de gases, de polímeros e tenso-ativos) e a passagem da exploração extensiva para a intensiva (processo seletivo de áreas) .

As inovações introduzidas na IMP são realizadas a partir dos novos avanços das ciências básicas (física, matemática, química) e das aplicadas (eletrônica, informática, telecomunicações e novos materiais).

Essas inovações, condicionaram e condicionam a pesquisa científica e tecnológica. O desenvolvimento da geofísica e geoquímica, por exemplo, abrindo novos caminhos para a exploração de petróleo.

O domínio nas áreas de C&T relacionadas com a IMP será um fator cada vez mais importante de qualquer indústria (estatal ou privada) para a sobrevivência competitiva no mercado mundial. Na tabela 3.7 estão contemplados, de maneira resumida, os principais indicadores de competitividade da indústria petrolífera, nas suas diversas áreas.

Maior participação das estatais: tendência da IMP

A estabilização dos preços do petróleo a partir de 1986 (em 1981 chegou a US\$35/b, em 1986 caiu até US\$10/b) em torno de US\$20/b, reorientou a estratégia da IMP que, volta a concentrar seus investimentos no negócio principal (petróleo e gás). Contudo, as grandes companhias continuam diversificando seus investimentos em outras atividades, a exemplo de carvão, energia solar/elétrica.

Também, nos últimos anos é crescente a participação das empresas estatais no “ranking” mundial da indústria de petróleo, com participação cada vez maior não somente no mercado nacional, mais também internacionalmente. O Japão, a Austrália, o Brasil, Kuwait, Venezuela, México e Arábia Saudita são exemplos de países cujas empresas estatais aumentaram suas atividades internacionais.

Segundo a classificação da PIW(1992) a empresa estatal argelina SONATRACH superou a empresa privada americana AMOCO, pelo incremento na produção e exportação de gás. Por sua vez a PERTAMINA, estatal da Indonésia, empatou na colocação com a AMOCO (11 a), pelo aumento nas áreas de refino, transporte e distribuição.

Na área de produção de óleo, entre as dez primeiras maiores a nível mundial, sete são empresas estatais, a saber:

- SAUDI ARAMCO (1 a)
- NIOC (2a)
- PEMEX (3 a)
- PDVSA (4 a)
- SONATRACH (8 a)
- ADNOC (9 a)
- NNPC (10 a)

Na produção de gás natural existem cinco estatais entre as dez maiores do mundo:

- SONATRACH (2 a)
- SAUDI ARAMCO (6 a)
- PEMEX (7 a)
- PDVSA (8 a)
- NIOC (9 a)

Na área de refino, segundo a mesma publicação, entre as dez, quatro são estatais, respectivamente:

- PDVSA (3 a)
- SAUDI ARAMCO (7 a)
- PEMEX (8 a)
- PETROBRÁS (10 a)

Particularmente, na OPEP, a estratégia das principais empresas (ARAMCO, PDVS, Lybia NOC) é de ampliar a participação no segmento “downstream”, no refino e na distribuição.

Recentemente⁷⁰, com a fusão das empresas sauditas SAUDI ARAMCO e SAMEREC, foi criada a maior companhia integrada de petróleo do mundo, confirmando a tendência de maior participação das estatais na IMP.

Assim, a tendência da IMP é aumentar a participação global das empresas estatais, o que se percebe com a ascensão dessas no ranking mundial. Esse processo evidencia a importância das empresas estatais no desenvolvimento dessa indústria.

Por outro lado, na área privada, a tendência, particularmente das “majors”, é de estabilizar o quadro de reservas (sem aumentos significativos nos últimos anos), o que leva também, por consequência, leva a estabilização do seu volume de vendas.

As “majors” são detentoras atualmente em torno de 15% o direito de propriedade do petróleo mundial. Estrategicamente essas empresas retornam à base tecnológica, reverticalizando suas atividades, na direção de segmentos tradicionais (exploração, refino e comercialização) No entanto, as parcerias formadas entre o oligopólio e as estatais produtoras, possibilitam as majors continuarem ainda como grande empresas produtoras.

Nova reestruturação do Mercado

O ano de 1986, da queda de preço do barril de petróleo, foi um ano de inflexão de comportamento do mercado mundial de petróleo, trazendo mudanças que vinham sendo gestadas e processadas desde a década de setenta, com o surgimento de novos agentes e métodos no mercado mundial de petróleo⁷¹.

⁷⁰ Financial Times, 16/06/93.

⁷¹ Desde os primórdios da indústria de petróleo até a primeira “crise energética” de 1973 os preços da indústria de petróleo foram administrados pelas “majors”. A partir de então, a influência maior passou a ser da OPEP,

A partir de 1986 o mercado petrolífero diversificou as formas de aquisição de petróleo. Desde então, começou-se a consolidar-se o mercado “forward” e “future”, que procuravam minimizar o risco de flutuação dos preços de petróleo e seus derivados.

Atualmente, as transações petrolíferas podem ser realizadas nos seguintes mercados:

- Oficial,
- SPOT, e a
- Termo.

O mercado Oficial

No mercado oficial, normalmente, são realizados contratos entre o vendedor (país produtor) e o comprador (através de uma companhia petrolífera). Esse era o principal tipo de contrato, quando a hegemonia do mercado era absoluta da OPEP.

As normas fixadas nesse tipo de contrato determinam prazo, qualidade, quantidade, maneira de pagamento, local de entrega do petróleo negociado entre 3 a 4 meses.

No mercado oficial existem contratos que se diferenciam, principalmente, em função de como é acordado o preço do petróleo. Normalmente acontecem três situações: o preço é fixado entrega por entrega, o preço é fixo durante todo o contrato, ou a situação intermediária, na qual o preço é reavaliado a cada quatro meses.

O mercado Spot

Funciona de maneira marginal depois da “crise energética” de 1973, principalmente a partir do porto de Rotterdam (mercado de “Rotterdam”) sem o envolvimento oficial nem das “majors”, nem da OPEP é o mercado “livre”.

Foram criadas as empresas “traders” para a viabilização desses contratos, funcionando como intermediárias entre as companhias produtoras e os compradores. Especulando no mercado, compram e vendem petróleo em um horizonte nunca superior a três meses.

No mercado do “momento” o contrato se realiza sob condições estabelecidas para aquela determinada situação, definindo-se preço, prazo de entrega, quantidade de petróleo e/ou derivados para um lugar determinado.

Em 1990 as transações de petróleo no mercado spot já representavam 55% do total global.

A flexibilização do mercado “spot” se dá com o aparecimento do mecanismo “netback”(1986) que passou a ser uma das formas mais conhecidas de negociação neste mercado.

prevalendo os contratos de longo prazo. Esta situação perdurou até meados dos anos oitenta, quando os preços começaram a ser negociados no mercado aberto (SPOT).

Segundo GIRAUD ⁷²

“ o preço netback decorre de um cálculo teórico, que permite ao “ refinador determinar o preço FOB(Free on Board) máximo pelo qual ele pode comprar o óleo cru no mercado SPOT .Quatro elementos são considerados neste cálculo: o preço spot dos derivados, conforme as áreas geográficas; o rendimento do óleo cru para os diferentes derivados, considerada não apenas a qualidade do óleo mas a tecnologia do refino; o custo ou margem de refino; e o preço SPOT marítimo.”

Além do mecanismo “netback” outros foram implementados (processing deals, equity crude, barter deals) dando maior flexibilidade a estrutura de mercado anteriormente existente.

O Mercado de “Papeis”(a Termo)

Importante modificação na relação entre “as majors” e os países produtores foi a introdução, através dos grupos financeiros e das traders, das ações na Bolsa de Valor (Mercado Futuro) do negócio petróleo. O mercado físico real, agora, coexiste com o “ mercado de papel ” , que aceita o petróleo como comercializável fora da sua existência física.

O mercado de “papeis” realiza dois tipos de contrato: o “forward” e o “future”.

O contrato tipo “forward” começou a funcionar no mercado petroleiro no início da década de oitenta, operado apenas pelas grandes companhias petroleiras, e segue as regras do mercado “spot”, ficando a definir apenas a data de entrega do petróleo. A maioria desses contratos se submete a lógica do mercado financeiro (Londres e Tóquio), podendo inclusive serem revendidos a terceiros (“daisy chain”).

Nesse mercado a liquidez é assegurada, apesar de não existir nenhum organismo controlador (“clearing house”). As operações entre a negociação do contrato e a entrega do petróleo oscilam entre 3 e 4 meses.

O contrato “Future” funciona como o de qualquer outra mercadoria. Os operadores compram e vendem um determinada quantidade de petróleo e/ou derivados para entregar em uma data futura, definindo-se o preço na hora do fechamento do contrato.

Os principais mercados “future” encontram-se em Nova York (NYMEX) e em Londres (IPE), e o mais recente, de Singapura (SIMEX).

Nesse mercado, além dos grandes operadores, também participam especuladores fora do negócio petróleo, operando por conta própria e/ou para terceiros.

Naturalmente, o mercado de “papeis” por ser um mercado especulativo, vulnerabiliza o mercado petrolífero real.

As grandes companhias o utilizam para operações de cobertura (“hedging”), trabalhando ora com uma situação, ora com outra no mercado, levando a uma realidade que muitas vezes não

⁷² op.cit(42)

expressa o valor real do petróleo disponível, preocupando principalmente os países grandes produtores de petróleo.

Atualmente o mercado têm sido favorável aos países consumidores, funcionando com os preços flexíveis, definidos pelos petróleos de “referência”, que movimentam o mercado de papel de óleo cru, a saber:

West Texas Intermediate (WTI), nos Estados Unidos,
BRENT, na Inglaterra e o
DUBAI, no Oriente Médio

A partir desses óleos de referência são estabelecidos distintas situações que levam em consideração, entre outros aspectos, o rendimento e o interesse comercial das partes envolvidas.

A Expectativa de Demanda

O aumento da produção de petróleo fora dos países da OPEP, a retomada do desenvolvimento da economia mundial no final da década de oitenta e a queda, e depois estabilidade do preço do barril de petróleo barril no patamar de 18-20 dólares foram os elementos decisivos para a reativação da demanda de petróleo no mercado mundial, situação que permanece e na atualidade.

Destaque-se a participação, cada vez maior, do gás natural. Este pode substituir competitivamente o óleo combustível, o GLP, o Diesel em alguns processos produtivos e até a Gasolina Automotiva.

A tendência mundial é de aumento global do consumo de energia e o petróleo e o gás natural continuarão a ocupar um lugar de destaque no próximo século de acordo com os cenários do XV Congresso do Conselho Mundial de Energia (tabela 3.6).

INDÚSTRIA MUNDIAL DE PETRÓLEO

TABELA 3.1 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NAS DIFERENTES ATIVIDADES DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO E NO MERCADO INTERNACIONAL (1963 - 1975)

ATIVIDADE	1963	1968	1972	1975
PRODUÇÃO				
Sete Grandes Corporações*	82	78	73	30
Empresas Estatais	9	9	12	62
Outras Companhias Privadas	9	13	15	8
REFINAÇÃO				
Sete Grandes Companhias	65	61	56	47
Empresas Estatais	14	16	17	24
Outras Companhias Privadas	21	23	27	29
COMERCIALIZAÇÃO				
Sete Grandes Corporações	62	61	54	45
Empresas Estatais	11	14	15	21
Outras Companhias Privadas	27	31	31	34

FONTES: G. Chandler - The Innocence Of Oil Companies. Foreign Policy vol. 27

* As sete grandes são: British petroleum, EXXON. Gulf, Mobil, Schell, Standard Oil da Califórnia e Texaco.

Tabela 3.2 INDÚSTRIA MUNDIAL DE PETRÓLEO

PARTICIPAÇÃO ESTATAL EM COMPANHIAS DE PETRÓLEO E GÁS NO MUNDO			
PAIS	NOME	%	EPRC
AMERICA			
Argentina	Yaciminetos Petrolíferos Fiscales YPF 1922	100	EPRC
	Gas del Estado 1944	100	EPRC
Bolivia	Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos	Y.P.F.B. 1944	
		100	EPRC
Brasil	Petróleo Brasileiro S. A. PETROBRAS 1954	100	EPRC
Canadá	PETRO CANADA 1975	100	EPRC
Chile	Empresa Nacional de Petróleo ENAP 1926	100	EPRC
Colômbia	Empresa Colombiana de Petróleo ECOPETROL 1951	100	EPRC
Cuba	Instituto Cubano de Petróleo I.C.P.	100	EPRC
Equator	Corporação Estatal de Petróleo 1972	100	EPRC
México	Petróleos Mexicanos PEMEX 1938	100	EPRC
Paraguay	Petropar	60	EPRC
Perú	Petróleos del Perú Petroperu 1934	100	EPRC
Trinidad-Tobago	Trinidad and Tobago Oil Co.	100	EPRC
Uruguai	Administração Nacional de Combustíveis		
	Alcool e Portland ANCAP 1931	100	EPRC
Venezuela	Corporação Venezuelana de Petróleo S.A.		
	CVP 1960	100	EPRC
	MARAVEN S.A.	100	EPRC
	MENEVEN S.A.	100	EPRC
	LAGOVEN S.S.	100	EPRC

INDÚSTRIA MUNDIAL DE PETRÓLEO

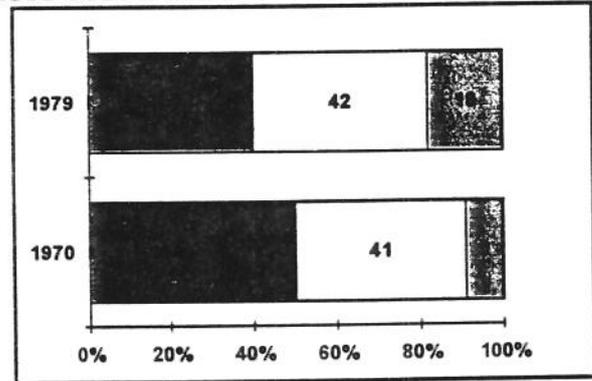
Tabela 3.3 EVOLUÇÃO DA PROPRIEDADE DAS JAZIDAS E AS VENDAS DE PETRÓLEO NO MERCADO INTERNACIONAL (1970-1979)

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO COMÉRCIO MUNDIAL DE PETRÓLEO

ANO	SETE GRANDES TRANSNACIONAIS	OUTRAS COMPANHIAS PARTICULARES	EMPRESAS ESTATAIS
1970	50 %	41 %	9 %
1979	40 %	42 %	18 %

FONTE: INTERNATIONAL PETROLEUM ENCICLOPEDIA 1981

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO COMÉRCIO NO COMÉRCIO MUNDIAL DE PETRÓLEO -1970-1979



FONTE: INTERNATIONAL PETROLEUM

ENCICLOPEDIA

TABELA3.5 PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA NO MUNDO*
POR CONTINENTE - PRINCIPAIS PAÍSES- 1988-1992**
(MILHÕES DE BARRIS/DIA OU BARRIL EQUIVALENTE DE PETRÓLEO/DIA)

	PRODUÇÃO				TOTAL	CONSUMO TOTAL
	PETROLEO	GÁS	CARVÃO	HIDRO, NUCLEAR OUTRAS		
América-Norte						
Canadá	1,992	2,029	752	2,057	6,830	5,338
México	2,998	487	70	159	3,714	2,245
Estados Unidos	9,154	9,100	11,228	4,760	34,242	40,986
TOTAL	14,144	11,616	12,050	6,976	44,786	48,569
América-Sul e Caribe						
Venezuela	2,111	387	27	188	2,713	958
Brasil	631	59	51	1,166	1,907	2,726
Argentina	486	342	5	127	961	912
Trinidad & Tobago	147	93	000	000	240	138
TOTAL	4,282	1,062	394	2,055	7,793	6,634
Europa Ocidental						
Reino Unido	1,980	927	1,119	410	4,436	4,469
Noruega	1,707	527	5	611	2,850	890
Dinamarca	128	62	000	3	193	369
TOTAL	4,137	3,819	4,087	6,392	18,475	29,334
Oriente Médio						
Arábia Saudita	6,686	574	000	000	7,260	1,399
Irã	3,018	432	17	38	3,505	1,264
Emirados Árabes	2,083	435	000	000	2,518	510
Iraque	1,656	74	000	10	1,740	365
Kuwait	1,125	85	000	000	1,210	225
TOTAL	16,333	1,958	259	191	18,741	5,617
Ex-URSS & Europa-Leste						
Ex-URSS	12,125	14,641	5,988	999	33,753	26,948
Romênia	165	522	186	000	873	1,310
TOTAL	12,425	15,421	9,542	1,304	38,792	34,337
África						
Nigéria	1,735	80	1	29	1,875	334
Libia	1,313	115	000	000	1,428	233
Argélia	1,161	940	000	1	2,102	507
TOTAL	6,334	1,310	2,307	357	10,308	4,470
Ásia						
China	2,799	268	10,743	657	14,447	13,635
Indonésia	1,429	829	133	37	2,428	843
Malásia	715	351	2	27	1,095	442
TOTAL	5,947	2,384	14,171	3,650	26,152	34,686
Austrália						
TOTAL	533	417	2,277	214	3,441	2,210
TOTAL MUNDIAL	64,175	37,988	45,088	21,138	168,389	165,857

*São mencionados os principais países produtores de petróleo. O total refere-se ao valor por continente

**média para o período 1988-1992

fonte: Petróleo Economics, Energy Map of the World (3ª edição), adaptado pelo autor

PAIS	NOME	%		EPRC	
AFRICA					
África do Sul	South African Coal Oil and Gas Corp.	52		RC	
	Total Refining South Africa		30		E
	SOEKOR 1965				E
	SASOLBURG		100		carvão cru
Angola	Soc. Nacional de Combustíveis de Angola SONAGOL	100		EPRC	
	Companhia de Petróleos de Angola PETRANGOL	100		EPRC	
Argélia	Soc. Nationale de Transport et de Commercialization des Hydrocarbures SONATRACH		100		EPRC
Egito	Egyptian General Petroleum Corporation EGPC 1956	100		EPRC	
	GPC		100		EP
	SUEZ OIL PROCESSING	100		R	
	NASR		86		EPRC
	COPE		100		EP
	PAN AM UAR		50		E
	PHILIPS	50		E	
Etiópia	Ethiopian Petroleum Co. ASSAB REFINERY	100		R	
Gabão	SPAFE		74		EP
	S.EQU.REFINERY	63		RC	
Ghana	GHAIP		100		RC
Israel	Israel National Oil Co.		100		EPRC
	Oil Refineries		100		RC
Libia	Libian National Oil Co. LNOC 1968	100		EPRC	
Costa de Marfim	Soc. Nationale d'Opérations Petrolieres Petrosi	100			
Madagascar	SMR		50		RC
Marrocos	SAMIR		100		RC
Moçambique	PETROMOQ		100		RC
Nigéria	Nigerian National Oil Corp.	100		EPRC	
Senegal	Societe African de Reffinage	30		RC	
Tanzania	Tanzanian and Italian Petroleum Refining Corp.		TIPER		
Tunez	Soc. Tunisienne d'Industrie Petroliere STIR	100		EP	
	SITEP		100		EP
	SAEP		100		EP

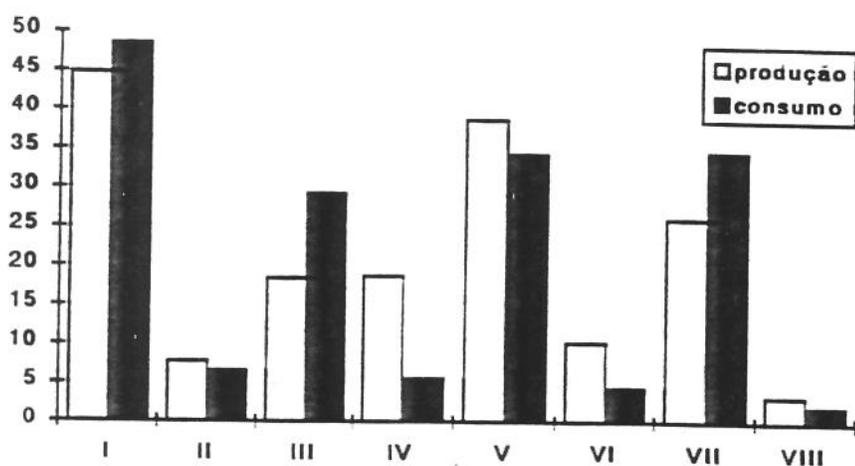
PAÍS	NOME		%	EPRC
EUROPA				
Alemanha	SCHOLVEN-CHEMIE		37	
	SCHACHTBAU		100	EP
	SAARBERGWERKE A.G.	100		ERC
Austria	OMV Aktiengesellschaft	100		EPRC
	OVFG		100	EPRC
Espanha	Cia. Arrendatária de Petróleo SA CAMSA		100	EPRC
	HISPANOIL		55	EP
	E.N. CALVO SOTELO		100	RC
	REPESA	52		RC
	Cia Iberca Refinadora de Petróleo PETROLIBER	52		RC
França	NESTE OY		100	RC
	Compagnie Française des Pétroles CFP	100		ERPC
	Enterpse d Recherches et d'Activities Petrolieres	100		ERPC
	ELF France		100	ERPC
	GAZ DE FRANCE	C		
	SNEA		EP	
	SNUGSO			
	GP 1960	82		RC
	UIP 1960	49		RC
Grã Bretanha	British National Oil Co.	100		ERPC
	British Petroleum	71		ERPC
	National Coal Board		100	ERPC
	British Gas Corp.	100		ERPC
Grécia	Public Petroleum Co of Greece	100		EP
Holanda	NAM Stratsmijnem (gas)	100		
Hungria	Hungariam National Oil and Gas	100		
Itália	AGIP S.p.A. 1926	100		ERPC
	ANlc S.p.A. (Petroq)		100	
	Ente Nazionale Idrocarburi ENI 1953	100		ERPC
Noruega	STATOIL 1972	100		ERPC
Portugal	PETROGAL	90		ERPC
	Concessionária de Refin. de Petróleos SACOR	100		ERPC
Turquia	Turquish Petroleum CompanyTPAO	100		RC
	IPRAS		51	RC

PAIS	NOME	%	EPRC
MEDIO ORIENTE			
Arabia Saudita	PETROMIN 1962	100	EPRC
Bahreim	BANOCO 1974	100	
Emiratos Arabes Unidos	Abu Dhabi National Oil Co.	100	
Irã	IMINOCO	50	E
	IPAC 1958	50	EPRC
	NIOC 1951	100	EPRC
	National Gas Iranian co.	100	
	National Petrochemical Corp.	100	
	LAVAN PetroleumCo.	50	
	SIRIP	100	EP
	DOPCO	50	EP
	FARSI	96	EP
	IROPACO	50	EP
	LAPCO	50	EP
PEGUPCO	50	EP	
Iraq	Irak National Oil Co. INOCO 1964	100	EPRC
	State Establishment for Oil refining & Gas Treatment	100	RC
Siria	Syrian petroleum Co. 1958	100	
OCEANIA			
Austrália	Gas & Fuel Corporation of Victoria	100	RC
Nova Zelandia	Petroleum Corporation of New Zealand	100	EP

EPRC: Exploração; Produção; Refinação; Comercialização

Fonte: CILAVES PARA UNA POLÍTICA PETROLERA NACIONAL, STAGNI.A.S., Buenos Aires, 1983.

Figura3.3 Produção e Consumo de Energia por Continente (1988-1992)



fonte: Tabela anterior

legenda:

- I - América do Norte
- II - América do Sul e Caribe
- III - Europa Ocidental
- IV - Oriente Médio
- V - Ex-URSS e Europa do Leste
- VI - África
- VII - Ásia
- VIII - Austrália

Tabela 3.6

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO MUNDIAL***Empresas Estatais***

	ORIGEM	BILHÕES BARRIS/OLEO	% MUNDO	RESERVA/ PRODUÇÃO ANOS
SAUD. ARAMCO	A.SAUD.	261,2	26,00	88
INOC	IRAQUE	100,0	9,9	498
KPC	KWAIT	96,5	9,7	287
NIOC	IRÁ	92,8	9,3	74
ADNOC	E.ÁRABES UNIDOS	64,4	6,5	159
PDVSA	VENEZUELA	63,3	6,3	70
PEMEX	MÉXICO	51,2	5,1	45
NOC	LÍBIA	22,8	2,3	58
NNPC	NIGÉRIA	11,9	1,2	30
SONATRACH	ARGÉLIA	9,2	0,9	20
PETROBRÁS	BRASIL	8,1	0,8	34
OUTRAS	nº de empresas 16	49,4	5,0	20
TOTAL	nº de empresas 27	830,8	83,0	74

Empresas Privadas

	ORIGEM	BILHÕES BARRIS/ÓLEO	% MUNDO	RESERVA/ PRODUÇÃO ANOS
RD.SHELL	HOLDING	9,3	0,9	12
EXXON	EUA	6,8	0,7	11
BP	ING	6,4	0,6	13
MOBIL	EUA	3,4	0,3	11
CHEVRON	EUA	3,1	0,3	9
ARCO	EUA	2,7	0,3	10
TEXACO	EUA	2,7	0,3	10
AMOCO	EUA	2,3	0,2	8
CONOCO	EUA	1,1	0,1	7
PHILLIPS	EUA	1,0	0,1	8
UNOCAL	EUA	0,8	0,1	8
OUTRAS	nº de empresas 12	7,2	0,7	11
TOTAL	nº de empresas 23	46,8	4,6	11

FONTE: PIW DEZ/93. PETROBRAS. RESERVAS TOTAIS

Tabela 3.7

INDÚSTRIA MUNDIAL DE PETRÓLEO

-INDICADORES de COMPETIVIDADE

Exploração:

- .nível das reservas
- .óleo descoberto/poço perfurado
- .reservas/produção
- .custos das atividades de exploração/reservas descobertas

Produção:

- .fator de recuperação
- %.% das perdas de gás natural
- .capacidade de produção
- .custos das atividades de produção (exploração-desenvolvimento-operacional)/bbl**

Refino:

- .capacidade de destilação
- .capacidade de hidrotatamento
- .consumo energético das refinarias
- .capacidade de conversão e adaptação das refinarias/demanda de derivados**
- .custos das atividades de refino/bbl**

Transporte e Estocagem:

- .sistema de dutos
- .frota de navios
- .capacidade de estocagem
- .custos da atividade /volume de óleo e gás natural

Aspectos Globais⁴ :

As relações econômicas e sociais da indústria (condições de trabalho nos processos produtivos, administrativos e as relações com o meio ambiente,

⁴ embora fundamentais, normalmente não são considerados na avaliação do desempenho da indústria.

Capítulo 4

O Processo de Formação e Consolidação da PETROBRAS

A finalidade deste capítulo é demonstrar a importância da intervenção do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro, via setor produtivo estatal, particularizando a situação da indústria de petróleo e seus reflexos na economia, instrumento indutor da acumulação de capital do setor privado nacional.

Inicialmente é feita uma breve retrospectiva da participação do Estado no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, analisando a formação do seu setor produtivo estatal. Nesse contexto, discute-se a questão do monopólio estatal de petróleo, fazendo-se uma análise da sua origem e seus condicionantes. Avalia-se o processo de formação e desenvolvimento da empresa responsável por sua execução - a PETROBRAS e as condições políticas, econômicas e sociais nas quais a empresa se desenvolveu até a década de oitenta.

Procura-se evidenciar nesse capítulo as interrelações existentes entre a escolha de um determinado modelo de desenvolvimento e suas respectivas políticas econômicas, sociais e energéticas.

4.1 A Industrialização Brasileira e a Participação do Estado

Antecedentes

As condições para a evolução e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil devem ser procuradas no seu processo de formação sócio-cultural e político-econômico, refletido no desenvolvimento científico-tecnológico das suas forças produtivas e na sua articulação com o capitalismo mundial.

O desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil começam a ter um significado econômico, social e político, a partir do último quartel do século XIX.

Segundo FERNANDES ⁷³, a “ revolução burguesa ” iniciou-se nesse período, segundo estímulos pouco propícios:

“ não obstante, graças aos efeitos econômicos da implantação de um Estado Nacional, à universalização do trabalho livre e aos excedentes acumulados através da exportação do café, esse processo histórico ganhou pontos suficientes para adquirir aceleração crescente e um sentido irreversível, pelo menos nas cidades que se engravavam em regiões agrícolas prósperas ou possuíam condições para se converterem em centros econômicos dominantes ”

Estavam dadas as condições para a primeira etapa de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que se estende pela “ república velha ”, até 1930.

4.2 A formação do Setor Produtivo Estatal

Até 1930 não era significativa a participação do Estado no setor produtivo, contudo já era importante nos setores financeiro e de transportes ⁷⁴. As modificações ocorridas com a revolução de 30 operadas até o final da década de quarenta, trouxeram uma maior participação estatal no desenvolvimento da economia brasileira. Neste período aconteceram significativas transformações políticas, institucionais e econômicas no Brasil.

Desde então, a participação do Estado torna-se cada vez mais acentuada no processo de desenvolvimento brasileiro.

A política econômica do primeiro governo Vargas (1930-1945) estava orientada para substituir as importações de produtos manufaturados pela produção no próprio país, incentivar e acelerar o desenvolvimento das forças produtivas em diversos setores da economia e expandir o mercado interno.

⁷³ FERNANDES, F., *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, 2a edição, revista, ZAHAR ed., 1972, Rio de Janeiro

⁷⁴ Em fins dos anos vinte o Estado brasileiro já detinha dois terços da rede ferroviária, na área bancária o Banco do Brasil desde o século XIX funcionava como banco comercial e de emissão e as caixas econômicas e bancos estaduais desempenhavam importante papel na área financeira. Também os portos funcionavam sob administração estatal (Belém, Rio de Janeiro, Recife, Rio Grande e Porto Alegre) - de acordo com SOARES, A.R., 1991. *Formação Histórica e papel do Setor Estatal na Economia Brasileira 1930-1989*. São Paulo ed. LUME, pags 21 e 22.

No governo Dutra não houve ampliação importante da participação do estado na economia, segundo BAER ⁷⁸, a situação naquela época era a seguinte:

... “ O período imediato ao pós-guerra foi praticamente desprovido de novas experiências de intervenção do Estado nas atividades econômicas. Expandiu-se a propriedade governamental da rede de ferrovias com a compra de várias empresas inglesas. Ao mesmo tempo que as crises cambiais trouxeram renovados controles de câmbio e que surgiram crescentes constrangimentos na infra-estrutura, o governo empenhou-se cada vez mais em atividades de planejamento com o fim de permitir um crescimento mais equilibrado e obter assistência externa...”

Na verdade o que se percebe desde os anos 30 até o final da década de quarenta é um processo de intervenção permanente do Estado na economia brasileira, apesar do ritmo mais lento no governo Dutra. Embora, muitas vezes não houvessem políticas de planejamento articuladas a partir do Estado, como acontecia no contexto do capitalismo internacional e na experiência soviética, inaugurada com a revolução russa de 1917 ⁷⁹.

Assim, o processo de industrialização, que se acelera a partir dos anos 30, principalmente após a segunda guerra mundial, tem no Estado brasileiro um agente fundamental para o seu desenvolvimento.

Embora tardio, comparado com o desenvolvimento dos países capitalistas da Europa e dos Estados Unidos, a industrialização brasileira se processa articulada com a dinâmica da economia e da política capitalista internacional, com as quais se integra e se relaciona, com peculiaridades, fazendo parte do processo de acumulação capitalista mundial.

as mudanças na área energética

O processo de industrialização da economia brasileira traz consigo, predominantemente, uma matriz industrial de tecnologia, maquinaria e insumos das economias capitalistas já desenvolvidas. Transforma ainda as relações sociais e políticas entre o capital e o trabalho, que se organizam em instituições classistas e

⁷⁸ BAER, W. a partir de referência citada(2), pags 25 e 26.

⁷⁹ Sobre o contexto do desenvolvimento do capitalismo no período e a participação do Estado, ver capítulo II deste trabalho.

nos partidos políticos. Acelera a urbanização com a concentração populacional nas capitais dos estados, particularmente no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Na área energética, o processo de intervenção do Estado brasileiro foi conflituoso e contraditório. A implantação, por exemplo, da PETROBRAS(1953) e da ELETROBRAS (proposta em 1953 e somente aprovada em 1963) são evidências destes conflitos entre os interesses gerais da sociedade, do capital nacional e internacional.

A matriz energética brasileira até 1930 operava baseada na biomassa, que atendia quase a totalidade da demanda energética brasileira. Os consumos de carvão, petróleo e eletricidade estão restritos a algumas regiões onde os processos de urbanização e industrialização já impunham a sua velocidade.

A industrialização muda o perfil energético brasileiro. Após a segunda guerra mundial (1945) aumenta significativamente o consumo de carvão mineral, derivados de petróleo e hidroeletricidade, cuja escassez torna um fator impeditivo a nova dinâmica de acumulação de capital.

Colocava-se na ordem do dia a adaptação do aparelho produtivo, particularmente na área energética, à nova realidade da economia brasileira.

Porque o Estado foi o principal agente dessas transformações ? A resposta a essa indagação deve ser buscada na compreensão do papel que aquele deve desempenhar no processo de acumulação capitalista, em um determinado contexto político, econômico, social, nacional e internacional.

Naquela época, o Estado brasileiro intervém no setor produtivo da economia por duas razões básicas: falta de condições financeiras do capital privado nacional e desinteresse do capital internacional de intervir em infra-estrutura básica (estradas, transportes, siderurgia e energia) indispensável ao processo de industrialização escolhido para o país.

A intervenção do Estado brasileiro na economia pela dimensão efetuada, possibilitou um desenvolvimento sem precedentes da economia brasileira.

Na área energética, a indústria petroleira e elétrica propiciaram desde os seus primórdios até a atualidade, uma forte indução sobre as indústrias de bens de produção (metalurgia, mecânica, elétrica, materiais de transportes etc).

A análise do processo de formação e desenvolvimento da PETROBRÁS, objeto de preocupação do presente capítulo, é um exemplo significativo dessas relações mencionadas. Procurar-se-á identificá-las a seguir.

4.3 A Indústria de Petróleo no Brasil a partir da PETROBRAS

A história da indústria de petróleo no Brasil, pode ser dividida de acordo com a seguinte cronologia:

PERÍODOS	FASES
Livre iniciativa (1864-1939)	1 - pré-história(1864-1919) 2 - reconhecimento geológico(1919-33) 3 - seleção de áreas(1933-39)
Conselho Nacional de Petróleo(1939-1953)	4 - organização (1939-46) 5 - ampliação das atividades(1946-51) 6 - integração das atividades(1951-53)
Monopólio Estatal(1953)	7 - a partir da criação da PETROBRAS

Os períodos anteriores ao monopólio estatal, mesmo o da “livre iniciativa”, teve no Estado, direto ou indiretamente, um elemento fundamental na criação das condições para a viabilização da indústria de petróleo no Brasil.

O processo que culminou com a criação da PETROBRAS mobilizou amplamente a sociedade brasileira. Fazia parte de uma discussão maior, de um Projeto de Desenvolvimento Nacional, onde o Estado e o SPE jogariam um papel importante , particularmente o seu setor energético.

4.3.1 A Volta de Vargas ao Poder (1951-54) e a Criação da PETROBRAS

A volta de Vargas ao poder consolidou a estratégia de maior participação do Estado brasileiro no desenvolvimento de sua economia.

Getúlio Vargas ao chegar mais uma vez ao poder ,agora pela via eleitoral, num processo de redemocratização do País, dá continuidade ao processo de intervenção do Estado na economia brasileira, criando melhores condições de infra-estrutura para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, possibilitando a criação de um parque industrial que atendia aos interesses do capital nacional e internacional, agora já com a predominância norte-americana.

Embora ainda não existisse um Plano Oficial que norteasse o planejamento global do Estado, a Comissão Mista e a Assessoria Econômica de Vargas(coordenada por Rômulo Almeida e posteriormente por Jesus Soares Pereira) funcionavam como órgãos de planejamento.⁸¹

Então, foram elaborados importantes projetos, tanto pelo Estado como pela iniciativa privada, particularmente na área de energia.

A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento(BNDE, em 1952), da PETROBRAS(1953), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB, em 1954) e do anteprojeto de criação da ELETROBRAS (1953) , demonstra a importância da intervenção do estado no segundo período Vargas.⁸²

⁸¹ Rômulo Almeida(1914-1986),economista,deu contribuições importantes para analisar, compreender e transformar a realidade nacional. Foi chefe da assessoria econômica no governo Vargas. Trabalhou e ocupou cargos de relevancia na esfera publica federal e em organismo internacionais.Na CEPAL deu importante contribuição a formulação de um "pensamento latino-americano". Participou ativamente nas décadas de setenta e oitenta do processo de redemocratização do País.

Em seminário realizado na UFBA(1985), registramos o depoimento do Doutor Romulo sobre a realidade energética nacional, onde ele foi um dos convidados, participou com entusiasmo e fez importante análise da problemática energética e sua relação com o processo de desenvolvimento econômico e social. Quando morreu (1986),era da diretoria do BNDS.

No ANEXO 1,interessante depoimento sobre o processo de criação da PETROBRÁS, o projeto original encaminhado e as mudanças negociadas no Congresso Nacional,assim como os outros projetos que conformaram o SPE, extraído do livro Rômulo: Voltado para o Futuro, Fortaleza, BNB, 1986, a partir de entrevistas concedidas a Grupos de Trabalho da Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia.

Jesus Soares Pereira(1910-1974),nasceu no Ceará, foi funcionário público federal, concursado em 1932. Assessor de Vargas, membro como Rômulo Almeida da sua Assessoria Técnica.Substituindo-o na sua coordenação quando O Doutor Rômulo foi presidir o Banco do Nordeste em 1954. Figura admirada e respeitada na área pública federal onde trabalhou por mais de 40 anos. Foi grande sua colaboração na criação e formação de Volta Redonda, PETROBRÁS e ELETROBRÁS e na formulação da politica industrial do País no periodo Vargas. Com o golpe militar de 1964 foi cassado e exilado. Trabalhou nesse periodo na CEPAL. Morreu no ano de 1974 no Brasil, em plena atividade intelectual e preocupado com os problemas nacionais, particularmente com a questão petroleo(deixou artigo manuscritocontra o "contrato de risco") - importante depoimento de Jesus Soares Pereira foi tomado por Medeiros Lima, 1975, em PETRÓLEO, ENERGIA ÉLETRICA, SIDERÚRGICA: A LUTA PELA EMANICIPAÇÃO(ed.Paz e Terra,São Paulo), com prefácio de Rômulo Almeida.

Assim, nas décadas de quarenta e cinquenta, são implementadas várias iniciativas do Estado brasileiro, no sentido de coordenar, controlar e planejar a economia brasileira. Entretanto, segundo, LAFER:⁸⁴

... " elas foram mais propostas como é o caso do relatório Simonsen(1944-1945); mais diagnósticos como é o caso da Missão Cooke(1942-1943), da Missão Abbink(1948), da Comissão Mista Brasil-EUA(1951-1953); mais esforços no sentido de racionalizar o processo orçamentário como é o caso do Plano Salte(1948); mais medidas puramente setoriais como é o caso do petróleo e do café do que experiências que pudessem ser enquadradas na noção de planejamento propriamente dito. O período de 1956-1961, no entanto, deve ser interpretado de maneira diferente pois o Plano de Metas, pela complexidade de suas formulações - quando comparado com essas tentativas anteriores - e pela profundidade de seu impacto, pode ser considerado como a primeira experiência efetivamente posta em prática de planejamento governamental no Brasil"...

A criação da PETROBRAS em 1953, como empresa responsável por:

" assegurar o abastecimento do mercado nacional de óleo, gás natural e derivados, através das atividades definidas na Constituição e na lei 2.004, de forma rentável e aos menores custos para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do País",

Faz parte dessa estratégia de criar as condições de infraestrutura para a industrialização brasileira.

As razões políticas, econômicas e sociais que condicionaram a criação da PETROBRÁS, serão analisadas a seguir.

⁸⁴ LAFER.C..O Planejamento no Brasil-Observações Sobre o Plano de Metas(1956-1961), in Planejamento no Brasil.LAFER.M.L..ed.Perspectiva.São Paulo,1975. pags29 e 30.

As condicionantes políticas, econômicas e sociais

O desenvolvimento da economia brasileira a partir dos anos 30 e o fluxo desenvolvimentista inaugurado nos anos 50, exigiu do Estado brasileiro uma maior participação na área energética. A participação do Estado na consolidação da área energética e siderúrgica, criou as condições para as transformações sócio-econômicas ocorridas no Brasil, favorecendo ao processo de acumulação do capital privado nacional, desde então.

Observe-se que embora tenha sido concomitante o processo de formação das duas principais empresas do setor energético brasileiro, a PETROBRAS e a ELETROBRAS, estas tiveram caminhos diferentes.

No caso do setor elétrico, a criação da ELETROBRAS é a culminação de uma estratégia progressiva de intervenção do estado, começada desde o código de águas (1934), passando pela criação das empresas estaduais e regional de eletricidade (CHESF, 1946) e pela elaboração do Plano Nacional de Eletrificação, onde o projeto principal era a criação da própria ELETROBRAS.

A proposta de criação da ELETROBRAS foi encaminhada ao Congresso Nacional em 1954, mas somente em 13 de junho de 1962 foi constituída a empresa.

Na área de petróleo, a intervenção do estado foi direta, através da figura do monopólio estatal e da criação da PETROBRAS. As causas para esse desfecho são variadas, tanto do ponto de vista político, como econômico e social.

Dentre outras, destaque-se:

- o Estado desde 1930, tinha desencadeado o processo de desenvolvimento econômico nacional e por consequência precisava de uma infraestrutura energética,
- a incapacidade da iniciativa privada nacional de efetuar investimentos maciços de longo prazo de maturação e de alto risco, como inicialmente a indústria de petróleo nacional demandava,
- a falta de interesse do capital internacional em investir na área de pesquisa e exploração de petróleo no Brasil (outras regiões como a do golfo pérsico, México e Venezuela eram de maior interesse do oligopólio da indústria de petróleo mundial),

-a posição de setores militares nacionalistas preocupados com o abastecimento interno de petróleo (presença do Cartel), indispensável à segurança e soberania nacional.

-o papel das lideranças político-partidárias do PTB e do PCB comprometidas com uma orientação nacionalista até a UDN e a opinião pública em geral, mobilizada através da campanha “o petróleo é nosso”

O projeto original da oposição, tanto da esquerda(PCB), quanto da UDN não traziam a figura do monopólio estatal. O de Getúlio, originalmente, também não.

A aprovação da lei 2004 se deu em um processo de intensa negociação entre o Governo e o Congresso Nacional, pressionado por um amplo movimento popular, através da campanha o “Petróleo é Nosso”, onde o papel dos comunistas e dos trabalhistas, foi de grande importância.

A proposta inicial de criação da PETROBRAS, encaminhada ao Congresso Nacional pelo presidente Getúlio Vargas, como já foi observado, não citava a figura do monopólio estatal, embora desse o controle majoritário ao Estado. Essa proposta, foi modificada pela emenda do deputado Eusebio Rocha, que propunha o monopólio estatal da União para a indústria de petróleo e a PETROBRAS como empresa executora. Então, foi aprovada a lei 2004 que criou a PETROBRAS.⁸⁵

A opinião de ALMEIDA⁸⁶ é ilustrativa e esclarecedora sobre o projeto original do Governo e as mudanças operadas no Congresso Nacional com a aprovação da lei 2004 e a criação da PETROBRAS.

⁸⁵ Em 3 de outubro de 1953, através da lei 2004, foi instituído o monopólio estatal do petróleo no Brasil e criada e criada a Companhia Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, para executá-lo em nome da União.

Sobre as diferenças do projeto encaminhado pelo Governo Getúlio e o aprovado ver o depoimento de Rômulo Almeida no ANEXO I, de acordo com a referência (7) deste capítulo.

Anteriormente, a atividade petrolífera era permitida a estrangeiros em todos os seus segmentos até 1938, quando se definiu que esta atividade seria reservada a empresas nacionais, exceto a distribuição, que continuou permitida às empresas multinacionais. A partir desse ano, também o Conselho Nacional de Petróleo, recém-criado, passou a pesquisar e refinar petróleo no Brasil.

Em 1988, a nova constituição federal incorporou no artigo 177 o monopólio do Estado nas atividades de pesquisa e lavra das jazidas, do refino, da importação e exportação do petróleo e derivados, do transporte marítimo de petróleo nacional e derivados produzidos no País, assim como o transporte dos produtos, petróleo e gás através de dutos em todo território brasileiro.

A evolução institucional da PETROBRAS é contemplada no ANEXO I.

⁸⁶ op.cit.(81)

Petróleo”, mas sentindo a onda popular que exigia monopólio formal, então o que fizeram?

Inteligentemente, do ponto de vista deles, eles passaram a empunhar essa bandeira. Então houve uma emenda de um trabalhista, Eusébio Rocha, estabelecendo o monopólio estatal formal. O Presidente expressou que não se queria estabelecer expressamente para evitar resistências internas e inconvenientes externos, mas não era contra, topava negociar. Então induziu a emenda da UDN como condição para passar o projeto. Assim surgiu a emenda Bilac Pinto, que era uma das lideranças da UDN, que havia liderado a mudança de posição do seu partido em relação ao petróleo, em função do antigetulismo....A emenda que eles fizeram nada acrescentava efetivamente ao projeto, pelo contrário era acompanhada de outras que o prejudicaram....

...Agora ao lado dessa emenda, houve outras que prejudicaram muito a PETROBRAS operacionalmente. A gente tinha previsto um mecanismo muito mais flexível. ... a PETROBRAS seria uma “holding”, uma empresa controladora central e atuaria algumas vezes diretamente, mas, geralmente, através de organizações em função de áreas ou em função de setores, para ter bastante flexibilidade e descentralização.

Nós dividíamos as subsidiárias em duas categorias: uma relacionada com exploração, produção, refino e transporte, em que as atividades são atividades nacionalizadas e monopolizadas segundo o texto expresso pelo projeto, e nessas haveria controle absoluto do governo, controle absoluto da PETROBRAS, com a necessária flexibilidade para atender à maior participação dos estados....Outra categoria era das subsidiárias ou associadas em atividades que não eram estritamente do monopólio, prevendo a petroquímica, prevendo também as atividades produtoras de equipamentos e insumos básicos da PETROBRAS, que não existiam no país e que era preciso ativar para fazer a PETROBRAS uma matriz de atividades....

...Entretanto, a lei da PETROBRAS, com as emendas que a meu ver a prejudicaram, não admitia subsidiária se não nas mesmas condições da empresa matriz. Em consequência, a PETROBRAS tornou-se centralista e burocratizante. ...Depois para se fazer a Petroquímica, em 1966, foi preciso alterar essa norma....A história real é essa.”

Com a aprovação da Lei 2004 no Congresso Nacional, estavam dadas as novas condições institucionais de funcionamento do setor petróleo brasileiro, onde doravante o papel do Estado seria determinante.

De acordo com COHN:⁸⁷

“ a entrada do Estado brasileiro na área de atividades configurada pela prospecção, refino, e transporte em bruto de petróleo não deriva de uma decisão unívoca, tomada num momento dado por uma entidade monolítica (supostamente o Estado) mas é o resultado de ações de diversos grupos sociais. Cada um desses grupos define, e redefine, aquela área de atividades em consonância com os seus interesses sociais específicos. Isto, num contexto histórico que se caracteriza, no plano político, pela centralização do poder nacional; ao nível econômico, pelo processo de industrialização e seus correlatos; e no plano social pela multiplicação de relações societárias- de modo global, portanto, pelo processo de desenvolvimento ”...

Assim, a entrada do Estado brasileiro na indústria de petróleo, via SPE, através da criação PETROBRAS, na prospecção, produção, refino e transporte, é resultado de uma longa luta política e econômica, envolvendo interesses e ações nacionais e internacionais de diversos grupos sociais.⁸⁸

4.4 A PETROBRAS nos Anos 50 e no Início da Década de Sessenta

No início da década de cinquenta, quando da criação da PETROBRAS, o Brasil produzia muito pouco petróleo, mas também o consumo era irrelevante. A capacidade de refino era limitada e quase todo o petróleo importado vinha na forma de derivados.

As atividades da PETROBRAS na área de pesquisa e lavra de petróleo só começavam a acontecer a partir de 1954⁸⁹

⁸⁷ COHN, G. 1968. Petróleo e Nacionalismo. ed. Difusão Europeia do Livro. São Paulo. pag 3

⁸⁸ sobre estas questões ver. além da referência 85. entre outros:

LOBATO, M. 1959. O Escândalo do Petróleo e Ferro. ed. Brasiliense. São Paulo:

TÁVORA, J. 1955. Petróleo para o Brasil. ed. José Olímpio. Rio de Janeiro:

MANGABEIRA, F. 1964. Imperialismo Petróleo e PETROBRAS. ed. ZAHAR. Rio de Janeiro:

VICTOR, M. 1970. A Batalha do Petróleo Brasileiro ed. Civ. Brasileira. Rio de Janeiro:

TANZER, M. 1972. Os Trustes Petrolíferos e os Países Subdesenvolvidos. ed. Civ. Brasileira. Rio de Janeiro.

⁸⁹ op. cit. (85)

4.4.1 O Planejamento Governamental Favorece o Processo de Consolidação da PETROBRAS

O Plano de Metas (1956-61)

O Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek(1956-61) aparece efetivamente como a primeira experiência de planejamento global do governo federal, influenciando na evolução do processo de planejamento governamental no Brasil.

O Plano tinha como presuposto a possibilidade do crescimento da economia de maneira razoavelmente equilibrada.O objetivo era alcançar metas quantitativas de produção por setor, necessitando uma forte relação intersetorial de planejamento da economia brasileira, o que na prática não acontecia.Outra limitação nele importante era a maneira como eram implementadas as políticas governamentais. Embora a administração pública tenha melhorado, essas políticas continuavam a ser realizadas, regra geral, de maneira populista.

Na época do Plano de Metas acontecem mudanças econômicas e sociais significativas.

Intensifica-se o processo de urbanização: em 1950 a população urbana era 36,2%, em 1960 já chegava a 45,1% do total da população brasileira⁸⁸. Houve também um crescimento significativo dos setores terciário e secundário da economia.

A área energética era considerada fundamental para o desenvolvimento do Plano, com 43,4% dos investimentos previstos do total a ser realizado, colocava-se como um dos gargalos para o modelo desenvolvimentista, dos “50 anos em 5”, almejado pelo governo Juscelino. No setor petróleo a meta prevista na produção era de 90.000 bb/d, em 1961 chegou-se a 95.400 bb/d.No refino, a meta inicial era de 175.000 bb/d , atingiram-se 308.600 bb/d em 1961.

No período Kubitschek acelerou-se o processo de industrialização do país, baseado na produção de bens de consumo duráveis e na abertura ao capital internacional.⁸⁹

⁸⁸ censo IBGE.1950 e 1960

⁸⁹ aqui percebe-se claramente a relação entre os investimentos em energia e o ciclo desenvolvimentista inaugurado com o Plano de Metas.No período de 1956-62 a renda interna cresceu em média de 7,0% ao ano, o investimento global foi superior a essa média e a área energética foi responsável por mais da metade deste total. a partir de CALABI,A.S... et al..A energia e a Economia Brasileira:

Também expandiu-se a capacidade de oferta e aumentou-se o potencial energético brasileiro.

A implantação da indústria automobilística em 1957 e a opção pelo transporte rodoviário como principal meio de interligação social e da produção nacional, ampliou consideravelmente o consumo de petróleo no Brasil, aumentando também no período a produção no recôncavo baiano.

O consumo que em 1955 era apenas 27,9 milhões, quase quadruplica em 1961, chegando a 90,8 milhões de barris ano. A produção no mesmo período aumenta significativamente de 2,0 milhões de barris para 34,8 milhões de barris.

O Plano Trienal(1963-65)

O Plano Trienal aparece numa conjuntura política e social de grandes expectativas .

Após a renúncia do Presidente Jânio Quadros, o vice presidente João Goulart assume num processo político de crise. A situação econômica já não era aquela da euforia do governo Kubistchek(PIB de 6,9% ao ano no período 1957-61) , a inflação no ano de 1962 chegava ao patamar recorde de 51%. A dívida externa aumentava de maneira significativa como consequência de sucessivos déficits no balanço de pagamentos.⁹⁰

O Plano Trienal orientou a política econômica do Governo João Goulart e foi um diagnóstico importante da economia brasileira . Trazia para a economia as aspirações sociais de majoritários setores da sociedade.

O Plano procurou, via intervenção do Estado na economia, colocar metas que viessem atender essas aspirações mencionadas. Tinha como objetivo a recuperação do ritmo de desenvolvimento econômico alcançado no período Kubistchek (próximo aos 7% ao ano), conter o processo inflacionário e a realização das reformas administrativa, bancária, fiscal e agrária.

interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil. São Paulo: Pioneira/FIPE. 1983

⁹⁰ O Plano Trienal de Desenvolvimento foi elaborado em 6 meses ,terminado no final do ano de 1962 coordenado por Celso Furtado. Ministro do Planejamento do governo João Goulart, que após um breve período parlamentarista, voltou, via plebiscito ao presidencialismo(janeiro/63)

Essas medidas buscavam uma melhor distribuição da renda nacional, criando melhores condições econômicas e sociais para sociedade brasileira.

Diferentemente do que aconteceu com o Plano de Metas, o Plano Trienal não atingiu os objetivos pretendidos de retomada do ritmo de desenvolvimento, contenção do processo inflacionário, implementação das reformas de base, etc. O Plano foi vencido politicamente com o golpe militar de 1964.

Destaque-se no entanto sua importância como diagnóstico da realidade econômica e social brasileira e como instrumento de planejamento em si.

A partir do Plano de Metas o planejamento governamental no Brasil ganha uma nova perspectiva.

Na área energética continuava com a visão tradicional. Colocava apenas a necessidade de expandir a oferta.

No setor elétrico apontava para a melhoria da eficiência, buscando a integração dos sistemas e linhas de transmissão visando a otimização da capacidade instalada regional. No setor petróleo buscava-se alcançar a autosuficiência do refino e na produção a meta era atingir os 30% do consumo interno. O carvão mineral e a biomassa não eram devidamente contemplados.

Em geral, houve fortalecimento da estrutura administrativa da área de energia (CNP, do Conselho Nacional de Águas e Energia, do DNAE), da PETROBRAS e finalmente a criação da ELETROBRAS em 1963.

4.5 O Golpe Militar: Período de Autoritarismo e Arbítrio(1964-1985)

Reformas institucionais, concentração econômica e de renda

A crise econômica e política do período Jânio-Jango já não pode ser resolvida de acordo com a prática populista da política brasileira desde os anos 30.

Processa-se a ruptura desse Pacto.

Os militares chegam ao poder em 1 de abril através de um golpe derrubando o governo constitucional de João Goulart. Começa um longo período de arbítrio e obscurantismo (1964-85) da história política brasileira.

Essa época autoritária termina após um processo de luta de amplos segmentos da sociedade brasileira, particularmente de uma parcela significativa da sua intelectualidade e dos assalariados em geral, pela redemocratização do País.

Culmina com a eleição pela Frente Democrática de Tancredo Neves pelo colégio eleitoral em 1985 e pela posse de José Sarney, em razão da morte do presidente eleito.

Este período caracterizou-se por uma grande centralização e concentração do poder político e econômico.

Reafirma-se e expande-se o processo desenvolvimentista baseado sobre os bens de consumo duráveis, onde a indústria automobilística continuaria a jogar um papel importante. Consolida-se um estilo de desenvolvimento que aumentaria substancialmente o consumo energético brasileiro, principalmente no período de 1967(quando inicia-se um novo ciclo de expansão da indústria) -1973, ano auge do chamado "milagre brasileiro".

A indústria petroleira sofre mudanças substantivas, refletindo o que ocorria na economia, particularmente na área industrial. Estas transformações serão comentadas a seguir.

Ampliação do Parque de Refino, do Consumo e estabilização da Produção

O aumento da produção de petróleo no recôncavo diminuiu a dependência externa brasileira.

No período de 1954 a 1967, a participação percentual das importações sobre o consumo total caiu de 99% para 59%. A produção aumentou de 1 milhão de barris em 1954 para 53,5 milhões de barris em 1967 e a ampliação do refino também foi considerável

Esse é o período inicial de consolidação da PETROBRAS que se estende até o final da década de sessenta. Nele foram realizados importantes investimentos que permitiram a construção da primeira parte do atual parque de refino nacional cuja capacidade de processamento, em 1972, já era de 786 mil b/dia.

Na época, a PETROBRAS tal como outras empresas estatais brasileiras, foi um instrumento importante no processo de substituição de importações no setor de bens de capital do país.

O "milagre brasileiro" ignora a conjuntura mundial da indústria petroleira

O período de 1968 a 1973 é caracterizado pelo aumento substancial do consumo e estabilização da produção de petróleo no Brasil.

O Parque de Refino consolida-se evoluindo de 40.000 BPD quando da fundação da PETROBRÁS para 850.000 BPD em 1973, com investimentos de US\$3,8 bilhões, garantindo a autosuficiência de refino nacional.

Houve um significativo crescimento econômico. As reformas introduzidas pelos militares, em especial no sistema financeiro, permitiram aumentar a poupança interna, que foi dirigida para o financiamento da indústria de bens de consumo duráveis.

O modelo de desenvolvimento brasileiro avançava na sua lógica concentradora e excludente. O PIB cresce a 10,9% ao ano no período 1965/73, a taxa real de crescimento da indústria chegou a atingir 16,3% em 1973. Era o auge do "milagre brasileiro", com alta taxa de industrialização centrada nos bens de consumo duráveis e num processo de urbanização acelerada.

Apesar desse contexto favorável, a economia brasileira ressentia-se da conjuntura econômica internacional que já no início da década de setenta começa a apontar algumas mudanças com reflexos no Brasil, tais como:

-queda das taxas reais de crescimento do PIB na economia dos países da OCDE, a partir de 1973. Nos Estados Unidos passou de 5,5% em 1973 para -1,4% em 1974. No Japão de 9,8 para -1,3% e na França 5,5 para -2,3% respectivamente, no mesmo período,

- deteriorização na relação de troca dos produtos brasileiros com outros países, que se estendeu por toda a década de setenta e oitenta. Esse fato era e continua sendo bastante preocupante. dada as características da economia brasileira, de alta elasticidade real das importações em relação ao crescimento interno (o percentual de crescimento das importações é sempre maior do que o do crescimento da própria economia) e

- a “crise energética” de 1973.

Nessa situação mundial desfavorável evidenciou-se mais uma vez a vulnerabilidade do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro.

No período 1968/73 a inflação manteve-se em níveis relativamente baixos, voltou a subir a partir de 1973. Assim o índice geral de Preços passa de 15,5% em 1973 para 34,6 em 1974.

4.6 O Brasil e a “ Crises Energéticas “ de 1973 e 1979

A chamada crise energética, ou crise (choque) do petróleo de 1973, como já foi analisada anteriormente, é compreendida nesse trabalho como parte integrante de uma crise estrutural mais ampla de um modelo civilizatório inaugurado com a revolução industrial e que se estendeu hegemonicamente até a atualidade nas principais economias dos chamados países desenvolvidos (Europa, Estados Unidos, Canadá e Japão) e em desenvolvimento (América Latina, África e Ásia) expresso principalmente no estado e na formação social, política e econômica capitalista.

A partir de 1973 , a expressão “crise energética” incorporou-se ao discurso e ao vocabulário cotidiano dos governos e dos povos de todos os continentes, das instituições internacionais, meios de comunicação, especialistas da área energética e da cidadania afetado direta ou indiretamente com o posicionamento dos países da OPEP , quando na conferência em Teerã, em 22 de dezembro daquele ano, declararam que o preço de referência do barril de petróleo passaria de US\$3,0 para US\$11,65, em 1 de janeiro de 1974 ⁹¹.

⁹¹ sobre a “crise energética” e suas razões ver capítulo I deste trabalho.

A posição tomada pela OPEP, como já foi analisada no capítulo 1 deste trabalho, foi resultante de diversos fatores, que acabaram beneficiando não somente os países produtores, mas também os principais consumidores e ao oligopólio, os quais tinham necessidade estratégica de viabilizar o petróleo mais caro fora da influência da OPEP.

O governo e a PETROBRAS diante da "crise energética" de 1973

No início da década de setenta o Brasil apresentava uma população de 93 milhões de habitantes, chegando no final da década a 120 milhões de habitantes, correspondendo a um aumento significativo da sua população em apenas 10 anos.

Também é expressivo o processo de urbanização no período: passou de 56% em 1970 para 68% em 1980, concentrando a população nos principais centros urbanos do país⁹⁴.

Em 1970, o consumo de petróleo correspondia a 37,7% do consumo total de energia no Brasil e 67,5 do petróleo consumido era importado.

A resposta do governo brasileiro e da PETROBRAS à "crise energética" de 1973 deve ser avaliada a partir da conjuntura política, econômica e social vivida na época.

Naquele período, a orientação da política de investimentos do estado brasileiro e da PETROBRAS ignorou as evidências e os conflitos do oligopólio petrolífero com o mundo árabe durante toda a década de sessenta que culminaram com os acontecimentos do início da década de setenta, da conferência de Viena, a guerra árabe-israelense, as reuniões da OPEP no Kuwait e a histórica de Teerã, no dia 22 de dezembro de 1973, quando o preço de referência do petróleo passou a ser de US\$11,65 o barril.

A crise era considerada passageira e não afetaria ao Brasil, segundo os governantes da época⁹⁵.

⁹⁴ IBGE, anuário estatístico 1970 e 1980.

⁹⁵ op.cit. (89)

Essa situação deixou vulnerável a política implementada pela PETROBRAS às vésperas da "crise energética" de 1973, que apostava na permanência em baixa do preço do barril de petróleo no mercado internacional.

Os fatores acima mencionados, influenciaram sobremaneira a economia brasileira. A estrutura industrial e de transportes no Brasil montada com base no consumo de derivados de petróleo (óleo combustível, diesel e gasolina) ficou vulnerável diante da crise. O Brasil produzia apenas 21% do petróleo que consumia no ano de 1973.

No período, a participação dos derivados de petróleo no consumo total de energia no Brasil passa de 26,6% em 1965 para 40,1 em 1973 (a eletricidade, respectivamente, de 13,0% para 19%). Ampliou-se consideravelmente a estrutura de refino, a produção petroquímica e a prestação de serviços da PETROBRAS no exterior.

O período que culmina com o ano de 1973, é caracterizado pelo aumento substancial do consumo, da capacidade de refino e estabilização/diminuição da produção de petróleo no Brasil. Por parte do governo e da PETROBRAS não havia preocupação com a conjuntura internacional do mercado de petróleo. Em 1973 as importações de petróleo (83% do consumo total) representavam apenas 10% das exportações brasileiras

A importação de petróleo era feita através de contratos bilaterais de longo prazo com fornecedores estrangeiros. A dependência externa de petróleo é acentuada, passa de 70,0% para 76,9% na época, refletindo desfavoravelmente na balança de pagamentos brasileira.

4.7 Entre as " Crises Energéticas" (1973-1979)

Em 1 de janeiro de 1974 o preço do petróleo passa de US\$3,0 para US\$11,65 o barril no mercado internacional. O aumento significativo de preço do petróleo impactou de maneira diferenciada a economia mundial.

Os países chamados em desenvolvimento, dependentes de petróleo, sofreram sérios impactos nas suas economias. Os países desenvolvidos conseguiram repassar aos países importadores e consumidores em geral os custos inflacionados pelo petróleo (bruto ou derivados), aumentando juros, impostos, barreiras alfandegárias, preços dos produtos de exportação etc)

Fim do “Milagre Brasileiro” e a política petroleira:
a tentativa de ajuste da economia e a continuidade de projetos de Capital e Energo-
Intensivos

O contexto internacional desfavorável e seus reflexos no Brasil exigiu a necessidade de ajuste da economia brasileira à nova situação internacional. No ano de 1974, o governo militar tomou medidas visando combater a inflação e desaquecer a economia.

As medidas governamentais anunciadas a partir de 1974, visando a diminuição da dívida externa, pretendiam minimizar o peso das importações de petróleo na balança comercial (implementação do Pró-alcool, contratos de risco, aumento de preços internos de gasolina e o acordo nuclear Brasil-Alemanha etc), não resultaram em diminuição efetiva do consumo e nem no aumento da produção de petróleo.

O ajustamento da economia a nova ordem internacional não acontecia e os militares procuravam uma saída para a crise que se instalava, após a exaustão do “milagre brasileiro”. Então, no final de 1974, foi lançado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND).

O general Geisel assume em março de 1975. A chegada de Geisel ao poder foi uma vitória dos setores tecnocráticos do regime que advogavam por uma maior abertura política para o país. Então, efetivamente o II PND é implementado buscando o aprofundamento do processo de substituição de importações de bens de capital e insumos intermediários e a diminuição da vulnerabilidade energética brasileira.

O General Geisel tinha uma relação antiga com a área energética, particularmente com a PETROBRAS. Em 1956 ocupou a superintendência da empresa em Cubatão, em 1957 foi representante do Ministério da Guerra no CNP e finalmente chegou a presidência da empresa no período de 1969 a 1973, no governo do general Médici, quando implementou uma política agressiva de verticalização da empresa a jusante, sobremaneira nas áreas de refino e distribuição, integrando cada vez mais o setor petroleiro às atividades mais importantes da economia nacional.⁹⁴

⁹⁴ o general Geisel continua a ser um dos principais interlocutores entre a área militar e os interesses empresariais nacionais e internacionais frente a indústria de petróleo/petroquímica. Quando no poder viabilizou os contratos de “risco” (apesar de tê-lo vetado em 1970, na época do então Ministro das Minas e Energia Dias Leite) e o polo

A questão energética e o setor petróleo no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND-1975-1979)

Apesar da “crise energética” a economia brasileira continuava a se desenvolver baseada em projetos de capital e energético intensivos. A demanda derivada a partir desse estilo de desenvolvimento não comportava uma mudança na economia, menos ainda na matriz energética brasileira.

A lógica do II PND era a seguinte:

- a elevação dos preços de petróleo era passageira e seria absorvida pela economia brasileira,

- o problema da balança de pagamentos (aumento da dívida externa, condição necessária para a viabilização do plano) seria resolvido pela presença dos petrodólares no mercado internacional. A retomada do crescimento econômico viria também a partir dos petrodólares e

- que a economia brasileira, pelo seu sistema de indexação, suportaria um nível elevado de inflação.

A partir destas premissas o II PND pretendia retomar os níveis de desenvolvimento econômico e industrial da época do “milagre brasileiro” (1968/73), numa conjuntura internacional adversa, que culminaria com a segunda “crise energética”.

Na área energética a preocupação central era em relação ao petróleo. O plano colocava como metas: - elevar a produção nacional de petróleo,

- diminuir o consumo de petróleo e
- reduzir a dependência externa de petróleo através de programas de substituição por outras fontes de energia.

As contradições embutidas no plano eram evidentes. A situação do setor energético é um exemplo típico dessa contradição.

O País continuou aumentando o seu consumo energético. Por outro lado a implementação dos programas energéticos já mencionados - álcool, nuclear e os esforços exploratórios e de produção em “off shore” a partir da descoberta do

petroquímico da Bahia. O encontro recente com o presidente Fernando Henrique Cardoso (fev./95) é uma demonstração que essa influência continua e atualmente.

Campo de Garoupa em 1974, na Bacia de Campos , aumentava a dependência externa.

No caso do setor petróleo, é por demais ilustrativa a situação. A exploração e a produção de petróleo em "off shore" eram atividades relativamente novas para a indústria petrolífera e particularmente para a PETROBRAS. Eram de maior sofisticação tecnológica e de recursos humanos, comparadas com as atividades terrestres, da tradição da PETROBRAS e da indústria nacional.

Principalmente no período de 1974/79, era comum a compra no exterior da maior parte dos equipamentos necessários para a perfuração e produção de petróleo em "off shore".

Além da compra de plataformas, também era normal a contratação de empresas internacionais de serviços tanto para interpretação de dados exploratórios, como também para atividades de perfuração em "off shore".

Os problemas enfrentados pela crise econômica, a lógica do modelo de desenvolvimento, a implementação de grandes projetos energético-intensivos , não permitiria alcançar os objetivos anunciados pelo IIPND. As medidas de curto prazo que visavam diminuir o déficit do balanço de pagamentos, eram incompatíveis com as medidas de longo prazo, que apostavam na retomada do desenvolvimento industrial (substituição de importações) como na época do "milagre brasileiro".

Essas contradições embutidas no plano, percebidas desde o início, antecipavam a impossibilidade de cumprimento das metas estabelecidas pelo mesmo.

Agrava-se a Dependência de Petróleo

A lógica do modelo energético-intensivo e as medidas tomadas pelo governo e a PETROBRAS, não resultaram, efetivamente, em mudanças no consumo de petróleo no Brasil.

Durante a década de setenta agrava-se a dependência externa brasileira de petróleo. O consumo de petróleo continuava a crescer. A taxa foi de 7% ao ano no período 1974-79. O peso do petróleo na pauta de importação brasileira que era de 11,7% em 1973, passa a 35,8% em 1979 e sua dependência externa chega a 90%. As

descobertas da bacia de Campos só começam a dar produção efetiva a partir de 1979.

Neste período, verifica-se a estagnação da produção de petróleo no Brasil em volta de 160 mil bbl/dia no período 1970-79, reflexo da política de investimentos da empresa.

Igualmente, no início daquela década observa-se de maneira preocupante a redução da relação anual entre a reserva e a produção, que passa de 14 para onze anos. Em 1971, as reservas eram de 856,7 milhões de barris de petróleo e a produção brasileira anual era de 59,7 milhões de barris. Em 1974, respectivamente, as reservas eram de 753 milhões e a produção anual era de 64,65 milhões de barris de petróleo.

Após a “crise energética” de 1973, com o aumento do preço de petróleo no mercado internacional, reorientou-se a política de investimentos da empresa, e a exploração em off shore foi o caminho buscado pela PETROBRÁS para diminuir o impacto no Balanço de Pagamentos, causado pela importação do petróleo, chegando, como já foi observado, ao valor extremo de 90% do consumo no ano de 1979.

4.8 O Avanço para o Mar: novas perspectivas nas áreas de exploração e produção

A PETROBRAS afirma-se competitiva internacionalmente.

Em fins de 1974, a PETROBRÁS descobriu o campo de Garoupa (bacia de Campos), que a partir de então passou a ser a principal província petrolífera brasileira.

As expectativas colocadas pela descoberta da bacia de Campos abriam novas possibilidades nas áreas de exploração e produção, reorientando a política da PETROBRAS. Agora colocava-se no horizonte da empresa a busca da auto-suficiência na produção de petróleo. Essa perspectiva reaglutina interesses do Estado e do empresariado nacional em torno da empresa.

Registrou-se um significativo incremento nas atividades de exploração, aumentando os investimentos de US\$ 7,6 bilhões no período de 1974 a 1979.

Na área de refino no período de 1974 a 1980 aumentou-se a capacidade de conversão da estrutura existente, para atender a “dieselização” da frota de veículos (tendência que se mantém atualmente).

As mudanças na estrutura de demanda, principalmente a partir de 1979, reorienta a política de refino, levando ao aumento de participação das frações médias (óleo diesel) e do GLP, em detrimento dos leves (gasolina) e pesados (óleo combustível).

O álcool já substituiu significativamente uma parte do consumo de gasolina, e o consumo de óleo combustível diminuiu (em função do programa de conservação implementado e a recessão econômica que começaria no final dos setenta e se estenderia por toda a década de oitenta).

As sobras de gasolina passaram a ser exportadas durante a década de oitenta. Para as de óleo combustível desenvolveu-se o Programa Fundo de Barril (foram feitas adaptações nas Unidades existentes e implantadas novas de Coque e Desasfaltação).

O Brasil importava 78% do consumo interno. Essa situação colocou em vulnerabilidade a política desenvolvida pela PETROBRAS, que acabou refletindo desfavoravelmente (apesar de outros fatores também terem contribuído) nas contas externas brasileira.

Aprofundamento da crise econômica

No ano de 1978, a dívida externa já trazia sérios problemas para o país. O custo da dívida já absorvia 36% do endividamento líquido e as reservas internacionais 40% do total da dívida naquele ano.

A política econômica do governo adota medidas que levam ao aprofundamento da dívida externa, a saber:

- manutenção de níveis elevados na taxa de juros interna,
- criação de mecanismos de proteção contra as variações cambiais,
- restrições ao endividamento interno das empresas estatais, levando essas empresas a um maior endividamento externo (muitas vezes as estatais foram utilizadas para a viabilização de empréstimos internacionais que não eram necessariamente investidos nelas mesmo).

As medidas governamentais implementadas têm o caráter altamente recessivo para a economia brasileira.

O controle de preços e das tarifas públicas são medidas complementares que o governo utiliza para destimular o consumo e reduzir a inflação. Todas essas iniciativas refletem desfavoravelmente nas empresas estatais, particularmente no setor energético e também na PETROBRÁS, criando constrangimentos na área de investimentos, prejudicando o Planejamento Estratégico destas empresas.

Nesse contexto econômico desfavorável o Brasil enfrenta a segunda “crise energética”, em 1979.

4.9 O Ano de 1979: a Segunda “ Crise Energética ”.

A segunda “crise energética” de 1979 veio a agravar ainda mais a situação da economia brasileira, já impactada pela situação econômica internacional adversa (a queda de liquidez e aumento das taxas de juros).

A economia brasileira durante toda a década de setenta esteve vulnerável aos gastos com a importação de petróleo.

Em 1970, o petróleo representava 10% das importações brasileiras, em 1979 já representava 35,8% do valor das importações , comprometendo 42% das exportações do país com a conta petróleo nesse mesmo ano.

O consumo de petróleo continuava a crescer. A taxa foi de 7% ao ano no período 1974-79. O petróleo em 1973 representava 11,7% das importações brasileiras, em 1979 passa a representar 35,8%.

As medidas tomadas pelo governo e a PETROBRAS em meados dos anos setenta , aumentando consideravelmente os investimentos na área de exploração e produção, começam a dar resultados .

Em 1979 aumenta a produção brasileira de petróleo, estagnada durante toda a década de 70. Os investimentos realizados pela PETROBRAS, principalmente na bacia de Campos começavam a dar resultados.⁹⁵

⁹⁵ em 1970 foi promulgado o Decreto- Lei Federal 1098, que expande o mar territorial brasileiro para 200 milhas, abrindo possibilidades para a ampliação da exploração e produção em of shore.(águas profundas), registrando-se pequenas e médias descobertas já no final da década de sessenta, no litoral de Serjipe,Alagoas, Rio Grande do Norte, Bahia, Ceará,Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Pode-se concluir que diferentemente de 1973, em 1979 o governo e, particularmente a PETROBRÁS, realizou uma política ofensiva para enfrentar o segundo choque de petróleo.

No final da década de setenta, a indústria de petróleo mundial deixava claro que o “petróleo caro” tinha vindo para ficar e o Brasil teve que adequar-se a essa nova realidade.

4.10 A PETROBRAS após a Segunda “Crise Energética”

Após a segunda “crise energética” as políticas econômicas implementadas pelos militares pretendiam combater os desequilíbrios do balanço de pagamentos provocados pelo aumento do preço internacional de petróleo, pela elevação das taxas de juros e pela desvalorização do dólar.

Os resultados almejados não foram alcançados, acentuou-se o caráter recessivo da economia brasileira e ampliou-se consideravelmente a dívida externa do país após 1979, em função do choque dos juros e das políticas monetárias internacionais restritivas implementadas a partir de então.

Os militares saem de cena: agravamento da crise econômica e social e a retomada do processo democrático

A estagnação e a crise econômica que marcou a economia capitalista mundial no final dos anos setenta e se estendeu durante os anos oitenta, trouxe novos ingredientes para o processo de acumulação de capital (ver a análise efetuada no capítulo II).

A transferência de riqueza dos países periféricos, particularmente os da América Latina, para os países de economias capitalistas desenvolvidas, acentuou o caráter perverso das relações entre as economias capitalistas desenvolvidas e as chamadas em desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento brasileiro implementado pelos militares, acentuou a concentração de renda, excluindo de maneira autoritária a cidadania brasileira do

processo político e social. Deixou uma economia em crise e uma das maiores dívidas externas do planeta.

Os sucessivos planos econômicos desse período diminuíram o poder aquisitivo dos salários, aumentaram a concentração de renda, cortaram investimentos e elevaram os juros.

Estatizou a dívida externa do setor privado, usou as empresas estatais para viabilizar empréstimos internacionais (muitas vezes não sendo utilizados nas mesmas - o que se explica uma parte dos problemas atuais enfrentados por essas empresas, particularmente as do setor elétrico) e transferiu mais de US\$ 100 bilhões de dólares para os países ricos, via pagamento de juros da dívida externa. Também aumentou significativamente a dívida interna e incentivou a ciranda financeira.

A herança no campo social é alarmante. Segundo o IBGE (1989), os mais ricos no Brasil (10% da população) concentram 53,2% da renda nacional, enquanto 48% da população economicamente ativa ganha menos de dois salários mínimos. Cerca da metade da população vive abaixo da linha de pobreza. Os salários, que em 1970 representavam 50% da renda nacional, no final da década de oitenta representava menos de 30%.

A recessão econômica ajuda a estabilização do consumo de petróleo

No final da década de setenta e início da década de oitenta o consumo de petróleo começa a diminuir, principalmente em função da recessão econômica que começava (e se estenderia pelos anos 80), a dependência externa de petróleo permanecia alta, chegando a 90%, valor máximo, em 1979. Em 1980, a produção nacional atendia apenas 17% do consumo. Essa situação era mais grave ainda porque 90% da importação brasileira de petróleo vinha do oriente médio. Em 1980 as importações de petróleo correspondiam a 42,9% do total de importações e 48,9% das exportações brasileiras.

Uma nova estratégia de importação de petróleo: diversificação dos fornecedores

Neste ambiente desfavorável foi implementada uma nova estratégia de suprimento de petróleo para o país, baseada na diversificação da pauta de exportação, de acordo com os interesses dos países fornecedores.

Os novos contratos de suprimento ("counter trade") foram implementados pelo Brasil através de acordos bilaterais. Exportava-se produtos manufaturados (inclusive materiais bélicos), em troca de petróleo, sem utilização de moeda. Esta prática comercial aumentou mais ainda na década de oitenta.

Entre os países produtores aqueles que mais se utilizavam desse expediente eram o Irã, Iraque, Arábia Saudita e Nigéria. A diversificação dos países fornecedores de petróleo ao Brasil e os contratos bilaterais foram iniciativas positivas, apesar de que as importações ainda continuassem concentradas em poucos países da OPEP (principalmente Iraque, Arábia Saudita e Irã)

Na década de setenta, foram descobertos os primeiros campos gigantes de Albacora e Marlim. Também, já no final dos anos setenta, foram instalados os "Sistemas de Produção Antecipada"- SPA (produção em paralelo com a perfuração e a completação de poços numa mesma plataforma), nos campos marítimos de Garoupa, Namorado, Enchova, Pampo e Badejo.

No início da década de oitenta, com o preço do barril chegando até US\$34, os investimentos passam a ser, prioritariamente, para a exploração, aumentando significativamente, a partir de então, as reservas de petróleo.

4.11 A Formação e a Consolidação da PETROBRAS: Uma Estratégia Vitoriosa

O que se pode observar da análise realizada nesse capítulo referente ao processo de formação e de consolidação da PETROBRAS, período que corresponde desde a fundação da empresa (1954) até os anos setenta, é uma estratégia empresarial bem sucedida, que atende e coincide com os interesses do modelo de desenvolvimento econômico implementado pelo Estado (que deliberadamente a protegeu e fortaleceu) e da iniciativa privada nacional (pode-se fazer a história da indústria brasileira antes e depois da PETROBRAS, é inegável a importância da empresa nesse contexto)⁹⁶.

A coincidência com o objetivo principal de criar condições para a industrialização do país, em uma conjuntura internacional favorável, leva ao pacto entre as elites do Estado (via SPE) e empresarial privada (nacional e internacional) que possibilitou as

⁹⁶ Sobre a importância da PETROBRAS como indutora de desenvolvimento da indústria nacional vê, entre outros: BOANOVA(1985), CALABI(1983), COHN(1968), CONTRERAS(1992), LIMA(1975), SOARES(1991), VILLELA(1984).

transformações necessárias para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, colocando a economia brasileira como uma das mais dinâmicas do mundo no período em análise.

A ruptura do processo democrático, com o golpe militar de 1964, não quebrou essa lógica que permeia todo o processo de modernização conservadora brasileiro. Ao contrário, o período militar deu mais consequência, consolidando o SPE como elemento fundamental de viabilização dessa estratégia.

A década de setenta foi um período de importantes transformações na política energética brasileira e, particularmente no setor petróleo.

A PETROBRAS redirecionou e redefiniu sua política de investimentos nas áreas de exploração e produção. A descoberta do primeiro poço na bacia de Campos(1974), abriu novas perspectivas para o potencial e a produção de petróleo no Brasil.

Nesse novo contexto a PETROBRAS reorganiza-se e reestrutura-se para atender as demandas colocadas pela exploração e produção em águas profundas.

A exploração e a produção em águas profundas trouxe novos desafios para a PETROBRAS que começa a atuar em área de fronteira tecnológica da indústria mundial de petróleo, muitas vezes de forma pioneira, possibilitando adaptar e desenvolver tecnologias em cooperação internacional e também com esforço próprio no CENPES, com Institutos e Universidades brasileiras.

No âmbito industrial a PETROBRAS, também, ampliou suas relações. Inicialmente com as empresas internacionais, pela impossibilidade da indústria brasileira de atender a demanda de equipamentos para atividades em off shore, inclusive plataformas e posteriormente com a própria indústria nacional (naval, de bens de capital, serviços de manutenção, consultoria, etc), que foi induzida a se atualizar competitivamente frente a nova realidade e os novos desafios tecnológicos a serem enfrentados pela exploração e produção em águas profundas.

A indústria nacional voltada para as atividades do setor petróleo e a PETROBRAS ampliam suas relações em um processo de modernização e atualização tecnológica de acordo com os padrões internacionais.

Nesse período a PETROBRAS consolidou-se como empresa verticalmente integrada, criando condições para sua internacionalização competitiva frente ao oligopólio mundial da indústria petroleira.

A PETROBRAS formou uma cultura empresarial com um relativo grau de autonomia em relação a ingerência direta, do Estado brasileiro, comparada às outras empresas estatais energéticas (ELETROBRAS, por exemplo), conferindo-lhe uma situação privilegiada para enfrentar os desafios da situação adversa colocada por um novo contexto político e econômico nacional e internacional, que se inaugura a partir da segunda metade da década de setenta.

A partir desse período, que coincide ainda com o governo do general Geisel, começam a surgir problemas para a compatibilização dos interesses repactuados após o golpe militar de 1964. O Estado desenvolvimentista dá sinais de exaustão e o SPE enfrenta sérios desafios.

As “crises energéticas” de 1973 e 79, a estagnação e a crise econômica enfrentada pela economia capitalista mundial já a partir do final dos setenta, se refletem e condicionam o comportamento da economia brasileira, que começa a enfrentar problemas que vão se acumulando durante a década de oitenta até a atualidade.

Como a PETROBRAS enfrentou esses problemas, em um quadro político adverso, é o que se procura analisar no próximo capítulo.

Capítulo 5

A GESTÃO EMPRESARIAL E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA PETROBRAS

Este capítulo faz inicialmente uma análise do planejamento estratégico da PETROBRAS a partir das políticas atuais implementadas pela empresa na gestão e organização, buscando entender as condicionantes políticas, econômicas e sociais envolvidas nesse processo e os desafios enfrentados no seu desenvolvimento.

Posteriormente analisa a situação do setor petróleo no contexto da matriz e da política energética brasileiras.

Condiciona a política petroleira à uma política energética nacional, articuladas as políticas governamentais, publicisadas, que aponte para um modelo de desenvolvimento para o Brasil, que seja democrático, social e ambientalmente defensável.

5.1 O Sistema PETROBRAS hoje¹

5.1.1 A Gestão Empresarial

O processo de desenvolvimento

Ao ser criada em 1953 a PETROBRAS recebeu do Conselho Nacional de Petróleo (doravante CNP) o patrimônio estatal da indústria brasileira de petróleo², a saber:

¹ As informações numéricas e as citações, quando não mencionada a fonte, são da PETROBRAS, em anexo a descrição da situação atual das empresas que compõem o SP.

² O valor deste patrimônio foi estimado pelo CNP em Cr\$, 125 bilhões (valores da época), percentualmente distribuídos: exploração e produção - 26%; refino - 41%; transporte marítimo - 32%; petroquímica - 1%. Glycon de Paiva, em 1952, estimou o valor em Cr\$2,3 bilhões equivalentes a US\$125 milhões, considerava muito baixo, situação muito mais adversa do que a estatal PEN, que foi criada pelo governo mexicano em 1938 herdou um acervo de US\$500 milhões de dólares, além de uma produção diária de 100 mil b/d. PAIVA, G. de - "Regime Legal e Produção de Petróleo" in Anuário Brasileiro de Economia, ano 6, junho 1952, no 2, p. 60.

- Frota Nacional de Petroleiros (FRONAPE) -22 navios com a capacidade - total de 230.000 TPB (toneladas de porte bruto), o Terminal de Madre Deus,
- Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, na Bahia (RLAM), processando 5.000 barris/dia,
- Refinaria Presidente Bernardes, na época em construção, projetada para 42.000 barris/dia, e
- Alguns projetos, um particularmente importante - o da fábrica de fertilizantes de Cubatão, o qual introduzia o Estado na Petroquímica.

Naquele período, a maior parte dos derivados de petróleo (60.000 b/d) era importada. A capacidade de refino das permissionárias totalizava apenas 7000 b/d.

A PETROBRAS, empresa holding, vem desenvolvendo suas atividades institucionais, através das subsidiárias que formam o Sistema PETROBRAS (doravante SP).

Esse processo se desenvolveu de acordo com a dinâmica e as características da indústria de petróleo, criando uma infraestrutura energética e de matérias primas na área petroquímica, atendendo às expectativas do modelo de desenvolvimento brasileiro

Foram criadas subsidiárias para desenvolver as atividades da indústria petroquímica, através da PETROBRAS Química S.A. (PETROQUISA); da distribuição de derivados de petróleo (PETROBRAS Distribuidora S.A. - BR); de pesquisa e lavra de petróleo, prestação de serviços técnicos e administrativos no exterior (PETROBRAS Comércio Internacional S.A. - INTERBRÁS³); da indústria e comércio de fertilizantes (PETROBRAS Fertilizantes S.A. - PETROFERTIL) e a de mineração (PETROBRAS Mineração - PETROMISA)⁴

Nesses quarenta anos de existência a PETROBRAS desempenhou a sua missão institucional, atendendo a demanda brasileira de petróleo e derivados. Criou uma infraestrutura de transporte, abastecimento, produção e refino. Estendeu-se através de subsidiárias, consolidando o SP (ver tabela 5.13).

Desenvolveu pesquisa tecnológica necessária à indústria petroleira e afins, criando um Centro de Pesquisas (CENPES), integrando-se a Universidade e Centros de Pesquisa do País, criando capacitação em projetos e pesquisa nas áreas de produção, refino, petroquímica básica e fertilizantes⁵ e tornou-se uma empresa competitiva internacionalmente.

³ Liquidada no governo Collor, em 1991

⁴ Também liquidada em 1991, no Governo Collor. No ANEXO ...uma descrição mais detalhada destas empresas que integram o SP.

⁵ Nos ANEXOS 8 e 9 uma síntese do desenvolvimento tecnológico alcançado pela PETROBRAS e das tecnologias disponíveis para fornecimento de projetos de engenharia básica no CENPES.

A estrutura e funcionamento

Segundo a PETROBRAS, a unidade do SP é o único objetivo a ser buscado pela empresa:

“A unidade do Sistema PETROBRAS é buscada não só quanto a direção através, inclusive, da hierarquia entre as administração das subsidiárias e o Conselho de Administração da controladora, o que evidencia a subordinação das empresas controladas à unidade de direção”.

O processo de planejamento acontece a partir dessa integração sendo garantido:

” através da sistemática de aprovação dos Planos Anuais e Plurianuais de Orçamento para desenvolver suas atividades, além do Programa de Dispêndios Globais -PDG, os quais são examinados pelo Órgão de Planejamento da Holding e consolidados com os planos da controladora, para então, num documento unitário, ser submetido à apreciação do Conselho de Administração.

Da mesma forma, o Conselho de Administração aprecia e julga a execução orçamentária das Subsidiárias, através dos relatórios que são consolidados com os da Holding”.

O SP busca a sua gestão empresarial, ” através de modelos integrados de acordo com as necessidades de integração, competitividade e excelência empresarial para atingir os objetivos da empresa, considerando sempre a situação mundial da indústria petroleira”.

Atualmente o SP estrutura-se empresarialmente através de três modelos integrados, buscando:

- a administração estratégica,
- a gestão organizacional, e
- a gestão pela qualidade total

A viabilização desta política empresarial, a curto prazo, é feita via projetos estratégicos de “Modernização da Gestão Empresarial” e de “Consolidação do Processo de Qualidade Total”.

5.1.2 A Administração Estratégica

O processo de planejamento busca na Administração Estratégica:

- uma valorização da visão de longo prazo,
- uma visão global e integrada, a partir de uma avaliação da realidade externa e dos condicionantes internos e seus impactos no SP
- divulgação das orientações estratégicas, de acordo com as ações táticas e operacionais da empresa envolvida.

As etapas perseguidas pela Administração Estratégica são:

- formulação das estratégias,
- implantação das estratégias,
- operacionalização e gerenciamento das estratégias, e
- monitoração estratégica.

5.1.3 A gestão Organizacional

A eficiência da gestão organizacional corresponde a um processo permanente de adequação de uma empresa aos seus objetivos e estratégias fundamentais.

No caso do SP, ao longo dos anos, vem se procurando atender as demandas colocadas para a empresa, efetuando-se várias alterações e ajustes na sua organização.

Nas décadas de sessenta e setenta, a estrutura de organização da empresa estava voltada para a construção de um parque de refino, repercutindo na indústria brasileira de bens e serviços e também para a internacionalização, atendendo às expectativas das políticas governamentais da época.

Posteriormente, ainda no final dos anos setenta e na década de oitenta, houve o redirecionamento das políticas governamentais para a área de exploração e produção de petróleo, por consequência a PETROBRAS procurou adequar-se organizacionalmente a esta nova situação, buscando o aumento da produção de petróleo no Brasil.

5.2 Planejando e Adminstrando em Crise Permanente: uma nova realidade

Nos últimos anos, como já foi observado anteriormente neste trabalho,⁶ constata-se a ausência do Estado brasileiro como articulador e formulador das políticas públicas, nos moldes que acontecia até a década de setenta.

A partir do final dos anos setenta o modelo brasileiro de intervenção estatal começa a apresentar sinais de exaustão. A estagnação econômica se instala em um cenário internacional que também começa ser adverso à economia brasileira.

⁶ Desde o Governo Sarney(1985-1990) o que se constata é a total ausência de políticas públicas articuladas nacionalmente. Esta situação como já foi observado anteriormente no capítulo 4, foi agravada no Governo Collor(1991-1992).

O tripé que articulou o projeto de desenvolvimento dos militares (Estado, capitais nacional e internacional) começa a ter áreas de conflitos. A iniciativa empresarial privada começa a ter um papel cada vez mais ofensivo, inclusive com maior poder de articulação e decisão na área governamental, em detrimento dos interesses das empresas estatais.

Essa nova realidade interfere no desempenho do SPE brasileiro, tornando-o cada vez mais vulnerável a partir desse período. A área energética não fica imune a essa situação. A inflexão já é percebida no período do general Figueredo e continua nos governos posteriores (radicalizada no período Color) até a atualidade.

5.3 Mudanças na Estratégia Empresarial: saída para enfrentamento da crise

A crise de relação com o governo federal coloca novos desafios para o SP e a própria PETROBRAS que procura rearticular-se nas áreas política e econômica para enfrentar essa nova realidade.

Começa uma nova etapa para a história da PETROBRAS. O monopólio exercido pela empresa começa a ser questionado, muitas vezes publicamente, por setores de governo e da própria empresa, inclusive pela sua direção, a partir do governo Color⁷.

5.3.1 A Revisão do PESP (1992-2001)

A revisão recente do Plano Estratégico do Sistema PETROBRAS (1992-2001), incluiu dentre os 14 Projetos Estratégicos, um específico de Modernização da Gestão Empresarial com a finalidade de:

“integrar as áreas de atividades, melhorar o fluxo de informações, agilizar o processo decisório, melhorar o desempenho gerencial e melhorar a produtividade, a eficácia e a eficiência do Sistema PETROBRAS”.

Os desafios a serem enfrentados

O SP desde 1989 elabora e utiliza macrocenários no planejamento e gestão de suas atividades, permitindo uma melhor visualização do panorama mundial e nacional da indústria petroleira e suas perspectivas de desenvolvimento.

O objetivo é procurar reduzir as incertezas nas tomadas de decisões, em um ambiente de crise permanente, reflexo principalmente da situação da economia brasileira e dos problemas

⁷ O atual presidente, Joel Renno, por exemplo, mudou a direção da empresa durante o governo Itamar Franco (1992-1994), já era o presidente da PETROBRAS e defendia o monopólio estatal. Em declaração a imprensa, recentemente, disse estar participando de uma estratégia de “competitividade” pela aprovação da emenda que quebra o monopólio estatal de petróleo, considerando-a “uma das medidas mais importante que a Petrobras precisa tomar”. Acho que a emenda seja aprovada. E tenho a convicção que será aprovada. Folha de São Paulo, 6 de junho de 1995.

gerados pela falta de investimentos e da descontinuidade administrativa da própria PETROBRAS⁸

O Plano Estratégico do Sistema PETROBRAS-PESP (1992-2001) aprovado em 22 de setembro de 1992, faz uma revisão do I Plano Estratégico (janeiro/1990) do SP e tem como objetivo rever as Perspectivas, Hipóteses e Decisões tomadas naquele Plano de acordo com a missão institucional e os objetivos permanentes do Sistema⁹.

Em razão das incertezas econômicas e políticas no horizonte a ser planejado optou-se pela escolha de estratégias abrangentes, procurando corresponder a maioria das situações previstas nos cenários do PESP.

De maneira geral foram colocadas as seguintes metas para o direcionamento da atuação do SP, quais sejam:

- Consolidação e Fortalecimento no Mercado Interno,
- Integração, Competitividade e Excelência Empresarial, e
- Ampliação da Atuação Internacional.

Nessa direção são os seguintes os objetivos a serem perseguidos:

- ampliar o volume de vendas de produtos e serviços do SP para satisfazer às necessidades do consumidor e da sociedade,
- ampliar as reservas e a produção de óleo e gás natural,
- adequar o sistema de abastecimento às necessidades e oportunidades do mercado,
- expandir a oferta e a participação no mercado de gás natural,
- preservar e ampliar o mercado do SP,
- preservar a condição de companhia integrada de petróleo, e
- influenciar na definição da política energética brasileira.

Na área de Integração, Competitividade e Excelência Empresarial os objetivos a serem perseguidos são:

- fortalecer a imagem do SP e aprimorar a articulação com os poderes públicos e a sociedade,
- fortalecer a identificação e a integração entre os empregados e os objetivos do SP,
- ampliar a gestão integrada ,
- fazer da qualidade de seus processos, serviços e produtos, da proteção ambiental, da segurança industrial e da saúde ocupacional, fatores de destaque e reconhecimento do SP,
- ampliar a capacitação gerencial ,
- ampliar a capacitação técnica e tecnológica , e
- manter padrões internacionais de desempenho.

⁸ Essa questão é pouco discutida quando se avalia a PETROBRAS. Normalmente faltam elementos para dimensionar o impacto na empresa desta descontinuidade administrativa. Historicamente a PETROBRAS, pelo o que representa, tem sido alvo de grande interesse político, a presidência é um cargo de grande relevância, muitas vezes superior ao status de ministro de estado por exemplo. A instabilidade política brasileira, o ciclo ditatorial recente e as experiências dos governos Sarney e Collor trouxeram sempre para a PETROBRAS disputas que se refletiam na maioria das vezes em descontinuidade administrativa no processo de gestão da empresa. A título de exemplo, somente no governo Collor(1991-1992) a PETROBRAS teve seis presidentes!

⁹ Ver no ANEXO 5 , na íntegra, o PESP.

A Ampliação da Atuação Internacional objetiva expandir progressivamente a presença do SP no exterior em bases lucrativas e de forma coordenada e integrada..

A partir dessas opções colocadas pela análise estratégica realizada pela PETROBRAS, foram definidos os Projetos Estratégicos cuja finalidade é a “ de caracterizar as questões estratégicas de cunho corporativo, cujo equacionamento e operacionalização requerem um tratamento especial, face a sua relevância para o atingimento dos Objetivos Decenais”, a serem perseguidos pela empresa.

Os Projetos Estratégicos¹⁰ desenvolvidos atualmente pela PETROBRAS são os seguintes:

- Atendimento da- Demanda do Mercado de Gás Natural ,
- Adequação e Modernização do Parque de Refino ,
- Ampliação do Sistema Dutoviário ,
- Exploração e Desenvolvimento da Produção em Águas Profundas
- Recuperação Avançada de Petróleo ,
- Automação Industrial ,
- PROCAP 2000 ,
- Centros de Excelência e Equilíbrio Econômico/Financeiro ,
- Consolidação do Processo de Qualidade Total ,
- Modernização da Gestão Empresarial ,
- Desenvolvimento Gerencial ,
- Imagem e
- Atuação Internacional .

As propostas de emenda à Constituição encaminhadas ao Congresso Nacional pelo atual governo, coloca a Petrobras na berlinda. A situação atual é de expectativas junto aos desdobramentos em função do Proposta de Emenda à Constituição (PEC no 6/95), que propõe modificar o parágrafo 1o do art. 177 da Constituição Federal, sobre o monopólio estatal da União na área de petróleo.¹¹

5.4 A Gestão do Planejamento Via Contrato de Gestão (CG)

¹⁰ Maior detalhamento desses projetos ver no ANEXO 5, já mencionado.

¹¹ A proposta modifica a redação atual que dá exclusividade à PETROBRAS na execução do monopólio,abrindo para a União a possibilidade de contratar empresas privadas.

“A União poderá contratar com empresas privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer.

Ver no ANEXO 11, na íntegra o relatório da Comissão Especial, na Câmara Federal, sobre a questão.

A experiência internacional quanto a contratos de administração pública no capitalismo é posterior à segunda guerra mundial. Tais contratos envolvem a empresa, o governo (executivo e legislativo) e setores da sociedade civil diretamente interessados.

A experiência europeia, posteriormente, disseminou-se para outros países como Senegal, Marrocos, Nigéria, Tunísia, Madagascar. Mais recentemente, com o apoio do Banco Mundial, começa a ser implementada em empresas estatais de países como a Índia, Bangladesh, Argentina, México, Brasil, entre outros¹².

Em geral, os objetivos perseguidos e proclamados são:

- otimizar o funcionamento gerencial e administrativo da empresa,
- redução da força de trabalho,
- enxugamento das atividades produtivas,
- busca da lucratividade; e
- eficiência técnica, principalmente a partir de inovações tecnológicas, etc

Essa orientação, naturalmente, deve ser perseguida por qualquer empresa (privada ou estatal). No entanto, o que muitas vezes acontece é que essas medidas incentivadas pelo Banco Mundial servem a objetivos não tão públicos como declarados, ao contrário, as mudanças implementadas na maioria das vezes, agravam os problemas sociais já existentes, aumentando o desemprego, por exemplo.

Principalmente, porque nesses países as empresas estatais desempenham um papel econômico e social importante e por consequência a lógica não poder ser só a do lucro empresarial.

No entanto, o que acontece de fato, é a preparação dessas empresas, via saneamento financeiro a partir de recursos e facilidades advindas do próprio Estado, para uma posterior (quando as condições políticas permitem) privatização.

Assim, os procedimentos praticados pelas experiências mencionadas, não tem nada haver com a idéia original do "Contrato Programa" na França ou "Programa de Gestão" na Itália, que eram e são formulados em uma ótica do interesse nacional. Os contratos são efetivados a partir dos princípios de liberdade de gestão e as empresas são controladas através de indicadores compatíveis ao seu desempenho (produtividade, custo, rentabilidade, entre outros).

Posteriormente os CG são discutidos, aprovados, implementados e reavaliados, com ampla participação dos segmentos sociais interessados, a saber:

- representação governamental (executivo e legislativo),

¹² entre outros, ver o relatório (report 8502 BR, 1990), textualmente:

" A Constituição de 1988 restringe a taxa de alternativas disponíveis para o Brasil melhorar o quadro institucional que governa o setor de energia. Para estender a participação privada no setor de energia recomendamos mudanças institucionais no nível feder.

-representação empresarial e dos trabalhadores envolvidos, e
-outras instituições da sociedade civil (a depender da atividade empresarial envolvida, o que representa para a Sociedade, etc)

Na Europa, mesmo com a crise atual do Estado do bem-estar, o SPE continua a ter relevância e são atores importantes no processo de reconversão industrial porque passam esses países, particularmente na França (EDF) e na Itália (ENI), como bem observa CONTRERAS:

"A crise do Estado empresário nas sociedades europeias, que se processa no marco da crise mais global do Estado de Bem Estar, não se traduziu numa crise horizontal dos atores produtivos estatais. A reorganização inovadora do padrão interacional nessas sociedades orientou-se por arranjos políticos crescentemente setoriais ou parciais, em torno da solução de problemas específicos, envolvendo atores também específicos no quadro de um projeto mais geral de superação da crise."

Desse modo, atores do SPE com sólida identidade política, trajetória de desempenho competente e forte aptidão para se tornarem vigorosos agentes do processo de reconversão industrial e de reinserção dessas economias no novo quadro econômico internacional, em torno de atividades de ponta, preservam, recuperam ou expandem sua legitimidade política.¹³

O desenvolvimento dos CG nesses países refletem uma articulação com as políticas públicas setoriais e globais e atendem ao projeto de desenvolvimento nacional de cada um deles.

5.4.1 A Situação Brasileira e da PETROBRAS¹⁴

No Brasil, o Programa de Gestão das Empresas Estatais (PGE) foi instituído pelo Decreto federal 137 de 27/05/1991 no governo Collor, que também criou o Comitê de Coordenação das Empresas Estatais (CCE), com o objetivo de promover a eficiência e a competitividade dessas empresas.

O CCE foi constituído pelos Ministros do Planejamento (presidente), da Fazenda e seus Secretários-Executivos. Participam ainda o(s) Ministro(s) e seus respectivo(s) Secretário(s)-executivo(s) os quais estariam ligados as empresas em questão.

O CCE além de fixar as diretrizes do PGE na busca da eficiência e competência empresarial, aprova as propostas das empresas estatais referentes a assuntos de política econômica, chancela e supervisiona o respectivo Contrato de Gestão, acompanhando e reavaliando o desempenho dessas empresas.

¹³ CONTRERAS, Edelmira C.A. Elites empresariais do Estado como atores políticos no Brasil industrial: as lideranças do sistema PETROBRAS. tese de doutorado. IUPERJ, 1992, p.302

¹⁴ as informações referentes a PETROBRAS sobre CG, quando não citadas as fontes, foram obtidas a partir da área de planejamento da empresa (José Fantine e Jairo Farias), principalmente de uma visita realizada pelo autor a sede da empresa (Rio de Janeiro, em novembro de 1994).

O Contrato busca, em síntese, parâmetros de avaliação da empresa (de interesse governamental) e uma maior liberação de controles governamentais (de interesse da empresa).

Até o primeiro semestre de 1995 somente a Vale do Rio Doce (em 1992) e a PETROBRÁS holding e a BR (em 1994) assinaram esses Contratos.

O Contrato acordado entre o Governo Federal e a PETROBRÁS, via CCE, tem a participação dos Ministérios do Planejamento, Fazenda e Minas e Energia.

No ano de 1993, foi realizado um detalhado diagnóstico técnico, econômico e financeiro da PETROBRÁS¹⁵, coordenado pela Secretaria do Planejamento e pelo Ministério de Minas e Energia, que serviu de base para a elaboração do CG posteriormente assinado entre a PETROBRÁS e o Governo Federal.

O CG preocupa-se fundamentalmente com o desempenho empresarial da PETROBRÁS. Procura detalhar no horizonte proposto (1 ano) as premissas, objetivos e metas do planejamento da empresa. Prevê metodologia de avaliação do desempenho, avaliado trimestralmente pelo Governo Federal.

A estrutura e o conteúdo do CG assinado com a PETROBRÁS e o Governo Federal, estão explicitados, de maneira sumária, a seguir:

- Objeto
- Delegação
- Objetivos
- Compromissos
- Avaliação de Desempenho Empresarial
- Penalidades
- Condições e Salvaguardas
- Revisão, Suspensão e Recisão

Esse corpo principal do CG acompanha ainda questões importantes, encaminhadas como ANEXO ao contrato, a saber:

- Premissas de Planejamento e Metas
- Procedimentos de Avaliação e Desempenho Empresarial
- Flexibilidade de Ação Administrativa e Empresarial
- Diagnóstico Empresarial

De acordo com a PETROBRÁS, o CG é um passo importante no sentido de maior liberação da empresa das amarras burocráticas do Estado, que tem atrapalhado o desempenho empresarial, sendo nesse contexto um passo importante para maior autonomia da empresa.

¹⁵ sob o título: "SISTEMA PETROBRÁS DIAGNOSTICO e PERSPECTIVA. PETROBRÁS, outubro, 1993. Traça um histórico da PETROBRÁS, seu desenvolvimento industrial e tecnológico, o planejamento estratégico e as respectivas políticas (financeira, custos, recursos humanos etc).

Segundo ainda a PETROBRAS, melhor seriam contratos de maior duração, podendo cinco anos ser um prazo ideal.

Os trabalhadores da empresa entendem o CG com um instrumento importante para criar relações mais permanentes e democráticas entre o Governo, a empresa e a sociedade em geral, questionam a maneira como foi e está sendo encaminhado e observam:

“O presidente do Sindipetro Mauá, Carlos Cotia, ressaltou a importância da democratização na empresa. Exigiu a participação dos trabalhadores e de representantes da sociedade civil na elaboração do Contrato de Gestão entre a PETROBRAS e o governo”.

Adiante, no mesmo periódico, o engenheiro Jairo Farias respaldado na sua participação no processo de elaboração desse contrato, observa:¹⁶

*... “ que o Contrato estabelece normas a serem seguidas pela empresa e pelo governo. E, se não existirem mecanismos adequados para que estas regras sejam cumpridas de ambos os lados o Contrato não passará de um “Contrato de adesão”, nos moldes do “FMI e do Banco Mundial”.*¹⁷

e ainda... *“este não trouxe a participação da sociedade nem dos trabalhadores, portanto não atende às exigências de democratização e da transparência”*¹⁸.

Uma outra opinião, pela ótica de quem foi presidente da PETROBRAS, de Benedito Moreira:

*...” O problema, no Brasil, é aquele que nós temos: um conflito com o próprio Estado, em que o Estado brasileiro, através de uma legislação complexa, não abre mão de interferir na vida das empresas. V.Exa. lembrou o contrato de gestão. Ele começou a ser discutido e conversado na minha gestão. Não adianta nada o contrato de gestão na PETROBRAS com o monopólio, porque o Governo intervém de qualquer maneira, o Tribunal de Contas não abre mão de alguma fiscalização. A Secretaria das Empresas estatais não abrem mão. Então, é um contrato de gestão que não adianta.”*¹⁹

Assim, a colocação anterior, sobre a prática do CG fora da matriz européia (França e Itália) serve também para o caso da PETROBRAS.

¹⁶ Jairo Farias é engenheiro na ativa da PETROBRAS. Atualmente trabalha na área de planejamento, é conselheiro da Associação dos Engenheiros da PETROBRAS (AEPET) – esclarecimento do autor.

¹⁷ Transcrito de “ O Petroleiro ”, ano 12, no 1318, Campinas, quarta feira, 16 de junho de 1993 – matéria sobre o seminário “Empresa e Sociedade: O Petróleo e o Gás no Brasil”, coordenado pelo professor Oswaldo Sevá da UNICAMP, na FEM/DE-AIPSE em junho de 1993, participação do autor.

¹⁸ Participação do dirigente sindical Silvio José Marques, presidente do Sindipetro-Paulínia, no painel “A PETROBRAS e o PROXIMO GOVERNO”, no qual ainda participaram o superintendente da REPLAN, o engenheiro Joaquim Mello Silva e o próprio autor, na UNICAMP, FEM/DE-AIPSE, 8 de novembro de 1994, a partir do relatório do professor Oswaldo Sevá, coordenador do seminário

¹⁹ Foi presidente da PETROBRAS na época do governo Fernando Collor. Depoimento na Audiência Pública da Comissão Especial PEC no 6/95 Monopólio de Petróleo, fita 42V, pag. 1, sem revisão, 18/04/95.

A experiência brasileira de realizar CG , politicamente conturbada desde o nascedouro e seus desdobramentos (impeachment do Color), traz um viés de excludência muito grande. Faltam interlocutores importantes nesse processo, que devem ser considerados : representantes do Parlamento, dos Trabalhadores e Outros da Sociedade Civil (a depender da natureza do Contrato e da Empresa envolvida).

Essa situação de excludência, compromete o caráter público e democrático de quaisquer resultados (por mais significativos que sejam do ponto de vista empresarial, como normalmente acontece em si tratando da PETROBRÁS) advindos desses procedimentos utilizados atualmente para elaboração, discussão, implementação e avaliação dos CG no SPE brasileiro. Coloca-se a necessidade de uma reavaliação dessa prática de CG no Brasil. No caso particular do CG da PETROBRÁS deve-se avaliar a consistência das metas propostas pelo contrato ora em desenvolvimento e as possibilidades de implementação dessas metas, de maneira transparente, envolvendo todos os setores interessados da sociedade brasileira (não apenas a direção da empresa e o executivo federal, como acontece atualmente).

Adotados esses procedimentos, o CG pode ser um instrumento importante para o planejamento da PETROBRÁS, possibilitando uma maior autonomia da empresa em relação ao Estado.

5.5 Planejamento e Política Energética no Brasil

5.5.1 Os Cenários de Demanda de Petróleo e GN.

No reexame da Matriz Energética (1991)

O relatório do governo federal “ Reexame da Matriz Energética Nacional ” apesar das limitações ²⁰ constitui-se o último documento de referência do governo federal com uma análise intersetorial e globalizada da área energética. Esse trabalho faz uma análise da evolução do sistema energético e formula propostas de políticas setoriais a serem implementadas.

Os cenários energéticos propostos no trabalho (tendencial e alternativo) são formulados a partir de hipóteses macroeconômicas para o desenvolvimento do Brasil. Para essas hipóteses são sugeridas as seguintes taxas percentuais médias anuais de crescimento econômico:

PERÍODO	HIPÓTESES (%)	
	Baixa	Alta

²⁰ interessante análise crítica deste documento é feita por Adilson de Oliveira. Nessa análise são colocadas as limitações deste documento e o autor aponta as “BASES e as DIETRIZES PARA O REEXAME” da matriz energética brasileira.

ver OLIVEIRA, Adilson “Diretrizes de Política Energética à Luz da Revisão da Matriz Energética. COPPE/UFRJ. Rio.24/7/92

1990/1994	1,2	2,3
1995/2010	5,0	6,0

No cenário energético tendencial foi mantida a situação atual da área energética, inclusive a política de preços de energia.

Nesse cenário, a partir do ano base (1990) relaciona-se o consumo total de diversas fontes para a hipótese de crescimento econômico alto.

Na década de 90 o consumo energético total cresce à taxa média de 4,6% ao ano, enquanto o petróleo cresce a 5,2% ao ano e o gás natural a 12,2% ao ano. A longo prazo (2001/2010), o crescimento médio do consumo total energético e do petróleo aumentam, respectivamente, para 5,1% e 5,5% e diminui o consumo médio de gás natural para o patamar de 6,5% no período.

O Cenário Energético Alternativo proposto sugere mudanças em busca de maior eficácia e eficiência para o Sistema Energético, a saber:

- medidas de conservação de energia,
- uso mais eficiente dos recursos energéticos,
- programas institucionais que estimulem a eficiência e a competitividade energética,
- adequação do perfil de consumo de energia estimulando a produção e o uso de fontes de energia descentralizadas.

Assim, no Cenário Alternativo o consumo total de energia cresce à taxa média de 3,7% ao ano na década de 90 e 3,9% ao ano no período 2001/2010. O petróleo e o gás natural registram médias anuais de crescimento, respectivamente, 3,7% e 12,8% na década de 90 e 4,1% e 6,6% no período de 2001/2010.

Na revisão do Plano Estratégico do Sistema Petrobras (1992)

Os Cenários de Demanda de Derivados de Petróleo e Gás Natural foram elaborados para cada um dos cenários nacionais propostos na revisão do PESP.

A partir dessa revisão foi elaborado o Programa Plurianual de Investimentos (PPI) para o período 1993-1997, instrumento de viabilização das metas propostas na revisão.

Os desafios de curto prazo

As análises realizadas pela PETROBRAS em 1991 para o balizamento dos cenários a serem construídos (1992-2001) apontavam para a continuidade de uma situação de crise a curto prazo (1992-1993). Colocou-se a necessidade de medidas a curto prazo. “ não só para a superação destas questões emergenciais, relacionadas com a crise, como também para viabilizar o atingimento dos Objetivos Decenais ”.

Destaque-se que estes objetivos a curto prazo, como não poderia ser de outra maneira, são partes integrantes dos Projetos Estratégicos aprovados pelo SP. Assim, foram colocados como Objetivos de Curto Prazo:

- recuperar o Equilíbrio Econômico-Financeiro do SP:
 - aprimorar a qualidade da Ação gerencial,
- definir a Política de Atuação Internacional do SP,
- promover a Atuação Integrada e a Modernização do SP,
 - ampliar a Participação no Mercado de Gás Natural
 - reforçar a Imagem do SP,
- considerar o Processo PETROBRAS de Meio Ambiente, Qualidade e Segurança Industrial, fator fundamental na obtenção imediata das melhorias requeridas pela Sociedade,
- preservar e ampliar o Mercado do SP,
 - preservar e Ampliar a condição de Companhia Integrada de Petróleo,
- buscar Maior Autonomia de gestão.

Condicionantes para a construção dos cenários de demanda

A partir dos cenários nacionais elaborados pela revisão do PESP (1992) foram feitas estimativas de evolução da demanda de derivados de petróleo e gás natural para o País no período 1993-2001.

A quantificação da demanda no período proposto é feita considerando parâmetros de comportamento dos diversos setores consumidores (ou potenciais).

No caso do gás natural, por exemplo, nos três cenários elaborados propõe-se a importação do gás boliviano a partir de 1997, considerando sempre o aumento significativo da demanda (32,5 milhões de metros cúbicos em 2001).

A seguir, são colocados os principais parâmetros considerados para o dimensionamento da demanda dos derivados de petróleo nos cenários mencionados:

- GLP
 - crescimento populacional
 - interiorização do consumo
 - preço x uso indevido
 - expansão do gás natural
- NAFTA
 - crescimento do setor petroquímico
- GASOLINA
 - sucateamento e crescimento da frota

- política de preços/proálcool
- DIESEL
 - variáveis macroeconômicas
 - produção agrícola
 - transporte coletivo e de carga
 - termoeletricas
- ÓLEO COMBUSTIVEL
 - crescimento industrial
 - intensidade energética
 - termoeletricas
 - penetração do gás natural

Naturalmente, a implementação de qualquer um dos cenários propostos dependerá de decisões políticas, às quais o setor petróleo subordina-se.

5.6 As Relações Políticas, Econômicas e Sociais

5.6.1 A PETROBRAS, os Trabalhadores e a Sociedade

Nas suas relações com o a sociedade brasileira em geral e os seus próprios trabalhadores, a PETROBRÁS refletiu e reflete o animus político, econômico e social do próprio País.

Nos momentos de maior autoritarismo (período do regime militar-1964/1985) a empresa fechou-se para si e atendeu às expectativas do regime, preservando um maior grau de autonomia (diferente das outras estatais) em relação ao Estado. No período posterior que vai até a atualidade, a empresa têm se aberto mais , procurando adaptar-se e criar mecanismos de mediação com o Governo e a Sociedade Civil e internamente com os próprios trabalhadores-processo conflituoso e contraditório, sem ainda a transparência desejada por toda a Sociedade.

A PETROBRÁS traz consigo pela sua história, cultura administrativa e a complexidade das atividades inerentes a indústria petroleira um grau de auto-suficiência muito grande.

Essa situação dificultaram e dificultam as relações institucionais (com o executivo, legislativo e judiciário) e sociais mais amplas(sociedade civil em geral). Nunca é demais lembrar que a PETROBRÁS consolidou-se como uma grande empresa no período autoritário recente em que viveu a sociedade brasileira.

A nível interno, a relação entre a administração e os trabalhadores, refletiu e reflete interesses contraditórios, inerentes a uma empresa capitalista do porte da PETROBRÁS e pela sua natureza estatal.

O ciclo inicial da empresa, da efervescência nacionalista, trouxe uma nova categoria de trabalhadores assalariados sem precedentes na indústria brasileira. Ser da PETROBRAS era um status inigualável, pelo menos no contexto empresarial brasileiro.

Nos seus primórdios, as relações entre a administração da empresa e os trabalhadores eram complexas e muitas vezes as contradições dessas relações não se explicitavam claramente, muito menos para a sociedade. Os trabalhadores pioneiros, como uma boa parte da sociedade brasileira, tinham participado direta ou indiretamente do processo político que culminou com a formação da PETROBRAS. Orgulhavam-se de pertencer a empresa e a defendiam em qualquer situação.²¹

As contradições e o choque de interesses entre os trabalhadores e a administração da empresa ainda não estavam devidamente explicitados.

A ruptura desse processo se dá com o golpe militar de 1964, que inaugura um período de arbítrio e autoritarismo na PETROBRAS, como em toda a sociedade brasileira.²² Nessa época a empresa consolida-se de maneira verticalizada e internacionaliza-se constituindo o SP.

Após o ciclo dos militares (1964-1985), principalmente a partir da greve dos petroleiros de 1983, as relações entre os trabalhadores e a direção da PETROBRAS têm se modificado. No ambiente dos trabalhadores, criou-se uma postura crítica em relação a empresa, cobrando-se uma maior transparência da administração nas relações com os trabalhadores, com o governo e toda a sociedade.²³

Sobre o desempenho do movimento sindical petroleiro a partir da greve de 1983, a avaliação do líder sindical petroleiro SANTAROSA²⁴ é a seguinte:

... *"A greve dos petroleiros em julho de 1983 representou um novo marco na história do movimento sindical brasileiro contemporâneo.*

Considerados entre setores de atividades essenciais e de interesse para a segurança nacional, a Refinaria do Planalto, em Paulínia, e a Refinaria Landulfo Alves, em Mataripe, foram paralisadas pelos petroleiros.

²¹ no início dos anos 60, em Salvador, vivenciei episódios que constataam essas afirmações. Conheci vários trabalhadores pioneiros da PETROBRAS que sentiam orgulho da empresa. Também testemunhei conversas de meu pai com companheiros do partido comunista, que também compartilhavam desse mesmo sentimento.

²² A *razia* dos militares perseguiu, prendeu, torturou muitos trabalhadores da PETROBRAS, inclusive dirigentes da empresa. O anticomunismo reinante prejudicou a empresa, muitos foram despedidos, em uma época ainda de consolidação da PETROBRAS.

²³ O movimento sindical dos petroleiros é organizado nacionalmente. Os sindicatos estaduais (SINDIPETROS) congregam mais de 45 mil trabalhadores. A FUP é a Federação Nacional dos Petroleiros, filiada a Central Única dos Trabalhadores-CUT. Os engenheiros da empresa se organizam nacionalmente na Associação de Engenheiros da PETROBRAS-AEPET.

²⁴ Wilson SANTAROSA, líder sindical, foi presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia. In: Paulínia Petróleo e Política. Vinicius Caldeira Brant/coordenador. Sindicato dos Petroleiros de Campinas e Paulínia/São Paulo. CEBRAP, 1990, no prefácio, pag. 9 e 10

A nação inteira volta sua atenção para esses dois pontos do país. A imprensa é manipulada ao bel-prazer dos militares e o governo joga tudo contra três mil petroleiros em greve, como se fosse uma manobra de guerra.

Foram cassadas as diretorias e tomadas de assalto os sindicatos. Famílias de petroleiros foram pressionadas, caracterizando um verdadeiro terrorismo psicológico. Mesmo assim, os petroleiros da REPLAN resistem durante seis dias, nessa histórica greve”.

....

adiante, continua:

... “Em nível nacional, de lá para cá, cinco grandes greves da categoria trouxeram conquistas consideráveis para os trabalhadores, seja no campo imediato ou no campo político.

Em se tratando de uma categoria estratégica, se estivermos organizados e mobilizados, poderemos a qualquer momento dar respostas contundentes aos governos entreguistas e subservientes que até agora temos tido. Muitos com consciência, alguns aprendendo na greve, fomos notícia, fizemos história, fizemos avançar de alguma forma a classe trabalhadora e até hoje colhemos frutos da construção do sindicalismo combativo e da efetivação da CUT.

Hoje temos certeza de termos sido agentes políticos, e de termos colaborado com o conjunto da classe trabalhadora. Temos também o ônus da responsabilidade daquilo que somos e representamos”.

Assim, os trabalhadores petroleiros têm a consciência e a dimensão do que representam para a sociedade. Buscam a legitimidade em função do serviço essencial que prestam ao país. Atuam ativamente, procuram ser interlocutores na definição das políticas da empresa que dizem respeito ao desempenho, condições de trabalho e salários e às que dizem respeito aos objetivos políticos gerais. Preocupam-se também com as políticas públicas em geral, que dizem respeito a toda a sociedade.

Atualmente, pela exposição que têm sido levada a empresa, qualquer problema inerente a PETROBRÁS, principalmente de política salarial, torna-se “questão nacional”, com amplo noticiário na mídia, colocando sempre a empresa como vilã e seus trabalhadores como uma casta de privilegiados da Sociedade brasileira, nunca sendo discutido efetivamente os reais problemas da empresa e sua relação com o Governo e a Sociedade.

Os processos em curso de reestruturação e reorganização da PETROBRAS desde o final dos anos 80 é motivo de preocupação e discussão entre os trabalhadores da empresa. Em seminário recente²⁵ os trabalhadores petroleiros analisaram esse processo de reestruturação, destacando as mudanças que estão ocorrendo na empresa nos últimos anos:

²⁵ “Reestruturação Produtiva e os Petroleiros: para onde vamos?”, publicação realizada pelos SINDIPETROS (CPS/ CUBATÃO/

“O contingente total de funcionários no Sistema PETROBRAS diminuiu em 10 mil trabalhadores após diversas reestruturações ocorridas nos últimos anos, os acessos usuais via concurso e contratação foram suspensos e o número de aposentados dobrou, chegando a 20 mil. Em um período de dez anos a proporção de trabalhadores da PETROBRAS para contratados de empreiteiras diminuiu. A que antes era de dois petroleiros para um de empreiteira, hoje é de um para um, ou maior.

Com todo este “enxugamento”, a realidade nos locais de trabalho mostrasituações de maior insegurança, irregularidades e prejuízos ao meio ambiente.

A produtividade média do pessoal da operação e produção aumentou sensivelmente em poucos anos. Isto porque, com o “enxugamento”, há menos gente trabalhando mais. Enquanto outras atividades cresceram, fazendo com que haja mais gente no controle e na assessoria do que na execução. Nas funções de operação e manutenção técnica especializada, em vários casos, foram reduzidos os procedimentos, diminuídas as amostragens, simplificadas as tarefas, para que se pudesse remanejar pessoas, mudar horários e regimes, e reduzir efetivo. Em muitos casos, multiplicaram-se as dobras de turno e horas-extras. Em algumas refinarias e terminais, emergências e paradas não previstas também se multiplicaram.

Na mesma perspectiva gerencial, os tempos de campanhas operacionais foram “esticados”, enquanto o montante de homens/hora das paradas foi compactado, com mais gente trabalhando durante tempo mais curto. Isto faz com que o risco na peração aumente. A situação se agrava ainda mais com o processo de terceirização, que principalmente na manutenção, vem aumentando o número de acidentes”.

Frente a essa situação, os trabalhadores apontam, de maneira conclusiva, o caminho que devem perseguir para implementar as mudanças necessárias na empresa para a sua modernização e efetiva democratização :

“Somente através da nossa organonização e união iremos conciliar o avanço tecnológico, a preservação do meio ambiente e qualidade de vida digna a todos os trabalhadores”.

Observe-se no entanto, que esse processo de reestruturação e reorganização não é uma questão exclusiva da PETROBRAS. Faz parte de um outro mais amplo dos setores produtivos da economia capitalista, frente às transformações técnico-organizacionais ocorridas , face às mudanças na esfera da produção e do mercado mundial, particularmente no contexto da própria IMP. Contudo, a expansão da economia capitalista mundial permanece energo-concentradora de consumo de petróleo, com a dependência significativa quanto a essa fonte de energia dos principais países industrializados, como já foi analisado (cap.1).

Assim, no caso brasileiro, a reestruturação da PETROBRAS deve ser discutida em um contexto mais amplo, não somente a nível interno da empresa, mas a partir da ótica de um projeto de desenvolvimento nacional, no sentido de formular uma política petroleira que

MAUA/SJC-SP), a partir do seminário realizado em Campinas (outubro de 1994) organizado pelos SINDIPETROS dos estados de São Paulo, Rio e Parana, com especialistas da UNICAMP e UFRJ, onde foi discutido o processo de reestruturação da PETROBRAS.

esteja inserida em uma política energética nacional, articulada ao processo de desenvolvimento econômico e social desejado pela maioria da sociedade brasileira.

5.6.2 A PETROBRAS e o Estado

A característica principal do processo político recente no Brasil é a ausência de um Projeto de Desenvolvimento para o país.

Em épocas anteriores, como já foi avaliado neste trabalho (cap.4), o Estado brasileiro e a sua hegemonia política preocupavam-se com o que se chamava de Projeto Nacional de Desenvolvimento.

Esse projeto nacional desenvolvimentista ganhou consistência nos governos de Vargas, Juscelino e Goulart e desenvolveu-se até os governos autoritários recentes (na verdade esgotou-se no governo do general Geisel). No governo do general Figueredo, já no início da década de oitenta, começa um período (até a atualidade) cuja característica principal é essa falta de preocupação governamental com as questões estratégicas de médio e longo prazos para o País.

Desde o início da década de oitenta acentua-se o caráter econômico e social da crise brasileira, cujo modelo de desenvolvimento não consegue apontar alternativas para a saída desta crise. Ao contrário, agravaram-se as condições econômicas e sociais da maioria da população brasileira ²⁶

Naturalmente, essa realidade de crise permanente, em contexto internacional adverso, traz dificuldades tanto para a geração de políticas alternativas, quanto para o funcionamento do próprio Estado brasileiro.

Nos últimos anos as políticas implementadas são conjunturais e não atende as expectativas acumuladas pela Sociedade brasileira. Por outro lado, o funcionamento administrativo do aparelho de Estado é cada vez mais precário, criando sérios constrangimentos para o seu desenvolvimento.

Na área energética a situação de desarticulação persiste, apesar de alguns avanços ocorridos a partir da década de setenta. A inexistência de uma política energética nacional leva a que os diversos setores energéticos, principalmente os mais importantes (petróleo e hidrelétrico) a formular e implementar, com as limitações da crise, suas próprias políticas ²⁷

²⁶ De acordo com dados do IBGE(1989) a situação da educação, saúde e saneamento no Brasil tem-se agravado comparativamente com os dados censitários anteriores (1980). O cotidiano dos meios de comunicação (jornais, televisão e rádio) constatam de indigência das políticas públicas nestas áreas. Grave também é o problema da fome, cuja discussão recente, através da campanha liderada pelo sociólogo Herbeth de Souza, traz dados oficiais alarmantes - são mais de 30 milhões de famintos no Brasil. Poderia-se acrescentar outros problemas sociais graves como o da criança abandonada, do aumento da violência urbana, dos conflitos de terra, etc.

²⁷ A implementação do Projeto Matriz Energética Brasileira e a instituição do Balanço Energético Nacional na década de setenta foram passos importantes para a análise e compreensão da realidade energética nacional. Na década de oitenta, na área federal foram realizados estudos importantes coordenados pela extinta Comissão Nacional de Energia e pelo PIMEB (Programa de Implementação do Modelo Energético Brasileiro). Apesar da

Assim, coloca-se a necessidade de discussão de uma política energética para o país, integrada nacional, regional e setorialmente, articulada a um projeto de desenvolvimento nacional. A seguir, serão observados alguns elementos, na opinião do autor, relevantes, a serem considerados por uma política energética brasileira e a inserção do setor petróleo nesse contexto.

5.7 Nova Política Petroleira. Nova Política Energética

A atual crise mundial do padrão de consumo de energia e a sua insustentabilidade a longo prazo levam à necessidade de repensar a lógica do modelo energético (construído e consolidado com a concepção de “um planeta infinito”) na perspectiva de sua superação.

No caso do Brasil, avaliar essa lógica é condição “sine qua non” para qualquer alternativa de política energética, necessária à retomada do desenvolvimento da economia brasileira.

A reavaliação da atual Matriz Energética brasileira (MEb) e consequentemente da sua política energética está condicionada a análise do atual Sistema Energético brasileiro (SEb) nas suas múltiplas relações e ao tipo de modelo de desenvolvimento pretendido pela sociedade, em que condições políticas, sociais, científica, tecnológica e ambiental deverão serem implementados esses processos.

O conhecimento do funcionamento e a consequente intervenção em um determinado Sistema Energético (SE) requer uma abordagem multidisciplinar para o diagnóstico e posterior prognóstico (via construção de cenários, que balizarão a implementação de uma determinada política energética) da estrutura atual de oferta e demanda de energia e os seus desdobramentos de causa e efeito no universo produtivo e das relações sociais que se processam na sociedade.

A PETROBRAS é parte integrante deste universo produtivo complexo, que envolve processos industriais e de serviços, produção de bens de capital e de equipamentos e conflitos entre os diversos atores sociais (trabalhadores, interesses públicos e privados) que condicionaram e condicionam a maneira de viver da sociedade e do meio ambiente brasileiro por todo o século XX, atualmente e no horizonte próximo do século XXI.

maioria destes trabalhos terem ficado apenas no campo analítico e propositivo (pouca coisa foi implementada) foram importantes para a formação da cultura de planejamento energético no Brasil. Houve razoável participação de profissionais de vários estados da federação (das secretarias estaduais de energia e de universidades que trabalhavam na época com a questão energética). A partir do governo Collor estes mecanismos institucionais foram desativados, não se conseguindo implementar alternativas satisfatórias que retomem o melhor daquela experiência.

– essa colocação é fruto da experiência do próprio autor que participou de grupos de trabalho na CNE e no PIMEB, durante a década de oitenta como representante da Secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia (convênio UFBA/Governo do Estado da Bahia)

O atual modelo energético foi construído para respaldar um estilo de desenvolvimento que acompanhou a lógica geral da economia e da indústria brasileiras: o consumo de energia é concentrado regionalmente, atendido por políticas setoriais, desarticuladas entre si e nacionalmente. Também é socialmente excludente, pois não proporciona o acesso à energia para atender as necessidades básicas de milhões de brasileiros, particularmente para a maioria das populações das áreas rurais.

Esse modelo de desenvolvimento gerou uma das sociedades mais perversas do mundo moderno, ao mesmo tempo em que foi construída uma das economias capitalistas mais dinâmicas do planeta, principalmente a partir dos anos 50 e que continua importante, apesar das crises dos anos 70 e 80.

5.7.1 Energia para Promover o Desenvolvimento Econômico e Social

Uma política energética alternativa deve sustentar um modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil que seja democrático, social e ambientalmente defensável, onde o Estado desprivatizado, efetivamente público, deverá ter um papel econômico e social de destaque.

O modelo alternativo ao atual, deve na área energética, atender as demandas do desenvolvimento econômico mas também deve estar voltado para atender as demandas sociais básicas, secularmente desrespeitadas e ainda atualmente não conquistadas pela maioria da sociedade brasileira.

A retomada do desenvolvimento brasileiro põe em cheque a atual infraestrutura energética do país.

Coloca-se a necessidade de discutir e formular uma política energética alternativa que além de atender às expectativas de retomada de desenvolvimento da economia, atenda também às demandas reprimidas de energia para amplos segmentos sociais da sociedade brasileira, atualmente marginalizados do acesso mínimo a qualquer forma de utilização de energia. A “cidadania energética” ainda está por ser conquistada para milhões de brasileiros.

Exauriu-se a capacidade do governo federal de manter os níveis anteriores de investimento do setor público na economia brasileira com recursos governamentais. O processo de privatização em curso, também na área energética, avança principalmente no setor elétrico e no SP²⁸

Na área de petróleo, a estratégia governamental de extinção do monopólio não está ainda devidamente clarificada.

A argumentação do governo na exposição de motivos da emenda que propõe a extinção do monopólio é contraditória, fala de “flexibilização”(como na campanha eleitoral)²⁹ com a

²⁸ Ver no ANEXO 7 o processo de privatização em curso do SP.

²⁹ Programa de Governo Fernando Henrique Cardoso, pag.205. A proposta da emenda (PEC no 06/95) e o relatório da Comissão Especial sobre a mesma está no ANEXO11.

modificação, como já foi observado anteriormente, do parágrafo 1º do ar. 177 da atual Constituição que trata do monopólio estatal de petróleo.

A possibilidade de contratar empresas privadas, de acordo com a emenda proposta, sem explicitação das condições em que a PETROBRAS deverá atuar doravante, deve ser motivo de preocupação não somente da PETROBRAS, mas de toda a sociedade, particularmente do Congresso Nacional, responsável pela aprovação ou não da mesma e as respectivas legislações complementares.

A própria exposição de motivos considera que a extinção do monopólio trará problemas para a política nacional de petróleo, particularmente quanto às reservas em of-shore. Coloca a possibilidade de "dumping" pelo oligopólio mundial da indústria na área de distribuição de derivados, via importação de gasolina.

A emenda, fala ainda, da preservação da PETROBRAS e da necessidade de modernização da economia. Segundo o governo, a abertura para a iniciativa privada na área de petróleo é um instrumento fundamental da viabilização dessa estratégia.

Nunca é demais repetir como se deu e porque a construção do SPE brasileiro (analisado anteriormente no capítulo 3 deste trabalho) e, particularmente, da PETROBRAS (capítulo 4)

Lembrando: as atividades estatais clamadas de serem privatizadas no processo de reformas em curso, até a década de cinquenta (petróleo) e sessenta (eletricidade/telecomunicações), podiam contar com a participação da iniciativa privada.

A interferência do Estado se justificou pela ausência da iniciativa privada, que não investia nas áreas de infraestrutura e social, pela mesma lógica do capital que continua válida (apesar das transformações da economia brasileira e mundial) não dava retorno e lucro imediato convidativo para os investimentos internacionais.

O que mudou nesses últimos 40 anos? Hoje nós temos uma economia capitalista desenvolvida, uma estrutura industrial complexa e no caso particular do setor petróleo (ficando só com esse exemplo) existe a PETROBRAS, que construiu uma estrutura técnica científica e patrimonial que a coloca entre as primeiras da indústria mundial, inclusive com reservas consideráveis em of-shore.

Porque abrir agora a indústria de petróleo brasileira ao capital internacional? Quais são os interesses em jogo? Qualquer mudança na política de petróleo brasileira deve-se ter a PETROBRAS como elemento de referência para discussão e implementação dessas mudanças.

São determinantes e significativos os interesses econômicos em questão. Na década de oitenta os investimentos da PETROBRAS foram da ordem de US\$2,7 bilhões por ano. A política econômica do governo, como já foi salientado, prejudicou e prejudica a política de investimentos da PETROBRAS. Fala-se que a abertura possibilitaria investimentos estrangeiros. Naturalmente, os investimentos internacionais serão sempre bem vindos (a PETROBRAS os têm buscado, ver tabela 5.14) se preservados os interesses nacionais, como acontece nas economias dos países capitalistas desenvolvidos ou em qualquer país autodeterminado.

No contexto da indústria mundial, particularmente da SHELL e da EXXON, mais atuantes no Brasil, a abertura pode vulnerabilizar a atuação integrada da PETROBRAS, limitando suas possibilidades de lucro e, por consequência, de investimentos da empresa. Abrem-se perspectivas de acesso às áreas já descobertas, à importação de derivados de petróleo de refinarias ociosas, particularmente as do Caribe. Além, da utilização pelas multinacionais de toda a infraestrutura de dutos e terminais construídos com recursos do Estado e da PETROBRAS, limitando o desempenho empresarial da própria PETROBRAS. Pode-se agregar outros fatores já mencionados, como o dumping por exemplo, da rationale do mercado oligopolista.

Esse cenário possível, impactaria o desempenho da PETROBRAS como empresa verticalizada e também os interesses do próprio consumidor, como vem acontecendo com as privatizações mundialmente, os exemplos na América Latina são contundentes, onde o caso da Argentina é o mais significativo.³⁰

As reformas em curso, podem vulnerabilizar a PETROBRAS e vão contra a lógica de atuação do oligopólio mundial da indústria de petróleo, cujos interesses vão além da indústria petroquímica, diversificados inclusive fora do negócio petróleo, como acontece com qualquer grande indústria capitalista internacional.

A questão portanto que se coloca, de fundamental importância, é o tipo de relação entre a PETROBRAS e o Estado, como será formulada e implementada a política de petróleo brasileira, quais as instituições envolvidas e o papel da PETROBRAS nesse processo..

UMA NOVA POLÍTICA PARA O SETOR PETRÓLEO DEVE ESTAR ARTICULADA COM UMA NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA NACIONAL

Além da articulação intersetorial (petróleo, hidroelétrico, biomassa), uma nova política energética para o Brasil deve incentivar a regionalização (com o aproveitamento dos recursos energéticos locais) e a integração energética entre os países da América Latina³¹.

Deve-se, em uma nova política energética, perseguir a conservação e desenvolvimento de tecnologia energética (inclusive para as fontes alternativas - micro e mini hidrelétricas e destilarias, coletores solares térmicos e fotovoltaicos, biodigestores, geradores eólicos e cataventos) de maneira integrada à política energética global do país, articulando- e servindo

³⁰ o aumento real dos derivados de petróleo e a exploração predatória das reservas petrolíferas argentinas após o processo de privatização, assim como a depreciação do potencial das reservas no processo de privatização, além da falta de uma legislação eficaz (reconhecido pelo próprio presidente Menem) que regulamente o setor frente às multinacionais, são evidências de uma situação desfavorável aos interesses da maioria da sociedade daquele país.

dados obtidos pelo próprio autor, em visita realizada à Fundación Bariloche, Argentina, dezembro de 1994.

para compreender o processo de transformação da indústria de petróleo argentina e as diferenças desta com a indústria de petróleo brasileira, ver entre outros, "Política de precios de los hidrocarburos: un estudio comparativo de los casos de Argentina e Brasil 1970-1989", da Fundación Bariloche feito com a COPPE/UFRJ, para o programa COPEL-CCE, 1990 e ainda: La Política de Desregulación Petrolera Argentina y Sus Impactos. (Documento de síntesis), Forum de Ciência e Cultura, Textos para Discussão, RJ, agosto, 1993.

³¹ A iniciativa do Brasil e da Venezuela de criar uma empresa petrolífera "PETRO AMÉRICA", confirmada com a visita do presidente Fernando Henrique Cardoso (4/06/1995) é um fato significativo nessa direção.

de apoio para a política geral de governo, minimizando os impactos de cada fonte de energia no meio ambiente.

Uma nova política energética para o Brasil, deve ainda, reavaliar a atual política tarifária e de preços, particularmente os subsídios (devendo ser mantidos, prioritariamente, os de cunho social, discutir a conta álcool e petróleo, por exemplo), buscando o equilíbrio financeiro das empresas energéticas.

Institucionalmente, a área energética deve reestruturar-se buscando a integração dos diversos setores (elétrico, petróleo e gás natural, álcool e bagaço de cana, carvão mineral, lenha e carvão vegetal e outras fontes de energia), buscando criar mecanismos que proporcionem uma efetiva publicização e participação social mais ampla na discussão, formulação e implementação da política energética brasileira.

A democratização das relações entre o Estado e a Sociedade é o presuposto básico desse novo modelo de desenvolvimento e dessa nova política energética.

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 4.1 PETRÓLEO - PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSUMO
BRASIL (milhões de barris)

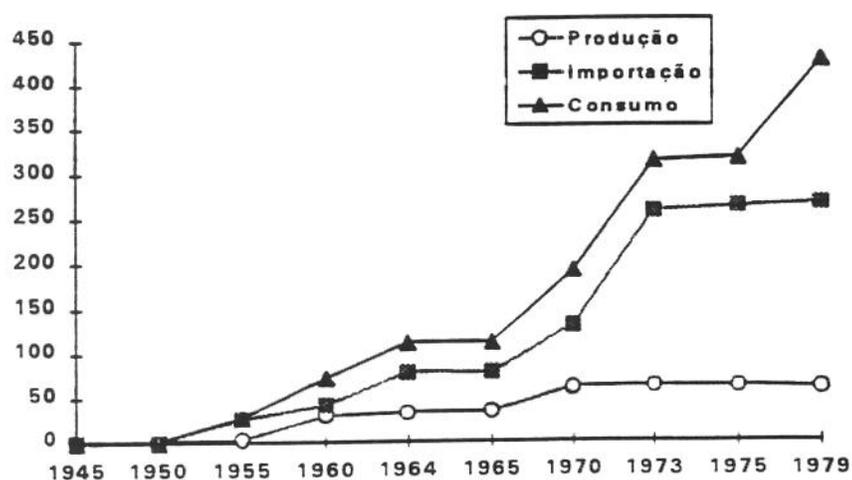
ANO	1945	1950	1955	1960	1964	1965	1970	1973	1975	1979
PRODUÇÃO	0.08	0.30	2.0	29.6	33.3	34.3	60.9	62.4	62.8	60.4
IMPORTAÇÃO	0.07	0.08	25.9	42.1	78.7	77.7	131.0	257.2	262.1	266.0
EXPORTAÇÃO	-						0.5	6.3	7.9	
CONSUMO	0.0015	0.38	27.9	71.7	112.0	112.0	191.4	313.0	317.0	426.4
COEFICIENTE IMPORT. *(%)	48	17	93	59	70	69	69	80	80	86

FONTE: Petrobras. Min Da Fazenda (1945-1972)

O Globo - Panorama Econômico 77, 24/06/77 (1973-79)
em Revista Retrato Do Brasil, No. 20, Pags. 116,117,118.

(*) Import(Prod/Import.)

Figura 4.1 Evolução da Produção, Importação e Consumo (milhões de barris)



Fonte: tabela 4.1

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 4.2 IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO (1973-1979)

Países	1973		1979	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Arabia Saudita	10544	45.2	107685	29.4
Iraque	55632	23.8	148670	40.6
Iran	15221	6.5	42648	11.5
Kuwait	23941	10.3	9165	2.5
Emiratos Arabes	-	-	7812	2.2
Qatar	-	-	5825	1.6
Oman	1139	0.5	15794	4.3
Oriente Médio	201112	86.3	337119	92.1
Venezuela	13799	5.9	12115	3.3
Nigéria	1872	0.8	1239	0.4
Libia	11673	5.0	1573	0.4
Argélia	-	-	1050	0.3
Gabon	-	-	5560	1.5
Equador	254	0.1	-	-
Total OPEP	228710	98.1	358656	98.0
México	-	-	-	-
Angola	152	0.1	-	-
China	-	-	4818	1.3
ex-URSS	-	-	-	-
Congo	-	-	2585	0.7
Outros	4098	1.8	-	-
Total Geral	232960	100.0	366059	100.0

FONTE : CACEX

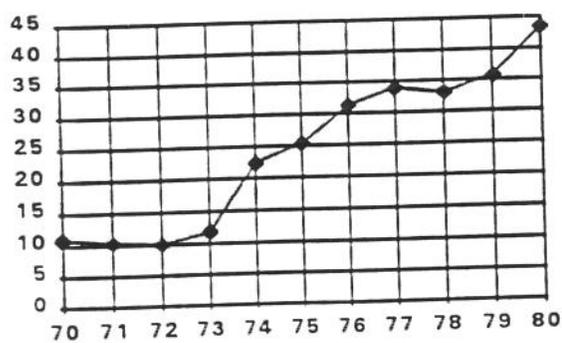
BRASIL - MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA

Tabela 4.4 EVOLUÇÃO DO CONSUMO

FONTES	1973(%)	1979(%)
Petroleo	42.8	41.6
Gás Natural	0.3	0.7
Carvão vapor	0.7	0.8
Carvão metalurgico	2.1	2.9
Hidráulica	19.0	25.0
Biomassa	35.1	29.0
Total	100.0	100.0

FONTE : BEN 1991

Figura 4.2 PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO PETRÓLEO NAS IMPORTAÇÕES



FONTE: BANCO CENTRAL

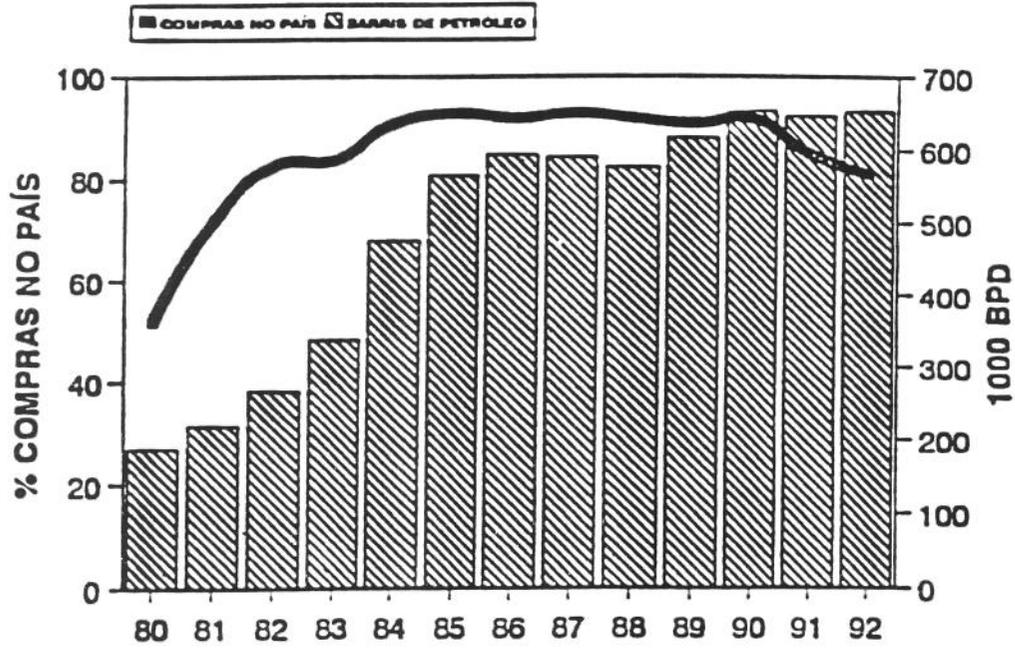
INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 4.3 PRODUÇÃO E RESERVAS DE PETRÓLEO

ANO	TERRA	MAR	TOTAL	TOTAL
1970	164	0	164	136280
1971	170	0	170	136080
1972	164	0	164	126820
1973	157	13	170	123060
1974	152	25	177	119780
1975	144	28	172	120730
1976	135	32	167	135900
1977	122	38	160	173940
1978	117	43	160	178970
1979	109	57	166	198420
1980	107	75	182	209540

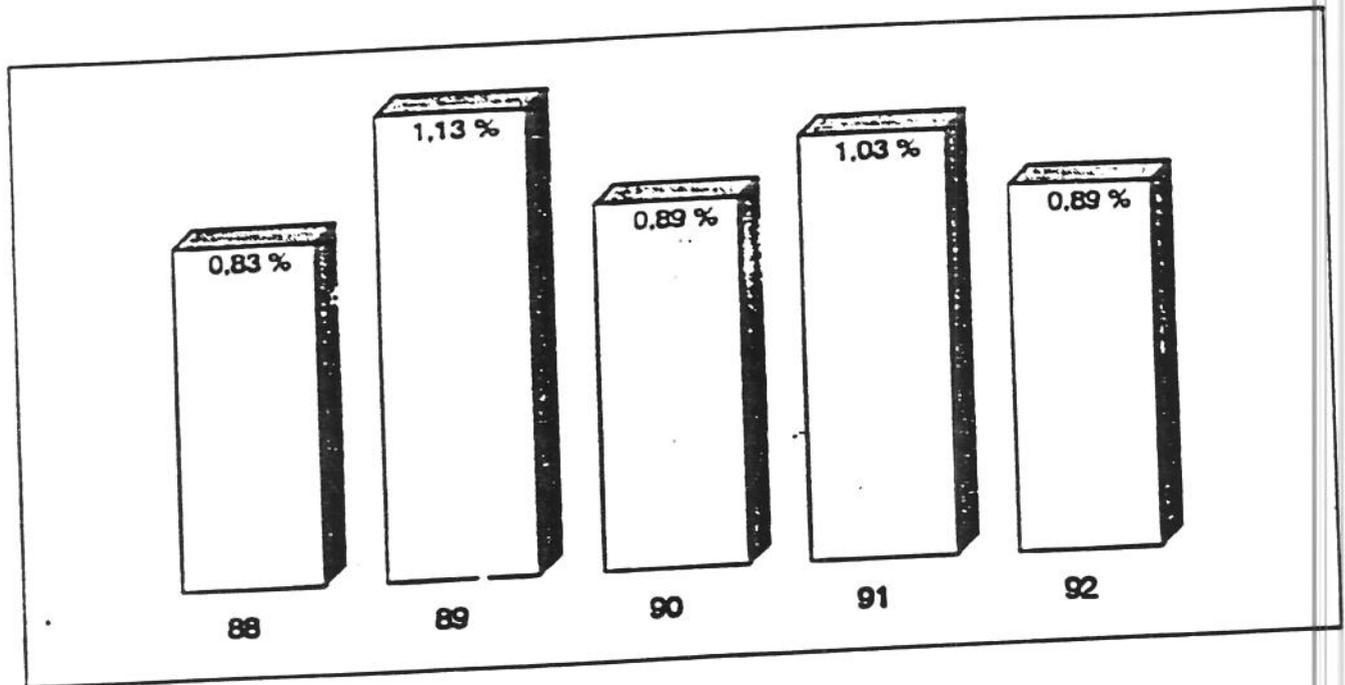
FONTE: PETROBRAS

Figura 5.1 PETROBRÁS COMPRA DE EQUIPAMENTO E METERIAL - (1980/1992)



FONTE: PETROBRAS/SERMA/DEPRO. 1994

Figura 5.2 PETROBRÁS- INVESTIMENTO EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO



FONTE: PETROBRÁS. 1994

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.1 LOCALIZAÇÃO DAS RESERVAS DE GÁS NATURAL (10^9 m³)

LOCAL	RESERVAS PROVADAS	RESERVAS PROVÁVEIS	RESERVAS POSSÍVEIS	RESERVAS NÃO-DEFINIDAS
TERRA	62.2 (46%)	23.0 (41%)	23.2 (73%)	25.1 (31%)
MAR	74.5 (54%)	32.8 (41%)	8.7 (73%)	55.2 (31%)
0-100 m	18.0 (13%)	32.8 (41%)	8.7 (73%)	55.2 (31%)
100-400 m	32.2 (23%)	10.4 (19%)	0.3 (1%)	3.5 (4%)
400-1000 m	24.3% (18%)	15.6 (28%)	6.1 (19%)	4.1 (5%)
> 1000 m	- (-)	0.1 (-)	0.2 (1%)	41.3 (52%)
TOTAL	136.7 (100%)	55.8 (100%)	32.0 (100%)	80.1(100%)

FONTE: PETROBRAS/DEPEX. 1994

Tabela 5.2 RESERVAS DE GÁS NATURAL(10 m)

LOCAL	RESERVAS PROVADAS	RESERVAS PROVÁVEIS	RESERVAS POSSÍVEIS	RESERVAS NÃO-DEFINIDAS
TERRA	111.7 (19%)	19.0 (9%)	16.4 (17%)	13.6 (3%)
MAR	464.4 (11%)	194.4 (9%)	81.8 (17%)	393.4 (3%)
0-100 m	60.2 (11%)	8.9 (4%)	3.3 (3%)	18.6 (5%)
100-400 m	132.5 (23%)	26.9 (13%)	0.9 (1%)	11.1 (3%)
400-1000 m	271.1 (47%)	157.9 (74%)	75.1 (76%)	15.1 (4%)
> 1000 m	0 (-)	0.8 (-)	2.5 (3%)	348.6 (85%)
TOTAL	576.1 (100%)	213.4 (100%)	98.2 (100%)	406.9 (100%)

FONTE: PETROBRAS/DEPEX. 1994

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.3 PETROBRÁS - PRODUÇÃO DE ÓLEO + GNL - 1993

REGIÃO	Mbpd		
	TERRA	MAR	TOTAL
AMAZONAS	5.3	-	5.3
CEARA	5.0	13.1	18.1
R.G NORTE	63.1	17.2	80.3
ALAGOAS	6.6	-	6.6
SERGIPE	40.1	10.2	50.3
BAHIA	71.8	2.5	74.3
ESPIRITO SANTO	11.7	2.7	14.4
RIO DE JANEIRO	-	456.6	456.6
PARANA	0.8	-	0.8
TOTAL	204.4	502.5	706.9

FONTE: PETROBRÁS. 1994

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.4 CUSTO MEDIO DO PETRÓLEO NACIONAL EXTRAÍDO
BARRIL DE PETRÓLEO EQUIVALENTE-BPE (US\$/barril)

DESCRIÇÃO DO CUSTO	1989	1990	1991	1992
CUSTO OPERACIONAL DE EXTRAÇÃO	6,41	5,83	4,48	4,67
MATERIAIS, COMB E LUBRIFICANTES	1,38	1,35	0,61	0,55
PESSOAL	1,98	1,83	1,67	1,78
SERVIÇOS DE TERCEIROS	2,34	2,17	1,86	1,80
SERV. PÚBLICOS, ALUGUEIS E	0,71	0,48	0,33	0,51
ENCARGOS	0	0	0	0
IMPOSTOS E TAXAS	0	0	0,01	0,03
ALOCAÇÕES				
AMORTIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	2,53	2,73	2,51	2,42
EXPLORAÇÃO	5,06	5,40	5,20	5,25
DESENVOLVIMENTO DE PRODUÇÃO				
CUSTO DE PRODUÇÃO	14,00	13,96	14,42	13,93
PESQUISA TECNOLÓGICA	0,28	0,18	0,30	0,21
OVERHEAD TOTAL	0,87	0,62	1,14	0,98
CUSTO FINANCEIRO	1,13	0,92	0,79	0,40
CUSTO TOTAL (exceto royalties)	16,28	15,91	14,42	13,93
ROYALTIES	0,46	0,62	0,54	0,39
CUSTO TOTAL DO BPE	16,74	16,53	14,96	14,32

FONTE: ERNESTYOUNG (1989/1991)
PETROBRÁS/SEFIN (1992)

INDÚSTRIA PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.5 DIFERENÇA DE CUSTO DO PETRÓLEO NACIONAL E IMPORTADO

	CUSTO PETRÓLEO NACIONAL (US\$/BBL)	CUSTO CIF PETRÓLEO IMPORTADO (US\$/BBL)	RELAÇÃO IMP./NAC. (%)
1989	16.74	18.06	+ 7.90
1990	16.53	23.23	+ 40.50
1991	14.96	20.37	+ 36.20
1992	14.32	18.54	+ 29.50

(SEM IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DE 38%)
 FONTE : PETROBRAS. 1994

Tabela 5.6 CUSTO DE REFINO (US\$ 10°)

ELEMENTO DE CUSTO	1989	1990	1991	1992
MATERIAIS	70	82	103	209
PESSOAL + ENCARGOS	529	396	427	462
SERV. TERCIÁRIO	365	280	242	290
ENCARGOS OPERACIONAIS	53	41	44	153
TOTAL	1017	799	816	1114
CARGA PROCESSADA	72842	69796	64560	68268
10 ³ m ³				
CUSTO UNITÁRIO DO REFINO US\$/m ³	13.96	11.45	12.64	16.32
US\$/bbl	2.22	1.82	2.01	2.59

FONTE. PETROBRAS. 1994

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.7 PETROBRÁS - FATURAMENTO E LUCRO (1980 1992)

ANOS	LUCRO LÍQUIDO A	FATURAMENTO LÍQUIDO B	RELAÇÃO A/B %
1980	639	12287	5.2
1981	632	16275	3.9
1982	463	15788	2.9
1983	319	13428	2.4
1984	375	14503	2.6
1985	1061	13140	8.1
1986	1900	12055	15.8
1987	134	12464	1.1
1988	471	12107	3.9
1989	160	11549	1.4
1990	557	12848	4.3
1991	(237)	11270	2.1
1992	56	12494	0.4
MAR 1993	82	2866	2.9

Obs: Equivalência CR\$/US\$ critério contábil
 FONTE: PETROBRÁS/SEFIN. Março/1993
 INDÚSTRIA PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.8 PETROBRÁS - PERFIL DA DÍVIDA DE LONGO PRAZO

ANO	US\$ 10°
1993	1762
1994	1236
1995	828
1996	623
1997	349
1998	590
1999	236
2000	188

FONTE : PETROBRAS/SEFIN.1994

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.9 PRODUÇÃO DE PETRÓLEO-CUSTOS OPERACIONAIS (US\$/barril) BACIA DE CAMPOS X MAR DO NORTE

COMPANHIA	US\$/barril
Agip	4.4
Amerada Hess	4.6
Amoco	4.2
Arco	3.8
British Gas	3.8
BP	4.2
Chevron	5.9
Conoco	4.9
Denimex	6.1
EEP	4.2
Elf	5.1
Enterprise	4.6
Fina	4.1
Hamilton	4.4
LASMO	5.4
Marathon	5.9
Mobil	3.8
RD Shell	4.1
Texaco	5.1
Total	4.6
Petrobrás	4.2

FONTE: PETROBRAS. 1994

Tabela 5.10 CUSTOS DE DESCOBERTA (US\$/BBL)
 PETROBRAS X GRUPO DAS 30 FORA DOS EUA

ANO	PETROBRAS	GRUPO DAS 30
1980	6.9	5.0
1981	8.6	6.0
1982	8.4	10.5
1983	7.4	4.3
1984	4.3	4.4
1985	3.7	5.4
1986	4.3	6.0
1987	4.5	3.1
1988	3.4	4.3
1989	6.5	4.6
1990	4.3	2.9
1991	2.3	2.0
1992	2.0	2.0

FONTE: SALOMON BROTHERS E DEPEX. 1994

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.11 RELAÇÃO DE INVESTIMENTOS /PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

ANO	Investimentos	Produção de Petróleo
	Bilhões de Dólares	Barris/dia
1980	1.871	188000
1981	2.980	220000
1982	4.295	268000
1983	3.123	339000
1984	1.985	474000
1985	1.846	547000
1986	2.241	572000
1987	2.727	566000
1988	2.259	554000
1989	1.937	620000
1990	2.487	650000

FONTE: PETROBRAS

Tabela 5.12 EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE DESCOBERTA DA PETROBRÁS
DOLARES POR BARRIL DE PETRÓLEO EQUIVALENTE

ANO	US\$/BPE
1983	14.31
1984	13.58
1985	12.34
1986	11.21
1987	9.88
1988	7.96
1989	7.60
1990	6.78
1991	5.4
1992	3.35

MÉDIAS MOVEIS (5 ANOS) DOS CUSTOS DE DESCOBERTA
(US\$/BPE EM DOLARES DE DEZEMBRO DE 1992)
FONTE: PETROBRAS

INDÚSTRIA DE PETRÓLEO - BRASIL

Tabela 5.13 SISTEMA PETROBRÁS - RECURSOS

<p>EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO</p> <p>A) Sondas De Perfuração</p> <ul style="list-style-type: none"> - 26 merrestres - 23 marítimas <p>B) Sistemas Marítimos de Produção</p> <ul style="list-style-type: none"> - 14 plataformas flutuantes - 67 plataformas fixas - 03 plaraformas em construção <p>C) REFINO DE PETRÓLEO</p> <ul style="list-style-type: none"> - 11 refinarias (capacidade de 1520 mil bdd) <p>PROCESSAMENO DE GÁS NATURAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - 11 unidades de processamento (UGPN's) <p>XISTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - 1 módulo de 4000 bpd <p>FERTILIZANTES</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação em diversas empresas 	<p>TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Frota nacional.....74 navios - porte bruto.....5,5 10⁶ tpb - carga transportada.....8.6 10⁶ ton - rede de dutos em operação.6202 km <ul style="list-style-type: none"> - oleodutos.....4261 km - gasodutos.....1941 km - dutos em construção.....5855 km - terminais.....9 <p>CENTROS DE PESQUISA</p> <ul style="list-style-type: none"> - área.....74274 m² - técnicos.....1600 - patentes.....400 <p>DISTRIBUIÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - bases da BR73 <p>PETROQUÍMICA</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participação em 3 centrais e diversa empresas
<p> </p>	<p> </p>
<p> </p>	<p> </p>
<p> </p>	<p> </p>

FONTE PETROBRÁS, 1994

Tabela 3.14

**PETROBRAS - ORIGEM DOS FINANCIAMENTOS DOS
PROJETOS DE INVESTIMENTOS (milhões US\$)**

AGENTES	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL
BANCO MUNDIAL	39,7	245,2	859,6	689,6	35,8	1.869,9
• FINANCIAMENTO	17,9	131,1	495,2	399,4	19,4	1.063,0
• RECURSOS PRÓPRIOS	21,8	114,1	364,4	290,2	16,4	806,9
OECD - JAPÃO	0,4	13,9	73,0	113,5	51,5	252,3
- FINANCIAMENTO	0,2	8,4	43,8	68,1	30,9	151,4
• RECURSOS PRÓPRIOS	0,2	5,6	29,2	45,4	20,6	100,9
BNDDES	124,3	141,1	37,0	—	—	302,5
- FINANCIAMENTO	87,0	98,8	25,9	—	—	211,7
• RECURSOS PRÓPRIOS	37,3	42,3	11,1	—	—	90,7
FONTES A DEFINIR	30,8	206,4	339,7	299,2	257,3	1.133,3
- FINANCIAMENTO	21,6	144,5	237,8	209,5	180,1	793,4
• RECURSOS PRÓPRIOS	9,2	61,9	101,9	89,8	77,2	340,0
TOTAL	195,2	606,6	1.309,3	1.102,4	344,5	3.557,9
- FINANCIAMENTO	126,7	382,7	802,7	677,0	230,3	2.219,4
• RECURSOS PRÓPRIOS	68,5	223,9	506,6	425,3	14,2	1.338,5

Fonte: Sistema PETROBRAS. Diagnóstico e Perspectivas, 1993.

Capítulo 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qual PETROBRAS?

Uma Estratégia para a Preservação/Transformação da PETROBRAS

O desempenho empresarial em todas as áreas de atuação da PETROBRAS é compatível ao das melhores e maiores empresas da indústria mundial de petróleo, afirmado e reafirmado por consultores autônomos internacionais e por ampla literatura técnico-científica e empresarial que analisa as empresas do setor.

O processo de reformas encaminhado ao Congresso Nacional pelo presidente Fernando Henrique Cardoso aponta para a retirada da PETROBRAS como executora do monopólio estatal de petróleo da União.

A PETROBRAS está sendo retirada da execução do monopólio estatal da União para atender uma estratégia política do atual governo, na busca de resultados econômicos.

Esses interesses econômicos e financeiros são expressivos. A Indústria de Petróleo brasileira movimenta recursos da ordem de bilhões de dólares.

As possibilidades abertas para o capital internacional com a saída da PETROBRAS, como executora do monopólio estatal de petróleo no Brasil são significativas.

Despertam interesse do oligopólio mundial da indústria, particularmente da ESSO e da SHELL, além de toda uma gama de atividades para petroleira que gira em torno do negócio petróleo (indústria de equipamentos, metal-mecânica, informática, consultorias, etc.) Há muito representantes dessas empresas transitam com desenvoltura no Congresso Nacional e ocupam papel de destaque na mídia nacional. Abrem-se perspectivas à novas áreas de reprodução de capital, nesse contexto de crise da economia brasileira e mundial, pelo que o setor petróleo representa, como matéria prima e insumo energético em um amplo fluxo de atividades industriais, além da indução que exerce em outros setores da economia.

Uma estratégia de preservar a PETROBRAS como empresa estatal integrada verticalmente e competitiva, que continue a desempenhar seu papel econômico e social, de maneira cada vez mais consequente, para a sociedade brasileira deve considerar esses elementos da realidade política e econômica, nacional e internacional.

Esses interesses políticos e econômicos devem ser considerados pela PETROBRAS e todos aqueles que apostam no seu futuro (setores do atual governo, parlamentares, sociedade civil em geral, particularmente o movimento dos trabalhadores na área de petróleo) na formulação de suas políticas de gestão empresarial e planejamento estratégico a curto, médio e longo prazos.

A reação política ao novo cenário da indústria de petróleo brasileira têm que ser propositiva, em dois movimentos, que se articulam e rearticulam no sentido de preservação e democratização da empresa.

Questões a Serem Consideradas

A PETROBRÁS, como empresa do SPE deve perseguir uma estratégia empresarial de acordo com os interesses mais gerais da Sociedade brasileira, do seu projeto de desenvolvimento e da sua política energética. Deve estar voltada para as mudanças estruturais necessárias que assegurem um desenvolvimento econômico e social para o país, democrático e ambientalmente defensável.

A implementação desse projeto reformista terá como pré-suposto a transformação do Estado brasileiro, desprivatizando-o, tornando-o efetivamente público e democrático.

Apesar das polêmicas travadas há muito, principalmente desde a Constituição de 1988 e posteriormente nas tentativas de Revisão Constitucional (1994), e atualmente na discussão da Reforma Constitucional, não há uma discussão mais aprofundada na sociedade sobre qual deve ser o papel do Estado brasileiro no processo de desenvolvimento econômico e social do país.

As reformas que estão sendo encaminhadas transformam o papel do Estado brasileiro como agente interventor na economia, modificando as atribuições do seu SPE.

A pressão governamental e a velocidade requerida pelo governo para aprovação das reformas não tem similar na história recente internacional. As transformações que passam o Estado na Inglaterra, França, Itália, dentre outros, particularmente no que diz respeito aos seus respectivos SPEs, são processos totalmente distintos, amplamente discutidos no parlamento e aprovados em um horizonte de tempo muito maior.

A expectativa da sociedade civil brasileira (e para isso se deve discutir, questionar e propor alternativas às reformas do governo) é que a maioria parlamentar do governo Fernando Henrique Cardoso não seja utilizada apenas para atender interesses econômicos de determinados grupos ali representados no Parlamento. Deve sim, em um processo de reformas dessa natureza, preocupar-se de representar os interesses mais amplos, de toda a sociedade brasileira.

O Estado reformado nesse processo em curso no Congresso Nacional deve habilitar-se para servir às transformações exigidas pela maioria da sociedade, ainda não cidadã.

O Estado deve não apenas regular, mais também intervir diretamente no desenvolvimento da economia, adequando o seu SPE aos desafios externos, estratégicos, colocados para a integração competitiva do Brasil na economia mundial e aos internos, de enfrentar a difícil realidade econômica e social do país.

Os Atores e os Interesses em Conflito

A crise do Estado desenvolvimentista e do bem-estar e o impasse energético

A política atual que questiona a validade das empresas estatais no processo de desenvolvimento econômico, não é exclusiva para o Brasil. Envolve interesses econômicos internacionais bem mais amplos, está sendo implementada para a América Latina desde a década de setenta, para aqueles países que como o Brasil conseguiram, via participação do Estado, construir empresas estratégicas para dar suporte ao desenvolvimento nacional.

Coloca-se como uma tentativa de reorientação do desenvolvimento da economia capitalista mundial no contexto das transformações políticas, científicas e tecnológicas que vem ocorrendo desde a década de setenta no cenário internacional.

Defende a necessidade do "estado mínimo", na tentativa de minimização da crise estrutural do sistema, que já não consegue viabilizar, via participação direta do Estado, o desenvolvimento das suas políticas tradicionais nas áreas econômica, científica, tecnológica e sociais (educação, saúde etc).

Ressalte-se que este fenômeno não é restrito à América Latina. Na Europa, as políticas de bem estar social implementadas pela social democracia desde o final dos anos 40, também foram afetadas pela crise econômica dos anos 70 e 80.

O Estado do bem-estar sofre os reveses dessa crise. Esta situação de crise do Estado do bem-estar levou a partir dos anos setenta a derrota dos governos sociais democratas e a chegada ao poder dos neoliberais e da direita na Europa. A situação permanece e as políticas neoliberais não conseguem reverter o quadro de crise econômica e social nem nas economias capitalistas desenvolvidas¹

Atualmente, o que se percebe é uma tentativa de reversão das políticas neoliberais (como está acontecendo na Inglaterra e no próprio Estados Unidos) e a resistência à sua aplicação (Japão, Suécia, Áustria, países asiáticos).

A crise não afeta uma região em particular. Por suas características é mundial, superando as anteriores vivenciadas pelo capitalismo nesse século. Hoje, pelo caráter da produção, do mercado e do sistema financeiro, ela atinge a todos os países e regiões, colocando em perigo a estabilidade política, econômica e social do sistema capitalista na sua globalidade.

¹Essa constatação foi confirmada inclusive pelos dirigentes do G-7 na última reunião, em Halifax, no comunicado de 17 de junho próximo passado.

Portanto, em qualquer país, a viabilidade ou não de qualquer reforma política e econômica deve ser pensada nesse contexto de desenvolvimento da economia capitalista mundial, procurando cada país situar-se de acordo com sua realidade política, econômica, sócio-cultural, científica e tecnológica.

No caso do Brasil, as possibilidades, as dificuldades e os desafios a serem enfrentados para viabilizar-se como Estado e Nação autodeterminado, contemporâneo e integrado a realidade mundial, são questões colocadas na centralidade da discussão sobre a definição de qual deve ser o papel do Estado no contexto da sociedade brasileira. Essa é uma definição essencialmente política, cuja discussão deve envolver, permanentemente, toda a sociedade.

Assim, a reestruturação do SPE brasileiro, particularmente da sua área energética e da PETROBRAS, deve ser realizada avaliando essa situação internacional e de que maneira o Brasil com ela se relaciona.

A Reforma do SE brasileiro e da PETROBRAS

Na área energética a situação atual é extremamente desfavorável com questões não resolvidas e que vão se agravando por mais de uma década.

O atual modelo institucional teve suas bases construídas nas décadas de 50 e 60. É centralizador, com excessivo controle governamental, pouco flexível, ignorando e ao mesmo tempo beneficiando-se do quadro de crise econômica que se estende desde a década de setenta.

Impõe-se a necessidade de Revisão Institucional do Sistema Energético brasileiro em qualquer Projeto de Retomada do Desenvolvimento.

Atualmente, qual deve ser o nível de participação do Estado? Quais as mudanças na política de preços e de tarifas? Nível de integração e descentralização do sistema ?

Essas e outras questões devem ser discutidas no processo de reforma do SEB.

Hoje, na área energética, as decisões importantes de planejamento como nível de investimentos, preços, grau de endividamento são decididas externamente às empresas por órgãos do executivo federal, particularmente do Ministério da Economia.

As políticas das empresas energéticas são condicionadas a solução dos problemas da economia brasileira (inflação, déficit público e desequilíbrio do balanço de pagamentos). Esses procedimentos externos interferem na administração, prejudicam naturalmente o desempenho destas empresas e devem ser abolidos na Reforma Institucional do SEB.

Existem duas questões centrais que são consideradas consensuais na avaliação da atual situação da atual situação energética brasileira: a perda da capacidade de financiamento e a falta de investimentos necessários para a sua expansão e a deteriorização do seu desempenho econômico, financeiro, social e ambiental.

Neste contexto é que se deve repensar a situação institucional do SEB e as mudanças necessárias para a sua reestruturação.

Destaque-se que a Reestruturação dos Sistemas Energéticos é um processo mundial. Vem ocorrendo desde a primeira "crise energética" (1973) e coloca-se como uma necessidade tanto nos países industrializados quanto para os países chamados em desenvolvimento. Os energéticos passam a ter custos crescentes, com reflexos no desenvolvimento econômico e social de cada País.

Segundo OLIVEIRA ²

" A deteriorização no desempenho do sistema energético está vinculada às profundas transformações ocorridas nas duas últimas décadas nos planos econômico, tecnológico e geopolítico. De fato, a reorientação dos fluxos de capitais, a pressão ambientalista, a emergência de um novo padrão tecnológico ditado pela informática, pela biotecnologia e pelos novos materiais, bem como o fim do império soviético e a formação de blocos econômicos provocaram uma inflexão na trajetória do sistema energético. O sistema passou de uma dinâmica de custos decrescentes para outra de custos crescentes, provocando fortes impactos sobre a estrutura econômica e social. "

Naturalmente, o Brasil insere-se neste processo mundial com afinidades e especificidades inerentes a sua realidade energética.

As empresas estatais brasileiras, o SP e a PETROBRÁS em particular, devem ser avaliadas a partir de parâmetros de eficiência técnica e administrativa, de acordo com os interesses nacionais, subordinados a um Projeto Democrático de Sociedade Brasileira.

A política defendida pelas instituições financeiras internacionais, particularmente pelo FMI, não pode ser parâmetro para a escolha da natureza do capital das empresas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento social e econômico da América Latina. A desideologização desta questão é condição "sine qua non" para a modernização do atual modelo institucional das empresas estatais e no Brasil.

No caso brasileiro por exemplo, na área energética, são completamente distintas a situação das duas principais empresas estatais do setor energético.

Historicamente, a ELETROBRAS desenvolveu-se com alto grau de intervenção do governo federal na definição de suas políticas. Na área de petróleo, a PETROBRAS, desenvolveu-se com um relativo grau de autonomia, conseguindo tornar-se eficiente, competitiva internacionalmente.

Assim, fica evidente que o bom desempenho de uma empresa não está diretamente relacionado com a natureza do seu capital mais sim com a maneira como é administrada, grau de autonomia e sua eficiência técnica no desempenho das suas atividades-fins.

² referência citada(18)

No que diz respeito ao desempenho do SPE, e particularmente da PETROBRAS, o que se percebe nos últimos anos é um ataque sistemático à empresa, veiculado cotidianamente nos meios de comunicação.

O objetivo é “demonstrar” a incompetência, a ineficiência, a falta de recursos financeiros, etc, da empresa e por consequência a necessidade de quebra do monopólio estatal de petróleo, pois assim seria possível, com a participação da iniciativa privada internacional, resolver “os problemas” do setor petróleo brasileiro.

A repetição exaustiva nos meios de comunicação da “necessidade” de quebra do monopólio para a “modernização” e melhorar a “eficiência” da PETROBRAS é de uma leviandade assustadora. O debate e o espaço nos meios de comunicação são ocupados, massivamente, pelos grupos econômicos interessados. Esse procedimento não interessa a democracia, muito menos a preservação da PETROBRAS.

O desempenho empresarial da PETROBRAS é reconhecido internacionalmente, inclusive no domínio e desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas na exploração e produção em off shore, área de vanguarda da indústria mundial de petróleo³

Por outro lado, essa constatação não é suficiente para a avaliação da PETROBRAS.

Deve-se ainda, no caso de uma empresa estatal, com as características da PETROBRAS, e pelo que ela representa na economia brasileira, questionar de que maneira estão sendo aplicados os lucros da empresa, em que tipo de investimentos, para atender a que prioridades, os principais beneficiados, etc. Ainda, é importante nesse processo, o nível de autonomia da empresa em relação ao Estado

Compreender essas relações é uma necessidade colocada para a análise atual da situação e os desafios a serem enfrentados pela PETROBRAS no sentido de torná-la uma empresa efetivamente pública, voltada aos interesses mais amplos da sociedade.

Uma PETROBRAS mais pública e democrática.

Assim, a avaliação da PETROBRAS envolve, principalmente, interesses de natureza política e econômica, como foram analisados neste trabalho (capítulos 4 e 5), por esta que é a maior empresa brasileira.

Os investimentos anuais são significativos, mesmo com a queda de investimentos a partir de 1985/1986 (até então eram da ordem de 3 a 4 bilhões de dólares/ano), continuam expressivos, embora não suficientes para a implementação do planejamento proposto. A média dos investimentos na década de oitenta foi de US\$2,7 bilhões anuais.

³ O reconhecimento internacional pela liderança tecnológica da PETROBRAS em águas profundas ficou registrado com o recebimento em 1992 em Houston, Texas, na Offshore Technology Conference do Distinguished Achievement Achievement, a maior distinção da indústria mundial de petróleo.

Até o ano de 1988, quando foi aprovada a atual constituição, os interesses daquelas forças que disputavam e detinham o poder de decisão e orientação política na PETROBRAS, convergiam para sua missão institucional de viabilizadora do monopólio estatal de petróleo.

A concepção estratégica era consolidar e porque não ampliar a sua verticalização, como acontece internacionalmente com outras empresas de petróleo, tanto privadas (as que formam o oligopólio), quanto estatais (como na França, Itália, países da OPEP etc) ⁴ O "Plano de Ação do Setor Petróleo" é a última proposta de Planejamento que sustenta essa visão.

O crescimento da pressão neoliberal desde os meados da década de setenta, inclusive em países da América Latina, principalmente no Chile e a Argentina e mais recentemente no México, essas orientações ganham status de política governamental.

Então, a ofensiva neoliberal também é dirigida ao Brasil, e a PETROBRAS, pelo o que representa, tornou-se um dos alvos preferidos.

Na área econômica esta ofensiva estava e continua sendo articulada pelos interesses de grupos nacionais e multinacionais organizados em oligopólios e carteis, ligados aos interesses da indústria petroleira, nos segmentos de exploração, produção, transporte, refino, petroquímica e serviços de terceirização (principalmente os serviços técnicos de alta especialização).

Uma demonstração dessa luta política pelo comando e orientação da PETROBRAS é a rotatividade na presidência, recentemente, no período Collor, bastante acentuada, inclusive alguns comprometidos com o esquema "PP" (nome dado em alusão ao adjunto de Collor, Pedro Paulo Leoni Ramos).

O processo de privatização em curso das subsidiárias da PETROBRAS na área petroquímica ⁵ é um demonstrativo da ofensiva desta política no setor petróleo brasileiro, prejudicando a performance do SP, segundo informações da própria empresa e de consultores internacionais, indo na contramão do que acontece na IMP, como já foi salientado neste trabalho.

Os "lobbies" internos e externos à PETROBRAS, como já foi observado anteriormente, sabem dos grandes interesses econômicos que estão sendo disputados. Articulam-se e

⁴ Também podem ser citadas as majors, por serem empresas historicamente verticalizadas, que continuam ampliando seus interesses empresariais, inclusive fora do negócio petróleo. A partir da década de setenta o acesso direto ao petróleo do golfo pérsico à estas empresas ficou mais restringido em função do crescente processo de nacionalização e de criação de empresas estatais pelos países da região

⁵ A desestatização da petroquímica brasileira favoreceu a formação de oligopólio privado e o Governo Federal nada fez para impedi-lo. O controle da Petroquímica União (PQU) ficou basicamente com a ODEBRECHT. Também a ODEBRECHT juntamente com o Banco Econômico controlam a Companhia Petroquímica do Sul (COPESUL), central de matérias primas do Rio Grande do Sul e a COPENE, central de matérias primas do Nordeste.

Coloca-se a necessidade urgente de estabelecimento de mecanismos que evitem ou minimizem os efeitos da formação deste oligopólio em benefício do setor petroquímico e da economia nacional.

O ANEXO 7 faz um diagnóstico do processo de privatização do SP e uma análise da situação atual da petroquímica brasileira.

rearticulam-se com objetivos definidos. Pressionam o executivo e o legislativo e transitam com desenvoltura no Congresso Nacional e nos meios de comunicação

O governo atual do presidente Fernando Henrique Cardoso coloca a questão energética como um dos principais problemas a serem enfrentados para a viabilização do seu projeto.

A relevância do setor petróleo nesse contexto, que representa 29% da demanda energética brasileira e também pelo que representa globalmente na economia brasileira, coloca a necessidade de discussão dos rumos da indústria de petróleo nacional.

Particularmente, no caso da PETROBRAS, deve ser avaliada sua natureza pública, via mecanismos institucionais e com participação da sociedade civil. Principalmente, nesse momento de questionamento da empresa por setores da sociedade, que advogam a abertura do mercado petrolífero a outras empresas, além da PETROBRAS.

Deve-se ainda, através desses mecanismos institucionais, com representação dos setores relacionados com o desenvolvimento da indústria de petróleo brasileira, criar mecanismos de decisão para a discussão, formulação e implementação da política de petróleo nacional.

A avaliação da experiência do antigo CNP (extinto no período Collor) é um importante ponto de referência para a criação dessa nova estrutura. A atual, do Departamento Nacional de Combustíveis (DNC), criada em substituição ao CNP, não satisfaz a obrigação constitucional, de a existência de um Organismo de Regulação e Controle da política de petróleo do país.

A participação de representantes do governo federal (executivo e legislativo), da PETROBRAS (direção e trabalhadores) e outros da sociedade civil (a depender de cada situação) deve orientar a composição de qualquer estrutura de decisão ou consulta sobre a formulação dessa política.

Quanto ao acompanhamento do desempenho empresarial da PETROBRAS, O CG é um instrumento adequado, considerando as observações efetuadas neste trabalho.

A história empresarial da PETROBRAS, empresa criada no auge do populismo e consolidada na época do regime militar, é de uma empresa voltada (pelo menos até recentemente) para atender a um projeto de industrialização do país, conseguindo ao longo de sua trajetória criar um padrão gerencial, comprometido com um sistema de mérito e concurso para atender suas necessidades de recursos humanos.

Fez ainda, investimentos significativos nas áreas de treinamento de pessoal, desenvolvimento científico e tecnológico, atrelada com Universidades e outras Instituições de Pesquisa nacionais e internacionais.

Sobre o desempenho da PETROBRAS, pode-se afirmar que globalmente ela tem realizado suas funções de acordo com a tendência da Indústria Mundial de Petróleo, procurando adequar-se aos desafios colocados pelo planejamento empresarial, demanda do mercado, desenvolvimento científico e tecnológico da indústria petrolífera.

As características da indústria petrolífera, o fato de que a PETROBRAS ter conseguido se viabilizar como empresa verticalmente integrada, deu-lhe possibilidades comparativas em relação às outras empresas estatais brasileiras.

A PETROBRAS durante a sua existência desenvolveu uma estrutura técnico-administrativa moderna, capaz de competir internacionalmente.

O exercício do monopólio pelo Estado brasileiro, via PETROBRAS, permitiu controlar todo o fluxo da cadeia petrolífera, da produção/reservas até o refino e o mercado.

A empresa é responsável pela importação, refino, distribuição de derivados e tem subsidiárias na área petroquímica e na comercialização de derivados de petróleo..

As reservas de petróleo continuam sendo os principais ativos das empresas de petróleo.

A política de investimentos da PETROBRAS tem sofrido restrições, desde 1986, repercutindo principalmente nas atividades de exploração e produção da empresa. Essa situação prevalece em razão da persistência da crise econômica brasileira e da política do governo federal, iniciada já no governo Sarney e levada ao extremo no período Collor, em relação ao SP. Mesmo nesse ambiente adverso aumentam as reservas e a produção brasileiras de petróleo, fruto da política implementada pela PETROBRAS desde 1979, no desenvolvimento de novas tecnologias de avaliação de reservas e de produção de petróleo em águas profundas, com resultados que colocam o Brasil na vanguarda das atividades em off shore da indústria de petróleo mundial:

- descoberta de petróleo sob lâmina d'água de 1565 metros - produção de petróleo sob lâmina d'água de 781 metros,
- instalação de oleoduto sob lâmina d'água de 705 metros - ancoragem de unidade semi-submersível em lâmina d'água de 625 metros - instalação de monobóia em lâmina d'água de 405 metros.

Atualmente o poço de petróleo mais profundo do país funciona a 1.027 metros sob o nível do mar, na bacia de Campos.

A incorporação de novas reservas oriundas dos campos gigantes em águas profundas de Albacora, Marlim e Barracuda, no litoral do Estado do Rio de Janeiro demonstrou o acerto do direcionamento da política da empresa para o mar.

Em 1989/90, mesmo com o corte de investimentos iniciado em 1988, houve crescimento das reservas de petróleo, graças à descoberta e ao desenvolvimento de novos campos, no Pólo Nordeste da Bacia de Campos e Canto do Amaro na Bacia Potiguar, contribuição importante para que a produção nacional em 1992 chegasse a 653.000 barris/dia de óleo e 19,1 milhões de metros cúbicos dia de gás natural.

Apesar da crise enfrentada pela PETROBRAS, foram ampliadas as reservas brasileiras de petróleo e gás natural em 1992, registrando-se o maior acréscimo bruto às reservas da PETROBRAS: 823 milhões de barris de óleo e 18,7 bilhões de metros cúbicos de gás natural.

Assim, as reservas totais atingiram 10 bilhões de barris de óleo equivalente, dos quais 4,5 bilhões são reservas provadas. Deste total, 60% e 42% das reservas provadas se encontram sob lâminas d'água superiores a 400 metros, considerando as descobertas dos campos gigantes de Marlim, Albacora e Barracuda. A proporção da produção em terra e mar é respectivamente 30% e 70%.

As reservas atuais, principalmente as descobertas dos campos gigantes, aliada a competência técnica da PETROBRAS, abre a possibilidade da autosuficiência petroleira, se for da conveniência do país.

Atualmente as reservas comprovadas de óleo e gás natural no Brasil perfazem 4,2 bilhões de barris, as potenciais alcançam 10,5 bilhões de barris e as estimadas totalizam 20 bilhões de barris.

A distribuição geográfica das reservas em janeiro de 1995 era a seguinte: bacia de campos (480 mil barris/dia), bacia potiguar (101 mil barris/dia), a bacia do recôncavo (67 mil barris/dia) e a de Serjipe (41,5 mil barris/dia). Ainda se produz no Amazonas (16 mil barris/dia), Paraná (12 mil barris/dia), Espírito Santo (9.600 barris/dia), Alagoas (4.600 barris/dia), São Paulo (3700 barris/dia) e Santa Catarina (191 barris/dia).

A produção diária é de 740 mil barris por dia (fev/95), a importação corresponde a 42,8% do consumo no ano de 1994. A estrutura de refino das 11 refinarias da PETROBRAS tem capacidade instalada para 1,5 milhão de barris/dia, processam diariamente 1,4 milhão de barris.

A PETROBRAS durante sua existência investiu US\$80 bilhões na formação e desenvolvimento da indústria de petróleo nacional, com reflexos positivos na em outras atividades industriais e na economia brasileira em geral. Desses investimentos US\$70 bilhões foram provenientes dos lucros da própria empresa. Dos US\$10 bilhões investidos pelo governo, 92% foram resultados das atividades provenientes da PETROBRAS (impostos, taxas, reinversão de dividendos, etc)⁶

O patrimônio industrial da empresa em refinarias, plataformas, oleodutos, navios, centros de pesquisa, etc. é avaliado em 60 bilhões de dólares. O número de funcionários da empresa é de 47.500 mil.

A PETROBRAS, segundo a revista FORTUNE (1993), é a única empresa brasileira no ranking das 500 maiores do mundo, ocupando a 89ª posição.

⁶ É interessante comparar os investimentos totais da PETROBRAS com os investimentos totais das empresas multinacionais no Brasil, incluindo os reinvestimentos. Esses totalizam somente US\$72,5 bilhões, no universo de 6.300 aplicações destas empresas.

Na classificação da "Petroleum Intelligence Weekly" (o "índice PIW", que leva em conta uma combinação de fatores, a saber: reservas e produção de óleo e gás, capacidade instalada de refino e venda de derivados), a PETROBRÁS classifica-se em 17 lugar no total geral daquela publicação. Ocupando o 18 lugar entre as produtoras de óleo, 38 entre as produtoras de gás, 10 em capacidade de refino, 12 em vendas, 15 em patrimônio, 21 em reservas de óleo e 36 em reservas de gás.

O faturamento anual bruto da PETROBRÁS em 1994 foi de US\$18,361 bilhões de dólares, o líquido de US\$13,721 bilhões de dólares, com um lucro líquido de US\$1,743 bilhão.

A política de preços é um dos maiores problemas a serem enfrentados pela PETROBRÁS na sua relação com o Governo.

Normalmente, o preço do barril nacional é igualado ao importado, entrando na estrutura de preços dos derivados como custo da matéria-prima. Quanto aos preços dos derivados de petróleo e gás natural são fixados pelo Governo para atender aos objetivos de política econômica.

Essa situação cria um quadro de instabilidade permanente para a PETROBRÁS e todo o SP. Os períodos de maior dificuldade para a empresa são aqueles quando coincidem com os aumentos nominais do preço internacional de petróleo e alta inflação da economia brasileira.

A questão de dependência versus autonomia empresarial da PETROBRÁS será equacionada com uma maior autonomia da empresa em relação ao executivo federal. O CG, já analisado e comentado anteriormente, é um instrumento de planejamento, que se realizadas as mudanças apontadas neste trabalho, pode equalizar satisfatoriamente esses problemas. O CG deve explicitar o planejamento da empresa, com metas discutidas com o governo e a sociedade civil, de maneira democrática e transparente.

Qualquer reforma democrática do SPE brasileiro e da indústria de petróleo em particular, deve ter na PETROBRÁS um elemento de referência, pelo seu desempenho e estrutura empresarial, capacidade de alavancagem em vários segmentos da indústria e pelo aporte de conhecimento técnico e científico já desenvolvido, acumulado e potencial.

Assim, as transformações necessárias na busca da eficiência técnica e administrativa da PETROBRÁS e do seu Sistema em geral e qualquer outro questionamento à empresa e o SP não devem ser discutidas apenas na visão restrita empresarial, mais também de maneira mais ampla nos seus desdobramentos político, econômico e social, por tratar-se de uma empresa estatal, cuja lógica não pode ser apenas a do lucro empresarial (apesar deste ser importante como elemento de viabilização da própria empresa).

A estratégia empresarial da PETROBRÁS e do SP deve fazer parte de uma Política Energética mais abrangente, subordinada a estes interesses acima mencionados, articulada a um conjunto de Políticas Públicas que inicie e assegure a continuidade desse processo Político de Transformação da Sociedade e do Estado no Brasil.

O momento atual é importante para definir o futuro e a trajetória a ser perseguida pelo SP e a própria PETROBRÁS.

Em geral, o que se percebe da análise estrita do SP é um considerável grau de maturidade deste Sistema, clareza de objetivos e dos desafios a serem perseguidos nacionalmente e internacionalmente, considerando inclusive as dificuldades a serem enfrentadas no atual processo político e os desafios a curto prazo: preservação da PETROBRAS e as dificuldades de realização dos investimentos programados pelo Planejamento Estratégico da empresa.

Apesar dos conflitos, tem-se afirmado nos últimos anos uma tendência de maior abertura da empresa nas suas relações com a sociedade.

A partir de 1985, ampliou-se na discussão da nova constituição(1988) e nas recentes polemicas travadas em torno da manutenção ou não do monopólio estatal de petróleo e que se desenvolve atualmente (primeiro semestre de 1995) de maneira mais contudente, com as propostas governamentais de Reforma do Estado brasileiro encaminhadas pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

Naturalmente, esse não é um processo linear. A atividade da indústria petroleira, na dimensão desenvolvida pela PETROBRAS é permanentemente conflituosa, tanto nas relações sociais e trabalhistas que a empresa desenvolve, quanto na sua relação intrínseca com o meio ambiente.

As greves recentes da categoria petroleira (principalmente a de maio/95) constataam o quanto são problemáticas as relações entre a direção da empresa, os trabalhadores e o governo federal.

Conflitos inerentes às relações entre capital e trabalho, como em qualquer empresa capitalista, atualmente exacerbados na discussão sobre o futuro da empresa, particularmente pela falta de uma proposta política (a do governo anterior não foi reconhecida pelo atual, apesar do presidente da PETROBRAS ser o mesmo e governo ser de continuidade) que contemple os interesses dos dirigentes e trabalhadores da empresa.

O processo em curso no Congresso Nacional, clarificou mais ainda essas posições divergentes, inclusive entre os grupos de interesses que historicamente gravitam em torno da empresa.

Cabe ainda destacar, alguns resultados expressivos nos 40 anos da história da PETROBRAS.

Sempre foi uma empresa que deu lucro para os seus acionistas. Em 1994, o lucro líquido foi de US\$1,7 bilhões, o segundo maior de toda a sua história, proporcionando impostos indiretos da ordem de US\$4 bilhões.

O abastecimento de combustíveis no país nunca foi interrompido, mesmo durante as “crises energéticas” ou os conflitos armados no golfo pérsico.

Hoje 10 milhões de brasileiros dependem direta ou indiretamente da indústria do petróleo no Brasil. São 5 mil prestadores de serviços e 2 mil fornecedores de materiais, que geram cerca de 3 milhões de empregos. O mercado interno absorve 93% dos gastos da PETROBRAS.

Nos quarenta anos da empresa a produção diária de petróleo aumentou de 2.700 barris em 1954 para um valor médio em torno de 750 mil barris, no ano de 1994. As reservas atuais, mantida a relação de consumo, são suficientes para 37 anos.

Atualmente a PETROBRAS desenvolve contratos em vários países . A BRASPETRO desenvolve atividades de exploração, perfuração e produção de óleo e gás natural em Angola, Argentina, Colômbia, Equador, EUA, Líbia e Reino Unido.

Assim, as evidências levam a conclusão de que o Monopólio Estatal na área de petróleo no Brasil, exercido constitucionalmente pela PETROBRAS, não foi um entrave ao desenvolvimento da economia brasileira, ao contrário, serviu de estímulo, foi importante para o desenvolvimento de segmentos básicos e de tecnologia de ponta da indústria nacional e dinamizador de outros setores da economia, sendo ainda rentável para os seus acionistas.

A proposta de emenda à Constituição que retira a PETROBRAS como executora do monopólio estatal da União, atende a uma orientação de natureza política para atingir objetivos de política econômica e não se relaciona com o desempenho empresarial da PETROBRAS.

Finalmente, a política do setor petróleo deve estar articulada à política energética nacional, para atender a um modelo de desenvolvimento democrático e ambientalmente defensável.

Esses são os desafios colocados para a PETROBRAS no sentido de preservá-la e transformá-la em uma empresa efetivamente pública, voltada para os interesses de toda a sociedade brasileira.. *de maioria.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDULIN, F; 1983; Exploração de Petróleo e de Gás, ed. Mir Moscou, URSS

AIE/COPPE; 1986; Energia e desenvolvimento. Quais os desafios? Quais os métodos?
ed. Marco Zero, Rio de Janeiro.

ARRUDA, J.J.A; 1988; A revolução industrial, ed. Ática S.A, São Paulo.

AYOUB. A.; 1993; Le pétrole: Économie et politique conférence au collège de France
in textos para discussão, Forum de Ciência e Cultura/UFRJ

BICALHO, L.C; s/d , O capital - resumo literal, condensação dos livros 1,2 e 3, editora
Novos Rumos.

BOA NOVA, A.E; 1985; Energia e classes sociais no Brasil editora Logola, São Paulo.

BOBBIO, N.; Bovero, M; 1986; Sociedade e estado na filosofia política moderna,
editora brasiliense, São Paulo.

BOBBIO N.; 1992; Estado, Governo, sociedade; por uma teoria geral da política, editora
Paz e Terra, Rio de Janeiro.

_____ 1994; As ideologias e o poder em crise, ed. Universidade de Brasília,
Brasília.

BOBBIO, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G.; 1993; Dicionário de política, editora
universidade de Brasília, Brasília.

BOLETINS DA AEPET, 1994, ATÉ JULHO/1995.

BOURGEOIS, B; Martin, J.M; 1991; El petroleo substituto del petroleo: los efectos del
progreso tecnologico sobre la produccion petrolera, Desarrollo e Energia, vol 1, n 2,
191-209.

BONAVIDES, P.; 1980; Do estado liberal ao estado social editora Forense, Rio de
Janeiro.

BOUSSENA, S.; 1993; L'opep dans le nouveau contexte petrolier; quelle strategie?,
texte d'une conference presentee a l'IFP, França.

BRANT, V. C. (Coord.); 1990; Paulinia: Petróleo e Política, ed. Gráfica Palas Athena,
Campinas e São Paulo.

BRICALL, J.M.; 1979; A planificação econômica, ed. Salvat, Rio de Janeiro.

BROWN, L.R.; 1983; Por uma sociedade viável, ed. Fundação Getúlio Vargas; Rio de
Janeiro.

CALABI, A.S. et ali; 1983; A energia e a economia brasileira, ed. FIPE/LIVRARIA
PIONEIRA, São Paulo.

CARNOY, M.; 1990; Estado e teoria política, ed. Papyrus, São Paulo.

CARVALHO, G.,; 1977; Petrobrás: do monopólio aos contratos de riscos, editora
Forense - Universitária, Rio de Janeiro.

CASTRO, F.; 1983; A crise econômica e social do mundo, ed. Codecri, Rio de Janeiro.

CHAPMAN, K.; 1991; The international Petrochemical industry: evolution and location,
ed. Blackwell, U.S.A.

COHN, G.; 1968; Corpo e alma do Brasil - petróleo e nacionalismo, ed. Difusão européia
do livro, São Paulo.

Comissão de infra-estrutura; 1991; Políticas de preços da energia no Brasil, (seminário),
Brasília.

CONTRERAS, E. C. A.; 1992; Elites empresariais do estaso como atores políticos no
brasil industrial: as lideranças do sistemas petrobás, tese de doutorado, IUPERJ, Rio de
Janeiro.

DEBEIR, J.C. ET ALLI, 1993, Uma História da Energia, trad.Sérgio Brito.Editora UNB,1993

DIAS, J. L. de M.; Quaglino, M.A.; 1993; A questão do petróleo no Brasil, uma história da Petrobrás, Fundação Getúlio Vargas - Petróleo Brasileiro.

DUMONT, R.; 1989; Um mundo intolerável. O liberalismo em questão, Ed. Revan, Rio de Janeiro.

DOBB. M.; 1974; A evolução do capitalismo, editora jahar, Rio de Janeiro.

DÓRIA, P.R.; 1976; Energia no Brasil e dilemas no desenvolvimento; a crise mundial e o futuro, editora vozes, Rio de Janeiro.

FRANKE. M.; 1993; Petróleo tem futuro no Brasil, mas é preciso mudar, editora Mcklausen, Rio de Janeiro.

FERNANDES, F.; 1972; Sociedades de classes e subsenvolvimento, editora jahar, Rio de Janeiro.

FERREIRA., O.S.; 1986; Os 45 cavaleiros húngaros: Uma leitura de Antônio Gramsci, editora Universidade de Brasília, Brasília.

FGV; 1994;A reforma na américa latina: casos análises comparativas de avaliação, RAP, julho/ setembro 1994, vol. 28, no 3.

Fontes energéticas Brasileiras: inventario/tecnologia-Petróleo; 1987; vols. 1-4, editora Brascesp Engenharia, Rio de Janeiro.

FURTADO, C.; 1986; Teoria e política do desenvolvimento econômico, editora Nacional, São Paulo.

_____ 1991; Os ares do mundo; ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

_____ 1992, A construção interrompida, ed. Paz e Terra, ed. Rio de janeiro

GALBRAITH, J.K.; 1994; Uma viagem pelo tempo econômico: um relato em primeira mão, ed. Pioneira, São Paulo.

GIRAUD, André e BOY de la Tour, Xavier ; 1987; Géopolique du Pétrole et du Gaz, ed. Techinp, Paris.

GOLDEMBERG, J. et ali; 1988; Energia para o desenvolvimento, editora T.A. Queiroj, São Paulo.

GRAMSCI, A.; 1988; Os intelectuais e a organização da cultura, editora civilização brasileira, Rio de Janeiro.

GUIMARÃES, Cintia C. N. L.; 1987; A evolução do grupo Petrobrás - 1970/87 in: DE PAULA, Tomás Bruginski (coord) - O Financiamento das Empresas Estatais. IESP/FUNDAP.

HOBSBAWN, E; 1968; Da revolução industrial inglesa ao imperialismo, ed. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

.....; 1979; As origens da revolução industrial, ed. Gobar, São Paulo.

HOLANDA, S. B.; 1994; Raízes do Brasil, editora José Olympio, Rio de Janeiro.

HUNT, E. K., Sherman, H. J.;1991; História do pensamento econômico, ed. Vozes, Rio de Janeiro.

IANNI, O.; 1988; Dialética capitalismo- ensaio sobre o pensamento de Marx, ed. Vozes, Rio de Janeiro.

_____ 1989; O estado e capitalismo; editora brasilense, São Paulo.

Instituto de economia industrial; 1988; Textos selecionados - Teoria econômica, URRJ/IEI.

IPEA/INPES; 1989; Perspectivas da economia brasileira, Serviço editorial do Ipea, Rio de Janeiro.

IPEA/IPLAN; 1989; Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas, serviço editorial, Rio de Janeiro.

MARANHÃO, R., 1993, Capital Estrangeiro e Estado na Eletrificação Brasileira. A LIGHT, 1947-1957, tese de doutorado, USP, São Paulo.

KOZULJ, R.; 1991; Política de precios de los hidrocarburos: un estudio comparativo de los casos de argentina y Brasil 1970-1989, Desarrollo y energia, vol. 1, n 2, 127-189.

----- 1994; La evolucion del sector petrolero desde la desregulacion : Inversion publica y rentabilidad privada. revista da FB, vol 3, n 5, 95-116.

LAFER, Celso; 1975; O Planejamento no Brasil - Observações sobre o Plano de metas (1956-1961). Lafer, Betty Midlin (ed) Planejamento no Brasil, Debates Economia, ed. Perspectiva, 3. ed. São Paulo.

----- 1975; O sistema político brasileiro, editora perspectiva. São Paulo.

LAMOUNIER, B; 1992; Ouvindo o Brasil- uma análise da opinião brasileira hoje, ed. Sumaré, São Paulo.

LAPOINTE, A. Raynaud, D; 1990; La rente petroliere et son partage, Centre d'études en administration internationale - Canadá.

LOBATO, M.; 1959; Os escândalos do Petróleo e ferro, editora brasiliense, São Paulo.

LIMA, J. L.; 1984; Estado e energia no Brasil, editora IPE?USP. São Paulo.

LIMA, M.; 1975; Petróleo, energia elétrica. siderurgica: a luta pela emancipação, editora Paz e Terra, Rio de Janeiro.

MAGALHÃES, M. A. E; 1991; Crise do welfare; "a receita" italiana em debate, Rio de Janeiro.

MANNERS, G.; 1967; Geografia da energia, ed. Jahar, Rio de Janeiro.

MARINHO. Jr., I. P.; 1989; Petróleo, política e poder ed. José Olímpio, Rio de Janeiro.

MARTINS, L; 1991; Estado capitalista e burocracia no Brasil, pág. 64, ed. Paz e Terra, São Paulo.

- MANGABEIRA, F. 1964, Imperialismo. Petróleo, Petrobrás, ed. jahar, Rio de Janeiro.
- MIRANDA, M. A. I.; 1983: O petróleo é nosso - a luta contra o "entreguismo", pelo monopólio estatal, editora vozes, Rio de Janeiro.
- M.M.E; 1994; Balanço energético nacional.
- MOREIRA, V.; 1987; A ordem jurídica do capitalismo, editora Camino Lisboa.
- MOURA, A. S (Org.); O estado e as políticas públicas na transição democrática, ed. Revista dos Tribunais, Recife.
- NUNES, A. J.A; 1988; Teoria económica e desenvolvimento económico, editora Caminho, Lisboa.
- NETO, E. C; 1959; A batalha em torno da Petrobrás, vol. 21, 1-8.
- OBIOLS, J. M.; 1979; Crise energética e recursos naturais, ed. Salvat, Rio de Janeiro.
- O'CONNOR, H.; 1962; O petróleo em crise, ed. jahar, Rio de Janeiro.
- O'CONNORS, J.; 1977, USA: a crise do estado capitalista, ed. Paz e Terra.
- ODELL, P.R., 1966; Geografia económica do petróleo, editora jahar.
- OLIVEIRA, Adilson.; 1978; Petrobrás: uma estratégia de submissão, caderno de tecnologia e ciência, n 1, 21-33.
- ; "Internacionalisation du capital e developpment economique: L'Industrie petroleire au Bresil". (tese de doutorado).
- OLIVEIRA, Amaury P. de 1979; The political nature of oil Pricing in Revista Brasileira de Política Internacional, vol. XXII, n 85-88.
- s/d; Comentários de Rotterdam, análises quinzenais sobre petróleo e energia, de 28/02/81 a 30/12/86, circulação restrita.
- 1988; O Gás natural: Uma energia civilizante?, Fundação Alexandre de Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Brasília.

OLIVEIRA, E. R.: 1994, De Geisel a Collor- forças armadas. transição e democracia, ed. Papirus, São Paulo.

OHLWEILER, O.A.; 1953; O monopólio estatal do petróleo no Brasil, revista Brasileira, vol.19, 21-39. petróleo no Brasil.

OLADE; 1991; Bases para uma estratégia energética de América Latina e el Caribe para e a década de los noventa. Desarrollo y Energia, vol. 1 n 2, 1-47.

Organização e pesquisa do disat; 1989; Morte lenta no trabalho, ed. Oberé, São Paulo.

O SETOR PETROLÍFERO ARGENTINO E BRASILEIRO - contextualização e comparação: 1994: caderno de energia, Forum de Ciência e Cultura ,UFRJ.

PARTIDO TRABALHISTA (Inglaterra); 1994; A estratégia do partido trabalhista para o sucesso industrial (Labour's strategy for industrial success).

PEDRÃO, F; 1991; Uma introdução à pobreza das nações, ed. Vozes, Rio de Janeiro.

PERCEBOIS, J.; 1989; Économie de L'Energie, ed. Econômica, Paris, França.

PEREIRA, O. D.; 1974; Multinacionais no Brasil - aspectos sociais e políticos, ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

PEREIRA, L. C. B.; 1994; Desenvolvimento e crise no brasil: 1930- 1983, ed. brasiliense, São Paulo.

PETROBRAS, 1989, Legislação do petróleo/compilação, índices e notas pelo serviço jurídico da Petrobrás.

-----1993; Contribuição da petrobrás para o desenvolvimento do país

----- 1993; Análise do setor petróleo.

----- 1994; A grande parceria: sociedade e petrobrás, Petrobrás.

----- 1994; Sistema Petrobrás diagnóstico e perspectiva

PIACENTINI, P.; 1984; O mundo do petróleo, editora Tricontinental, Lisboa.

PÓS-NEOLIBERALISMO: as políticas sociais e o Estado Democrático, 1995, org. Emir Sader, Pablo Gentili, editora Paz e Terra, Rio de Janeiro

PRADO, Jr.; C.; 1973; Formação do Brasil Contemporâneo, editora Brasiliense, São Paulo.

PRADO, Sérgio R.; 1985; Descentralização do aparelho de estado e empresas estatais: um estudo sobre o setor público descentralizado brasileiro. IE/UNICAMP - tese de mestrado.

PIEREDDU, G.; 1990; Energia Nell'analisi economica, ed. Fraco Cingeli, Milão.

PINHO, P.A.A.G.; 1992; A empresa integrada de petróleo- promotora de desenvolvimento, monografia, Escola Superior de Guerra/DE

PREBISCH, Raul; 1986; El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas in: Desarrollo Economico. vol. 26, n 103. Octubre/diciembre.

REIS F. W., O'donnell, G. (Org.); 1988; A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas, ed. Revista dos Tribunais, São Paulo.

RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E OS PETROLEIROS, 1995, Sindipetros: CPS/CUBATÃO/MAUÁ/SJC/SP.

RIOUX, J. P.; 1975; A Revolução Industrial: 1780/1880, ed. São paulo Pioneira, São Paulo.

ROSA, L. P; 1984; Energia e Crise, ed. vozes, Rio de Janeiro.

SACHS, I.; 1986, Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento, ed. Revista dos Tribunais, , São paulo.

SILVA, F. G.; 1985; micro e macro economia: Um enfoque crítico, ed. vozes, Rio de Janeiro.

SHERWOOD, R. M.; 1992; Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico, ed. Universidade de São Paulo, São Paulo.

SKIDMORE, J.; 1991; Brasil: De Castelo e Tancredo, ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

SMITH, P. S.; 1978; Petróleo e política no Brasil moderno, ed. da universidade de Brasília e Artenova.

SOARES, A. R.; 1991; Formação histórica e papel do setor estatal da economia brasileira 1930-1989, ed. Lume, São Paulo.

SOBRINHO B. L. e outros: 1994; Em defesa do interesse nacional:- desinformação e alienação do patrimônio público, ed. Paz e Terra, São Paulo.

STAGNI, A.S. de; 1983; Claves para una politica petrolera nacional - el vaciamento de Y. P. F., ed. Theoria, Buenos Aires.

SUZIGAN. W., e outros: 1974; Crescimento industrial no Brasil - incentivos e desempenho recente, Rio de Janeiro.

TANGER, M.; 1972; Os trustes petrolíferos e os países subdesenvolvidos, editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.

TÁVORA, G. J.; 1955; Petróleo para o Brasil, ed. livraria José Olympio.

TOLIPAN, R., Tinelli A.C.(Org.); 1978; A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento, ed. zahar. Rio de Janeiro.

TRISSOT, B. et ali, 1979, El petróleo in México y el mundo, editora ciencia y desarrollo, México.

TREVISAN, M. J.; 1986; 50 anos em 5...a FIESP e o desenvolvimentismo, ed. vozes, Rio de Janeiro.

VILLELLA, Anibal Villanova; 1984; Empresas do Governo como instrumento de política econômica: os sistemas SIDERBRÁS, ELETROBRÁS, PETROBRÁS e TELEBRÁS, IPEA/INPES.

VIANNA M. L. T. W.; 1991: Benefícios privados, vícios públicos considerações sobre o liberalismo à brasileira, Rio de Janeiro.

MOREIRA, Vitor, 1970: A batalha do petróleo brasileiro, editora civilização brasileira, Rio de Janeiro.

WEFFORT, F. C.; 1989: Os clássicos da política 1 e 2, ed. Ática, São Paulo.

WERNECK, Rogério L.F.; 1987 - Empresas estatais e política macroeconômica, ed. Campus.

WILLIAMS, Bob: 1991: U.S. Petroleum Strategies in the decade of the environment ed. Pennwell, Oklahoma.

WOLFF, R. P; 1989; A miséria do liberalismo, ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

YERGIN, D; 1993; O petróleo, uma história de ganância, dinheiro e poder, ed. Scritta, São Paulo.

ANEXO

1. *Getúlio Vargas e a criação da PETROBRAS (depoimento de Rômulo Almeida)*
2. *Evolução Institucional da PETROBRAS*
3. *Empresas do Sistema PETROBRAS*
4. *Programa de Governo Reforma do Estado. A opinião dos candidatos a presidencia da República Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola(Jornal do Brasil, 17/7/94)*
5. *Plano Estratégico do Sistema PETROBRAS(1992-2001)*
6. *Programa de Investimentos da PETROBRAS*
7. *O Processo de Privatização e o Sistema PETROBRAS*
8. *Tecnologias Disponíveis para fornecimento do Projeto de Engenharia Básica pelo CENPES.*
9. *Desenvolvimento Tecnológico da PETROBRAS. Principais Resultados*
10. *Restruuturação da PETROBRAS: opinião dos trabalhadores.*
11. *Relatório da Comissão Especial - Monopólio do Petróleo. Proposta de Emenda à Constituição no 6 de 1995. Sem revisão, 26/04/95*
12. *A Trajetória da Indústria Mundial de Petróleo. Principais Acontecimentos(1859 - 1990)*

ANEXO I

A POSTURA DE GETÚLIO E A LUTA EM TORNO DO PROJETO PETROBRAS.

-Depoimento de Rômulo Almeida no livro RÔMULO: VOLTADO PARA O FUTURO, realizado pela Associação dos Sociólogos do Estado da Bahia. 1986.

Como é que ele analisava a conjuntura política e econômica e os políticos que interagiam, e a conjuntura?

Bom, isso é uma resposta difícil. O que eu acho é o seguinte: Eu não o conheci de perto no primeiro governo, quando se tornou famoso pela capacidade na manobra política. Parecia no segundo governo estava muito mais preocupado com a administração do que com a política. Estaria um pouco cansado de dar muito tempo à intriga política e então, eu acho que nisso houve uma certa mudança nele. Acho que ele se preocupava em deixar uma grande obra de governo, fazer uma política que deixasse raízes e avançasse socialmente. Claro, ele tinha também contatos políticos, e um grupo de amigos, e eram amigos políticos, que faziam muitos contatos. Começava pelo Chefe de Gabinete, que era o Lourival Fontes, filho de Sergipe e grande cabeça. Era o último a ser recebido de manhã, porque passava a noite conversando política e dormia até tarde. Osvaldo Aranha era outra grande freqüência na intimidade do Presidente. Outro, era o Maciel Filho, um homem de que ele também gostava porque contava muitos casos. Tinha uma fama um pouco duvidosa, a fama de ser um pouco aproveitador do governo, mas parece que, em fidelidade ao amigo, portou-se bem pelo menos no último governo. Enfim, ele tinha lá suas amizades mais chegadas, era gente que privava mais. A própria Alzirinha era uma confidente freqüente, politicamente estava sempre muito ativa. Afinal, além dos ministros, recebia políticos. Mas o tempo que ele dedicou à política me pareceu que foi pouco no segundo governo. Ele poderia ter evitado, talvez, a crise, se ele se dedicasse mais, mas eu sentia que talvez ele já estivesse cansado disso. Quando ele morreu já estava com 71 anos. Eu o imagino pensando: — Olhe, não tenho mais interesse pessoal no futuro, não tenho mais que estar perdendo meu tempo, dando consideração a esse pessoal. Então, ele dedicava menos tempo a essa política, em que era muito hábil. Antigamente ele era conhecido como raposa, o sujeito que sabia dos fatos, tinha grande capacidade para tratar as pessoas, para agradar, para envolver, inclusive para desfazer inimizades. Os adversários, sempre que ele podia, contentava de alguma maneira, para desarmar, contanto que as pessoas não fossem perigosas para o seu poder. Agora, naturalmente, ele formou inimigos como o nosso Otávio Mangabeira e aí não tinha jeito. O sujeito que tinha uma oposição assim sistemática, queria derrotar, destruir de qualquer maneira, aí não tinha jeito.

Dr. Rômulo, existem dúvidas, por exemplo, o que Getúlio queria com o Projeto da PETROBRAS? Inclusive alguns autores consideram até meio privatista o projeto. Nós queríamos saber sua opinião sobre isso, se realmente ele desejava o monopólio, ou de certa forma deixava uma oportunidade para a participação estrangeira?

Eu acho que vocês precisam consultar os textos desses autores, alguns até razoáveis, mas, que foram realmente induzidos por uma discussão mal colocada. Vocês devem confrontar a opinião deles com os textos da mensagem e do projeto primitivo da PETROBRAS. Por exemplo, a questão do monopólio. Na verdade, o projeto primitivo não falava em monopólio expressamente, mas estabelecia que toda a área do território nacional era automaticamente reservada como se a PETROBRAS estivesse automaticamente autorizada a fazer prospecção e produção em toda a área do território nacional. Por outro lado, naquela época havia uma legislação anterior que não permitia nenhuma participação estrangeira e esta legislação não foi alterada. Ela iria ser alterada pelo "Estatuto do Petróleo" que foi proposto no governo Dutra (21). Na verdade, a maioria do Congresso era favorável a essa alteração, através do Estatuto do Petróleo, que foi um dos instrumentos da coalisão entre a UDN e o governo Dutra, mas encontrou resistência, em parte, desse pessoal do DASP, internamente dentro do governo. Esse pessoal do DASP dizia: Não, nós temos dinheiro nós podemos fazer a refinaria e comprar os petroleiros, e com isso vamos resolver o problema do Petróleo. Isso era um equívoco, mas era um equívoco politicamente útil, para evitar o Projeto do Estatuto. Por outro lado houve a campanha de rua do "petróleo é nosso". Mas, então, no projeto de Getúlio não havia expressão, menção expressa a monopólio estatal, porque, em primeiro lugar essa menção era desnecessária e essa menção também criaria dificuldades para a idéia que se tinha, que a PETROBRAS pudesse entrar em acordo com o governo da Bolívia e do Peru, para explorar petróleo nesses países. Tendo um monopólio estatal, esses países iriam pular. Essa era a idéia. Essa idéia eu transmiti ao líder do governo, Capanema, em nome do Presidente. A empresa era aberta à associação privada no projeto primitivo mas, em primeiro lugar, era preciso que as pessoas fossem brasileiras e havia pessoas jurídicas que eram brasileiras mas se tivesse maioria estrangeira não podia, a não ser no caso de ações preferenciais sem voto. Mas, tudo isso era com participação por pessoas, ínfima, milesimal. Não havia a menor possibilidade de qualquer controle privado através desse dispositivo. A abertura à associação privada tinha um objetivo político maior e um objetivo financeiro. O objetivo financeiro era que uma das fontes de recursos para a PETROBRAS seria uma taxa adicional sobre os proprietários de carros e barcos. Todos aqueles que usassem combustível líquido. Essas pessoas pagariam uma contribuição que seria transformada em ações. O aspecto político: uma empresa da qual praticamente todo o povo brasileiro participasse e procurasse defender. Ah, levantou-se uma onda de que o governo estava abrindo "brechas" no Projeto da PETROBRAS. Uma coisa absolutamente infantil. Era interessante ver o projeto primitivo da PETROBRAS para ver como infantil foi essa versão que se propaga ainda hoje (22).

(21) Em 31 de janeiro e 4 de fevereiro de 1948, o Presidente Dutra encaminhou ao Congresso um projeto de lei destinado a modificar dispositivos do Decreto-Lei 395 de 29.04.1938 e o Anteprojeto do Estatuto do Petróleo. Do caráter da legislação proposta fala o texto da mensagem que acompanha o projeto: "É fora de dúvida que a legislação ainda em vigor resultante dos princípios exageradamente contrários ao capital estrangeiro contidos na Lei Magna de 1937, tendo sido o grande obstáculo a antepor-se ao desenvolvimento da indústria de refinados no Brasil, por isso que não permite a colaboração desse capital em atividade dessa natureza, indispensável se torna a remoção de embaraços legais que até aqui têm impossibilitado a conjugação de capitais e esforços de brasileiros e estrangeiros, parcularmente se atentarmos no espírito liberal da Constituição de 1946. A chave do acesso do capital estrangeiro à exploração do petróleo eram os dispositivos que estabeleciam que as autorizações e concessões poderiam ser outorgadas além de a cidadãos brasileiros e das pessoas jurídicas de direito interno, a "Sociedades organizadas no país".

(22) O projeto está reproduzido em VARGAS, Getúlio — O governo trabalhista no Brasil, vol. III, Ed. José Olympio, Rio de Janeiro, 1979, pp. 77/95.

Completamente infantil porque ainda havia outro dispositivo. O outro dispositivo era o seguinte: o governo federal jamais teria menos de 51% das ações com direito a voto; além disso, nomeava o presidente e os diretores, e os governos estaduais e municipais recebiam também ações correspondendo a uma cota do imposto único sobre combustíveis líquidos, de maneira que, eles eram compulsoriamente acionistas. Então, acontece o seguinte: Se você somasse as ações do governo federal (porque não seriam somente 51%, mínimo obrigatório e inalienável, mas, de acordo com os recursos que eram aportados pelo governo federal, seria 70% no mínimo) com as ações dos estados e municípios, dava 90 por cento das ações. O resto das ações seria divididas entre centenas de milhares de pessoas, proprietários de carros e proprietários de lanchas, quem utilizasse combustível líquido. Então não havia nenhuma possibilidade de brecha, mas acontece que se levantou um esquema político que foi comandado pelo PC, por erro histórico que até hoje amargam. O certo é que eles levantaram essa onda, embora durante o governo Dutra, o Deputado Carlos Marighela do PCB, pai do Carlinhos (23), que era deputado, tivesse apresentado projeto que era muito mais aberto, apenas exigia 51% da União e mais nada. Mas, você sabe, quando se faz aquela onda, não há quem contenha, então propalou-se que o projeto tinha brechas. Era uma coisa que não se podia nem discutir, porque era uma onda mesmo, uma coisa completamente irracional. A UDN era contra o projeto porque era a favor do "Estatuto do Petróleo", mas sentindo a onda popular que exigia o monopólio formal, então o que eles fizeram? Inteligentemente, do ponto de vista deles, eles passaram a empunhar essa bandeira. Então, houve uma emenda de um trabalhista, Euzébio Rocha, estabelecendo o monopólio estatal formal. O Presidente expressou que não se queria estabelecer expressamente para evitar resistências internas e inconvenientes externos, mas não era contra, topava negociar. Então, induziu a emenda da UDN como condição para passar o projeto. Assim surgiu a emenda Bilac Pinto, que era uma das lideranças da UDN, que havia liderado a mudança de posição do seu partido em relação ao petróleo, em função do antigenuilismo. Assim, Getúlio levou a UDN a apoiar o projeto. A emenda que eles fizeram nada acrescentava efetivamente ao projeto, pelo contrário era acompanhada de outras que o prejudicaram. Então, a UDN fez esse papel, ganhou lá politicamente, mas o projeto pôde passar graças a isso. Eu apenas expliquei ao líder: o termo monopólio somente é importante por causa das relações internacionais da Petrobrás com a Bolívia e o Peru. De fato, a presença da palavra monopólio atrapalhou sempre as negociações com a Bolívia e o Peru, até hoje. Agora ao lado dessa emenda, houve outras que prejudicaram muito a Petrobrás operacionalmente. A gente tinha previsto um mecanismo muito mais flexível. A gente tinha previsto um mecanismo pelo qual a Petrobrás seria um "holding", uma empresa controladora central e atuaria algumas vezes diretamente, mas, geralmente, através de organizações em função de áreas ou em função de setores, para ter bastante flexibilidade e descentralização. Nós dividíamos as subsidiárias em duas categorias: uma relacionada com exploração, produção, refino e transporte, em que as atividades são atividades nacionalizadas e monopolizadas segundo o texto expresso pelo projeto, e nessas haveria o controle absoluto do governo, controle absoluto da Petrobrás, com a necessária flexibilidade para atender à maior participação

(23) Refere-se ao atual Carlos Marighela, Deputado Estadual.

dos estados. Com a produção do petróleo aqui na Bahia, o Estado teria maior participação, teríamos mais atividades aqui. Outra categoria era das subsidiárias ou associados em atividades que não eram estritamente do monopólio, prevendo a petroquímica, prevendo também as atividades produtoras de equipamentos e insumos básicos da Petrobrás, que não existiam no país e que era preciso ativar para fazer da Petrobrás uma matriz de atividades. Nestas empresas não seria essencial a Petrobrás ter maioria, quer dizer, podiam ser criadas com muito mais flexibilidade, podendo até se associar com o empresário estrangeiro que tivesse um "Know How" melhor, como se faz na petroquímica. Entretanto, a lei da Petrobrás, com as emendas que a meu ver a prejudicaram, não admitia subsidiária se não nas mesmas condições da empresa matriz. Em consequência, a Petrobrás tornou-se centralista e burocratizante, não repetindo a flexibilidade das grandes empresas do petróleo como a "Standard Oil". Depois, para se fazer, em 1966, a Petroquímica, foi preciso alterar essa norma. O modelo centralista e fechado para todas as atividades levaria a que a Petrobrás se preocupasse com mil coisas e não realizasse seu objetivo precípua. A história real é essa.

Mas o Sr. falou no Euzébio Rocha (24), qual o seu relacionamento com ele?

O relacionamento era bom, mas depois se deteriorou porque acontece que eles caíram em uma grande exatidão na crítica ao projeto, de tal maneira que a gente teve que discutir muitas vezes, inclusive na televisão eu discuti uma vez, mas diretamente com Bilac Pinto. Acontece que essas pessoas estavam perdendo racionalidade no momento de defender exaltadamente a posição do fechamento, não era tanto o problema da palavra monopólio, eram sobretudo as outras emendas, que visavam obsessivamente fechar supostas "brechas", as quais previamos prejudicariam a Petrobrás. Isso era que interessava. Procuramos discutir para evitar inconvenientes à operação da Petrobrás. Tivemos discussões, algumas de irrealismo total. O presidente Bernardes (1922/26, então Deputado Federal) chegou a levantar que nós estávamos a serviço dos trustes porque nós lançamos um projeto muito grande, que era inviável. Evidentemente isso seria para que se mostrasse que não era possível e aí abrir para os "trustes". O Presidente Bernardes chegou a apresentar um projeto chamado "Organização Petrolífera Nacional", ou Brasileira, que apresentava um capital que era 1/4 ou menos de 1/4, 1/5 talvez, dos recursos que nós previamos para a Petrobrás funcionar. Ele achava que com isso se resolveria tudo. Não havia meio de botar na cabeça do velho que aquilo era uma bobagem. Inclusive a gente não podia falar essa palavra, porque muita gente estava pensando que se montássemos as refinarias para todo óleo consumido no Brasil e tivéssemos os navios para transportá-lo e aos derivados, iríamos lucrar tanto que teríamos recursos para aplicar em exploração e produção. Nós fizemos um estudo mostrando que isso era inviável, foi um argumento que se levantou por ocasião do Plano Salte para evitar o desperdício, para evitar também o Estatuto do Petróleo, mas que não era realista. Na época da crise da Coreia, com a elevação dos fretes, dava essa ilusão.

(24) A época Deputado Federal por São Paulo, destacou-se desde então como um dos mais constantes porta-vozes do nacionalismo econômico.

Tínhamos que partir para a solução do petróleo com muita visão de realidade dos custos reais, eram investimentos monstruosos. Hoje até a gente pode botar o número para vocês verem como era. Os lucros das refinarias e da frota estariam muito longe dos necessários para um programa do petróleo. Mas o nosso estudo foi exatamente para mostrar que o país era capaz de explorar petróleo, poderia mobilizar recursos. Então retirava recursos de quem? De quem consumia o combustível líquido importado, para isso os donos de carros e lanchas investiam compulsoriamente e recebiam ações até um certo limite com voto; acima desse limite eles teriam ações preferenciais sem voto. Uma parte do imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes era para fazer capital da União na Petrobrás, bem como uma parte do imposto de consumo sobre artigos que estavam relacionados com a economia do Petróleo. Em síntese: a economia dependente do petróleo iria financiar o Programa da Petrobrás.

A propósito disso e da posição da UDN, em certo momento tive uma conversa com o deputado Aliomar Baleeiro, que era da oposição, da UDN, relator da Comissão de Finanças. Isso foi antes do governo apresentar o projeto. Convém antes explicar que só conversava com as pessoas combinando com o Presidente da República. Eu ia conversar com uma pessoa e não mostrava o estudo, só perguntava sobre determinado assunto. Fora de um grupo limitadíssimo, ninguém conhecia o projeto, que foi feito em várias gerações, uns oito ou nove esboços até chegar ao final. Propus conversar sobre o aspecto financeiro com Baleeiro. O Presidente disse: — eu acho que o Baleeiro é um homem sistemático, de oposição, eu não acredito que adiante nada, mas enfim, você que tem relações com ele, vá conversar. Eu cheguei lá na Comissão de Finanças, conversei com o mestre Aliomar, ele me ouviu assim um pouco entediado e depois me disse: Olha, eu acho que tudo isso é fantasia, o governo tinha que assumir a responsabilidade de dizer que o país não é capaz de enfrentar o problema do petróleo e aí dar concessões, apoiar o "Estatuto do Petróleo". Essa opinião do velho Aliomar Baleeiro, era a opinião da UDN. Depois eles mudaram para cavalgar na luta do "petróleo é nosso", numa atitude relacionada com o desejo obsessivo do golpe para derrubar Vargas. Primeiro passo seria arrancar-lhe a bandeira do nacionalismo, tentando atribuir "brechas" num projeto absolutamente nacionalista. O Presidente, quando mandou elaborar o projeto, foi logo depois da elaboração da mensagem, ele me deu a seguinte instrução "*um projeto nacionalista, mas para funcionar*". Nesse momento me entregou uma pasta com proposta que tinha recebido de empresas estrangeiras e várias sugestões. Nessas propostas de empresas estrangeiras estava a de construir refinarias em dobro, a metade das refinarias era do governo, sem ônus para este, e a metade, deles. Eram propostas aparentemente sedutoras, não? Entretanto a idéia de Getúlio não era essa. Era estudar o problema e ver como o Brasil manteria o controle do petróleo. Mas, fazendo uma organização capaz de se desenvolver, de acumular recursos, de absorver e criar tecnologia e tudo o mais, para competir com as grandes empresas estrangeiras.

hoje as muti ou transnacionais. Essa posição de Genílio não era a de um populista, pelo menos no protótipo usual. Ele não manipulava as ondas de irracionalidade, às vezes as contrariava com bravura, não era capaz de perder o senso de realidade e da responsabilidade. Por exemplo, quando começou a Petrobrás a funcionar, havia pouca gente capacitada aqui no Brasil. Então a idéia dos diretores foi procurar contratar um craque internacional, craque absoluto, um sujeito que tinha sido diretor ou chefe técnico da exploração da Standard Oil, para assessorar e criar escola. O homem selecionado era Walter Lynk. Ai levantou-se outra onda, partindo do pessoal contra Genílio, já quando a crise política estava desencadeada. Lynk havia sido chefe da exploração de Standard Oil. Um dos títulos que o recomendavam era motivo de suspeita. "Absurdo", exclamavam. A atitude do Presidente foi exemplar: investigação rigorosa sobre a ficha técnica e pessoal. Ele interrogou à Petrobrás e à assessoria: Vocês têm confiança que o homem é capaz de vestir a camisa da Petrobrás, funcionar pela Petrobrás? Respostas: Temos toda confiança, temos toda informação: o homem é um cientista, um técnico, fora contratado pela Standard Oil, pela sua excepcional competência, já não mais pertencia a essa empresa, era um professor, um consultor acima de interesses de empresas, um dos maiores craques do petróleo do mundo. Então, ele apoiou contratar Lynk por cem mil dólares por ano, se não me engano, um salário enorme na ocasião.

Naturalmente tinha muitas dificuldades.

Claro, precisava de um grande mestre porque havia alguns sujeitos capazes, ao lado de outros pretensiosos, mas faltava aquela liderança maior para enfrentar um problema de grande complexidade. Então, este homem veio para cá e foi muito combatido, mas prestou um serviço enorme. Só veio para cá pela visão de Genílio. Se o Genílio não tivesse apoiado, o sucesso da Petrobrás teria sido muito menor. Porque este homem prestou um grande serviço, ele reuniu os "cobras", o pessoal melhor que tinha na Petrobrás e constituiu uma equipe; fez um levantamento sistemático da possibilidade das nossas áreas e mostrou que as áreas terrestres tinham certas limitações, pelo menos em comparação com outras áreas petrolíferas do mundo; mostrou onde é que se podia explorar mais ou menos tendo em vista os custos, evitar que perdêssemos dinheiro como o Maluf perdeu lá no oeste de São Paulo, onde pode haver petróleo, mas a um custo imprevisível. Então, ele fez com a equipe nacional a seleção das áreas e um relatório mostrando que as possibilidades maiores estariam na plataforma submarina. Genílio não se conduzia pelos apelos mágicos muito característico do radicalismo brasileiro. O problema das esquerdas era que sempre realizaram um papel muito importante na ventilação das idéias e na denúncia das estruturas retrógradas e injustas, mas ainda sofriam de imaturidade intelectual e certo colonialismo ao refletir análises sociais de importação. Na nossa equipe havia gente como Jesus Soares Pereira, Pompeu Acioly Borges, Américo Barbosa de Oliveira que eram de esquerda, mas de pé no chão. Você viu o exemplo de Marighela. Quem pôde suspeitar que o Marighela fosse entreguista? No entanto, o pessoal que combateu e criticou o projeto da Petrobrás, se tivesse diante de si o projeto de Marighela, de 1947, não sei o que diria. O Marighela era um sujeito realista, o fato é o seguinte: você pode ter um projeto mais monopólico do mundo, se o governo não é nacionalista, isso vale pouco. O monopólio formal evita somente parcialmente tramais em benefício do capital estrangeiro. A Petrobrás resistiu porque teve sempre um pessoal dentro deia resistindo. Mas mesmo assim os contratos de risco vieram, respeitando o monopólio do ponto de vista jurídico. Você vê que depende do governo. E este do regime.

ANEXO 2

EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL DA PETROBRAS

Lei n. 2004 de 3 de outubro de 1.953 (1)¹

Dispõe sobre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências.

O Presidente da Republica

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei :

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1 - Constituem monopólio da União :

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e outros hidrocarbonetos fluidos e gases raros, existentes no território nacional ;

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro ;

III - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados de petróleo produzidos no País, e bem assim o transporte, por meio de condutos, de petróleo bruto e seus derivados, assim como gases raros de qualquer origem.

Art 2 - A União exercerá o monopólio estabelecido no artigo anterior :

I - por meio do Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização ;

II - por meio da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S.A. e das suas subsidiárias, constituídas na forma da presente lei, como órgãos de execução.

CAPÍTULO II Do Conselho Nacional do Petróleo

Art. 3 - O Conselho Nacional do Petróleo, órgão autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República tem por finalidade superintender as medidas concernentes ao abastecimento nacional de petróleo.²

*1 - Entende-se por abastecimento nacional de petróleo a produção, a importação, a exportação, a refinação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto, de óleo cru ou de xisto, assim como de seus derivados.

*2 - Ainda se inclui na esfera da superintendência do Conselho Nacional do Petróleo o aproveitamento de outros hidrocarbonetos fluidos e de gases raros.

¹ (1) Publ. no DOU de 03.10.53

² (2) O Conselho Nacional do Petróleo foi incorporado ao Ministério das Minas e Energia pelo Art. 7 . inciso IV, da Lei n. 4.904, de 17.12.65.

Art. 4 - O Conselho Nacional do Petróleo continuará a reger-se, na sua organização e funcionamento, pelas leis em vigor, com as modificações decorrentes da presente lei.

Parágrafo único - O Presidente da República expedirá o novo Regimento do Conselho Nacional do Petróleo, tendo em vista o disposto neste artigo.³

CAPÍTULO III

Da Sociedade por Ações Petróleo
Brasileiro S.A. (PETROBRAS)
e suas subsidiárias

SEÇÃO I

Da Constituição da PETROBRAS

Art. 5 - Fica a União autorizada a constituir, na forma desta lei, uma sociedade por ações, que se denominará Petróleo Brasileiro S.A. e usará a sigla ou abreviatura de PRTRBRAS.

Art. 6 - A Petróleo Brasileiro S.A. terá por objeto a pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo - proveniente de poço ou de xisto - de seus derivados bem como de quaisquer atividades correlatas ou afins.

Parágrafo único - A pesquisa e a lavra realizadas pela Sociedade obedecerão a planos por ela organizados e aprovados pelo conselho Nacional do Petróleo, sem as formalidades, exigências de limitações de áreas e outras julgadas dispensáveis, em face do Decreto-lei n. 3.236, de 7 de maio de 1.941⁴ autorizando-as o Conselho em nome da União.

Art. 7 - O Presidente da República designará por decreto o representante da União nos atos constitutivos da Sociedade.

* 1 - Os atos constitutivos serão precedidos:

I - pelo estudo e aprovação do projeto de organização dos serviços básicos da Sociedade, quer internos, quer externos;

(3) O mencionado regimento do Conselho Nacional do Petróleo foi aprovado pelo Dec. n. 42.786 de 10.12.57 publ. no DOU de 15.01.58.

O regimento em vigor foi aprov. pela Port. n. 235, de 17.02.77, do Ministério das Minas e Energia, publ. no supl. ao DOU de 25.02.77 e ret. no DOU de 11.03.77.

(4) O Dec.-lei n. 3.236, de 07.05.41, dispunha sob o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais e de rochas betuminosas e pirobetuminosas anteriormente à constituição do monopólio de que trata o Art. 1 desta lei. Publ. no DOU de 09.05.41

(5) Parágrafo com a redação dada pelo Art. 1 do Dec.-lei n. 688, de 18.07.69 Publ. no DOU de 18.07.69. (ver a Lei n. 6.404 de 15.12.76, publ. no supl. ao DOU de 17.12.76)

(6) A Lei n. 1.749, de 28.11.52 foi rev. pelo Art. 24 da Lei n. 2.975, de 27.11.56.

(7) O imposto sobre a remessa de valores para o exterior foi extinto pela Lei n. 3.244, de 14.08.57 que dispõe sobre a Reforma da Tarifa das Alfândegas, e dá outras providências.

II - pelo arrolamento, com todas as especificações, dos bens e direitos que a União destinar à integralização de seu capital ;
III - pela elaboração dos Estatutos e sua publicação prévia, para conhecimento geral.
*2 - Os atos constitutivos compreenderão :
I - aprovação das avaliações dos bens e direitos arrolados para constituírem o capital da União

II - aprovação dos Estatutos ;
III - aprovação do plano de transferência dos serviços que tenham de passar do Conselho Nacional do Petróleo para a Sociedade e das verbas respectivas.
*3 - A Sociedade será constituída em sessão pública do Conselho Nacional do Petróleo, cuja ata deverá conter os Estatutos aprovados, bem como o histórico e o resumo dos atos constitutivos, especialmente da avaliação dos bens e direitos convertidos em capital.
*4 - A constituição da Sociedade será aprovada por decreto do Poder Executivo e sua ata será arquivada, por cópia autêntica no registro do Comércio.

Art. 8 - Nos Estatutos da Sociedade serão observadas, em tudo que lhes for aplicável, as normas da lei de sociedades anônimas. A reforma dos Estatutos em pontos que impliquem modificação desta lei depende de autorização legislativa, e, nos demais casos, fica subordinada à aprovação do Presidente da República, mediante decreto.

SEÇÃO II Do Capital da PETROBRÁS

Art. 9 - A Sociedade terá inicialmente o capital de Cr\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de cruzeiros), dividido em 20.000.000 (vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas, do valor de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), cada uma.

*1 - até o ano de 1.957, o capital será elevado a um mínimo de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), na forma prevista no art. 12.

*2 - as ações da Sociedade serão ordinárias, nominativas, com direito de voto, e preferenciais, nominativas ou ao portador, sempre sem direito de voto, sendo-lhes inclusive inaplicável o disposto no parágrafo único do artigo 81 e no artigo 125 do Decreto-lei n. 2.627, de 2 de setembro de 1.940, e inconvertíveis em ações ordinárias. Os aumentos de capital poderão dividir-se, no todo ou em parte, em ações preferenciais para cuja emissão não prevalecerá a restrição do parágrafo único do artigo 9 do referido Decreto-lei n. 2.627.⁵

*3 - As ações preferenciais terão prioridade no reembolso do capital e na distribuição do dividendo mínimo de 5%(cinco por cento).

*4 - As ações da Sociedade poderão ser agrupadas em títulos múltiplos de 100(cem) a 100.000(cem mil) ações, sendo nos Estatutos regulados o agrupamento e o desdobramento de acordo com a vontade do acionista.

(8) Art. 18, incisos e parágrafo único, com redação dada pelo Dec.-Lei n. 688, de 18.07.69. Publ. no DOU de 18.07.69.⁵

Art. 10 - A União subscrevera a totalidade do capital inicial da Sociedade, que será expresso em ações ordinárias e para sua integralização, disporá de bens e direitos que possui, relacionados como petróleo, inclusive a permissão para utilizar jazidas de petróleo, rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais; também subscreverá, em todo aumento de capital, ações ordinárias que lhe assegurem pelo menos 51%(cinquenta e um por cento) do capital votante.

* 1 - Se o valor dos bens e direitos referidos neste artigo, apurado mediante avaliação aprovada pelo Conselho Nacional do Petróleo, não bastar para integralização do capital, a União o fará em dinheiro. * 2 - Fica o Tesouro Nacional, no caso previsto no parágrafo anterior, autorizado a fazer adiantamentos sobre a receita dos tributos e contribuições destinados à integralização do capital da Sociedade, ou efetuar operações de crédito por antecipação da receita até a quantia de Cr\$ 1.500.000.000,00(um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros).

* 3 - A União transferirá, sem ônus, aos Estados e Municípios, em cujos territórios existem ou venham a ser descobertas jazidas e minas de petróleo de rochas betuminosas e pirobetuminosas e de gases naturais, respectivamente, 8%(oito por cento) e 2%(dois por cento) das ações relativas ao valor atribuído a essas jazidas e pelo qual sejam incorporadas ao capital da PETROBRÁS no ato de sua constituição ou posteriormente.

Art. 11 - As transferências pela União de ações do capital social ou as subscrições de aumento de capital pelas pessoas naturais e jurídicas, as quais a lei confere este direito, não poderão, em hipótese alguma, importar em reduzir a menos de 51%(cinquenta e um por cento) não só as ações com direito a voto de propriedade da União, como a participação desta na constituição do capital social.

Parágrafo único - Será nula qualquer transferência ou subscrição de ações feita com infringência deste artigo, podendo a nulidade ser pleiteada inclusive por terceiros, por meio de ação popular.

Art. 12 - Os aumentos periódicos do capital da sociedade far-se-ão com recursos mencionados nos artigos seguintes.

Art. 13 - A parte da receita do imposto único sobre combustíveis líquidos a que se refere o art. 3 da Lei n. 1.749, de 28 de novembro de 1.952⁶, terá a seguinte aplicação:

I - os 40%(quarenta por cento) pertencentes à União em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital previsto no *1 do art. 9 e, eventualmente, na tomada de obrigações:

II - os 60%(sessenta por cento) pertencentes aos Estados, Distrito Federal e aos municípios serão aplicados:

a) em ações da Sociedade, até que esteja assegurada a integralização do capital, de acordo com os planos aprovados pelo Conselho Nacional do Petróleo, devendo a participação de cada entidade ser, no mínimo, proporcional à respectiva cota do imposto único;

b) na tomada de obrigações da Sociedade ou de ações e obrigações das Subsidiárias, ficando sempre assegurada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, uma participação proporcional às respectivas contribuições, observada a preferência estabelecida no art. 40

Parágrafo único = A cota do Fundo Rodoviário nacional, que cabe às entidades mencionadas no inciso II, poderá ficar retida, se for oposto qualquer obstáculo à aplicação da percentagem especificada no mesmo inciso aos fins e nos termos estabelecidos neste artigo.

Art. 14 - O produto dos impostos de importação e de consumo incidente sobre veículos automóveis e do imposto sobre a remessa de valores para o exterior, corresponde à importação desses veículos, suas peças e acessórios, se destina à subscrição pela União de ações e obrigações da Sociedade.⁷

Art. 15 - Os proprietários de veículos automóveis, terrestres, aquáticos e aéreos, contribuirão anualmente, até o exercício de 1.957, com as quantias discriminadas na tabela anexa, recebendo, respeitado o disposto no art. 18, certificados que serão substituídos por ações preferenciais ou obrigações da Sociedade, os quais conterão declaração expressa desse direito, assegurada a responsabilidade solidária da União em qualquer hipótese, pelo valor nominal de tais títulos.

Parágrafo único - Os atos relativos a veículos automóveis compreendidos na competência da União só poderão ser realizados depois de feito o pagamento da contribuição a que se refere este artigo, promovendo o Governo convênio ou entendimento com as demais entidades de direito público para que, em relação ao licenciamento e emplacamento anual daqueles veículos, nos limites de sua competência, seja prestada colaboração no mesmo sentido.

Art. 16 - Os recursos de que tratam os arts. 13, 14 e 15 serão recolhidos à conta ou contas especiais no Banco do Brasil.

* 1 - A União, por intermédio do representante designado nos termos do art. 7, poderá movimentar os recursos destinados por esta lei à PETROBRÁS, antes de sua constituição de acordo com as instruções do Ministro da Fazenda, para ocorrer às respectivas despesas.

* 2 - ainda que não tenham sido distribuídas as ações correspondentes ao aumento de capital, a Sociedade poderá movimentar as contas especiais referidas neste artigo.

Art. 17 - A Sociedade poderá emitir, até o limite do dobro do seu capital social integralizado, obrigações ao portador, com ou sem garantia do Tesouro.

SEÇÃO III Dos Acionistas da PETROBRÁS

Art. 18 - Os Estatutos da Sociedade poderão, em relação às ações ordinárias, admitir como acionistas somente⁸:

I - as pessoas jurídicas de direito público interno;

II - o Banco do Brasil, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e demais órgãos da Administração Federal Indireta, bem como as sociedades de economia mista criadas pelos Estados ou Municípios, as quais em consequência de lei estejam sob controle acionário permanente do Poder Público;

III - os brasileiros natos ou naturalizados, salvo quando casados com estrangeiros sob regime de comunhão de bens ou qualquer outro que permita a comunicação dos adquiridos na constância do casamento, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,1% (um décimo por cento) do capital votante.

IV - as pessoas jurídicas de direito privado, organizadas com observância do disposto no artigo 9, letra "b", do Decreto n. 4.071, de 12 de maio de 1939, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,5% (cinco décimos por cento) do capital votante;

V - as pessoas jurídicas de direito privado, brasileiras, de que somente façam parte as pessoas indicadas no item III, limitada a aquisição de ações ordinárias a 0,1% (um décimo por cento) do capital votante.

Parágrafo único - As restrições deste artigo não se aplicam à admissão de acionistas na categoria das ações preferenciais.

ANEXO 3

EMPRESAS DO SISTEMA PETROBRAS

PETROBRAS QUÍMICA S/A - PETROQUISA

A empresa foi constituída como uma subsidiária da PETROBRAS, sob a forma de sociedade por ações, de economia mista com a denominação de PETROBRAS, QUÍMICA S/A - PETROQUISA - tendo por objeto o exercício de atividade da indústria petroquímica²

A PETROQUISA investiu na petroquímica US\$450 milhões, em valores históricos(US\$2,1 bilhões corrigidos). Os dividendos recebidos foram da ordem de US\$276 milhões, em valores históricos(US\$506 milhões corrigidos). O patrimônio líquido acumulado alcança US\$3,2 bilhões.

O faturamento bruto global das empresas nas quais a PETROQUISA participa alcançou US\$5,2 bilhões em 1992.

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A - BR

A PETROBRAS Distribuidora S/A- BR foi criada em novembro de 1971³ tendo como objeto a distribuição, o comércio e a industrialização de produtos de petróleo e seus derivados e de outros combustíveis, bem como atividade de importação e exportação.

Até a fundação da BR, a PETROBRAS só funcionava como distribuidora de derivados de petróleo, em grosso, para todo o território nacional⁴.

Anteriormente, inclusive antes da criação PETROBRAS, a distribuição era feita exclusivamente pelas grandes distribuidoras internacionais. A competitividade tem aumentado no mercado de distribuição de derivados de petróleo no Brasil. A partir do processo recente de desregulamentação do setor (variação dos preços dos combustíveis e lubrificantes para o consumidor).

² constituída pelo decreto presidencial (general Costa e Silva) de 61.981 de 28 de dezembro de 1969, publicado no DOU de 29.12.69. O decreto estabelecia condições para expansão do parque petroquímico no país, e autoriza a criação da PETROQUISA, nos termos da Lei no 2.004, de 3 de outubro de 1953.

³ constituída por subscrição particular. Ver certidão da escritura de constituição, publ. no DOGB, parte I, de 25.01.72

⁴ anteriormente, até 1963, a PETROBRAS distribuía derivado somente aos órgãos governamentais e sociedades de economia mista. A partir da resolução do CNP 8-63(1) de 6 dezembro de 1963 é que a empresa começou a distribuir (em grosso) derivados de petróleo em todo o território nacional

A BR está presente em todas regiões do País. Continua sendo a primeira no mercado de distribuição, destacando-se a participação nas regiões norte e nordeste (tabela ...). Opera 73 bases e 162 depósitos em todo o País, totalizando uma capacidade de estocagem de derivados de petróleo aproximadamente de 1,6 milhão de metros cúbicos

Há anos, a BR ocupa o primeiro lugar como empresa distribuidora de derivados de petróleo e lubrificantes e em 1993 ficou com 36,4% do mercado. Atualmente a empresa possui uma rede de atendimento de 7.285 pontos de vendas, 6.148 consumidores finais e 1.690 órgãos governamentais. O faturamento anual da empresa esta em torno de US\$ 6,2 bilhões

PETROBRÁS INTERNACIONAL S/A - BRASPETRO

A PETROBRÁS INTERNACIONAL (BRASPETRO) foi constituída em maio de 1972. De acordo com seu Estatuto está habilitada a:

“ Exercer, a partir do território nacional ou no exterior, atividades de comércio, importação, exportação, transporte e armazenamento de quaisquer outros bens ou mercadorias, de sua propriedade e relacionado com sua atividade no exterior ”⁵

A BRASPETRO desenvolve no exterior as atividades de pesquisa, lavra, industrialização, comércio, transporte, armazenamento, importação e exportação de petróleo e outros hidrocarbonetos líquidos ou gasosos e seus derivados, bem como a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados com as atividades da empresa.

Exploração e Produção

Atualmente a BRASPETRO atua em Angola, Argentina, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Líbia, Noruega e Reino Unido.

No ano de 1992 a produção da empresa foi de 7,8 milhões de barris de óleo equivalente, com média diária de 21.300 barris. As vendas líquidas alcançaram um faturamento bruto de US\$ 100,2 milhões, equivalentes a venda de 5,3 milhões de barris de petróleo. A incorporação de reservas atingiu 71,7 milhões de barris de óleo equivalente, sendo 31,2 milhões por descobertas e reavaliações e 40,5 milhões decorrentes da aquisição de 15% dos interesses do Campo de Aguargue na Argentina.

Ainda durante o ano de 1992, a BRASPETRO, em associação com outras companhias, perfurou 7 poços pioneiros e 3 de extensão. Também foram perfurados e completados 7 poços de desenvolvimento, sendo 5 em Angola e 2 no Reino Unido.

A BRASPETRO expande suas atividades na área de produção e exploração. Destacando-se novas oportunidades em Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Cuba, Estados Unidos e Reino Unido.

⁵ constituída por subscrição particular. Ver a certidão da escritura de constituição, publ. no DOGB, parte I, de 05.05.72.

Merecem destaque as negociações entre Brasil e Bolívia em relação ao gás natural para a construção do gasoduto Brasil-Bolívia para o suprimento de gás natural boliviano (e futuramente argentino) para o Brasil.

Prestação de Serviços e Comercialização

A BRASPETRO, através da subsidiária Braspetro Oil Services Co. - BRASOIL, atua no exterior na área de prestação de serviços de domínio da PETROBRAS.

A empresa realizou atividades de perfuração em Angola e na Líbia. Também realizou serviços de engenharia em Angola - construção, transporte, instalação, interligação e pré-operação de uma plataforma offshore e instalação de dutos submarinos). No ano de 1992 participou da contratação de equipamentos de perfuração e de produção para a PETROBRAS, por meio de operações de compra, venda e lease-back.

As atividades de comercialização da BRASPETRO são realizadas através da subsidiária Petrobrás America Inc. - PAI, com sede nos Estados Unidos.

As atividades de perfuração, engenharia e afretamento de plataformas tiveram no ano de 1992 um faturamento de US\$256,3 milhões.

A empresa registrou no ano de 1992 um lucro líquido de US\$23,7 milhões.

PETROBRAS FERTILIZANTES S/A (PETROFERTIL)

A PETROFERTIL é uma sociedade de economia mista, subsidiária da PETROBRAS, fundada em março de 1976, que tem por objeto a:

“ produção e o comércio de fertilizantes, de suas matérias primas, e de produtos correlatos, sua importação e exportação, a prestação de serviços técnicos e administrativos relacionados a tais atividades, bem como a representação comercial autônoma”⁶

Foi criada com o objetivo de viabilizar a auto-suficiência nacional de fertilizantes, coordenando as atividades do SISTEMA PETROBRAS nesta área. (já existiam as unidades de FAFER-Cubatão e Petrobrás Fertilizantes, hoje a NITROFERTIL-Bahia). Então, o país implementava o seu Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), aprovado em 1974, que estabeleceu metas de crescimento da oferta interna de fertilizantes acabados e semi-acabados e suas matérias primas.

⁶ constituída por subscrição particular. Ver a certidão da escritura de constituição publ. no DORJ, parte V, de 12.05.76

A partir desta época, a PETROFERTIL desenvolveu suas atividades, dentre as quais destacam-se:

- a construção de 2(dois complexos para a produção de amônia e uréia em Araucária(PR) e Laranjeiras(SE).
- assumiu o controle acionário da NITROFERTIL, ULTRAFERTIL e a FAFER(março/77)
- a partir de março de 1979 passou a coordenar as atividades de conclusão e administração dos complexos industriais e minero-industriais das seguintes empresas:
Indústria Carboquímica Catarinense S/A(Criciúma e Imbituba.SC)
FOSFERTIL S/A(unidade de Patos, MG)
VALEP(atual FOSFERTIL,Complexo de Mineração de Tapira, MG)
VALEFERTIL(atual FOSFERTIL,Complexo Industrial de Uberaba.MG)
GOISFERTIL(Catalão.GO).

No período de 1976 a 1988 a PETROBRAS, via PETROFERTIL, investiu na ULTRAFERTIL E NITROFERTIL respectivamente US\$520 milhões e US\$292 milhões. A partir de 1988 estas empresas atingiram auto-suficiência de recursos, com base em sua própria geração de caixa. Até 1991 elas trabalharam sob regime de preços controlados pelo Conselho Interministerial de Preços - CIP e pelo Departamento de Preços - DAP.

A partir de 1992, a área de fertilizantes(como outras área industriais) passou a trabalhar em regime de liberdade de preços. Esta situação resultou numa drástica redução das alíquotas de importação, coincidindo com uma aguda diminuição dos preços do mercado internacional(oferta de produtos do leste europeu-CEI, a preços muito abaixo dos custos) .

Esta situação desfavorável trouxe resultados negativos .O Grupo PETROFERTIL faturou US\$367,4 milhões no ano de 1992, acumulando prejuízo de US\$156,6 milhões.

ANEXO 4

PROGRAMA DE GOVERNO/REFORMA DO ESTADO.

A opinião dos candidatos a presidência da República Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola (Jornal do Brasil, 17/7/94)

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

"O Estado deve ser desvinculado dos interesses corporativos"

1. A solução da crise brasileira passa, necessariamente, por uma ampla reforma do Estado e da Federação na revisão constitucional que vou propor aos partidos e à sociedade já em 1995. O Estado perdeu sua capacidade de investimento e, conseqüentemente, a de promover o desenvolvimento, a justiça e o bem-estar sociais. Já estão as crises da educação e da saúde. Além disso, a Constituição de 1988 deu uma série de direitos aos estados e municípios sem a contrapartida da co-responsabilidade com a União. Minhas propostas de reforma do Estado vai enfrentar interesses corporativos para criar os instrumentos de uma nova articulação entre o país e a ordem mundial para que não se dê à matroca ou fique ao sabor de um estatismo envergonhado. Essa reforma do Estado vai torná-lo mais competente, mais voltado para a inovação social e menos preso aos interesses corporativos das empresas estatais, do fisiologismo ou de clientelismo.

2. Ao contrário daqueles que pregam o Estado mínimo e, sob a bandeira do livre mercado, defendem na verdade altos lucros e os salários exagerados dos executivos do setor privado, sem contrapartidas sociais, minha candidatura está comprometida com o Estado enxuto, mas forte para corrigir as distorções do mercado e executar políticas sociais em favor da redenção dos mais pobres. Por isso, combato também o clientelismo e o corporativismo, que minam a eficácia do Estado e o alteram ao interesse de minorias.

LUIS INÁCIO LULA DA SILVA

"O Estado foi incompetente em gerar bem-estar para o povo"

1. O Estado brasileiro sempre foi extremamente competente para dar recursos ao setor privado, para investir na infra-estrutura econômica e para administrar um processo de crescimento econômico com a concentração que transformou a economia do Brasil na sétima do mundo. No entanto, o Estado brasileiro foi incompetente para gerar distribuição de renda e bem-estar para o povo. A crise brasileira é uma crise do Estado, que não pode manter essas características, continuar

irresponsavelmente servir aos interesses dos grandes grupos econômicos e gerenciado por uma elite covarde, sem um projeto para o país. Nós queremos mudar esse Estado. E é por isso que o PT apresenta o melhor programa de governo para fazer as transformações sociais que o Brasil precisa.

2. Ao tomarmos como exemplo todas as economias que melhor se saíram na década de 80, como a alemã, a japonesa e a coreana, vemos que o Estado é forte e ao mesmo tempo um gerente nas questões econômicas, subordinadas ao bem-estar do povo. Esses países acreditaram em seus projetos nacionais, o que não ocorreu no Brasil. Queremos para o Brasil um Estado forte e eficiente, o que não significa ser grande. Queremos mudar as relações do Estado em conjunto com a sociedade brasileira. Ela não pode estar mais nas mãos de poucos e beneficiando poucos. O Estado no Brasil tem que assumir o compromisso de incluir milhões de brasileiros que não têm o mínimo de cidadania - saúde, educação, moradia e comida. As elites brasileiras e os seguidos governos se mostraram incapazes de atender a essas demandas, que são simples e fundamentais para o cidadão comum. O governo do PT vai cumprir o compromisso de resgatar a cidadania do Brasil.

LEONEL BRIZOLA

"A nação não é a casa de sogra, para aventureiros internacionais".

1. Um dos dados da crise é a ineficiência e o debilitamento do Estado. O Estado brasileiro não é poderoso. ele passou a sofrer de gigantismo e ineficiência porque temos tido só governos incompetentes, com pequenas passagens, como as de Vargas, Juscelino e Goulart. A intenção dos Governos incompetentes era desmoralizar as estatais. Como os inimigos das estatais poderiam torná-las eficientes? Temos de fortalecer o Estado e suas funções inúteis devem ser combatidas. No primeiro governo Vargas, o Estado Novo, o Estado foi elevado a altos índices de eficiência. É o caminho que se impõe para a superação da crise.

2. Levo para o governo a preocupação de racionalizar o Estado, democratizando suas atividades de tal modo que a população omissa exerça o não de contribuir em lugar dos grupos de pressão, dos lobbies que têm ocorrido nos últimos decênios, levando o Estado a incorporar empresas falidas para beneficiar os amigos do regime. Queremos um Estado racionalizado, gerindo no campo econômico as áreas estratégicas e outras que possam surgir com caráter mais ou menos permanente ou eventual. O Estado, às vezes, deve cumprir um papel de pioneiro, atuando em determinado setor até que a iniciativa privada decida investir. Foi assim no caso dos supermercados. em princípio, a regra é a livre iniciativa, embora a linha geral do desenvolvimento e o equilíbrio entre os problemas devam ser exercidos pelo poder público. as sociedades estão cada vez mais complexas, necessitando da intervenção do Estado para equilibrar os problemas. somos uma nação, não a casa da sogra ou um território aberto a todos os aventureiros com interesses internacionais. O Estado deve defender a economia das perdas que gera para nós a forma como estamos inseridos na economia internacional.

ANEXO 5

PLANO ESTRATÉGICO DO SISTEMA PETROBRÁS(1992-2001)

SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. MISSÃO E OBJETIVOS PERMANENTES**
- 3. OPÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS DECENAIS**
- 4. PROJETOS ESTRATÉGICOS**
- 5. ORIENTAÇÕES PARA O CURTO PRAZO**
- 6. IMPLANTAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO**

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Ao assumir a presidência da PETROBRÁS, verifiquei que, apesar das atuais dificuldades que enfrenta a economia nacional, acarretando graves problemas de curto prazo para a nossa Companhia, seu corpo gerencial, dando provas de grande maturidade e profissionalismo desenvolveu um processo de reflexão e tomada de decisão sobre o futuro da PETROBRÁS, através do seu planejamento estratégico.

Ao tomar conhecimento dos resultados do trabalho que vinha sendo desenvolvido, constatei que minhas preocupações iniciais guardavam grande semelhança com os temas identificados na análise estratégica em andamento.

Por esse motivo, julgo importante que, na apresentação deste Plano Estratégico, sejam destacadas, para conhecimento geral as questões consideradas emergências pela atual administração, com o objetivo de tornar claro que tais orientações devem ser consideradas, juntamente com as conclusões do atual Plano Estratégico, um guia uno e coerente para todo o Sistema PETROBRÁS, válido tanto para solucionar questões de curto prazo, como para orientar suas ações no médio e longo prazos.

Assim, destaco os seguintes temas que devem merecer a maior atenção de todos na busca urgente de soluções no curto prazo, viabilizando, dessa forma, o atingimento dos Objetivos Decenais, dentro das grandes Opções Estratégicas identificadas para o sistema PETROBRÁS:

- ◆ *Recuperação econômico-financeira e negociação com o governo federal*
- ◆ *Aperfeiçoamento do modelo institucional*
- ◆ *Expansão do mercado*
- ◆ *Modernização das operações*
- ◆ *Atuação internacional*

Como poder ser depreendido da leitura do presente Plano Estratégico, tais orientações guardam estreito relacionamento com as questões levantadas para direcionar as ações no curto prazo, e também, destacam-se como condicionantes para permitir o atingimento dos objetivos de médio e longo prazos. Devido a essa coerência, elas devem ser vistas como parte integrante dos resultados e das reflexões estratégicas apresentadas no presente Plano.

Finalmente, é importante ressaltar que, apesar da preocupação em solucionar questões emergenciais, como as relacionadas, o corpo gerencial e todos os empregados do Sistema

PETROBRÁS devem, em paralelo, manter os olhos voltados para o futuro da Companhia. Isso significa pautar suas ações e esforços pelo direcionamento definido nas Opções estratégicas, visando alcançar os Objetivos Decenais pela utilização das Estratégias Corporativas, o que certamente permitirá que a Companhia esteja devidamente preparada para enfrentar as ameaças e aproveitar as oportunidades que o futuro lhe reserva.

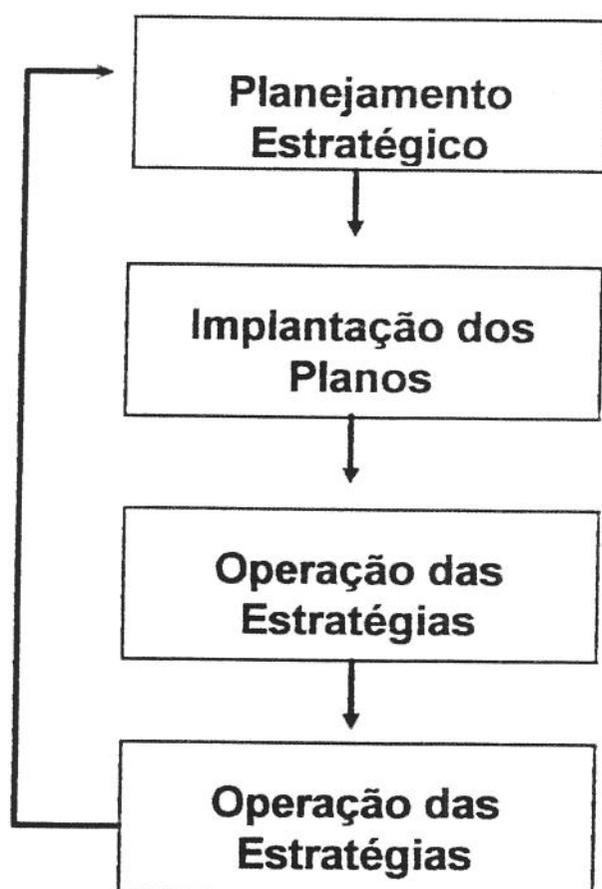
BENEDICTO MOREIRA

1 INTRODUÇÃO

O plano Estratégico do Sistema PETROBRÁS, 1992/3001 revê as perspectivas, hipóteses e decisões tomadas sobre o futuro da PETROBRÁS no primeiro Plano Estratégico, aprovado em 1990.

Esta reversão de Capacidade Estratégica do Sistema PETROBRÁS, iniciado em agosto de 1989, cuja primeira etapa é o processo de planejamento estratégico, que tem como produto o referido Plano.

ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA



Alguns princípios da Administração Estratégica nortearam esse processo de planejamento:

- valorização da visão de longo prazo;
- avaliação do ambiente interno e da evolução do ambiente externo e suas implicações para a PETROBRÁS;
- exercício de um processo participativo e centrado no ser humano;
- divulgação das orientações estratégicas e sua utilização na definição das ações táticas e operacionais, criando condições para adotar medidas que permitam acompanhar e avaliar a implementação do plano.

Com base nestes princípios, na Missão e nos Objetivos Permanentes do Sistema PETROBRÁS, foram analisados os ambientes externo e interno. Esse exame serviu de insumo para uma análise estratégica, na qual foram comparadas as ameaças e as oportunidades percebidas nos cenários estudados com as forças e fraquezas identificadas no diagnóstico interno.

A análise estratégica permitiu identificar Opções Estratégicas para o Sistema PETROBRÁS no período 1992/2001, assim como Objetivos Decenais e Estratégias Corporativas. Uma vez que os cenários estudados indicaram grande probabilidade de prosseguimento da situação de crise no País por mais dois anos, foram identificados também Objetivos de Curto Prazo e respectivas estratégias, para lidar com as questões emergenciais cuja solução requer medidas imediatas.

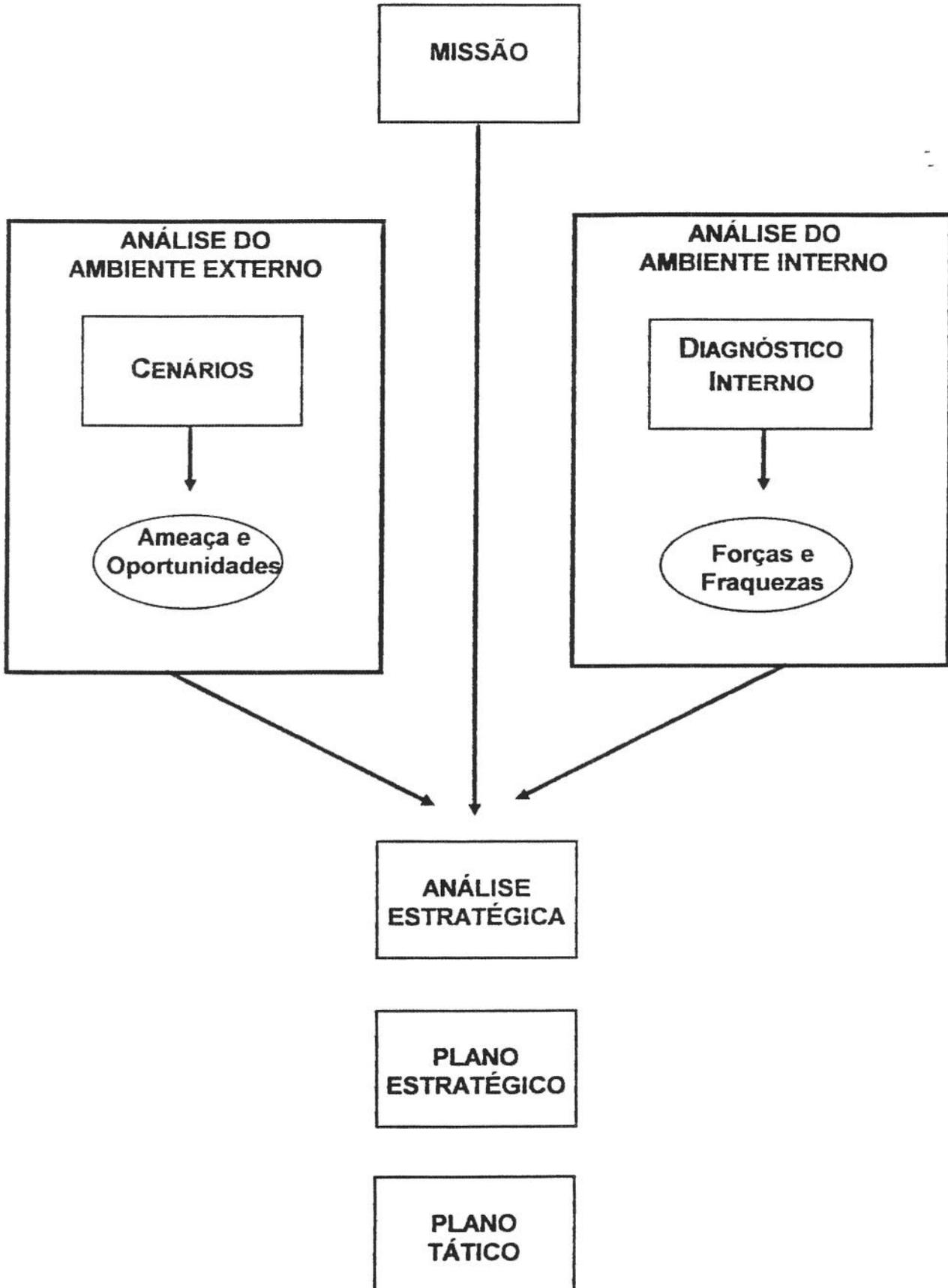
para fortalecer a interligação entre as áreas estratégica e tática, foram identificados os Projetos Estratégicos, ainda como resultado da análise estratégica. Sua finalidade é caracterizar as questões estratégicas de cunho corporativo, cujo equacionamento e operacionalização requerem um tratamento especial em face de sua relevância para o atingimento dos Objetivos Decenais.

Um sistema de acompanhamento e avaliação, em nível tanto estratégico como tático, fechará o ciclo de planejamento por meio da realimentação necessária, dando dinamismo ao processo.

O planejamento estratégico é um processo contínuo, que deve ser constantemente revisto e atualizado. Essa noção é tão mais importante, quanto mais indefinidos são os cenários, ou seja, quanto mais turbulento é ambiente externo, como a situação brasileira atual.

É fundamental, portanto, acompanhar a evolução dos cenários e das ações derivadas das estratégias, para administrar possíveis surpresas e corrigir rumos a tempo. Mudanças relevantes no ambiente externo podem exigir revisões nas decisões estratégicas a qualquer momento. Este Plano poderá ser revisado dentro de dois anos, conforme previsto no sistema de Planejamento em vigor.

PROCESSO DE PLANEJAMENTO



O Plano Estratégico foi elaborado através de um processo participativo, que envolveu cerca de 1.200 técnicos e gerentes dos diversos órgãos do Sistema PETROBRÁS.

O SERPLAN, por intermédio de sua Divisão de Planejamento Estratégico, coordenou todo o processo, efetuando, também, as consolidações necessárias na passagem de um nível hierárquico para outro.

Durante todo o processo, contou-se com a participação da Comunidade de Planejamento (COMPLAN), integrada por representantes da área de planejamento dos diversos órgãos de todo o Sistema. em todas as etapas desenvolvidas, a COMPLAN foi o primeiro foro de discussão. aí foram gerados subsídios para exame do Grupo de administração Superior do Sistema PETROBRÁS (GASP), composto pelos Superintendentes dos Departamentos, Serviços e órgãos Especiais, pelos vice-presidentes das Subsidiárias e pelos Chefes de Gabinete do Presidente e dos diretores.

Objetivando maior divulgação do processo, o GASP contou com a participação de Superintendentes de alguns órgãos Operacionais.

2

MISSÃO E OBJETIVOS

PERMANENTES

A missão e os Objetivos Permanentes da PETROBRÁS expressão sua razão de ser. Esta, por sua vez, está diretamente ligada a dispositivos legais vigentes - a Lei 2.004 de 03.10.53 e o Artigo 177 da Constituição Federal de 05-10-88 - que criaram a Companhia e confiaram o seu papel de executora do monopólio estatal do petróleo, respectivamente.

Dessa forma, neste processo de revisão do Plano Estratégico, a Missão e os Objetivos Permanentes não foram objeto de discussão e continuaram válidos tais como já definidos. Como elementos orientadores de todo o processo, eles estiveram presentes, guiando os debates e decisões estratégicas tomadas.

MISSÃO

- "ASSEGURAR O ABASTECIMENTO DO MERCADO NACIONAL DE ÓLEO, GÁS NATURAL E DERIVADOS, ATRAVÉS DAS ATIVIDADES DEFINIDAS NA CONSTITUIÇÃO E NA LEI. 2.004, DE FORMA RENTÁVEL E AOS MENORES CUSTOS PARA A SOCIEDADE, CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS."

OBJETIVOS PERMANENTES

- Os Objetivos permanentes estão intrinsecamente interligados com a Missão. Constituem detalhamentos adicionais que ajudam a melhor compreendê-la e especificá-la. Eles detalham tanto as atividades fim do Sistema PETROBRÁS, como outros fatores importantes para o seu desempenho.
- São os seguintes os Objetivos Permanentes do sistema PETROBRÁS:

- Relativos às Atividades-Fim:
- Ampliar as reservas de óleo e gás natural, avaliando prioritariamente o potencial petrolífero nacional.
- Desenvolver a produção nacional de óleo e gás natural em condições técnico-econômicas adequadas e de acordo com os interesses estratégicos do País.
- Desenvolver o parque de processamento de óleo e gás natural, em nível e perfil que assegurem o abastecimento nacional de derivados em condições de economicidade, observados os interesses estratégicos do País.
- Desenvolver as atividades de comercialização no País e no exterior, objetivando otimizar a oferta interna de óleo, gás natural e seus derivados, bem como assegurar mercado para seus produtos e serviços.
- Desenvolver o sistema de transporte hidroviário e dutoviário de óleo, gás natural e seus derivados, de forma a atender em condições de segurança e economicidade, às necessidades do abastecimento do País.
- Participar, de forma competitiva e rentável, na distribuição de derivados de petróleo, de gás natural e de energéticos, e divulgar a imagem institucional do Sistema PETROBRÁS.
- Desenvolver no exterior, de forma competitiva, rentável e complementar à atuação no País, atividades relacionadas à indústria do petróleo e ao comércio internacional
- Consolidar a contribuição do Sistema PETROBRÁS ao desenvolvimento do país, de forma competitiva, econômica e rentável, em setores básicos da economia do País ligados diretamente à indústria do petróleo.

Relativos ao Desempenho:

- Desenvolver a capacitação tecnológica do Sistema PETROBRÁS, em articulação com a comunidade científica e tecnológica.
- Formar, desenvolver e valorizar seus empregados e integrá-los ao sistema PETROBRÁS.
- Contribuir para o desenvolvimento nacional através de suas atividades.
- Assegurar padrões adequados de saúde ocupacional e de segurança do pessoal e do patrimônio do Sistema PETROBRÁS.
- Preservar e respeitar o meio ambiente no âmbito de suas operações e na qualidade de seus produtos.
- Aprimorar a qualidade dos produtos e serviços do Sistema PETROBRÁS, buscando a crescente satisfação dos seus consumidores.

ANEXO 6

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA PETROBRÁS

POTENCIALIDADES: excepcional carteira de projetos

OPORTUNIDADE: a retomada do desenvolvimento

OBJETIVOS E METAS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO

- ênfase em projetos de apropriação de volumes
- manutenção em níveis adequados da relação reserva/produção
- Bacia de Santos com investimentos próximos aos da Bacia de Campos
- em terra :concentração na Bacia de Solimões e Bacia do Paraná

OBJETIVOS E METAS DA ÁREA DE PRODUÇÃO

NOVAS PLATAFORMAS DA BACIA DE CAMPOS				
CAMPO	NOME DA PLATAFORMA	TIPO	CAPACIDADE (BARRIL/DIA)	PROFUND. (METROS)
Marimbá	P-VIII	flutuante	51.000	429
Carapeba	PCP-3	fixa	17.000	90
Marlim*	P-XX	flutuante	50.000	620
Marlim	P-XVIII	flutuante	100.000	910
Marlim	P-XIX	flutuante	100.000	980
Albacora (processo)	PAB-1	fixa	240.000	90
Albacora	UEP-2	flutuante	100.000	510
Albacora	UEP-3	flutuante	100.000	965
Bijupirá/Salema*	-	flutuante	17.600	600/800
Barracuda*	-	flutuante	26.000	850

*Sistema Piloto

META:

-aumento da produção de petróleo em 1997 para 1 milhão de b/d e de 30 milhões de m³/dia de gás natural

Principais Projetos em Implantação

	INVESTIMENTO TOTAL
Marlim (fase I)	US\$ 1,300 milhões
Albacora (fase II)	US\$ 1,600 milhões

Novos Projetos :

-Bacia de Campos: Piraúna-Marimbá, Carapeba III, Bijupirá-Salema, Barracuda, Albacora (fase III) e Marlim (fase II)
-Enchova/Enchova-oeste: em reavaliação

Novas Áreas.

- Bacia de Santos: Coral, Estrela do Mar, Tubarão e Caravelas
- Bacia do Solimões: Urucu

OBJETIVOS E METAS DA ÁREA DE REFINO

-Programa de redução de custos: automação e melhorias operacionais nas refinarias

*Investimento de US\$ 150 milhões/ano

-Programas de melhoria de qualidade dos derivados:

-unidades de hidrotreatamento:

-RPBC: implementação em 1993/95

investimento total: US\$252 milhões

-Replan: implementação em 1994/96

investimento total: US\$ 252 milhões

-Ampliação e adequação do parque de refino ao perfil da demanda e processamento integral do óleo nacional

-aumento da produção de GLP, Gasolina e Diesel

PRINCIPAIS PROJETOS EM IMPLANTAÇÃO

	Investimentos até 1997
AMPL RLAM e REFAP	US\$ 307 MILHÕES
UNID. COQUE REGAP	US\$ 133 MILHÕES
UNID. COQUE REPLAN	US\$ 166 MILHÕES

OBJETIVOS E METAS ÁREA TERMINAIS E DUTOS

-Programas para escoamento da produção de petróleo nacional:

-ampliação duto Cabiúnas-Campos Elíseos

implementação até 1996/97

investimento total: US\$ 130 milhões

-construção oleoduto Rio-São Paulo

implementação até 1996/97

investimento total: US\$ 250 milhões

-Programas de redução dos custos de transferência dos derivados:

-olidutos BIRD: REPAR/FLORIANÓPOLIS e TEMADRE/JEQUIÉ

implementação 1993/1995

investimento total: US\$ 150 milhões

-oliduto REPLAN/BRASÍLIA

implementação 1993/1996

investimento total: US\$ 370 milhões

-Programa para melhoria do abastecimento de GLP:

-tancagem terminal de S. Sebastião (SP)

implementação em 1993/1995

investimento total: US\$ 52 milhões

-Programa para aumento de oferta de gás natural:

-gasoduto Bolívia-Brasil

implementação em 1993/1995

investimento total (Brasil): US\$ 1,400 milhões

OBJETIVOS E METAS DA ÁREA TRANSPORTE MARÍTIMO

-PERCENTUAL MÍNIMO CAPACIDADE DE FROTA PRÓPRIA

	1992	META
Longo Curso	44%	50%
Cabotagem	66%	100%

-Programa de construção naval

14 navios em construção

capacidade em TPB - 513.850

entrada em operação até 1994

investimento total: US\$ 750 milhões

CONCLUSÕES:

-A retomada dos investimentos pressupõe:

-o reequilíbrio financeiro da Companhia

mercado internacional

-a estabilidade econômica do país que permita a retomada do

crescimento econômico

ANEXO 7

O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO E O SISTEMA PETROBRÁS

A criação do Programa Nacional de Desestatização (PND) criado no governo Collor (regulamentado em agosto de 1990, através do Decreto 99.463 de 16/08/92, pela lei 8.031, de 12/04/91) atingiu sobremaneira o SP, com a liquidação naquele ano da PETROMISA e da INTERBRÁS, e particularmente com o leilão as empresas do setor petroquímico.

Apenas duas empresas em fase preliminar de projeto) das trinta e seis vinculadas PETROQUISA, não foram incluídas no Programa Nacional de Desestatização. Até junho de 1993 foram leiloadas oito empresas por US\$ 1.106,6 milhões.

Neste processo, o governo recebeu aproximadamente US\$ 23 milhões, o restante foi recebido nas chamadas "moedas de privatização" ou "moedas podres". Ao final deste processo, a PETROQUISA terá a participação de apenas 15% nas Centrais de Matérias-Primas, retirando-se das demais empresas do conglomerado.

As empresas do Grupo PETROFÉRTIL incluídas no PND começam a ser privatizadas a partir de 1992.

Foram leiloadas a INDAG (33,33%), a FOSFÉRTIL (77,42%), a GIASFÉRTIL (82,64%) e a ULTRAFÉRTIL (100%).

Atualmente, a PETROFÉRTIL permanece com o controle da NITROFÉRTIL e da ICC (incluída no PND).

A seguir são relacionadas as empresas já alienadas nesse processo de privatização em curso e as empresas a serem alienadas.¹³

BOLETIM DA AEPET

DESESTATIZAÇÃO DA PETROQUÍMICA: no mundo não se faz e não se fará assim

A empresa de consultoria americana Arthur D. Little apresentou à ABIQUIM, em 7 de agosto de 1991, estudo que aborda as perspectivas de médio prazo para a indústria brasileira de polímeros dentro de um cenário competitivo internacional. Este estudo chegou às mãos de nosso consultor jurídico, Dr. Júnior Torres, que o liberou para publicação pela AEPET. Curiosamente, este estudo, tratado como confidencial, ainda

¹³ Situação até 24/06/93, segundo a PETROBRÁS.

não foi divulgado pela ABIQUIM. Talvez por demonstrar que o processo de desestatização aplicado à petroquímica brasileira está na contra-mão do esperado cenário mundial. Talvez por representar a ABIQUIM os interesses dos empresários privados brasileiros do setor químico a ser presidida pelo Dr. Eduardo Eugênio Gouvea Vieira, principal articulador do grupo Ipiranga na área química, aliás grande interessado na aquisição do controle da Copesul, central de matérias-primas do Pólo Petroquímico do sul, onde a Ipiranga já participa através da produção de polietileno na Polisul, em sociedade com a Petroquisa e com a multinacional Hoechst. A seguir, divulgamos alguns pontos deste estudo que tratam especificamente dos aspectos de participação do Estado no setor petroquímico.

O México e a desestatização: a verdade precisa ser dita

A privatização mexicana

Até dezembro de 1982 o Governo Mexicano tinha constituído 1155 empresa estatais, espalhadas em 45 áreas da atividade econômica.

Com o processo de privatização em andamento, em maio de 1990, das 871 empresas incluídas no programa, 688 já tinham saído da tutela do estado, através de diferentes mecanismos, como liquidação, venda encerramento de atividades, fusão, transferência e extinção por lei federal.

Permaneceram ainda estatais empresas, órgãos e entidades criadas especialmente para atender às necessidades constitucionais da nação mexicana, entre elas, a PEMEX - Petróleos Mexicanos.

O monopólio do estado mexicano em petróleo e petroquímica

Até 1989, a PEMEX, além de explorar as reservas naturais especificadas no artigo 28 da Constituição Mexicana - que confere à nação o direito exclusivo e o controle da indústria do petróleo - detinha o controle sobre a produção e importação dos produtos petroquímicos básicos protegidos pelo artigo 27 da Constituição.

a legislação mexicana classifica os produtos petroquímicos em básicos, secundários e não secundários.

Em maio de 1989, alterações na legislação sobre a participação do capital estrangeiro na indústria permitiram que este detivesse até 10% do capital de empresas produtoras de petroquímicos secundários.

A privatização mexicana e a concentração de renda

Reportagem publicada no Jornal do Brasil de 05/01/92, que reproduzimos, demonstra que a privatização aumentou tendência para a concentração de renda. Leia o que o JB diz no encarte.

A Petroquímica mexicana é estratégica

Conforme mostrado em O GLOBO de 09/02/92 a indústria petroquímica mexicana é considerada estratégica e, desta forma, deve ter a participação forte do Estado. Esta reportagem mostra também que as condições de vida do povo mexicano não melhoraram com o programa de privatização. Leia o que o GLOBO diz no encarte já 63 anos no poder. A chegada do presidente geralmente é precedida por uma mobilização feita pela máquina do PRI, de modo que, na maioria das vezes, Salinas tem respostas concretas a dar quando os problemas lhe são apresentados por líderes comunitários.

O presidente está consciente de que a sociedade mexicana está clamando também por uma abertura política. Paradoxalmente, para anular as resistências que se formam dentro do PRI, a concentração de poder do presidente cresceu ainda mais. O senador Porfirio Muñoz Ledo, um dos três da oposição (o Senador tem 62 cadeiras), diz que Salinas é um vice-rei - governante máximo nos tempos coloniais - educado na corte (Estados Unidos) que inaugurou uma espécie de pinochetismo incruento.

Salinas é o campeão do liberalismo econômico e nem mesmo Margaret Thatcher (que foi primeira-ministra da Grã-Bretanha por 11 anos, deixando o cargo em 1990) poderia imaginar que um dia acabaria sendo superada, ainda mais por um nativo da América Latina - ironiza o Senador Muñoz, também originário do partido do Governo (presidiu o PRI na época do Presidente Luís Echeverría - 70/76 - foi Ministro e ainda na administração passada, do presidente Miguel de la Madrid, esteve como embaixador do México nas Nações Unidas).

Carlos Salinas de Gortari assumiu a presidência após uma eleição controvertida (os resultados oficiais lhe deram 50,8% dos votos, depois que os computadores que fizeram a contagem passaram cinco dias em pane), mas superou as dificuldades iniciais e hoje, sem dúvida, é o político mais popular do México. Seu projeto político-econômico, no entanto, está sendo decidido no país vizinho, pois a reeleição de George Bush tornou-se fundamental para que o tratado de Livre Comércio seja aprovado no congresso americano, Nunca antes as eleições nos EUA

Em agosto de 1989, a Semip - Secretaria de energia, Minas Y Paraestatales - anunciou a reclassificação de produtos petroquímicos, reduzindo de 34 para 20 o número de produtos petroquímicos, reduzindo de 34 para 20 o número de produtos básicos - cuja produção é reservada ao monopólio da PEMEX - anunciando, também reclassificação na lista dos produtos secundários, reduzindo-os de 605 para apenas 66.

Mais recentemente, o MTBE, até então classificado como básico, foi reclassificado como secundário.

De acordo com os dados mais recentes hoje a PEMEX produz com exclusividade 19 produtos;

Amônia, Benzeno, Butadieno, dodecilvenzeno, Etano, Eteno, Heptano, Hexano, Metanol, Metil-tercio-amileter, Negro de fumo, n-parafinas, Ortóxileno, Praxileno, Pentano, Propeno, Tetrâmero de Propeno, Tolueno e xilenos.

Além destes petroquímicos básicos a PEMEX continua produzindo uma série de produtos secundários, conforme indicado na lista do SRI (Stanford research Institute) International World Petrochemicals.

Como pode se depreender destas importantes informações, o exemplo de privatização mexicano, muito mencionado como um bem sucedido caso de privatização, continua mantendo o monopólio estatal do petróleo e avança muito mais na petroquímica, que no Brasil é essencialmente privada. Das 36 empresas do Sistema Petroquisa, 32 são empresas privadas. O México entende que a indústria petroquímica é estratégica e deve ter a participação do Estado.

Isto apesar do Acordo de Livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México, que abre as fronteiras comerciais entre estes países.

documentos consultados:

- SRI International World Petrochemicals – Country Discussion - APRIL 1991
- Jaques Rogozinski S. "Privatization of Stat-owened enterprises in México anais do Congresso Internacional da privatização - Canadá - maio de 1990.
- Química e Derivados-outubro de 1989
- Chemical Engineering News - september 9,1991

tinham despertado tanto interesse no governo mexicano como agora, embora seja costume dizer por lá que, quando os Estados Unidos se resfriam, o México tem pneumonia.

Em função do que vier a acontecer, a célebre frase histórica de Porfirio Diaz ("Tão longe de Deus, tão próximo dos Estados Unidos"), presidente por mais de 40 anos, pode deixar de ser interpretada pelos mexicanos como um martírio. ao menos no que se refere às questões terrenas.

Integração com EUA, estabilidade, privatização e liberdade de mercado, as armas da modernização

México toma o rumo do Primeiro Mundo

CIDADE DO MÉXICO - Os mexicanos estiveram durante longo tempo divididos em relação aos vizinhos Estados Unidos diz-se que metade da população vivia sob o anseio de recuperar os 50% de território (Califórnia, Texas e Novo México) perdidos para os americanos em meados do século passado, enquanto a outra metade sonhava que os EUA incorporassem os 50% restantes do país. Disposto a sepultar o subdesenvolvimento crônico do México, o presidente Carlos Salinas de Gortari, de 43 anos, resolveu o antigo dilema, sem chegar a comprometer a soberania nacional. Optou pela integração econômica com os Estados Unidos e o Canadá, através de um Tratado de Livre Comércio prevê a eliminação de todas as barreiras alfandegárias entre esses países.

Caso o tratado se concretize (são fortes as resistências de congressistas americanos e canadenses), o México certamente receberá de todas as partes do mundo uma enxurrada de investimentos - atraídos pela possibilidade de atingir, a baixo custo, o imenso mercado dos Estados Unidos - capaz de colocar rapidamente o país no rol do Primeiro Mundo.

O México ainda não se despregou do terceiro Mundo - tem indicadores sociais semelhantes aos do Brasil, com muita pobreza e miséria - mas boa parte do caminho da virada já foi pavimentado: um audacioso programa econômico, centrado no saneamento das finanças públicas, baixou a inflação para 18,8% no ano passado e tem como meta reduzi-la a um dígito em 1992 (cautelosos, os empresários preferem trabalhar com uma projeção de 12%). Enquanto quase todos os países estiveram mergulhados na recessão em 1991, o México cresceu 5% (há três anos a economia expande-se o dobro do crescimento populacional), alavancado por investimentos no setor privado, que também motivaram um salto nas importações de equipamentos, insumos e produtos intermediários, e levaram o país a ter um déficit comercial de US\$ 9 bilhões (que aumentará para US\$ 112 bilhões em 92), planamente compensado pela entrada de capitais, tanto assim que as reservas do banco do México (banco central) subiram de US\$ 9 para US\$ 16,5 bilhões em pouco mais de 12 meses.

o volume total do comércio exterior mexicano ultrapassou o do Brasil e já chega a US\$ 80 bilhões, incluindo o movimento das maquiadoras, quase duas mil empresas instaladas ao longo da fronteira com os estados Unidos, que trazem tudo de fora se somente aproveitam a mão-de-obra barata mexicana para finalizar os seus produtos. ao fim de 1992, o México espera alcançar a cifra de US\$ 100 bilhões, enquanto o Brasil deve permanecer patinando na faixa dos US\$ 60 bilhões.

Cerca de 70% do comércio do México são com os americanos e essa percentagem tende a aumentar, embora haja um esforço para a diversificação (um acordo de liberalização comercial foi assinado com o Chile e outros estão sendo negociados com vários países do continente).

O Estado mexicano escolheu violentamente, em 1982, era proprietário de 1.155 companhias, entre as quais bancos, hotéis, cabarés, times de futebol e até uma fábrica de bicicletas. Esse número foi reduzido para menos de 300. Há poucos dias, quando se concluiu a venda do terceiro maior banco mexicano (Serfin) para um grupo de dois mil acionistas privados, liberados por uma corretora de Monterrey, no Norte do país (centro dos grandes grupos empresariais do México), o ministro da fazenda, Pedro Aspe, anunciou a alguns homens de negócios reunidos que daria uma notícia má e outra boa. a má era suspensão do programa de privatizações em 1992, e a boa era que isto decorreria de não haver mais o que privatizar.

Foiçaram nas mãos do Estado apenas os setores considerados estratégicos pelo artigo 27 da constituição mexicana. Mesmo assim o Presidente da república tem flexibilidade para interpretar o texto constitucional por decreto e Salinas usou suas prerrogativas para diminuir, por exemplo, de 32 para 19 os produtos petroquímicos básicos e de 50 para 66 os produtos secundários que permanecerão sob controle estatal. Investidores podem manifestar interesse na petroquímica de segunda e terceira gerações e, se o Governo não der resposta em 45 dias, o projeto estará automaticamente aprovado.

O Caminho da recuperação ainda não passou perto da grande maioria da população mexicana, que sobrevive na pobreza desde o império asteca, antes da conquista espanhola em 1521. Houve um esforço concreto para recuperação do salário mínimo (voltou aos níveis de 1981), mas o subemprego, que chegou a corresponder a 40% da população economicamente ativa, continua elevado. Nos últimos três anos o salário médio real caiu 15% (salários e preços estiveram regidos por um pacto, durante todo esse tempo, sendo que o número de setores que precisa submeter-se ao controle do Governo é cada vez menor) e há estudos que indicam que esta média em 1991 ainda foi inferior a do ano anterior.

Porém, para executar um programa que não trouxe de imediato benefícios para as classes de menor renda (50% da população detém apenas 14% da renda enquanto os 10% mais ricos ficam com metade da renda nacional), o presidente Carlos Salinas não só se apoiou no forte aparato político institucional do Governo 0 que se estende ao legislativo, ao judiciário e aos sindicatos de empregados de patrões - como pôs em prática um programa batizado de solidariedade, através do qual destina verbas crescentes para obras sociais. Salinas inaugura pessoalmente quase todas as obras - geralmente de quinta-feira até o sábado - e programa está diretamente sob seu comando. Reivindicações da oposição não deixam de ser atendidas, mas o Programa de solidariedade ostenta os mesmos logotipos e cores do PRI, o partido do Governo.

ANEXO 8

TECNOLOGIAS DISPONÍVEIS PARA FORNECIMENTO DO PROJETO DE ENGENHARIA BÁSICA PELO CENPES.

EXPLORAÇÃO

- Sistema de processamento primário de óleo, gás e água em plataformas marítimas de produção.
- Sistemas integrados de utilidades para plataformas marítimas de produção.
- Sistemas de geração centralizado de energia elétrica para plataformas marítimas de produção.
- Sistemas de tochas para plataformas marítimas de produção.
- Plataformas fixas de produção.
- Plataformas semi-submersíveis de produção.
- Plataformas semi-submersíveis de produção. (Vitória-Régia).
- Estacas de gravidade para ancoragem de plataformas.
- Sistemas de fundações para estacas de ponta fechada.
- Sistemas para suportaçõ de linhas flexíveis e tubos condutores em plataformas marítimas.
- Sistemas linhas de fluxo flexíveis para plataformas de produção.
- Análise de "Riser"de complementaçõ para lâminas d'água de 400 e 1800 metros.
- Sistemas de ancoragem para grandes profundidades
- "Pig cross-over"e "pig-loop".
- Válvulas-gaveta e esfera para 1000 metros de lâmina d'água.
- "Manifold" submarino de produçõ "diver less-guidelineless".
- "Manifold" submarino com poços adjacentes e métodos de conexõ vertical -
Projetos Medusa.
- "Loop"para teste de "pig".
- Sistema de posicionamento e telemetria hidroacústico.
- Sensores permanentes de pressõ e temperatura de fundo de poço.

REFINAÇÃO

- Destilação de petróleo.
- Dessalgação de petróleo.
- Craqueamento catalítico.
- Coqueamento retardado.
- Desasfaltação a solvente.
- Hidrotatamento de solventes, nafta e querosenes.
- Hidrotratamento de frações médias. (*)
- Hidrotratamento de gasóleo de vácuo (*)
- Hidrotratamento de gasóleo de pirólise
- Recuperação de enxofre.
- Tratamento com aminas.
- Tratamento cáustico regenerativo.

GÁS NATURAL

- Processamento de gás natural por tubo-expansão.
- Processamento de gás natural por expansão Joule-Thompson.
- Processamento de gás natural por refrigeração.
- Processamento de gás natural por absorção refrigerada
- Processamento de condensado de gás natural
- Secagem de gás com trietilenoglicol - TEG.

PROCESSAMENTOS QUÍMICOS.

- Auto-hidrogenação de gás de refinaria.
- Geração de hidrogênio
- Produção de eteno por pirólise de cargas líquidas ou gasosas
- Produção de ácido nítrico diluído.

-Redução catalítica seletiva de óxidos de nitrogênio.

-Remoção de CO₂

-Processo adiabático de produção de eteno a partir do etanol

-Éter Metil Terci Butílico - MTBE

EQUIPAMENTOS

-Trocadores de calor.

-Sistemas de recuperação de calor.

-Fornos de processo.

ANEXO 9

DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA PETROBRÁS. PRINCIPAIS RESULTADOS

- Softwares de mapeamento geológico (GEOMAP e PETROMAP);
- Desenvolvimento de brocas de perfuração do tipo PDC (cortadores fixos de diamantes artificiais policristalinos);
- Desenvolvimento em plataformas semi-submersíveis (Sistemas de Produção Antecipada);
- Base única de perfuração (PUB);
- Desenvolvimento de tecnologias de perfuração;
- Intensificação do uso de sistemas de comunicação de dados via Satélite e uso de Sistemas INMARSAT e SMARSAT para comunicação remota;
- Sistemas de Comunicação via Satélite na Bacia de Campos;
- Monitoração inovadora para inspeção de equipamentos;
- Desenvolvimento de "template" que permite a perfuração de sete poços com escoamento paralelo pelo oitavo poço (Sistema OCTOS 1000);
- Utilização de dutos flexíveis para produção em águas profundas;
- Uso de estação para supervisão e controle das instalações com maior de 500 pontos digitais (Estação ECOS);
- Protótipo de "PIG" instrumentado para limpeza de linhas nas operações "offshore";
- Televisionamento em terceira dimensão por veículos de operação remota (ROV) nas plataformas;
- Intensificação do uso de robótica nas manutenções e intervenções dos equipamentos submarinos onde o homem não pode alcançar mesmo com mergulho saturado;
- Intervenções submarinas tele operadas;
- Escoamento multifásico;
- Perfuração horizontal;
- Desenvolvimento de plataforma flutuante de mínimos movimentos;

-Plataformas de pernas atirantadas (TLP 1000, em conjunto com as firmas Flúor Daniel e GVA);

-Completação pioneira do poço Marlim 3;

-Sistemas de Comunicação VSAT ("Very Small Aperture Terminals");
desenvolvimento do Navio Petroleiro do Futuro com tecnologia de ponta e hoje só existente na Alemanha, Japão e Dinamarca;

-Programa de Utilização de Gás Natural Automotivo;

-Eteno a partir do Álcool;

-Tecnologia em diversos processos de refino com HDT, MTBE e Clauss.

ANEXO 10

RESTRUTURAÇÃO DA PETROBRÁS: A OPINIÃO DOS TRABALHADORES

**UMA PUBLICAÇÃO DOS SINDICATOS DOS
PETROLEIROS DE CAMPINAS, CUBATÃO, MAUÁ,
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS E SÃO PAULO - CUT**

Restruturação produtiva é um conjunto de mudanças que estão acontecendo no sistema produtivo, desde a relação entre empresas até o próprio processo de trabalho, que é forma como os trabalhadores se relacionam entre si, com as máquinas e com a gerência da empresa. Essas mudanças têm repercussões tanto do ponto de vista das transformações no trabalho, como no desempenho econômico social.

O objetivo desta cartilha é revelar o que está por trás dos inúmeros conceitos e siglas que já fazem parte do nosso dia-a-dia. Nos trabalhadores, precisamos ser agentes ativos e conscientes das diversas transformações organizacionais, ocorridas na Petrobrás nos últimos anos.

Este momento exige uma definição dos espaços de intervenção dos trabalhadores. Atualmente as Câmaras Setoriais tem tratado de conseqüências do processo de reestruturação e algumas categorias, por meio de suas comissões de fábrica, também tratam dessas questões considerando aspectos mais específicos.

NOVAS TECNOLOGIAS

Normalmente pensamos em "novas tecnologias" quando nos referimos aos computadores, sistemas informatizados (SDCD), robôs, ou seja: pensamos em máquinas e equipamentos. Mas isso não é tudo. As novas tecnologias também incluem o modo como o trabalhador é organizado, por quem é organizado e quais objetivos se pretende atingir, conseqüentemente se relacionam à atividade de cada trabalhador.

Resumindo

Tecnologia = equipamentos + métodos de organização.

PRA QUE E PRA QUEM?

Todo o avanço tecnológico deveria ser utilizado para acabar com o trabalho insalubre, perigoso e repetitivo, dando ao trabalhador segurança e possibilidade para desenvolver sua criatividade. Com isso do salário seria melhor assim como também a produtividade.

Porém, tanto no Brasil, como em todo o mundo, as novas tecnologias têm provocado "efeitos" como: desemprego, arrocho salarial, aumento do ritmo de trabalho,

multifunção e tercerização. A cada transformação tecnológica, os trabalhadores enfrentam novas condições de trabalho, sempre impostas como se fossem as únicas possíveis. Até agora, infelizmente, a reestruturação produtiva tem servido muito pouco para melhorar a qualidade de vida.

É importante observar que o controle e a vigilância nem sempre são explícitos. Na maior parte das vezes, eles são silenciosos e incorporados inconscientemente pelos trabalhadores. É a famosa frase "vestir a camisa da empresa".

A REESTRUTURAÇÃO DA PETROBRÁS

PRODUTIVIDADE, MULTIFUNÇÃO, TERCEIRIZAÇÃO E SEGURANÇA

O contingente total de funcionários no sistema Petrobrás diminuiu em 10 mil trabalhadores após as diversas reestruturações ocorridas nos últimos anos, os acessos usuais via concurso e contratação foram suspensos e o número de aposentados dobrou, chegando a 20 mil. Em um período de dez anos a proporção de trabalhadores da Petrobrás para contratados de empreiteiras diminuiu. A que antes era de dois petroleiros para um de empreiteira, hoje é de um para um, ou maior.

Com todo este "enxugamento, a realidade nos locais de trabalho mostra situações de maior insegurança, irregularidade e ao meio ambiente.

A produtividade média do pessoal da operação e produção aumentou sensivelmente em poucos anos. Isto porque, com o "enxugamento", há menos gente trabalhando mais. Enquanto outras atividades cresceram, fazendo com que haja mais gente no controle e na assessoria do que na execução. Nas funções de operação e manutenção técnica especializada, em vários casos, foram reduzidos os procedimentos, diminuídas as amostragens, simplificadas as tarefas, para que pudesse remanejar pessoas, mudar horários e regimes, e reduzir efetivo. Em muitos casos, multiplicaram-se as dobras de turno e horas-extras. Em algumas refinarias e terminais, emergências e paradas não previstas também se multiplicaram.

Na mesma perspectiva gerencial, os tempos de campanhas operacionais foram "esticados", enquanto o montante de homens/hora das paradas foi compactado, com mais gente trabalhando durante tempo mais curto. Isto faz com que o risco na operação aumente. A situação se agrava ainda mais com o processo de terceirização, que principalmente na manutenção, vem aumento o número de acidentes.

A PSEUDOMODERNIZAÇÃO E SUA PRÁTICA ANTISINDICAL

Não é difícil perceber as enormes mudanças organizacionais que vêm ocorrendo na Petrobrás nos últimos anos. Através de um processo de renovação tecnológica, obsoletos painéis de controle estão sendo gradativamente substituídos pelo moderno sistema SDCD.

A velha casa de controle próximo a área de produção é trocada pela CCI. A organização de pessoal passa também por uma grande metamorfose, várias sondagens de clima organizacional, aliadas a assessorias externas criaram um universo de novas siglas e conceitos que permeiam o nosso cotidiano. Assim em

nome da modernização várias unidades da Petrobrás se dividiram em "plantas autônomas", iniciou-se uma gradativa separação entre os próprios trabalhadores da operação, manutenção e do setor administrativo, surge então: planos e metas de qualidade (GQT), nova avaliação de desempenho de pessoal (GDP), pressão para implantação da multifunção e polivalência, um forte discurso na importância da "participação" dos trabalhadores nestas novas mudanças.

O que não fica evidente, em meio a tantas alterações é que todo esse discurso de modernização e defesa da qualidade visa quebrar a nossa organização sindical, individualizando o trabalhador dentro do processo produtivo.

Nas empresas de vários países da Europa e mesmo no Japão, pioneiro e protagonista desta nova forma de organização, estão reduzindo as taxas de trabalhadores sindicalizados e aumentando a taxa de desempregados e excluídos.

Somente através da nossa organização e união iremos conciliar o avanço tecnológico, a preservação do meio ambiente e qualidade de vida digna de todos os trabalhadores.

GUARDE OS SEGUINTE PONTOS:

- As tecnologias dizem respeito ao como, com que, o que para quem produzir.
- As configurações que as tecnologias assumem nos diferentes tipos de trabalho não são neutras e nem determinadas por uma "verdade científica".
- As tecnologias são implementadas de acordo com opções feitas em função do que alcançar.
- Outros objetivos para produção podem ser escolhidos além do lucro e da competitividade.
- As escolhas tecnológicas irão depender do jogo de força presente dentro de cada empresa.
- A forma de organização do coletivo operário, das equipes e grupos de trabalho, a divisão das tarefas, as relações hierárquicas e de poder presentes, as políticas salariais e de benefícios, planos de cargos e carreiras, são decisões organizacionais importantes.
- O modo de produção capitalista tenta imprimir um caráter geral à tecnologia que expressa e realiza materialmente as relações sociais de exploração e opressão.
- Cabe aos trabalhadores, através de sua organização, resistirem e imporem coletivamente uma outra lógica de estruturação do processo de trabalho.

EM DEZ ANOS:

- A capacidade de refino da Petrobrás estacionou por volta de 1,4 milhões de barris diários, e raramente foi atingida esta marca real de produção de derivados.
- A produção de óleo cru nacional passou da faixa de 300 a 400 mil barris/dia 600 a 700 mil barris/dia.
- Nenhuma refinaria nova foi inaugurada, nenhum terminal de grande porte.
- Foram feitos vários trechos de dutos subaquáticos e terrestres - e foi mantido um intenso programa de prospeção e perfuração.
- O montante de investimentos caiu da faixa de US\$ 4 bilhões para menos de US\$ 2 bilhões anuais.

PRESTE ATENÇÃO NESTAS PALAVRAS

CCQ - Círculo de Controle de Qualidade. Sistema surgido no Japão, na década de 60, introduzido no Brasil no início dos anos 80, em grupos de trabalhadores se reúnem, teoricamente como voluntários, com o objetivo de racionalizar o processo de trabalho via sugestões e fluxo de informações.

Fordismo e Taylorismo - Formas originais de organizar o processo de trabalho introduzidas por Henry Ford e Frederick Taylor, no começo deste século que destacam a divisão de tarefas e acentuam a hierarquia das instituições.

Just in Time/Kanban:

Expressão que significa: "na hora certa". Sistema de organização da produção para produzir na quantidade e tempo exatos, com o menor estoque possível. "Estoque zero".

Polivalência - É a competência dos trabalhadores em operar diferentes unidades produtivas; é o conhecimento de um mesmo indivíduo saber controlar mais de uma unidade.

SDCD - Sistema Digital de Controle Distribuído; tipo de controle digital de processo, através de processadores eletrônicos que vem sendo implantado em várias unidades da Petrobrás.

Controle Avançado - Alterações nas variáveis operacionais (vazão, pressão, temperatura que têm por objetivo maximizar as produções através de atuação direta no SDCD.

Terceirização - Processo onde trabalham os "terceiros", o, ou seja: os trabalhadores que não são contratados diretamente pela principal empresa produtora ou de execução. Traz como consequência a redução dos postos de trabalho da empresa principal, a queda no nível de salário e benefícios sociais dos trabalhadores.

Toyotismo - Forma de organizar a produção, relações interpessoais e relações de trabalho introduzida pela empresa Toyota, no Japão.

É acompanhada de um alto grau de automação que enfatiza a qualidade total dos produtos, estoque mínimo, multifunção, tercerização, gestão participativa, e estratégias de envolvimento do trabalhador na empresa através da cooptação.

Multifunção - É o desenvolvimento de mais de uma atividade pelo mesmo trabalhador como parte de sua rotina.

CQT - Gestão da Qualidade Total. Série de procedimentos que visa elevar ao máximo a qualidade e reduzir os defeitos de produção. A preocupação com a satisfação do cliente e preservação do meio ambiente esconde uma estratégia de cooptação, que através de cursos, palestras e certificados busca desviar a atenção dos trabalhadores de questões como: melhores salários, condições de trabalho, terceirização e desemprego.

Gestão participativa - Forma de buscar a mobilização dos trabalhadores através de pequenos incentivos (medalha de ouro, elogio por escrito, promoção por certificação e outros), com forte carga ideológica para engajá-los na reestruturação produtiva.

Sistema de Conseqüências - Mecanismo utilizado pelo GDP, no qual a gerência avalia o resultado das "metas negociadas" para efetuar futuras promoções e mudanças de nível salarial, que pode acarretar uma rescisão contratual (desligamento do trabalhador dos quadros da companhia), caso os resultados não estiverem de acordo com o interesse da administração da Petrobrás.

GDP - Gerenciamento de Desempenho de pessoal. Sistema de avaliação de desempenhos que a direção da Petrobrás tenta implantar, na qual as chefias estabelecem metas (que dizem ser de forma negociada) com os trabalhadores, de forma isolada ou em pequenos grupos, cujos resultados serão avaliados através de um "sistema de conseqüências".

ANEXO 11

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESPECIAL - MONOPÓLIO DO PETRÓLEO, PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 6 de 1995 (26/04/95)

Relator: Deputado Lima Netto

O art. 177 da Constituição estabelece o monopólio da União sobre os setores petrolífero e nuclear, detalhando, em seus incisos, as atividades neles englobadas, a saber:

I - pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos.

II - a refinação nacional do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades acima referidas; e

IV - o transporte marítimo de petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos do petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem.

Complementam o art. 177 dois parágrafos: o primeiro dos quais veda à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação, em espécie ou valor, na exploração de jazidas de petróleo ou gás natural, com ressalva da participação financeira de órgãos da administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, no resultado da exploração de petróleo e gás natural (art. 20, parágrafo 1º).

O art. 45 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) exclui dos monopólios estabelecidos no inciso I (pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos) e II (a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro) o art. 177, os contratos de risco para pesquisa de petróleo celebrados com a PETROBRÁS, em vigor em 5 de outubro de 1988, assim como as refinarias privadas em funcionamento no País à época da promulgação da Constituição, amparadas pelos arts. 43 e 45 da Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953.

A Lei nº 2.004, de 1953, institui o monopólio da União sobre as atividades da indústria de petróleo, estabelecendo que o exercício do monopólio faz-se-ia por meio do Conselho Nacional de Petróleo como órgão de orientação e fiscalização da PETROBRÁS e suas subsidiárias como órgão de execução.

Ao Conselho Nacional de Petróleo foi atribuída também a competência para superintendente as medidas concernentes ao abastecimento nacional de petróleo, aí compreendidas as atividades de produção, importação, exportação, refinação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto de poço ou de xisto, assim como de seus derivados.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 1995, de autoria do Poder Executivo, visa modificar o parágrafo 1º do art. 177 da Constituição Federal de 1988, dando-lhe a seguinte redação:

“Art. 177

Parágrafo 1º A União poderá contratar com empresas privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer.”

Sras. e Srs. Deputados, foram oferecidas cinco emendas. A Emenda nº 1 modifica a redação proposta original para estabelecer a regulamentação dos contratos através da lei complementar; a Emenda nº 2 inclui, nas condições da lei, a regulamentação, o disciplinamento e a fiscalização das atividades constantes dos incisos I a IV do art. 177; a Emenda nº 3 acrescenta à proposição um parágrafo que assegura ao proprietário do solo, segundo critérios estabelecidos em lei, a participação nos resultados da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; a Emenda nº 4 permite a realização de contratos de risco com empresas estatais ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e autoriza a associação entre empresas estatais e privadas para a realização das atividades constantes nos incisos I a IV do art. 177. E propõe lei complementar para a sua regulamentação. E assim é que substitui, na proposta original, a expressão “condições que a lei estabelecer” por “condições estabelecidas em lei complementar”.

Substituto do Relator:

Proposta de Emenda à Constituição nº 06, de 1995.

Art. 1º É conferida a seguinte redação ao parágrafo 1º do art. 177 da Constituição.

"Art. 177

Parágrafo 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo, observadas as condições que a lei estabelecer."

Art. 2º Inclua-se o parágrafo 3º no art. 177 da Constituição, com a seguinte redação:

"Art. 177

Parágrafo 3º A lei a que se refere o parágrafo 1º disporá sobre:

I - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional.

II - as condições de contratação;

III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União."

Art. 3º É vedada a edição de medida provisória para a regulamentação da matéria prevista nos incisos I a IV e dos parágrafos 1º e 3º do art. 177 da Constituição.

Art. 4º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de abril de 1995.

ANEXO 12

A TRAJETÓRIA DA INDÚSTRIA MUNDIAL DE PETRÓLEO -PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS(1859/1990)(1)

- 1859 Coronel Drake fura o primeiro poço em Tiutusville.
- 1870 Jonh D. Rockefeller funda a Standard Oil Company.
- 1873 Iniciam-se operações petrolíferas em Baku.
A família Nobel entra no negócio petrolífero na Rússia.
- 1882 Thomas Edison demonstra o funcionamento da lâmpada elétrica.
Forma-se a Standard Oil Trust.
- 1885 Os Rothschild entram no negócio petrolífero da Rússia.
- 1892 Marcus Samuel envia o Murex através do canal de Suez; começo da Shell.
- 1896 Henry Ford constrói seu primeiro carro.
- 1901 William Knox D'Arcy adquire uma concessão na Pérsia.
Jorra petróleo em Spindletop, Texas; começo da Sun, da Texaco, da Gulf.
- 1905 Revolução de 1905 na Rússia; os campos de petróleo de Baku ardem.
Glenn Pool descobre petróleo em Oklahoma.
- 1907 A Shell e a Royal Dutch se associam sob a direção de Henry Deterding,
O primeiro posto de gasolina *drive in* é aberto em St. Louis.
- 1908 Descoberta de petróleo na Pérsia;Anglo-Persian (mais tarde British Petroleum)
- 1910 Descoberta no México a *Golden Lane*.
- 1913 Patenteado o processo de craqueamento para refino, de Burton.
- 1914 O governador britânico adquire 51% da Anglo- Persian Oil Company.
- 1914-18 Primeira Guerra Mundial e mecanização dos campos de batalha.
- 1917 Revolução Bolchevique
- 1922-28 Negociação com a Turkish Petroleum Company (Iraque), orientada pelo "Acordo da Linha Vermelha".

- 1922 Descoberta de Los Barroso na Venezuela.
 Fundação da Yacimientos Petrolíferos Fiscales(YPF- Argentina)
- 1924 Irrompe o escândalo da "Tampa do Bule".
- 1926 Fundação da AGIP(Itália)
- 1928 Abundância de petróleo leva a reunião no Castelo de Achanacarry ao
 acordo "Como Está".
.....Lei francesa do petróleo.
 Fundação da CFP(França)
- 1929 Colapso do mercado de ações anuncia a Grande Depressão.
- 1930 A descoberta do da Joiner no leste do Texas.
- 1932 Descoberta de petróleo no Bahrain
- 1932-33...O xá Reza Pahlavi cancela concessão da Anglo-Iranian.
- 1933 Franklin Roosevelt torna-se presidente dos Estados Unidos.
.....Adolf Hitler torna-se chanceler da Alemanha.
.....A Standard of California ganha concessão na Arábia Saudita.
- 1934.....A Gulf e a Anglo-Iranian ganham uma concessão conjunta no Kuwait.
- 1936.....Hitler remilitariza a Renânia e inicia preparativas para a guerra, inclusive
 um grande programa de fabricação de combustível sintético.
- 1938 Descoberto petróleo no Kuwait e na Arábia Saudita.

 Fundação da Petróleos Mexicanos(PEMEX)
- 1940 A Alemanha invade a Europa Ocidental.
.....Os Estados Unidos impõem limites à exportação de gasolina para o Japão.
- 1941.....A tomada da Indochina do Sul pelos japoneses leva os Estados Unidos, a
 Grã-Bethania e a Holanda a embargarem o petróleo para o Japão (junho).
- 1943.....O primeiro acordo *fifty-fifty* na Venezuela.
- 1944 Fundação da Gás del Estado(Argentina)
- 1947.....Plano Marshall para a Europa ocidental.
.....Começa a construção do oleoduto
.....Tapline para o petróleo saudita.
- 1948 A Standard of New Jersey (Exxon) e Socony-Vacuum (Mobil) associam-se
 à Standard of California (Chevron) e à Texaco na Aramco.

-Israel declara sua Independência.
- 1948-49 Concessões da Zona Neutra do Oriente Médio para a Aminoil e J. Paul Getty.
- 1950 Acordo *fifty-fifty* entre Aramco e Arábia Saudita.
- 1951 Mossadegh nacionaliza a Anglo-Iranian no Irã (primeira crise do petróleo no pós guerra).
 Fundação da NIOC(Irã)
 Fundação da ECOPETROL(Colômbia)
- 1953 Fundação da ENI(Itália)
- 1954 Fundação da Petrobrás(Brasil)
- 1955 Começa a campanha soviética para a exportação de petróleo.
- 1956 Crise de Suez (segunda crise do petróleo no pós guerra).
Descoberta de petróleo na Argélia e na Nigéria.
 Fundação da EGPC(Egito)
 Fundação da Indian Oil Corp.
- 1957 Criada a Comunidade Econômica Européia (CEE)
Acordo de Enrico Mattei como o Xá.
A Arabian Oil Company do Japão ganha a concessão marítima da Zona Neutra.
 Fundação da PERTAMINA(Indonésia)
- 1958 Revolução iraniana.
 Fundação da Syrian Petroleum Co.
- 1959 Eisenhower impõe cotas de importação.
Congresso Árabe do Petróleo no Cairo.
Descoberta o campo de gás natural de Groningen, na Holanda.
Campo de Zelten descoberto na Líbia.
- 1960.....Fundação da OPEP, em Bagdá.
 Fundação da CVP(Venezuela)
- 1961.....Tentativa iraquiana para anexar o Kuwait é frustrada por tropas britânicas.
- 1962 Fundação da PETROMIN(Arábia Saudita)
- 1964 Fundação da INOCO(Iraque)
- 1967 Guerra dos Seis Dias; é fechado o Canal de Suez (terceira crise do petróleo pós-guerra).
- 1968.....Descoberto petróleo no declive do norte do Alasca.

-Baathistas tomam o poder no Iraque.
Fundação da LNOC(Líbia)
- 1969.....Kadafi chega ao poder na Líbia.
-Descoberto petróleo no mar do Norte.
-Esgotamento do petróleo de Santa Bárbara.
- 1970.....A Líbia "aperta" as campanhas de petróleo.
- 1972 Fundação da STATOIL(Noruega)
- 1973.....Guerra do Iom Kipur; embargo árabe do petróleo (quarta crise do petróleo no pós-guerra).
-Preço do petróleo sobe de 2,90 dólares o barril (setembro) para 11,65 dólares (dezembro)
-Aprovado o oleoduto alascaquino
Fundação da Singapore Petroleum Co.
Fundação da PNOC(Filipinas)
- 1974.....Embargo Árabe termina.
-É fundada a Agência Internacional de Energia (AIE).
Fundação da PETRONAS(Malásia)
Fundação da BANOCO(Bahreim)
- 1975.....É criado nos Estados Unidos o padrão de eficiência para os combustíveis automotivos.
-Primeira extração de petróleo no mar do Norte.
-Concessão na Arábia Saudita, Kuwait e Venezuela chegam ao fim.
Fundação da Petro Canadá
- 1976 Fundação da PDVSA(Venezuela)
- 1977.....O petróleo do declive norte do Alasca chega no mercado.
-Incremento de produção mexicana.
- 1978.....Demonstração contra o xá; greve dos trabalhadores do petróleo no Irã.
- 1979.....O xá vai para o exílio; o aiatolá Komeini toma o poder.
-Acidente no reator nuclear de Three Mile Island.
- 1979-81...Pânico eleva o petróleo de \$ 13 para \$ 34 o barril (quinta crise do petróleo no pós-guerra).
- 1980 O Iraque desencadeia guerra contra o Irã.
- 1982.....Primeiras quotas da OPEP.
- 1983.....A OPEP reduz o preço para 29 dólares.
-A Nymex lança o contrato futuro para óleo cru.

- 1986.....O preço do petróleo despenca.
.....Acidente nuclear de Chernobyl, URSS.
- 1988.....Cessar-fogo na guerra Irã-Iraque.
- 1989.....Acidente com o petroleiro Valdez, no Alasca.
- 1990.....O Iraque invade o Kuwait.
.....As Nações Unidas impõem embargo ao Iraque; força multinacional é
despachada ao Oriente Médio (sexta crise do petróleo pós-guerra).

(1)elaborado pelo autor, principalmente a partir de YERGUIN(1993) e STAGNI(1983)